

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GLÁDIS GOETÊ AZAMBUJA

PADRE LEONEL FRANCA E A PEDAGOGIA SOCIAL CATÓLICA NA DÉCADA DE
1930

PONTA GROSSA
2026

GLÁDIS GOETÊ AZAMBUJA

PADRE LEONEL FRANCA E A PEDAGOGIA SOCIAL CATÓLICA NA DÉCADA DE
1930

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior

PONTA GROSSA
2026

A991 Azambuja, Gládis Goetê
Padre Leonel Franca e a pedagogia social católica na década de 1930 /
Gládis Goetê Azambuja. Ponta Grossa, 2026.
262 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior.

1. Franca, Leonel Edgard da Silveira, 1893-1948. 2. Igreja Católica e
educação. 3. Pedagogia social. 4. Educação social. I. Skalinski Junior, Oriomar. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 377.82



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

GLÁDIS GOETÊ AZAMBUJA.

PADRE LEONEL FRANCA E A PEDAGOGIA SOCIAL CATÓLICA NA DÉCADA DE 1930

Ponta Grossa, 04 de março de 2026.

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior - Presidente/ Orientadora

Prof. Dr. Ney de Souza - PUC-SP

Profa. Dra. Natália Cristina de Oliveira - UFMS

Profa. Dra. Vera Lúcia Martiniak - UEPG

Prof. Dr. Érico Ribas Machado - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **ORIOMAR SKALINSKI JUNIOR, Professor(a)**, em 04/03/2026, às 17:09, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erico Ribas Machado, Professor(a)**, em 04/03/2026, às 17:11, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Martiniak, Professor(a)**, em 04/03/2026, às 17:12, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natália Cristina de Oliveira, Usuário Externo**, em 11/03/2026, às 01:23, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ney De Souza, Usuário Externo**, em 16/03/2026, às 10:42, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **3014765** e o código CRC **E6661B7D**.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um exercício de reconhecimento e sensibilidade diante de tudo aquilo que, direta ou indiretamente, tornou possível a concretização deste trabalho. Assim, neste momento, são necessárias algumas palavras sobre as vidas que, com apoio e incentivo, contribuíram para a realização desta tese.

À minha família, sobretudo aos meus pais, Dirce e Clóvis, que me apoiaram e incentivaram a seguir estudando e pesquisando, compreendendo as ausências e silêncios, nos momentos necessários, para que eu pudesse concretizar esta pesquisa.

Ao meu namorado, Névio, pelo cuidado, apoio, incentivo, leitura. Pelos risos, encontros, pela leveza, por ser acolhimento. Por estar disponível para me ouvir e colaborar, para que eu pudesse mergulhar ainda mais no mundo acadêmico.

Ao orientador, Oriomar Skalinski Junior, por sua contribuição neste processo formativo. Pelas orientações, indicações de leitura e aprofundamento teórico. Pela compreensão quanto ao tempo e minha dedicação.

Ao professor Ney de Souza, que desde a qualificação, com sua leitura atenta, me provocou a aprofundar leituras e estudos quanto à instituição da igreja católica, sendo muito gentil em suas interferências.

À professora Natália Cristina de Oliveira, pelo compartilhamento de materiais e pelas leituras desta pesquisa nas disciplinas do Programa de Pós-doutorado. Por sua tranquilidade, leveza e astral em suas contribuições.

À professora Vera Lúcia Martiniak, pela sua leitura, provocações e objetividade desde a qualificação, apontando caminhos para o aprimoramento na construção desta tese.

Ao professor Érico Ribas Machado, que estando ao meu lado desde a graduação, sempre foi, antes de tudo, abraço. Agradeço por suas provocações, indicações de leitura e, principalmente, pela minha inserção na pesquisa sobre pedagogia e educação social. Você acreditou e mim antes mesmo de eu acreditar.

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que estiveram nesta caminhada sendo ponte até a concretização de um sonho.

Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa, por me proporcionar a formação acadêmica desde a Graduação em Pedagogia até o Doutorado.

Ao Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED), por proporcionar leituras e discussões que deram a esta pesquisa mais sentido e aprofundamento teórico.

Ao Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, principalmente pela recepção e disponibilidade do padre Roberto Barros Dias, S.J., diretor-arquivista, que gentilmente disponibilizou o acesso ao material sobre Leonel Franca, bem como às narrativas compartilhadas entre um material e outro.

Às minhas crianças que, desde o início desta pesquisa, sabiam que em alguns dias “a profe também ia ver os professores dela”. Certamente não fui tudo o que mereciam os pequenos, mas, fui intensa em tudo que pude. Ainda no espaço escolar, fica meu agradecimento à Cláudia Mara Auer de Miranda que, como diretora, me apoiou em meu voo.

Por fim, gostaria de agradecer, sem citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém, a todos e todas que colaboraram de alguma forma para a concretização desta tese.

RESUMO

AZAMBUJA, Gládis Goetê. **Padre Leonel Franca e a Pedagogia Social católica na década de 1930**. 2026. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

Esta tese tem como objeto a ação intelectual do padre Leonel Edgard da Silveira Franca (1893-1948) em favor da conformação de um modelo de pedagogia social católica, na década de 1930, período circunscrito ao que corresponde às conferências realizadas por ele no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus* e a artigos publicados em órgãos da imprensa católica. O problema de pesquisa perpassa pela seguinte questão norteadora: como a pedagogia social católica é explicitada nos escritos e nas ações do padre Leonel Franca no quadro do debate público educacional? O objetivo geral é analisar a concepção de pedagogia social católica, conforme expressa nos escritos e desenvolvida nas ações do padre Leonel Franca, na década de 1930. Os objetivos específicos são: 1) Apresentar a educação como parte da Doutrina Social da igreja católica e da ação da Companhia de Jesus; 2) Discutir a crítica ao laicismo pedagógico e a afirmação do universalismo católico; 3) Examinar a crítica à pedagogia social laicista e a afirmação da pedagogia social católica. Apoia-se em fontes, tais quais os manuscritos das conferências ministradas por Leonel Franca no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*; os textos do jesuíta publicados na imprensa e em parte de sua produção bibliográfica; as encíclicas *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divini Illius Magistri* (1929); e, ainda, *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum* (1599), conforme tradução e Introdução realizadas por Leonel Franca (1952, publicação póstuma), assim como na teoria dos campos de Pierre Bourdieu (1996, 2002, 2003, 2008, 2015), para explicitar a pedagogia social católica no quadro do debate público brasileiro. O processo de análise permite afirmar que Leonel Franca, um intelectual posicionado na Companhia de Jesus e no campo religioso, inseriu-se em um debate teórico e político amplo, no qual educação, sociedade e formação moral se articulavam, pautando principalmente a base religiosa na formação humana, tomando posições em prol da pedagogia e educação social católica ao realizar uma crítica ao laicismo pedagógico representado pela Escola Nova e Pedagogia Socialista e ao defender o universalismo católico prefigurado na pedagogia social, que estava amparada em princípios e norteadas em práticas comprometidos com a dimensão material (o corpo da pedagogia social) e a dimensão espiritual (a alma da pedagogia social) da vida humana, ou comprometidos com os verdadeiros fins da educação ao reconhecer a dimensão individual (indivíduo), a dimensão social (sujeito) e a dimensão espiritual (pessoa) do ser humano.

Palavras-chave: Padre Leonel Franca; Igreja católica; Pedagogia social; Educação social.

ABSTRACT

AZAMBUJA, Gládis Goetê. **Priest Leonel Franca and the Catholic Social Pedagogy in the 1930s.** 2026. Thesis (Education Doctorate Program) – – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

The object of this thesis is priest Leonel Edgard da Silveira Franca's (1893-1948) intellectual work in favor of the creation of a model of catholic social pedagogy in the 1930s, in the period corresponding to the conferences he held at the Sacré-Coeur de Jesus School and the articles he published in the catholic press. The research question is "How is the catholic social pedagogy revealed in priest Leonel Franca's writings and actions within the framework of the education public debate of that time?" The general objective is to analyze the concept of catholic social pedagogy as expressed in priest Leonel Franca's writings and actions in the 1930s. The specific objectives are as follows: 1) To introduce education as part of the catholic church social doctrine and the Companhia de Jesus's action; 2) To discuss the critique to the pedagogical secularism and the catholic universalism affirmation; e) To examine the critique to the social secularist pedagogy and the catholic social pedagogy affirmation. The research sources include manuscripts from the conferences held by Leonel Franca at the Sacré-Coeur de Jesus school; Jesuit texts published in the press and in part of his bibliographic production; the encyclicals *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) and *Divini Illius Magistri* (1929); and also, *The Pedagogical Method of the Jesuits – The Ratio Studiorum* (1599), according to the translation and introduction by Leonel Franca (1952, posthumous publication); and the field theory by Pierre Bourdieu (1996, 2002, 2003, 2008, 2015), all used to clarify the catholic social pedagogy in the Brazilian public debate. The analysis process showed Leonel Franca as a well-positioned intellectual in both the Companhia de Jesus and the religious field, who joined a broad theoretical and political debate where education, society and moral education were intertwined. The discussions prioritized the religious base in human education, thus defending the catholic social pedagogy and education while developing a critique to the pedagogical secularism represented by the New School and Socialist Pedagogy. He also defended the catholic universalism as presented in the social pedagogy, which was supported by principles and guided by practices committed with the material dimension (social pedagogy body) and the spiritual dimension (social pedagogy soul) in human life, or committed to the true purposes of education by recognizing the human beings' individual dimension (individual), social dimension (subject), and spiritual dimension (person).

Keywords: Priest Leonel Franca; Catholic church; Social pedagogy; Social education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Índice do <i>Ratio Studiorum</i>	62
Figura 2 - Currículo	63
Figura 3 - Sumário do livro <i>A formação da personalidade</i> pela Editora Kirion	70
Figura 4 - Sumário do livro <i>A formação da personalidade</i> pela Editora Obras Católicas	71
Figura 5 - <i>Conferências pedagógicas</i> (esquema manuscrito): 1933	74
Figura 6 - Sala de estudo do Colégio <i>Sacré-Coeur de Jésus</i>	76
Figura 7 - Classe Superior de 1931 - Colégio <i>Sacré-Coeur de Jésus</i>	77
Figura 8 - Recorte da edição 00242, <i>Jornal do Brasil</i> , 14/10/1933	81
Figura 9 - Conferência <i>Pedagogia socialista</i> (esquema manuscrito)	95
Figura 10 - <i>Pedagogia socialista</i>	96
Figura 11 - Conferência <i>O pensamento social</i> (esquema manuscrito)	110
Figura 12 - <i>O pensamento social</i>	111
Figura 13 - Recorte da edição 00242, <i>Jornal do Brasil</i> , 12/10/1933	128
Figura 14 - Conferência <i>Escola nova e a pedagogia Social</i> (esquema manuscrito)	129
Figura 15 - <i>Escola nova e pedagogia social</i>	130
Figura 16 – Conferência <i>Pedagogia social</i> (esquema manuscrito)	148
Figura 17 - <i>Pedagogia social I</i>	149
Figura 18 - Conferência <i>Educação social</i> (esquema manuscrito)	165
Figura 19 - <i>Educação social</i>	166
Figura 20 – Conferência <i>Pedagogia social II</i> (esquema manuscrito)	184
Figura 21 - <i>Pedagogia social II</i>	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses, dissertações e artigos divididos por área de concentração.....	15
Quadro 2 - Documentos localizados no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil – RJ.....	29
Quadro 3 - Conferências às professoras do Colégio <i>Sacré-Coeur de Jésus</i>	72

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira da Educação
ACB	Ação Católica Brasileira
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
GEPHIED	Grupo de Estudo <i>História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional</i>
IEDC	Instituto Educacional Duque de Caxias
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – PADRE LEONEL FRANCA E A QUESTÃO SOCIAL NA DOCTRINA DA IGREJA CATÓLICA.....	40
1.1 <i>Rerum Novarum</i> e <i>Quadragesimo Anno</i> : “Não luta, mas concórdia das classes”	41
1.2 <i>Divini Illius Magistri</i> : “Jesus, Mestre e Modelo de Educação”	50
1.3 <i>Ratio Studiorum</i> : “Tornar mais homem, eis o alvo a que mirava todo o trabalho educativo”	59
CAPÍTULO 2 – PADRE LEONEL FRANCA: CRÍTICA AO LAICISMO PEDAGÓGICO E AFIRMAÇÃO DO UNIVERSALISMO CATÓLICO.....	69
2.1 “A pedagogia laicista é dispersiva, fragmentária e estruturalmente desarticulada”.	79
2.2 “Pedagogia socialista: instrumento seguro de lenta descristianização do país”	94
2.3 “Universalismo católico que não mutila o homem, mas o educa na sua totalidade”.	110
CAPÍTULO 3 - PADRE LEONEL FRANCA: CRÍTICA À PEDAGOGIA SOCIAL LAICISTA E AFIRMAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL CATÓLICA.....	128
3.1 Escola Nova e pedagogia social: “incertezas sobre os fins” da educação	129
3.2 Pedagogia social I: “questões de princípios de um interesse transcendente”	148
3.3 Educação social: “o corpo da pedagogia social”	164
3.4 Pedagogia social II: “a alma da pedagogia social”	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
REFERÊNCIAS	217
APÊNDICE A – FONTES.....	223
APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES.....	226
APÊNDICE C – LEGADO DE LEONEL FRANCA.....	232
ANEXO A – JORNAIS	252
ANEXO B – MANUSCRITOS.....	255

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto a ação intelectual do padre Leonel Edgard da Silveira Franca¹ (1893-1948) em favor da conformação de um modelo de pedagogia social católica, na década de 1930, período circunscrito ao que corresponde às conferências realizadas por ele no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus* e a artigos publicados em órgãos da imprensa católica. Nossa investigação abrange questões voltadas às ações e aos escritos do padre Franca, pertencente à Companhia de Jesus, discutindo como sua trajetória e sua rede de sociabilidade contribuíram para o debate acerca da pedagogia social católica. O problema de nossa pesquisa perpassa pela seguinte questão norteadora: como a pedagogia social católica é explicitada nos escritos e nas ações do padre Leonel Franca no quadro do debate público acerca do campo educacional?

Leonel Franca esteve ligado a uma variada agenda da igreja² católica, tratando de diferentes temas relevantes à época, inclusive no que se conhece como questão social, tema esse que nos é pertinente para a discussão da pedagogia social. Somado a isso, destacamos sua atuação em conferências às professoras normalistas do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*³, bem como a algumas no Instituto de Educação Familiar e Social, na medida de sua relação com a pedagogia social no Brasil na década de 1930. Para tanto, conduzimos nossa investigação a partir do exame das intervenções do padre Franca nos diferentes campos sociais, bem como de sua produção no campo intelectual, destacadamente conferências, artigos e livros produzidos no espaço do debate público.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a concepção de pedagogia social católica, conforme expressa nos escritos e desenvolvida nas ações do padre Leonel Franca, na década de 1930. Os objetivos específicos são: 1) Apresentar a educação como parte da Doutrina Social da igreja católica e da ação da Companhia de Jesus; 2) Discutir a crítica ao laicismo pedagógico e a afirmação do universalismo católico; 3) Examinar a crítica à pedagogia social laicista e a afirmação da pedagogia social católica.

¹ Doravante: padre Leonel Franca, padre Franca, Leonel Franca ou Franca.

² Nesta tese, utilizamos a palavra igreja com letra minúscula, pois trabalhamos com ela enquanto instituição. Giuseppe Alberigo, no livro *A Igreja na história* (1999, p. 91) descreve que: “entender instituição como uma forma ou estrutura fundamental de organização social, caracterizada pela duração e identidade no tempo (independentemente da vontade dos interessados), por uma fisionomia impessoal e por um equilíbrio variável entre os fatores organizativos e os valores ou serviços que são o objeto e a motivação da instituição”. Assim sendo, instituições são entendidas como algo básico e importante para a vida em sociedade. Seja a família, a escola, a igreja, essas instituições dão forma e estabilidade à convivência social e aos grupos que dela fazem parte. Elas se tornam uma estrutura que organiza as relações humanas. Sobretudo, as instituições permanecem, mesmo quando as pessoas que delas participam mudam. Entretanto, estas também podem sofrer alterações diante da passagem do tempo e das transformações na sociedade.

³ Nesta tese, adotamos “Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*”, como descrito nas obras do Leonel Franca, tendo como referência a escrita francesa. Em português, seria Colégio Sagrado Coração de Jesus.

O interesse por esse tema e objeto de pesquisa corresponde a quatro esferas, a saber: relevância pessoal, institucional, acadêmica e social. Sobre a primeira, a relevância pessoal, relaciona-se ao anseio por estudar um personagem ligado ao âmbito da pedagogia social. Durante a graduação, licenciatura em Pedagogia, trabalhei como educadora social em uma instituição de cunho assistencial e educacional, na cidade de Ponta Grossa-PR, cujo fundador foi Epaminondas Xavier de Barros (1927-2019)⁴. Nela, desenvolviam-se programas de atendimento às crianças e aos adolescentes, bem como às suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Para além do trabalho, tive vivências em instituições de acolhimento e de atendimento na modalidade de Ensino Especial para alunos com deficiência intelectual e múltipla, na sua maioria cadeirantes, necessitando de atendimento qualificado.

No que tange à relevância institucional, esta pesquisa vincula-se ao projeto *História, Cultura e Educação: os intelectuais, o campo educacional e as suas fronteiras*, desenvolvido pelo professor Oriomar Skalinski Junior, assim como ao Grupo de Estudo *História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional* (GEPHIED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE-UEPG) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Destacamos que a relevância institucional corrobora para discutir as relações entre história, sociedade e educação, ampliando o olhar para a pedagogia social, percebendo suas interfaces e seus projetos discutidos por Leonel Franca no interior dos interesses da igreja católica.

A partir de meu contato com práticas relativas à pedagogia social, passei a estudar e a refletir sobre a temática. Assim emergem a relevância acadêmica e a relevância social da pesquisa, quando situadas no quadro das organizações de acolhimento institucional⁵ da infância com as quais tomei contato ainda no curso de licenciatura em Pedagogia. Também pela pesquisa que desenvolvi no mestrado em Educação, no PPGE-UEPG, no qual dediquei-me ao estudo dos concursos públicos destinados a educadores sociais, nas regiões metropolitanas do Paraná, com a dissertação intitulada: *Educadores Sociais nos municípios das regiões metropolitanas do Paraná: um olhar sob a perspectiva da Pedagogia Social comparada (2009-2019)* (Azambuja, 2020).

⁴ Para maiores informações, indicamos as obras do fundador da instituição, Epaminondas Xavier de Barros, *Vinhas da caridade: 50 anos da promoção humana e social do Instituto Educacional “Duque de Caxias” em Ponta Grossa* (2015) e *Histórias dentro da história* (2016).

⁵ Trata-se de um serviço de Proteção Social de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que promove o atendimento a crianças, mulheres e famílias com vínculos familiares fragilizados ou com alguma negligência.

Desse interesse imediato, o próximo passo foi a revisão de literatura, realizada a partir de quatro descritores: “Leonel Franca e Educação Social”; “Leonel Franca e Pedagogia Social”; “Igreja Católica e Educação Social” e “Igreja Católica e Pedagogia Social”, nos portais: Redalyc, Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico. Para a busca dos trabalhos, não foi feita definição de filtro. Deixamos em aberto devido a diferentes programas de pós-graduação que poderiam abranger o tema, assim como o ano, a área do conhecimento e outras variáveis.

O processo teve as seguintes etapas: inicialmente, a verificação dos títulos dos trabalhos; quando próximos do tema da pesquisa, realizou-se a leitura das palavras-chave e do resumo, a fim de verificar a relação com o objeto aqui investigado. Destaca-se também que, ao fazer a leitura das palavras-chave e dos resumos, alguns títulos foram escolhidos visando a melhor compreensão das redes de sociabilidade do Leonel Franca, bem como dos contextos político, histórico e religioso nos quais ele estava inserido. E, ainda, a particularidade da inserção do jesuíta na rede de intelectuais católicos, na medida de sua relação com figuras como Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo, ou outros padres jesuítas. Nessa etapa, foram excluídos trabalhos duplicados e os que continham “Leonel” ou “Franca” no título, sem se tratar do padre em questão, além daqueles relacionados a instituições ou escolas que levam o nome Leonel Franca, mas sem relação com a nossa temática.

Na tabela a seguir são apresentados os trabalhos selecionados, divididos entre teses, dissertações e artigos, área de concentração e ano de publicação. Ao todo, são 35 produções acadêmicas: 11 teses e 7 dissertações, de diferentes áreas de concentração, sendo as teses vinculadas à Educação, História, Comunicação Social e Ciência Política. Já as dissertações se inserem em Educação, Ciências da Religião, Serviço Social, História e Educação Brasileira. Das produções, selecionamos 17 artigos científicos que estão categorizados juntamente com as teses e dissertações.

Quadro 1 - Teses, dissertações e artigos divididos por área de concentração

Classificação	Quantidade	Área de concentração/QT	Ano/ QT
Teses	11	Filosofia – 1	1993 – 1
		Educação – 5	2008 – 1
			2017 – 1
			2018 – 2
			2020 – 1
		História – 3	2014 – 1
Dissertações	7		2015 – 1
			2019 – 1
		Comunicação Social – 1	2017 – 1
		Ciência política – 1	2011 – 1
		Educação – 2	2007 – 1
			2023 – 1
Artigos	17	Ciências da religião – 1	2012 – 1
		Serviço Social – 1	2010 – 1
		História – 2	2019 – 2
		Educação Brasileira – 1	2009 – 1
			1992 – 1
			1993 – 2
			1995 – 1
			1998 – 1
			2008 – 1
			2011 – 2
			2015 – 2
			2017 – 1
			2019 – 1
			2020 – 2
			2021 – 3

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além do levantamento apresentado no Quadro 1, no Apêndice B, constam as teses, as dissertações e os artigos divididos em cinco categorias, sendo elas: “Leonel Franca: trajetória e obras”, com 10 produções; “Igreja católica e formação de professores”, com 5 trabalhos; “Igreja Católica e ação social”, com 4 trabalhos; “Igreja Católica, intelectuais e política”, com 9 produções; e “Formação intelectual e educação”, com 6 trabalhos.

Da primeira categoria, “Leonel Franca: trajetória e obras”, selecionamos 4 produções, sendo três teses e uma dissertação; selecionamos também seis artigos científicos. Nela, agrupamos pesquisas que tratam de padre Leonel Franca e algumas de suas obras, assim como de sua trajetória. Entre as teses, destacamos: de Natália Cristina de Oliveira (2018), *Trajetoária intelectual do jesuíta Leonel Franca: educação e catolicismo (1923-1948)*; de Edison Lucas

Fabrício (2019), *A fé na educação: a trajetória, a obra e o “apostolado intelectual” do Pe. Leonel Franca (1893-1948)*; de Aldemir Barbosa da Silva (2020), *Projetos em disputa: o manual Noções de História da Filosofia do Padre Leonel Franca (S.J.), nas décadas de 1910 a 1940*. Já entre as dissertações, selecionamos: de Fabiana Cristina da Conceição (2012), *A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra Ensino religioso e ensino leigo de Leonel Franca*. Dentre os artigos, destacamos: de Francisco Ivern (1993), *Pe. Leonel Franca, S.J.; Candido Mendes (1993), Leonel Franca, a disciplina da verdade*; de Henrique C. Lima Vaz (1995), *Uma filosofia cristã da cultura: Leonel Franca*; também de Henrique C. Lima Vaz (1998), *Leonel Franca e a cultura católica no Brasil*; de Edison Lucas Fabricio (2020), *Laicidade e educação: o Pe. Leonel Franca S.J. e o debate sobre o decreto do ensino religioso na escola pública brasileira (1931)*; de Natália Cristina de Oliveira (2021), *Trajetória intelectual do Padre Leonel Franca: catolicismo e ensino religioso no Brasil (1908-1948)*.

Na categoria, “Igreja católica e formação de professores” agrupamos cinco trabalhos, sendo uma tese, uma dissertação e três artigos. A tese selecionada é de Sandra Maria de Oliveira (2017), *A presença católica na formação de professores no Brasil: os manuais das Madres Peeters e Cooman (1935-1971)*. Já a dissertação é de Maria Cristina Caetano (2007), *O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas*. Dos artigos, destacamos: de Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi e Carla Villanova Neves (2008), *Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do ‘ser professora’ (1930-1950)*; de Alexandra Resende Campos (2011), *Família e Escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro*; e, por fim, de Patrícia Fontana, Martin Kuhn e Tatiane de Freitas Ermel (2021), *Formação professores e processo educativo: a Companhia de Jesus nos clássicos da educação brasileira*. Esses trabalhos abordam a formação de professores e também manuais escolares a eles destinados – especialmente em escolas normais católicas –, além de políticas para o ensino religioso.

A categoria “Igreja Católica e ação social” conta com quatro trabalhos, são duas dissertações e dois artigos. Entre as dissertações: de Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva (2010), *Serviço Social e a ação sócio-pastoral da Igreja Católica: Assistência, promoção humana e emancipação social*; de Edmilson Pereira Cruz (2019), *A repercussão da questão social nos documentos magistrais da Igreja Católica ao longo do século XX e os jesuítas*. Dos artigos, destacamos: de Edilson Soares de Souza (2015a), *Dois teólogos debatem a influência da religião cristã no progresso social e no desenvolvimento humano (Brasil, 1896- 1934)*; de Cyntia Pereira de Sousa Vilhena (1992), *A família na doutrina social da Igreja e na política*

social do Estado Novo. Essas produções contemplam o Serviço Social no Brasil e sua ligação com a Doutrina Social da igreja católica, além da ação social dos jesuítas no Brasil.

Na quarta categoria, “Igreja Católica, intelectuais e política”, selecionamos seis teses, uma dissertação e dois artigos. As teses são: de Bernadete de Lourdes Streisky Stang (2008), *O saber e o credo: Os intelectuais católicos e a doutrina da Escola Nova (1924-1940)*; de Romualdo Dias (1993), *“Cor unum et anima una”: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935)*; de Lorena Madruga Monteiro (2011), *Religião, cultura e política: o apostolado laico dos Jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação*; de Marco Baldin (2014), *O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)*; de Jose Pereira de Sousa Junior (2015), *Estado laico, igreja romanizada na Paraíba Republicana: relações políticas e religiosas (1890-1930)*; de Eduardo Amaral Gurgel (2017), *Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: convergências e divergências*. Selecionamos ainda a dissertação de Leandro Luiz Cordeiro (2008), *Alceu Amoroso Lima e as posturas políticas na Igreja Católica Brasileira (1930-1950)*. Dos artigos científicos, destacamos: de Natália Cristina de Oliveira e Nêvio de Campos (2020), *Padre Leonel Franca: articulações religiosas no Centro D. Vital e na Liga Eleitoral Católica*; de Natália Cristina Oliveira, Nêvio de Campos e Oriomar Skalinski Júnior (2019), *O modelo católico de Ensino Superior no Brasil: padre Leonel Franca e a criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC*. Os trabalhos discorrem acerca do processo de constituição de uma doutrina católica, abordando a autoridade, os grupos que difundiram a doutrina e o pensamento da igreja católica no século XX, além de mostrarem a posição central do cardeal Sebastião Leme na liderança do clero e do laicato católico no Brasil, especialmente na arquidiocese do Rio de Janeiro, bem como o Centro D. Vital. Uma destas pesquisas assinala que Leonel Franca tratou da ideia de pedagogia social no *Boletim da Associação de Professores Católicos do Rio de Janeiro*, mas sem aprofundar-se.

Finalizando as categorias, temos a “Formação intelectual e educação” com cinco trabalhos, a saber: uma tese, duas dissertações e quatro artigos. Selecionamos a tese de Márcia Cristina Soares Cabrera de Souza (2018), *Anísio Teixeira e a educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924–64*. Já de Patrícia Borsato Satírio (2009), selecionamos a dissertação *O ideário educacional católico do século XX na produção bibliográfica do Padre Teófanês (1930 -1960)*. De Gabriel Henrique Divardim Oliveira, a dissertação *“A nova sciencia politica, a pedagogia social”: representações na imprensa brasileira (1917-1940)*. Quanto aos artigos foram selecionados: de Sergio Rogério Azevedo Junqueira e Claudia Regina Kluck (2017), *Ensino confessional: um modelo no cenário brasileiro*; de Edilson Soares de Souza (2015b), *Psicologia e religião: intelectuais cristãos*

escrevem sobre fé e ciência; de Leandro Garcia Rodrigues (2011), *O itinerário espiritual de Alceu Amoroso Lima: Deserto e êxtase da fé*; de Bianca Neves Prachum e Oriomar Skalinski Junior (2021), *Apropriações católicas da Escola Nova a partir dos Manuais Pedagógicos de Everardo Backheuser (1933-1946)*. Nesses trabalhos, encontramos debates sobre Anísio Teixeira e sua atuação na educação brasileira entre 1924 e 1964, suas propostas educacionais e impactos de suas concepções teórico-filosóficas para o ensino público, além de o ideário católico conservador e educacional do padre alagoano Teófanés Augusto de Araújo Barros, com sua produção intelectual situada nos anos de 1960. Há também destaque sobre a imprensa escrita brasileira, no que diz respeito à pedagogia social nos anos de 1917-1940. Ainda, essa categoria abarca discussões sobre a identidade do Ensino Religioso, como componente curricular no cenário da educação brasileira, a relação entre psicologia e religião, a partir do olhar de Eduardo Carlos Pereira e Leonel Franca e, por fim, contempla a trajetória espiritual de Alceu Amoroso Lima.

Todos os trabalhos aqui descritos trazem elementos que compõem a presente pesquisa, auxiliando-nos a avaliar e a posicionar nossa tese no âmbito da produção existente. Alguns focam em obras específicas do Leonel Franca; outros mencionam-no dentro do seu papel religioso ou de sua rede com outros agentes importantes dentro da igreja católica; um terceiro conjunto descreve a maneira como a igreja encaminhou suas ações, diante das urgências pautadas em defesa da educação religiosa, da família, da moral e dos valores cristãos. As categorias nas quais agrupamos os trabalhos selecionados na revisão de literatura convergem para o foco de nossa pesquisa, já que Leonel Franca foi, de alguma forma, contemplado pelos autores. Há quem trata de sua produção escrita, com alguma obra específica, mas também de suas atividades dentro e fora da igreja, como, por exemplo, sua atuação no Conselho Nacional de Educação e na Comissão Nacional do Livro Didático.

Tendo em vista que esta tese trata da pedagogia social em Leonel Franca, encontramos nas produções selecionadas apenas os títulos das conferências por ele realizadas, mas nenhum trabalho que privilegiasse este objeto. É aqui, portanto, que identificamos a lacuna em pesquisas acadêmicas relativas a padre Leonel Franca e pedagogia social católica, assinalando a originalidade de nossa tese.

Às nossas referências, acrescentamos livros que são considerados referências aos estudiosos da igreja católica: *O catolicismo brasileiro em época de transição*, de Thomas Bruneau (1974); *Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)*, de Eduardo Hoornaert (1978); *Brasil, Igreja contra Estado*, de Roberto Romano (1979); *Sacralização da política*, de Alcir Lenharo (1986); *Igreja católica e política no Brasil*, de Scott Mainwaring (1989); *Para*

entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968), de Raimundo Caramuru Barros (*Servus Mariae*) (1994); *Elite intelectual e restauração da Igreja*, de Alípio Casali (1995); *A elite eclesiástica brasileira*, de Sergio Miceli (2009); *Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938*, de Nívio de Campos (2010); *Alceu Amoroso Lima e a renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular*, de Oriomar Skalinski Junior (2015). Todas essas obras são estudos relativos a âmbitos da igreja católica, contribuindo para melhor entendimento do contexto religioso e histórico do recorte desta tese.

Sergio Miceli, ao tratar da igreja católica no Brasil, destaca dois movimentos:

O processo de “construção institucional” da Igreja Católica brasileira ao lado da República Velha (1890-1930) se prende, de um lado, às diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira (Miceli, 2009, p. 17).

Verificamos que no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, a igreja católica tinha como projeto a ampliação de seu alcance social, o que significava, para além da fé ou devoção, uma intervenção de católicos na dimensão política, para fortalecer a hierarquia da igreja. Thomas Bruneau, ao tratar da política do governo na Primeira República, afirma que:

As melhores descrições da política da Primeira ou Velha República são aquelas que sublinham o seu caráter descentralizado e flexível. A característica desse sistema parece ter sido a sua capacidade, de curta duração, de jogar com vários grupos, e no processo, manter o "status quo". Entretanto, nos primeiros anos da década de 1920, com baixos níveis de industrialização, urbanização, diferenciação social e centralização política, o sistema se tornou menos capaz de enfrentar a situação, e distúrbios civis, movimentos revolucionários e tentativas de revolta começaram a se manifestar. É significativo que nesses tempos de intranquilidade civil as autoridades se voltassem para a Igreja como um meio de aumentar a sua legitimidade aos olhos do povo. Parece-me exato afirmar que a alienação da Constituição da realidade nacional se tornou cada vez mais óbvia com a intranquilidade social e a instabilidade política: a elite procurou então, o apoio da Igreja (Bruneau, 1974, p. 77).

Havia, portanto, interesses mútuos. Da parte do governo, a legitimação do poder; da igreja, por sua vez, a possibilidade de influir no campo político. Em 1922, no Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, em comemoração ao primeiro Centenário da Independência do Brasil, alguns líderes católicos trataram da importância da aproximação entre Igreja e Estado, como, por exemplo: Jackson de Figueiredo, presidente do Centro D. Vital; Plácido Modesto Martins de Melo, jornalista e presidente do Banco do Distrito Federal; e Carlos de Laet, jornalista de prestígio. Romualdo Dias destaca a importância do Congresso Eucarístico:

O Congresso Eucarístico pode ser caracterizado como um evento aglutinador de forças e desencadeador de múltiplas atividades englobadas pela obra restauradora católica. São os seguintes elementos que assim o caracterizam.

Em primeiro lugar, é de se destacar o tema do Congresso: “A restauração cristã do Brasil pela vida eucarística, principalmente na família, na infância e na mocidade”. Estavam muito bem indicados o objetivo, o meio para alcançá-lo e os setores sociais a serem atingidos.

Em segundo lugar, identificam-se os temas de estudo e seus expositores. Os temas polêmicos surgidos na relação entre Estado e Igreja estavam presentes nos debates; deles participaram os mais importantes líderes da hierarquia católica e do laicato.

Em terceiro lugar, vemos D. Leme fazendo o lançamento solene de sua plataforma político-pastoral, definindo-se como o coordenador da obra restauradora do Brasil para o catolicismo e sendo aclamando como bispo da eucaristia (Dias, 1993, p. 135).

Notamos, portanto, que o Congresso foi um meio de dar visibilidade e fortalecer o pensamento católico, trabalhando com temas que repercutiam entre grande parcela da população. Assim, havia uma ampla inclusão no projeto da igreja católica para difundir seus valores. Scott Mainwaring afirma que: “O processo de recristianização da sociedade teve início nos últimos anos do século XIX, mas foi só nos anos 20 que o novo modelo da Igreja iria florescer” (Mainwaring, 1989, p. 46). Existiu, portanto, um projeto para a restauração católica no Brasil:

Durante o período da neocristandade a Igreja conseguiu o laicato da classe média. Uma das mais influentes gerações de líderes leigos católicos na história da América Latina emergiu nos anos 20 em torno do Centro Dom Vital, um instituto católico pequeno, mas de grande influência no desenvolvimento da Igreja e na política. O centro foi criado em 1922 por Jackson de Figueiredo, íntimo colaborador do cardeal Leme. Jackson, conhecido por seu nacionalismo antidemocrático, foi figura destaque da restauração católica desde a época de sua conversão, em 1918, até a sua morte em 1928 (Mainwaring, 1989, p. 46).

O Centro D. Vital (1922) reunia a intelectualidade católica, visto que a igreja no Brasil tinha como objetivo manter uma identidade nacional cristã. Destacamos ainda a revista *A Ordem*, criada por Jackson de Figueiredo, um ano antes, em 1921. A revista possuía caráter de divulgação de concepções teológicas, filosóficas e políticas de cunho religioso, objetivando a defesa de valores católicos e a realização de críticas ao liberalismo, ao socialismo e ao laicismo. Em 1922, essa revista passa a ser vinculada ao Centro D. Vital. Em 1928, com morte de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Ataíde, assumiu a direção do Centro.

A revista passou por algumas mudanças e tornou-se uma revista católica de natureza cultural, ampliando o alcance do debate católico ao difundir o pensamento social da igreja. Esse processo é descrito por Alípio Casali:

A Igreja parece perceber os espaços vazios nesses conflitos pela hegemonia, e buscou introduzir seu projeto nesses espaços. Desde logo deixou entrever sua estratégia: sem

abandonar os cotejos palacianos em busca de soluções diretas com o governo, concentrou o melhor de suas forças na disputa pela hegemonia a nível da sociedade civil, atuando simultaneamente em duas frentes: no campo dos intelectuais (profissionais liberais, classe média alta, escolarizada) e no campo das camadas populares (Casali, 1995, p. 81).

É possível observar que a igreja católica empregou variadas estratégias para conseguir se fortalecer, com mais de uma frente e dando-lhes a importância necessária para que houvesse um interesse recíproco na relação com os governantes, os intelectuais e os fiéis. Nesta direção, Romualdo Dias destaca cinco elementos sobre a obra restauradora da igreja:

Primeiro, a utilização e a divulgação de um referencial doutrinário europeu elaborado pelos pensadores católicos da contra-revolução do século XIX e pelos Documentos Pontifícios;
Segundo, um processo de articulação e coordenação entre o episcopado brasileiro;
Terceiro, a formação de uma elite intelectual a serviço do projeto político-pastoral do episcopado;
Quarto, a organização de grupos intermediários, responsáveis por articular as massas;
Quinto, a promoção de movimentos religiosos de massas (Dias, 1993, p. 2).

Nossa tese contempla, destacadamente, o terceiro elemento, visto que havia no período aqui estudado um grupo de intelectuais vinculados a um projeto de cultura católica, conforme se verifica no Centro D. Vital. Esse processo de recristianização foi pautado nos capitais cultural, social e simbólico que os integrantes do clero detinham. Leonel Franca, no ano de 1923, publicou o livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (Franca, 1948/2021), tratando do combate ao protestantismo. Nele, o jesuíta escreveu que: “A religião católica é a verdade cristã na inteireza da sua unidade indivisível, no esplendor de toda a sua beleza, em toda a eficácia de sua influência civilizadora” (Franca, 1948/2021, p. 267), consequentemente, afirmava a heresia do protestantismo. Em suas conclusões, o sacerdote assinalou:

Infundamos nas nossas leis o espírito vivificador do cristianismo. O direito de um povo deve espelhar a sua religião; a consciência jurídica de um país deve ser o reflexo de sua consciência religiosa.
Na realização deste ideal de restauração católica na consciência dos indivíduos e no governo da sociedade, devem empenhar-se os esforços de quantos sentem palpitar no coração o amor da verdade e da grandeza da pátria.
A Igreja católica é a única fundada por Jesus Cristo, a depositária autêntica dos seus ensinamentos, a única via de salvação. Permanecer-lhe fiel é questão de consciência individual. Saibamos colocar a verdade acima de todos os interesses do tempo.
A Igreja católica é a grande educadora dos povos, a mãe venerável da nossa civilização, a sábia impulsora do **progresso intelectual, moral e religioso das nações**, a amiga sempre sincera da humanidade. Permanecer-lhe fiel é questão de consciência nacional. Saibamos amar o Brasil, com **patriotismo sincero e esclarecido** (Franca, 1948/2021, p. 452, grifo nosso).

Leonel Franca ressaltava a importância da igreja católica, não somente como uma instituição de amparo espiritual, mas também como instituição educadora, formadora e

portadora de uma doutrina. Notamos que ele se lançava ao campo intelectual em nome do catolicismo, produzindo intervenções em diversas questões que emergiam no momento, expondo suas avaliações em diferentes espaços do mundo social. Quanto ao “progresso intelectual, moral e religioso das nações”, referenciado acima, destacamos que esses eram elementos fundamentais do pensamento do Leonel Franca em suas diferentes conferências, sobretudo naquelas específicas sobre educação social e pedagogia social, moldando a ideia de formação da personalidade das pessoas.

Riolando Azzi destaca a relevância “que o ensino da doutrina católica assumiu nesse período. Entre as grandes metas da atividade pastoral da Igreja estava sem dúvida, predomínio da doutrina católica sobre a vida de toda a nação” (Azzi, 1994, p. 30). O autor ainda enfatiza duas vertentes quanto à atuação da igreja. De um lado, a “insistência nas verdades católicas, ou seja, no dogma na fé católica”; de outro, “a valorização da moral católica, ou seja, das orientações da Igreja referentes à conduta individual e familiar das pessoas” (Azzi, 1994, p. 30). Em ambas percebemos a forte atuação do Leonel Franca.

Cumpramos destacar que esta tese apoia-se na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que fundamenta a ideia de análise social em uma perspectiva relacional para examinar os processos de luta pela definição de pedagogia social. Notadamente, ao operacionalizar alguns conceitos de Pierre Bourdieu, podemos produzir sentido sobre a intervenção do jesuíta Leonel Franca em favor da igreja católica. Em primeiro lugar, sobre o entendimento de história de vida. Bourdieu critica essa noção a partir do conceito de trajetória, que pode ser definido “[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 1996, p. 81). Percebemos, assim, a pertinência dessa definição para tratar do Leonel Franca, pois se faz necessário pensá-lo em variadas relações sociais, especialmente no interior do campo religioso e no espaço institucional da igreja católica. Destacamos que observamos nele um *habitus* jesuítico-religioso⁶, já que havia uma disposição de pensamento e de sensibilidade internalizada a partir de sua formação na Companhia de Jesus. Em sua biografia, consta a afirmação de que:

Em todas as Ordens e Congregações da Santa Igreja, o Noviciado tem por finalidade amestrar os candidatos à vida religiosa na prática da oração e das virtudes, daquelas principalmente que sintetizam os conselhos evangélicos e serão objeto dos sagrados votos: pobreza, castidade e obediência [...].

Leonel Franca, embora juvenzinho de 15 anos, - idade mínima exigida hoje pelo Direito Canônico para entrada em Religião -, não se iludiu no passo que dava, conhecedor como era do Instituto fundado por Santo Inácio de Loyola.

⁶ Utilizamos a ideia de um *habitus* jesuítico-religioso ao relacionarmos disposições incorporadas por Leonel Franca, de maneira consciente ou não, durante sua trajetória na Companhia de Jesus.

Ingressara na Companhia de Jesus aos 12 de novembro de 1908, véspera de S. Estanislau Kostka (D'Elboux, 1953/2021, p. 35-36).

Percebemos que Leonel Franca, desde muito novo, foi inserido no mundo religioso institucional, constituindo o seu caminho como padre, escritor, divulgador de um ideário até a sua morte em 1948. Vale ressaltar ainda que a biografia escrita pelo padre Luiz Gonzaga da Silveira D'Elboux, S.J.⁷, também um jesuíta, é um livro póstumo, de 1953, referente ao padre Leonel Franca, visando contar sua história de modo hagiográfico. Assim, faz-se necessário avaliar as informações constantes no livro, a partir de uma perspectiva que contemple as referidas intenções do biógrafo. Esse quadro pode ser verificado ao se considerar o trecho seguinte, escrito pelo cardeal dom Jaime Câmara, dirigindo-se ao padre Luiz da Silveira D'Elboux, S.J., biógrafo:

A feliz iniciativa que teve a Companhia de Jesus, encarregando V. Revma. de escrever a biografia do saudoso Padre Leonel Franca S. J., vem preencher uma lacuna que todos deploráramos.

A pessoa invulgar do Padre Leonel Franca, que vive ainda na memória e no coração de quantos o conheceram, é uma daquelas cuja lembrança não desaparece com a morte, porque a obra de edificação moral que deixou no Brasil é um monumento a atestar continuamente sua presença no meio de nossa geração, que ele instruiu com sua cultura e edificou com os exemplos de sua vida (D'Elboux, 1953/2021, p. 7).

O livro contempla um conjunto de informações que tratam da sua infância, formação, noviciado, ministérios, apostolado pedagógico, seu lado escritor como teólogo, polemista, literato, suas ações e sua saúde, constantemente debilitada, apresentando-o invariavelmente como um trabalhador incansável. Essa perspectiva é aqui sempre avaliada com cautela, aproveitando-se a riqueza de informações constantes no livro, mas sem necessariamente assumir posicionamentos interpretativos apresentados pelo biógrafo⁸.

No livro *O poder simbólico*, Bourdieu destaca o conceito de *habitus* e assinala: “Assim como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (Bourdieu, 2002, p. 61). Assim sendo, padre Leonel Franca, desde muito cedo, visto sua entrada na Companhia de Jesus, incorporou um conjunto de disposições que foram se intensificando e se fortalecendo, o que podemos classificar como *habitus* jesuítico-

⁷ A sigla S.J. após o nome “Silveira D'Elboux” significa *Societas Iesu* (Companhia de Jesus, em latim), que é a ordem religiosa dos jesuítas na igreja católica.

⁸ Acerca de biografias, seus estilos e suas implicações, recomenda-se a leitura de: *A ilusão biográfica*, de Pierre Bourdieu; *São Luís*, de Jacques Le Goff; *O pequeno x: da biografia à história*, de Sabina Loriga; e *O desafio biográfico: escrever uma vida*, de François Dosse.

religioso. Sobre o *habitus* e as possibilidades de sua discussão no interior do campo religioso, Bourdieu diz que:

As diferentes formações sociais podem ser distribuídas em função do grau de desenvolvimento e de diferenciação de seu aparelho religioso, isto é, das instâncias objetivamente incumbidas de assegurar a produção, a reprodução, a conservação e a difusão dos bens religiosos, segundo a sua distância em relação a dois pólos extremos, o auto-consumo religioso, de um lado, e a monopolização completa da produção religiosa por especialistas, de outro lado (Bourdieu, 2015, p. 40).

Percebemos, em padre Leonel Franca, que seu *habitus* jesuítico-religioso foi incorporado e desenvolvido durante toda sua vida, sendo decisivo para que fosse capaz de reproduzir, conservar e difundir os valores e as ideias da igreja católica, em seus escritos, aulas, conferências, missas ou atendimentos à comunidade. O conjunto de atitudes e ações incorporadas decorre das relações que os agentes estabelecem durante a vida, portanto, trata-se de algo pertencente ao domínio coletivo de um grupo ou classe, no caso do padre, ao coletivo religioso, conformando-se a partir disso um *habitus*. Sobre isso, Bourdieu escreve:

Para compreender todas as implicações da noção de *habitus* – idéia pela qual tentei demonstrar que se podia escapar das alternativas estéreis do objetivismo e subjetivismo, do mecanismo e finalismo, nas quais ficam aprisionadas habitualmente as teorias da ação –, eu gostaria de analisar as relações entre os *habitus* sistemas de disposições socialmente constituídos e os campos sociais. Nessa lógica, a prática poderia ser definida como o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social que funciona, nesse aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem (Bourdieu, 2003, p. 38).

O *habitus* é internalizado pelos agentes, em grande medida, balizado pelos campos em que tomam parte. O campo é um espaço de posição social, logo, é um espaço de interesses, no qual ocorrem disputas ligadas às pretensões daqueles que dele se ocupam. Os interesses podem ser velados ou evidentes, podem agrupar ou excluir pessoas. Pensando a igreja católica como instituição e padre Leonel Franca como agente, podemos dizer que ambos estavam empenhados em conquistar espaço e concentrar poder. Bourdieu ressalta que existem:

[...] estruturas objetivas, e além disso há lutas em torno dessas estruturas. Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças dos campos (mesmo se às vezes se diz que há essa semelhança: caso se observarem algumas evoluções políticas, como a do número de nossos intelectuais, como não dizer que a limalha segue realmente as forças do campo?). Eles têm disposições adquiridas – não desenvolverei aqui esse ponto – que chamo de *habitus*, isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mas colocados, mal em sua própria

pele, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições (Bourdieu, 2004a, p. 28).

Leonel Franca, ao longo de sua trajetória, mesmo sem se filiar a partidos, tomou parte em diversas discussões políticas ligadas a assuntos religiosos ou não, a fim de defender e propagar o ideário católico. Seus discursos alcançavam diferentes públicos, fosse a elite intelectual ou os fiéis populares da igreja. Fosse para professoras, que, por conseguinte, difundiriam seus pensamentos, fosse para políticos que poderiam defender as ideias católicas nos seus mandatos eletivos. Notamos na figura do jesuíta que, como bem evidencia Pierre Bourdieu, “há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição” (Bourdieu, 2008, p. 87). Portanto, Franca é legitimado a falar. Tornou-se um porta-voz dentro do campo religioso, que circulou em distintos espaços propagando sua legitimidade e falando em prol do ideário católico.

Ao longo da presente tese, discutiremos as intervenções e os discursos do Leonel Franca em diferentes campos sociais, enfatizando aqueles que remetem à pedagogia social e à educação social. Vale ainda mencionar que o personagem aqui estudado traz elementos dentro do seu próprio contexto religioso e histórico. Ao longo de suas conferências, o jesuíta mencionou o nome de Paul Gerhard Natorp (1854- 1924), outro estudioso de pedagogia social e educação social. É um dos precursores da pedagogia social, que destacava o papel fundamental da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e defendia a comunidade como uma alternativa ao individualismo. Entretanto, nos deteremos a estudar as ideias do Leonel Franca, visto a escassez de tempo para dialogar com a obra produzida por Natorp, como, por exemplo, seu livro *Pedagogia social: teoria da educação da voluntariedade sobre a base da comunidade* (Natorp, 1913). Desse modo, salientamos que esta é uma possibilidade de trabalho futuro, correlacionando e distinguindo ideias entre esses dois nomes.

Para além do conceito geral de campo, discutimos em nossa pesquisa o conceito de campo religioso. De acordo com Bourdieu, “todo campo religioso é o lugar de uma luta pela definição, isto é, delimitação das competências, competência no sentido jurídico do termo, vale dizer, como delimitação de uma alçada” (Bourdieu, 2004b, p.120). Reiteramos que os agentes podem transitar por diferentes campos, lançando mão de suas disposições e possibilidades para legitimar suas posições e suas ações, conscientemente ou não. Bourdieu escreve que:

Os agentes que estão em concorrência no campo de manipulação simbólica têm em comum o fato de exercerem uma ação simbólica. São pessoas que se esforçam para manipular as visões de mundo (e, desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), manipulando as palavras, e, através delas, os princípios da construção da realidade social [...] (Bourdieu, 2004b, p. 121).

A igreja católica se insere no espaço social de modo a sancionar um campo da sociedade via os agentes religiosos. Ao avaliarmos a partir desse quadro, Leonel Franca enquanto expressiva liderança da igreja, foi alguém que interferiu no âmbito político e cultural, também empregando seu capital simbólico, a fim de articular os campos religioso e político, pautando a perspectiva defendida pela igreja, além de dar sustentação para as tomadas de posição institucionais.

Juntamente com os conceitos de *habitus* e de campo, sublinhamos ainda os tipos de capitais considerados por Pierre Bourdieu. De acordo com o autor, podemos verificar quatro capitais, sendo eles: capital simbólico, capital cultural, capital econômico e capital social. Conforme Lebaron, no livro *Vocabulário Bourdieu*:

Um “capital” é um “recurso”, segundo o modelo de “patrimônio”, isto é, um estoque de elementos (ou “componentes”) que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma “comunidade”, um país, etc. Um capital é também uma forma de “segurança”, especialmente do ponto de vista do futuro; tem a característica de poder, em determinados casos, ser investido e acumulado de modo mais ou menos ilimitado (Lebaron, 2017, p. 101).

É perceptível, no caso do padre Leonel Franca, que o acúmulo dos quatro tipos de capitais, especialmente o simbólico e o cultural, fizeram-se presentes em sua trajetória, propiciando sua ascendência e distinção enquanto agente religioso com poder de fala e de ação, tornando-se referência para os intelectuais católicos. Destacamos as palavras de Bourdieu sobre capital simbólico:

[...] o capital simbólico traz tudo o que se pode ser colocado sob o nome de *nesba*, isto é, a rede de aliados e de relações que se tem (e que se mantém) por meio do conjunto dos engajamentos e das dívidas de honra, dos direitos e dos deveres acumulados ao longo das gerações sucessivas e que pode ser mobilizado nas circunstâncias extraordinárias (Bourdieu, 2013, p. 198).

A acumulação e a mobilização de capital simbólico se identificam, para além das atividades diárias do Leonel Franca, como um religioso pertencente a uma paróquia, no empenho em difundir os ideais do catolicismo em revistas, jornais, conferências e livros. Do livro sobre sua biografia, destacamos a passagem a seguir, que busca estabelecer uma imagem do Leonel Franca:

Tal foi o humilde, mas gigante jesuíta, Pe. Leonel Franca. Irradiava a luz de precioso candelabro e o dinamismo de santa cidadela. Ciência e virtude - eis os dois focos desta vida que vamos historiar. [...] nosso principal intuito é que os leitores passem do conhecimento da brilhante atividade externa do Pe. Leonel Franca, a perceber os valores de seu interior e assim saibam interpretar, no verdadeiro sentido, uma vida tão extraordinária e, mais que isto, saibam imitá-la no que encerra de santificante (D’Elboux, 1953/2021, p. 17-18).

De modo intencional, ao demonstrar a força e o papel da história do Leonel Franca, ele é tratado como alguém que muito fez pela sociedade brasileira. Percebemos que as referências a essa figura o descrevem como alguém que, em sua humildade, tanto fez. Inclusive, ele mesmo se colocará nesse lugar, enfatizando seu percurso de vida dentro do catolicismo e de suas relações.

Retomando suas ações, não apenas como modo de legitimação dos espaços em que circulava, mas, inclusive, como estratégia de enfrentamento a pensamentos opostos, tais como o ensino leigo, D’Elboux, S.J., destacou algo que pode ilustrar esse quadro de intervenção:

Lá por 1932 alguns pioneiros da Escola Nova ousaram atirar à opinião pública um vasto programa de “construção educacional no Brasil”. Verdadeiro manifesto comunista, que, sob a capa de melhorias pedagógicas, ocultava o radicalismo dos princípios mais subversivos. [...] Pe. Franca apontou-lhe os erros perigosos: laicidade, absolutismo, coeducação, etc., desmentindo energicamente as inversões do direito natural (D’Elboux, 1953/2021, p. 236).

O capital simbólico do padre Franca possui relação direta com o capital cultural por ele adquirido. Sua formação intelectual, de maneira mais incisiva, iniciou ao ingressar na Companhia de Jesus, em 1908, aos quinze anos de idade. Em 1910, pronunciou seus primeiros votos religiosos e iniciou o curso de Letras. Dois anos depois, em 1912, mudou-se para Roma, a fim de estudar na Universidade Gregoriana. Sua formação intelectual, nos termos de uma intensa dedicação aos estudos, estendeu-se durante toda sua vida sacerdotal, tendo lhe rendido importante reconhecimento junto à hierarquia da igreja. Verifica-se que houve um efetivo investimento da ordem inaciana na formação de padre Leonel Franca. As relações aqui mencionadas mostram as posições que galgou. Ele foi um religioso que conquistou fala autorizada institucionalmente, já que durante sua vida publicou diferentes obras, sobre temas diversos, mas todos caros à igreja católica. Nesse caso, pode-se destacar o investimento que a Companhia de Jesus proporcionou ao padre, na medida em que vislumbrava nele potencialidade para desenvolver com distinção suas atribuições religiosas. Pierre Bourdieu, ao discutir a lógica de investimento em um campo, escreveu que: “Essas relações objetivas são as relações entre as posições ocupadas nas distribuições dos recursos que são ou podem se tornar operantes, eficientes, a exemplo dos trunfos em um jogo, na concorrência pela apropriação dos bens raros que têm lugar nesse universo social” (Bourdieu, 2004b, p. 154).

Conforme Grün, no *Vocabulário Bourdieu*:

A teoria geral dos capitais de Bourdieu diz que eles funcionam de maneira e intensidade diferentes em cada espaço, ou campo, em que são utilizados. Isso parece evidente para os outros capitais, mas é pouco intuitivo para o econômico. Essa é outra virtude heurística do conceito de Bourdieu: ele nos conduz a procurar essa diferencialidade e suas consequências. Em espaços como o religioso e o intelectual, o capital econômico funciona caprichosamente, tendo que ser denegado (Grün, 2017, p. 107).

O capital econômico, a partir de diferentes fatores de produção, ou de um conjunto de bens econômicos, pode ser gerado e/ou acumulado por meio de diversas estratégias, nos variados campos em que um agente participa, na medida das relações estabelecidas a partir de certas posições sociais. Já no que diz respeito ao capital social, há relação direta com os demais tipos aqui mencionados. Leonel Franca estabeleceu uma ampla rede de relações durante sua vida; nesse sentido, sublinha-se um trecho de sua biografia que nos leva a perceber suas relações e atuação:

Em 1937, a pedido de alguns políticos católicos e com plena aprovação do Cardeal Leme, chegou a elaborar um esboço completo de concordata entre o Brasil e a Santa Sé. Talvez essa preciosidade não tenha saído de seu arquivo, mas revela bem o arrojo de seu ideal religioso-patriótico.

Além do Conselho Nacional de Educação, em que trabalhou durante 17 anos, outros laços ainda o ligaram ao serviço público: desde 16 de janeiro de 1937 pertenceu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo sucessivamente reeleito para a Representação da Religião, e também Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística; pelo Decreto de 25 de fevereiro de 1938 fora nomeado membro da Comissão Censitária Nacional, cargo de que tomou posse aos 28 de maio no Palácio Monroe.

A 26 de junho de 1946 era também empossado, no Itamarati, do posto de Delegado do Governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (I.B.E.C.C.), órgão nacional em articulação com a U.N.E.S.C.O., criada pela O.N.U. (D'Elboux, 1953/2021, p. 200).

São perceptíveis as diferentes frentes em que padre Franca atuou, para além das mencionadas na citação. Nessa direção, percebemos que: “O capital social é produtivo e torna possível a realização de alguns objetivos que, em sua ausência, não poderiam ser efetuados” (Martin, 2017, p. 117). O religioso, portanto, dentro de uma rede, estabeleceu diferentes relações que fortaleceram suas possibilidades de ação e deu força ao discurso da igreja católica, em um momento em que necessitava ganhar força no debate público.

Depois dessa exposição teórica, chegamos ao plano metodológico, isto é, esta tese se caracteriza como uma pesquisa histórica e documental. Faz-se a partir do uso de fontes, documentos específicos da igreja católica e escritos de padre Leonel Franca, já publicados pela Associação Cultural Christus Regnat, Obras Católicas⁹, Editora Realeza, além de manuscritos

⁹ Para mais informações, ver Editora Obras Católicas.

(rascunhos, correspondências e anotações que originaram os textos já publicados), localizados no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil¹⁰, com sede no Rio de Janeiro. Em julho de 2022, o visitamos, sendo recebidos pelo padre Roberto Barros Dias, S.J., diretor-arquivista. Nosso primeiro contato com o Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil foi via e-mail, para agendarmos uma data para pesquisa. Após esse primeiro contato, foi possível realizarmos a visita. Ali, encontramos materiais, reunidos em pastas, de vários padres jesuítas. No momento, acontece um trabalho de digitalização de todo esse material, para que pesquisadores tenham acesso mais facilitado e, assim, preservem os originais, que não poderão ser mais manuseados. Entretanto, o arquivo do Leonel Franca estava em uma fila de espera para a digitalização. Iniciaram esse trabalho com o arquivo de pastas de pessoas “vivas”. Ao todo, tivemos acesso a sete pastas, localizadas na categoria “falecidos”, com diferentes materiais conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 2 - Documentos localizados no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil – RJ

Número da caixa	Documentos
11	Manuscritos: Pedagógicos Filosóficos Moral e família
12	Manuscritos: Teológicos e Filosóficos
13	Alocações Exercícios Espirituais Conferências
14	Artigo sobre o primeiro Congresso Eucarístico na Bahia Poesias Artigos diversos 25º aniversário da sua morte Diário do P. Franca Apreciações e críticas sobre o livro “A crise do mundo moderno”
15	Conferências pedagógicas Manuscritos pedagógicos Escritos Jesuíticos Exercícios Espirituais
16	Correspondências Manuscritos Pedagógicos
18	Fotografias, curriculum Recortes de jornais e revistas com apreciações sobre suas publicações Recortes de jornais e revistas por ocasião de sua morte.

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil (1933).

Nota: Contato realizado em 2022.

Nessas pastas, há um acumulado de registros escritos e fotográficos de diferentes momentos da trajetória do Leonel Franca. Ao todo, foram três dias, das 8:30h às 17:00h, para

¹⁰ Localizado na Rua Bambina, 115 – Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil.

manuseio e registro fotográfico de tudo que nos era pertinente. Anteriormente, conversamos com padre Roberto e explicamos que nosso objeto de pesquisa seria Leonel Franca e a pedagogia social católica. Dessa forma, devido ao tempo que tínhamos agendado para nosso trabalho com o acervo, o padre não nos trouxe as pastas na ordem citada acima. Inicialmente, tratando-se de conferência, iniciamos pela pasta 16 e 18, para, em seguida, trabalharmos nas demais.

Cada pasta era entregue separadamente a nós e, após a finalização do registro fotográfico de todo o material, era devolvida à secretária do Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil. A próxima pasta só nos era disponibilizada pelo padre, que a trazia até nós. Nos cederam uma sala para o trabalho. Em cada troca de pasta, o padre-arquivista falava sobre alguns documentos, ressaltando a importância da obra do Leonel Franca para a igreja católica. Finalizada essa etapa de primeiro contato com os arquivos, passamos todas as fotografias para um dispositivo eletrônico para podermos manusear com atenção, separando as sete pastas, já destacando o que nos serviria de fonte para realização da nossa pesquisa. Fato importante a ser destacado é que, como pesquisadora, as buscas tinham como objetivo encontrar material pertinente à temática pedagogia social e educação social; desse modo, devido ao tempo que tínhamos disponível, a outros materiais não foi dada a mesma atenção. Cartas como as de acolhimento espiritual, com demandas específicas sobre seus livros, conferências e jornais, foram deixadas para um segundo momento de aprofundamento de pesquisa no que diz respeito a Leonel Franca.

As conferências proferidas e alguns outros escritos do padre estão publicados no livro *A formação da personalidade* (Franca, 1954/2019), o que facilita o acesso, uma vez que seus manuscritos, tanto pela sua caligrafia quanto pelo tempo decorrido, são de difícil leitura. Aqui, damos destaque à primeira publicação desse livro, feita pela Editora Agir, criada por Alceu Amoroso Lima dez anos antes de sua publicação, em 1944. Essa editora teve como objetivo inicial publicar obras de escritores católicos, estabelecendo também uma rede com outras iniciativas semelhantes. Tinha forte expressão na área de filosofia, educação, espiritualidade e literatura religiosa. Este espaço editorial oferecia a Leonel Franca o universo ideal para que suas obras alcançassem professores, estudantes e leitores interessados em assuntos voltados para a educação e a religião. Seu potencial de publicação por essa editora diz respeito à afinidade temática e ideológica, já que seu público era o mesmo que a editora já atendia, a rede católica de intelectuais que também produziam e publicavam por ela, sendo muitos autores ligados à Companhia de Jesus e ao movimento de renovação católica, além da relevância de sua qualidade editorial e alcance nacional.

Mesmo já tendo os materiais publicados em mãos, nossa ida até o Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil foi importante para ampliar as fontes que tratam da pedagogia e educação social, especialmente daquela parte ainda não publicada. A busca por mais materiais se concretizou ao localizarmos recortes de jornais da época, tais como: *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite*, *O Estado de São Paulo*, *O Nordeste* e *Jornal do Brasil*. Estes trazem informações sobre as obras de padre Leonel Franca, lançamento de livros e conferências, homenagens em vida e póstumas, sobre a participação no Conselho Nacional de Educação e tempo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no momento de fundação e como reitor, além de notas sobre sua condição de saúde e sua morte.

Esses jornais indicam como o religioso era visto e como seus textos circulavam em diferentes cenários, pautando sua legitimidade enquanto pessoa com poder de fala e escrita, representando a igreja católica e defendendo princípios relacionados à tradição no âmbito cotidiano, em questões tais como o matrimônio, o divórcio e a instrução educacional. Os jornais informam sobre a data de falecimento de padre Leonel Franca, tratam de sua importância para o meio católico e contam como sua ausência foi sentida. Do mesmo modo, informam que, nos 55 anos que viveu, o religioso ampliou o debate católico, também abordam produções utilizadas em escolas, como material didático, demonstrando o quanto sua formação contribuiu para tais resultados.

Outros achados que contribuem com a pesquisa são aqueles que mencionam ou noticiam seus escritos sistemáticos. Por fim, selecionamos uma matéria específica sobre a pedagogia social e um noticiário das conferências proferidas pelo padre às professoras, no ano de 1933, sobre esse tema. Esses materiais somam-se às obras publicadas pela Obras Católicas, em organização de 2021. Ao todo, são dezessete obras, organizadas pela Obras Católicas, como na descrição a seguir:

Tomo I: O Padre Leonel Franca (D'Elboux, 1953);

Tomo II: Alocuções e Artigos - Vol. 1 (Franca, 1954), com os textos *Cristianismo e democracia*, *Alocuções universitárias* (42 textos) com distintas datas, *Alguns aspectos da igreja* (14 textos), com distintas datas, *Companhia de Jesus* (5 textos), com distintas datas e *Civilização brasileira* (2 textos) com distintas datas; *Alocuções e Artigos – Vol. 2*, (Franca, 1954), com os textos *Trabalhos filosóficos*, *Vultos eminentes*, *Em defesa da família cristã* e *Temas diversos*, todos com distintas datas;

Tomo III, Vol. 1, Igreja, a Reforma e a Civilização (Franca, 1942); *Vol. 2, Catolicismo e Protestantismo* (Franca, 1952); *Vol. 3, O Protestantismo no Brasil* (Franca, 1952), *Vol. 4, Polêmicas com os textos Ensino religioso e ensino leigo* (Franca, 1931), *Problemas de*

deontologia médica (Franca, 1936), *Notas de deontologia médica sobre o aborto* (Franca, 1930), *Relíquias de uma polêmica* (Franca, 1926), Vol. 5, *O Divórcio* (Franca, 1955);

Tomo IV, Vol. I, *Livros dos salmos* (150 textos) com distintas datas, *Cânticos do Breviário*, Vol. 2, *Imitação de Cristo* (Franca, 1953) tradução, *A Formação da Personalidade* (Franca, 1954), composta por diversos escritos pedagógicos, sendo eles *Formação* (Franca, 1938), *Escola única* (Franca, 19—), *Educação* (Franca, 1928), *Educação sexual*, *Educação social* (Franca, 1933), *O direito de educar*, *Unidade e dispersão em pedagogia* (Franca, 1932), *Progresso e tradição em pedagogia* (Franca, 1930), *Escola nova e pedagogia social* (Franca, 1933), *Pedagogia social I* (Franca, 1933), *Pedagogia Social II* (Franca, 1933), *Pedagogia socialista* (Franca, 1933), *O pensamento social* (Franca, 1933), *Unidade da pedagogia católica* (Franca, 1931c), *Renascimento da pedagogia católica* (Franca, 1931d), *As responsabilidades do educador* (Franca, 1931e), *Sobre o manifesto educacional*, *O ensino no Brasil*, *Humanismo e idade moderna*, *Política educacional*, *Discurso na inauguração de uma sede de escotismo* (Franca, 1927), *Meditação* (Franca, 1938), *Escola leiga – I* (Franca, 1928), *Escola leiga – II* (Franca, 1928), *Escola leiga – III-A* (Franca, 1928), *Escola leiga – III-B* (Franca, 1928), *Ensino do catecismo* (Franca, 1929), *Ensino religioso* (Franca, 1931b), *Leituras - I e II* (Franca, 1937) *Leituras – III* (Franca, 1938), *Leituras – IV* (Franca, 1938), *Ação católica e educação* (Franca, 1933), *Ação católica no campo escolar* (Franca, 1929), *Moral leiga – I* (Franca, 1929), *Moral leiga – II* (Franca, 1929), *Moral leiga - III* (Franca, 1929, Vol. 4, *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum* (Franca, 1952), tradução e escrita do prefácio¹¹.

Tomo V: Vol. 1, *A Crise do Mundo Moderno* (Franca, 1955), Vol. 2, *Noções da História da Filosofia* (Franca, 1955), Vol. 3, *Psicologia da Fé* (Franca, 1952), Vol. 4, *O problema de Deus* (Franca, 1953), póstumo, e *Liberdade e Determinismo* (Franca, 1954), póstumo.

Dessas obras, selecionamos as seguintes: *A formação da personalidade* (Franca, 1954), que possui textos específicos sobre pedagogia social e educação social; *Polêmicas* (Franca, 1931), livro que traz uma compilação de produções do sacerdote, do qual selecionamos o texto com o título *Ensino Leigo e Ensino Religioso*; *Alocuções e Artigos* (Franca, 1954), também com texto específico sobre a criação do Instituto de Educação Familiar e Social; *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum* (Franca, 1952), para pensarmos a concepção de educação da Companhia de Jesus e, por fim, a biografia póstuma, intitulada *O*

¹¹ O Tomo IV: *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum* é uma tradução do texto integral do *Ratio Studiorum*. Padre Leonel Franca elaborou uma introdução ao plano de estudos da Companhia, expondo suas fontes, processo de elaboração e metodologia, no que tange à educação jesuítica.

Padre Leonel Franca, escrita por Pe. Luiz Gonzaga da Silveira D’Elboux, S.J.¹² (D’Elboux, 1953/2021);. Em geral, nessas obras, verificamos ligações com o tema desta pesquisa, especialmente de publicações que se enquadram na pedagogia e educação social. Leonel Franca relacionou essa temática com as discussões sobre ensino leigo e ensino religioso, em voga na época, como também a textos de conferências por ele proferidas. De todas essas obras, a principal por nós elencada é *A formação da personalidade* (Franca, 1954). Para além de um acumulado de conferências e textos do jesuíta, esse livro ultrapassa o foco de ser apenas um registro dado às professoras. Ele foi muito divulgado devido à menção a diferentes temas abordados. Em sua biografia, encontramos relatos sobre as conferências realizadas por ele: “que deixou tão vivas recordações em milhares de professoras, convertendo e orientando tantas mentalidades, colhemos as seguintes impressões de pessoas que são hoje religiosas do mesmo Externato” que tiveram, portanto, seu encontro com Franca através das aulas pedagógicas (D’Elboux, 1953/2021, p. 233). Para ilustrar tal menção, trazemos aqui trechos relativos a suas aulas ou suas conferências:

“Exato, lá estava ele cada mês, igual na fisionomia risonha, na atitude modesta e simples de um grande valor que se ignora”.

“Todos víamos nele, além do pensador profundo, o homem de Deus, completamente senhor de si mesmo”.

“Falava mansamente, sem estrépitos” ... “pausadamente, num tom de voz pouco elevado, mas perfeitamente percebido até o fundo da sala, tal era a articulação perfeita de cada vocábulo”, “removendo com ordem, de um lado para outro, os cartõezinhos, de tamanho igual, em que pusera suas notas¹³”. “Este seu gesto - muito seu - de pegar as fichas pelos bordos e depositá-las em pilhas perfeitamente ajustadas, falava-me de retidão de caráter, de delicadeza de consciência, de absoluto domínio de si mesmo. Se a doutrina era elevada, os princípios dados às professoras sólidos e inabaláveis, que direi do estilo?

Uma festa para os ouvidos, um prazer para a estética, um encantamento para as professoras de Português, de tal modo sabia manejar a língua de Camões.

Por mais árido que fosse o assunto da conferência, terminava sempre a exposição de suas idéias por um conceito, um pensamento que elevava a Deus, ao Bem, à Beleza Infinita: dir-se-ia um remate de brilhantes num colar de pérolas.

Por exemplo: “Levantai os olhos para os trigais que lourejam. Milhões de crianças esperam o gérmen da vida eterna. Mas para essa messe se requerem mãos delicadas e coração sacerdotal que só palpita por Deus e pelas almas. Ponde toda a soma de esforços nesta obra, divina entre as divinas, e agradecei a Deus ter-vos dado a graça de cooperar na salvação das almas”.

Tinha, em razão de sua abalada saúde, determinado tempo para falar e lá do “Santo Inácio”, temendo que, levado pelo zelo, abusasse de suas forças, carinhosamente, telefonavam para saber se o Padre Franca ainda estava no Colégio.

Que impressão de santidade nos deixou!¹⁴” (D’Elboux, 1953/2021, p. 233-234).

¹² A sigla S.J. após o nome “Silveira D’Elboux” significa Societas Iesu (Companhia de Jesus, em latim), ordem religiosa dos jesuítas.

¹³ “Nesses cartõezinhos, ou fichas, apenas se acham anotadas as citações e referências de fontes. Nenhum esquema ou resumo. Vê-se que Padre confiava absolutamente na sua memória” (D’Elboux, 1953/2021, p. 234).

¹⁴ De duas relações do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, Rio, fevereiro de 1949. Depoimento 36. (D’Elboux, 1953/2021, p. 234).

Como vemos, suas alunas registraram a admiração pelo professor Leonel Franca. Admiravam sua postura, sua organização, seu estado de espírito para promover distintas falas. Em tais relatos, descreve-se, também, como ele finalizava suas conferências com “um pensamento que elevava a Deus, ao Bem, à Beleza Infinita” (D’Elboux, 1953/2021, p. 234). Essas palavras não estão inseridas nos textos de suas conferências. Portanto, destacamos como importante esses relatos ao percebermos que, para além de demarcar o campo pedagógico, Franca também evangelizava. Ainda, destacamos que o jesuíta servia como um porta-voz, visto que “consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (Bourdieu, 2008, p. 89).

Para além dos escritos do Leonel Franca, ganham relevância nesta tese as encíclicas¹⁵ *Rerum Novarum*¹⁶, de 15 de maio de 1891; *Quadragesimo Anno*,¹⁷ de 15 de maio de 1931 e a *Divini Illius Magistri*¹⁸, de 31 de dezembro de 1929. A primeira foi escrita pelo papa Leão XIII e abordou temas como: relação entre empregados e patrões, questões de jornada de trabalho, salário e trabalho escravo de mulheres e de crianças. Já a segunda, *Quadragesimo Anno*, promulgada 40 anos após a *Rerum Novarum*, escrita por Papa Pio XI, retoma alguns princípios da citada anteriormente e atualiza sua interpretação. Ainda, discorre sobre justiça social, capitalismo, trabalho, profissões e restauração da ordem social. Esses documentos são importantes para analisarmos os posicionamentos e direcionamentos da igreja católica no que diz respeito às questões sociais. A terceira encíclica selecionada, *Divini Illius Magistri*, privilegia a educação cristã da juventude; nela, Pio XI trata da recristianização da sociedade naquele momento, defendendo as prerrogativas da família e da soberania da Igreja em relação ao Estado laico. Utilizamos esses três documentos pontifícios porque contemplaram temas relevantes para a igreja católica e guardam relação com o objeto desta tese. Destacamos aqui a figura de padre Leonel Franca nesse processo, pois a questão social ganhou relevo em suas discussões, especialmente ao tratar de pedagogia e educação social.

Estas fontes são tomadas como monumentos, pois expressam as posições e as tomadas de posição do Leonel Franca e da igreja católica. Dario Ragazzini, ao escrever sobre o uso de fontes em uma pesquisa história, afirma que:

¹⁵ Encíclica, carta encíclica, é um documento pontifício ou comunicação que aborda um tema referente à doutrina católica. Escrita pelo papa, é dirigida ao clero ou bispos.

¹⁶ Para leitura na íntegra da encíclica, ver Leão XIII (1891).

¹⁷ Para leitura na íntegra da encíclica, ver Pio XI (1931).

¹⁸ Para leitura na íntegra da encíclica, ver Pio XI (1929).

A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou de aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada (Ragazzini, 2001, p. 14).

Igreja católica, padre Leonel Franca e pedagogia social são temas recorrentes em pesquisas acadêmicas, tratados sob diferentes perspectivas e em diversas áreas do conhecimento. Esta tese, como dito, é de natureza histórica. Como destaca Ragazzini (2001), mesmo a fonte sendo do passado, ao ser trabalhada, ela é questionada e colocada em discussão sob novos olhares e novos modos de compreensão. É claro que o discurso que vemos ser defendido por padre Leonel Franca estava inserido em sua época e era pertinente à defesa da igreja católica. Leonel Franca, no prefácio do livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, afirmou:

Grande é sempre a responsabilidade de quem escreve! Mas se é religioso o livro que se atira às multidões, essa responsabilidade assume quase proporções infinitas. Semear ideias religiosas e dirigir consciências é orientar o homem no problema do seu destino, cuja incógnita se resolve na tremenda alternativa de duas eternidades, uma infinita feliz, outra infinitamente desventurada. À perspectiva destas inelutáveis e irreparáveis consequências, como devera tremer a mão do escritor que abalança à gravidade de tamanha empresa! Que respeito religioso à verdade! Que prudência circumspecta nas asserções! Que certeza absoluta e inconcussa nas doutrinas que se querem inculcar às almas! Que delicadeza de escrúpulos em fulminar anátema contra convicções que nutrem, vigoram e confortam a vida espiritual de milhões dos nossos semelhantes! Mais do que qualquer outro, um livro religioso deve ser obra de ciência e obra de consciência (Franca, 1948/2021, p. 7-8).

Como se percebe, há um controle da escrita, ou um senso do jogo se fazia presente nas intervenções desse padre. Seguramente, a finalidade dessas produções era atingir o maior número de pessoas, inclusive aquelas que defendiam ideias opostas, como forma de resposta ou reafirmação do que entendia como verdadeiro, em nome da moral e da religião católicas. Leonel Franca desempenhou diferentes papéis em sua trajetória, como de religioso, escritor, assistente eclesiástico, membro do Conselho Nacional de Educação, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em sua biografia, embora concebida com a intenção de produzir uma história de vida a fim de uma futura beatificação, o autor demonstra a dedicação do Leonel Franca ao sacerdócio e a todas as suas atividades, até o final de seus dias. D'Elboux, S.J., mencionou que “em 1907 almejava tornar-se filho de Santo Inácio. A voz da vocação divina se fizera ouvir claramente. E ele dirigiu seu pedido ao Superior da Missão brasileira da Companhia de Jesus, que, por sinal,

tinha o mesmo nome que o Sr. seu pai: Rev. Pe. Justino Lombardi” (D’Elboux, 1953/2021, p. 29). Com o anseio pela vida religiosa, Padre Justino lhe responde, em 18 de novembro do mesmo ano:

“Meu querido Leonel

Acabo de receber as informações a respeito dos seus desejos da vida religiosa. Por elas me parece que Deus Nosso Senhor na realidade o quer na Companhia de Jesus. Felicito-o do fundo da alma por tamanha mercê e aceito-o de boa vontade entre os filhos de Santo Inácio.

É preciso alcançar a licença de seu pai para entrar no Noviciado. Nisto siga o conselho do ótimo Pe. Reitor e peça muito a N. Senhor Jesus Cristo na S. Comunhão e à nossa boa Mãe do Céu.

Em suas orações não esqueça também este seu humilde servo.

Pe. *Justino M. Lombardi S. J.*” (D’Elboux, 1953/2021, p. 29-30).

O candidato à jesuíta já era bem-visto aos olhos da Companhia de Jesus. Possivelmente, havia em Leonel um potencial a ser explorado para o sacerdócio. Esse potencial pode também ser associado às vias de sua base familiar. Para além de ser sobrinho-neto do D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, companheiro de D. Vital, parentesco por parte de sua mãe, Maria José de Macedo Franca. Seu pai, Justino da Silveira Franca, foi engenheiro civil, professor e inspetor da Viação do Estado da Bahia¹⁹. Também teve um irmão, Leovigildo, que seguiu os caminhos do sacerdócio, sendo ordenados juntos, em 26 de julho de 1923.

Desse modo, sua constituição familiar já era enraizada em princípios religiosos muito evidentes. Seguindo seu desejo na vida religiosa, Leonel Franca mostrava forte disciplina em realizar suas atividades, tanto na certeza precoce em adentrar à vida religiosa, como em sua prática cotidiana desempenhando diferentes ações. Sua morte, embora esperada devido à sua saúde sempre debilitada, foi sentida e divulgada como uma grande perda, inclusive, anos após o acontecimento. Sua disciplina pode ser verificada pela quantidade de escritos (manuscritos que estão arquivados no Rio de Janeiro) e pela grande quantidade de produção publicada.

Ele escrevia muito e sobre diversos assuntos que atravessam questões religiosas e políticas de interesse da igreja católica. Aliás, sua própria educação acadêmica já indica uma trajetória provável para compor a elite intelectual eclesiástica, pois se formou em Filosofia, na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma (1912), retornando à Itália para cursar Teologia (1920), tornando-se sacerdote em 1923. Doutorou-se em Filosofia e Teologia, em 1924 e, em 1925, completou, em Oya na Espanha, o último ano da formação jesuítica. Toda formação superior foi realizada fora do Brasil, baseada em Roma, centro intelectual e político da igreja católica.

¹⁹ Para aprofundar a herança familiar do Leonel Franca, sugerimos a leitura de sua biografia que trata desde a sua infância.

Chamamos a atenção para a seguinte passagem de sua biografia, ao ser relatado que, em 1924, ocorreu a publicação de *Relíquias de uma Polêmica*. A obra reuniu textos em que Franca respondia aos ataques feitos em jornais da época ao seu livro anterior, *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (1948/2021), com primeira publicação datada de 1923, principalmente aos feitos por José Oiticica (1882-1957), militante anarquista e escritor, dentro de sua atuação anticlerical. Desse modo, Jackson de Figueiredo, em uma carta, descreveu:

“Não avalia, o meu querido amigo, com que emoção acabo de ler o seu artigo sobre as incríveis levandades intelectuais de José Oiticica... Abençoada, abençoada a pena que assim sabe castigar, com tal fidalguia, e louvar, com tal justeza... A lição, quem lha deu não tem rival em nosso meio. E é o que o Sr. precisa fazer mais vezes, tal como já lhe disse pessoalmente. A Companhia, de certo, compreenderá o que o Sr. pode fazer de bem ao Brasil contemporâneo, pois não há católico de senso que não saiba que ao Sr. cabe dirigir, neste momento, a atividade intelectual das novas gerações... O Sr. tem uma grande obra a realizar e, para ela, afora a sua inteligência, cultura e caráter, a confiança dos moços” (D’Elboux, 1953/2021, p. 155).

Figueiredo, também era um intelectual católico, porém, um articulador laico, pertencente ao mesmo movimento de renovação católica no Brasil. Após a sua morte, em 1928, Leonel Franca foi um dos que deram continuidade ao projeto de formação intelectual católica, ajudando a manter vivo o legado do Centro Dom Vital. Em sua carta, Jackson de Figueiredo exibiu grande admiração e reconhecimento à atuação do padre Franca.

Suas publicações eram reflexões sobre suas investidas a favor do catolicismo e dos temas em voga, eram seu modo de combate. Adiante, D’Elboux, S.J., também explorou aspectos da mesma publicação:

Supérfluo será descrever o fervor e júbilo com que se festejou o novo livro. Padre Franca já estava consagrado *leader* da intelectualidade brasileira, não tanto pela derrota infligida ao antagonista como pela segurança e clarividência com que dissertava sobre todo o movimento de ideias no campo filosófico e teológico. E daí o fruto salutar que produziu nos ânimos bem intencionados. É o sentido da proclamação da imprensa e dos católicos em geral (D’Elboux, 1953/2021, p. 157).

Sublinhamos que sua vida, dedicada à igreja e a produções de temas alinhados a tal instituição, pode ser interpretada a partir do conceito de campo e *habitus*. Vemos, na figura desse religioso, características atinentes a um intelectual, em seu caso, a um intelectual católico. A função e os meios que fazem de um agente um possível intelectual, conformam-se em uma ligação entre diferentes fatores. Na situação do padre Leonel Franca, já desde seu parentesco com o bispo Antônio de Macedo Costa (1830-1891), na condição de seu sobrinho (capital social), sua disposição para os estudos (capital cultural), sendo logo enviado para fora do Brasil, aproxima-nos das palavras de Sirinelli:

Sob a condição, é claro, de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos “grandes” intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram e, até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com o seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política (Sirinelli, 2003, p. 246).

Sirinelli menciona a relevância dos “grandes” intelectuais, aqueles que já possuem reconhecimento em suas áreas e discussões; no entanto, também evidencia os de menor reconhecimento, mas que ainda têm sua importância no que tange à produção e à difusão de conhecimento, estabelecendo uma outra camada de intelectuais. Compreende-se, assim, que Leonel Franca, para além de seu sacerdócio, desenvolveu um perfil intelectual, produzindo diferentes obras, debatendo sobre as mesmas e, também, trabalhando em traduções, como foi o caso do *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, *O Ratio Studiorum* (Franca, 1952/2021). Nesse sentido, é possível afirmar que “no meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo” (Sirinelli, 2003, p. 254-255). Vemos que o padre, com o acúmulo de capital cultural, social e simbólico, tornou-se um intelectual relevante dentro de sua geração de sacerdotes, o que podemos observar nas palavras de Sirinelli: “[...] uma geração dada extrai dessa geração uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que marcam por toda a vida” (Sirinelli, 2003, p. 255). Nesse contexto, os intelectuais podem, conscientes ou não, adquirir um *habitus* com as gerações com as quais se identificam, criando ou integrando-se a uma certa estrutura de sociabilidade, ultrapassando, até mesmo, a sua ordem cronológica. Leonel Franca incorporou um *habitus* jesuítico-religioso, marcou a sua geração clerical e teve seu nome fortalecido nas gerações seguintes, a considerar sua intervenção intelectual.

Visando alcançar os objetivos aqui propostos, organizamos a tese em três capítulos. No primeiro, situamos a educação no interior da Doutrina Social da igreja católica, privilegiando uma análise dos documentos oficiais da Santa Sé, a saber: as encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Divini Illius Magistri*, além de *O Método Pedagógico dos Jesuítas* - *O Ratio Studiorum*, a fim de posicionar padre Leonel Franca, a partir da particularidade de sua formação na Companhia de Jesus. No segundo capítulo, discute-se a crítica ao laicismo e a afirmação do universalismo católico, ao dar visibilidade às conferências do Leonel Franca ministradas a professoras no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, no Rio de

Janeiro. E, por fim, no terceiro capítulo, explicita-se a crítica à pedagogia social laicista e a afirmação da pedagogia social católica.

CAPÍTULO 1 - PADRE LEONEL FRANCA E A QUESTÃO SOCIAL NA DOCTRINA DA IGREJA CATÓLICA

A igreja católica possui escritos que fundamentam e legitimam sua doutrina, seus princípios e suas práticas, tratando do que pode ferir a fé e a moral, bem como abordando o erro de indicando o caminho a ser seguido. Uma modalidade desses documentos são as cartas encíclicas, emitidas pelos papas, acerca de questões doutrinárias, morais, sociais ou teológicas. Visando o primeiro objetivo da presente tese, destacamos as encíclicas: *Rerum Novarum*, de 1891; *Divini Illius Magistri*, de 1929; e *Quadragesimo Anno*, de 1931.

A Doutrina Social da igreja estabelece princípios que norteiam um modelo de vida em sociedade, sendo direcionada tanto a católicos quanto a não católicos. Trata-se de uma teologia moral elaborada, que se refere à conduta dos seres humanos, sendo, portanto, uma constituinte dos projetos de evangelização. Assim, a igreja ocupa-se das questões sociais, contemplando temáticas emergentes e suas particularidades, a fim de oferecer uma direção e influir sobre a organização política e cultural da sociedade. Cruz escreve que “desde Leão XIII, a Igreja buscou um diálogo com a sociedade da sua época, colocando-se como guia e mestra na orientação dos fiéis católicos, mas também apontando princípios éticos e morais válidos para os não católicos” (Cruz, 2019, p. 36). A intenção era, em acordo com o exposto pela hierarquia da igreja, elaborar um discurso de preocupação e atenção a todos, promovendo uma nova avaliação dos modos de vida e também oferecendo propostas para possíveis melhorias. As orientações filosóficas e teológicas contidas nas encíclicas também são dotadas de finalidades políticas, econômicas e éticas, contemplando inclusive os direitos humanos – destacadamente, as cartas encíclicas selecionadas para discussão nesta tese convergem, a partir da cosmovisão católica, para a defesa da igualdade entre os seres humanos.

Como figura articulada à Doutrina Social da igreja, notadamente, Leonel Franca empenhou sua vida religiosa em favor da evangelização, tendo para isso adotado diferentes meios em favor da defesa da igreja. Conforme suas palavras Franca relatou que: “A evangelização total da humanidade, a iluminação de todas as inteligências pela verdade sobre os nossos destinos, a submissão ao bem de todos os corações, a direção religiosa de todos os homens para a felicidade a que Deus nos destinou: eis a missão da Igreja” (Franca, 1954b/2021, p. 23). Ao analisar a dinâmica do campo religioso na medida do impacto na vida dos fiéis, Bourdieu afirma:

Em função de sua posição na estrutura de distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições,

podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social (Bourdieu, 2015, p. 57).

Ao se proceder uma avaliação, segundo essa perspectiva proposta por Pierre Bourdieu, verifica-se que os documentos importantes da igreja, tal como as cartas encíclicas, conjuntamente com a ação de seus representantes, para a difusão social de seus conteúdos, concorrem para a conformação de um *habitus* religioso, que pode se espalhar pelo espaço social como um todo. Assim, a intervenção no debate público por parte dos intelectuais da igreja, exemplarmente Leonel Franca, no caso do presente estudo, implicou para que tivesse papel ativo na discussão de temas emergentes no quadro social, tais quais: o aborto, o divórcio, o protestantismo, o ensino religioso, a educação e a pedagogia social.

1.1 *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*: “Não luta, mas concórdia das classes”

Neste item, examinaremos duas encíclicas: *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. A primeira trata de questões que dizem respeito ao relacionamento entre empregado e patrão, salário, jornada de trabalho, trabalho insalubre, trabalho da mulher e da criança, assim como trabalho escravo. A segunda, em comemoração do 40º aniversário da primeira, discute a restauração e o aperfeiçoamento da ordem social, além de reiterar elementos já mencionados na anterior.

A carta encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo papa Leão XIII (1810-1903), em 15 de maio de 1891, trata, em linhas gerais, da condição dos operários e de questões levantadas durante a Revolução Industrial. Conforme Silva:

No contexto em que foi elaborada, a *Rerum Novarum* relata os problemas com os quais a Igreja se defrontava no momento: o socialismo e o capitalismo no contexto da Revolução Industrial. O liberalismo foi um dos responsáveis pela perda de hegemonia que a Igreja desfrutava no período anterior, pois o poder legitimador dos governantes deixa de ser o poder temporal e passa a ser o poder econômico. Do lado oriental, o socialismo contribui com o enfraquecimento da instituição religiosa cristã católica romana e também ortodoxa, pois o projeto revolucionário dos socialistas e também dos comunistas estabeleciam a independência do povo das amarras ideológicas que serviam como instrumento a serviço da sociedade liberal. Portanto, o liberalismo, bem como o socialismo, em seus caminhos diametralmente opostos não se sujeitavam aos valores impostos pela Igreja Católica, por isso a *Rerum Novarum* trata, basicamente, em criticar os dois sistemas econômicos e políticos (Silva, 2010, p. 29).

A igreja necessitava enfrentar questões relativas a diferentes modelos de sociedade, especialmente socialismo e capitalismo, a fim de se fortalecer diante dos perigos que ameaçavam sua posição. Na encíclica *Rerum Novarum*, logo no início de sua escrita, o papa Leão XIII afirmou que os socialistas “instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos” (Leão XIII, 1891, p. 2). Esse período histórico, em nível mundial, trazia consigo aspectos da Revolução Industrial. A encíclica surgiu em grande medida por conta dos problemas que dela se desdobravam. Como nossa atenção maior diz respeito ao Brasil e à relação com o contexto nacional, destacamos a forma como o país estava organizado, visto que a interpretação e os desdobramentos desse documento interferiam nas práticas realizadas pela igreja católica de alcance universal.

O ano de 1891 trouxe uma nova configuração política ao Brasil, deixa de existir uma religião oficial de Estado, passando a um regime republicano presidencialista laico, no qual caberia o dever estatal de preservar o direito de todas as religiões. A Constituição de 1891, publicada em 24 de fevereiro, ficou marcada como a primeira do Brasil no período republicano. Ela regulamentou o fim da monarquia e fortaleceu o pensamento republicano, inicialmente com um governo provisório. Alguns pontos da Constituição de 1891 precisam aqui ser destacados, tais quais: o direito à propriedade privada; o princípio dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; o fim do voto censitário e a habilitação do voto para os homens maiores de 21 anos, no entanto, impedia que mendigos e analfabetos tivessem direito ao voto. Quanto às mulheres, estas nem foram inseridas na possibilidade de votar, sendo impedidas de exercer tal direito político. Destacamos ainda que, mesmo alterando a forma de escolha de um representante, esse direito, devido às regras estipuladas, permaneceu para poucos.

Acerca do governo provisório e da Constituição de 1891, Bruneau registrou que:

O governo provisório que permaneceu de novembro de 1889 a março de 1891, legalizou as implicações do processo que culminara no conflito de 1874, e decretou a separação entre a Igreja e o Estado. Na verdade, o governo provisório e a subsequente Constituição de 1891, foram muito mais longe e promulgaram leis que refletiam uma desconsideração para com a religião e a Igreja. O governo provisório garantia a liberdade de culto e reconhecia todas as religiões o direito de posse de bens; o clero católico devia ser sustentado pelo Estado por mais um ano, depois do que as autoridades nacionais e estaduais estavam proibidas de subvencionar qualquer religião. Dessa maneira a religião católica, a cuja denominação pertencia a vasta maioria da população, foi equiparada a todas as outras. A Constituição Republicana não foi declarada em nome de Deus, proclamando assim o caráter essencialmente a-religioso do novo regime (Bruneau, 1974, p. 64).

Mesmo que a igreja católica houvesse perdido sua relação formal com o Estado, não deixou de atuar politicamente em defesa de seus princípios, visto ser necessário manter o número de fiéis e fortalecer o seu discurso, já que as demais religiões ganhavam visibilidade. É importante compreender o motivo dos republicanos terem sido veementes quanto à supressão da igreja católica como religião oficial. Thomas Bruneau esclarece três razões para a exclusão da instituição:

Primeiro, o conflito de 1874 convenceu os estadistas que não lhes interessava a continuação da união entre Igreja e Estado já que não estava funcionando muito bem [...] segundo, faltava à Igreja poder político junto aos novos líderes governamentais, tanto no nível ideológico como organizacional. Ideologicamente porque, sendo fraca a sua influência, a igreja que, durante o Império, não fora capaz de inovar, simplesmente não apresentava nenhum interesse para os novos líderes. [...] Terceiro, o novo regime e sua Constituição eram artificiais e estranhos à realidade do Brasil naquela época, também na sua atitude em relação à religião (Bruneau, 1974, p. 65-66).

Notadamente, as disputas entre os dois grupos estavam acirradas; assim, fazia-se necessário à igreja católica demarcar espaço, caso quisesse influir nas tomadas de decisões no campo político. A carta encíclica *Rerum Novarum* apresentava uma posição clara quanto à questão social; nesses termos, seus desdobramentos e impactos no Brasil, a partir especialmente da divulgação de seu conteúdo por parte dos bispos, davam conta da necessidade de novas bases para as relações de trabalho, de modo que houvesse ganho nas condições de vida e na dignidade humana. Campos registra que:

Os documentos pontifícios sustentavam uma visão de mundo baseada na religião católica que era o arcabouço da reação católica. O catolicismo expunha seu projeto cultural em nome da moral e dos valores divinos. Trata-se de um embate contra a sociedade moderna que quer estabelecer um projeto desvinculado do pensamento católico, das autoridades e das instituições católicas (Campos, 2010, p. 34).

Ao tratar da circunstância da igreja católica que, mesmo sem deixar de ser seguida por seus fiéis, perdia forças diante o Estado, Roberto Romano faz uma descrição importante:

Dos choques reais entre católicos e liberalismo, cujos ecos chegam até nossos dias, fizemos ressaltar a idealização da soberania eclesiástica, traduzida na imagem romântica da Igreja posta como fonte e modelo da unidade social, contra o individualismo burguês e contra a supremacia do Estado. A figura mundial da Igreja como sustentáculo eterno das instituições ressurgiu num momento em que o liberalismo reelaborava as pressuposições das Luzes, desenvolvendo um novo realismo político ancorado no Estado, em busca da ordem e contra a anarquia, espectro este identificado com o movimento proletário internacional. O discurso teológico-político assegurou, portanto, ao mesmo tempo, a propaganda anti-revolucionária para além dos estreitos limites nacionais e se apresentou como crítica do individualismo abstrato. Tentou criar uma via diferente de pacificação da sociedade moderna e instituiu na urgência de soluções para a “questão social”, com teor autoritários, mas paternalista e suave. Tratou, portanto, de evitar a hipertrofia do aparato repressivo do

Estado, cujos efeitos seriam por demais evidentes e desastrosos (Romano, 1979, p. 144).

A encíclica *Rerum Novarum*, como expressão de um olhar atento da igreja às questões sociais do período, destacava que sem o apoio católico a solução para os problemas da época seria muito conturbada. Leão XIII escreveu: “Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever” (Leão XIII, 1891, p. 7). Alguns desses deveres seriam o atendimento aos que necessitavam, aos excluídos do sistema, e, inclusive, a correção do novo modo de organização de sociedade vigente. Sobre a desigualdade e o que propunha a igreja, daremos destaque a trechos da *Rerum Novarum* que nos ajudam a perceber as lutas travadas, o que a instituição buscou com essa encíclica e, posteriormente, com a *Quadragesimo Anno*.

A questão social na *Rerum Novarum* é desenvolvida a partir de quatro pontos, quais sejam: a questão operária, a crítica à proposta socialista, a rejeição da proposta capitalista, a solução cristã. Logo, na introdução da encíclica, tal arranjo é apontado como complexo:

O problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. É difícil, efectivamente, precisar com exactidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vezes homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens (Leão XIII, 1891, p. 2).

É nítido que na perspectiva da igreja havia preocupação quanto ao “problema” avistado, o qual não seria de fácil resolução. Na avaliação dos católicos, não se poderia deixar os perigos, como, por exemplo, greves e ameaças à tranquilidade pública, tornarem-se parte da vida das pessoas. Visto que ao se dar conta das desigualdades sociais, movimentos que fomentassem a luta por direitos iguais colocariam a sociedade em desavença, o que traria malefícios a todos, assim como distanciaria os grupos dos ideais religiosos. Conforme Leão XIII: “O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (Leão XIII, 1891, p. 7). A igreja, portanto, na figura do papa, reafirma como são dadas a condição e a organização da sociedade, orienta e estipula direitos e deveres, a fim de amenizar as condições adversas. A sociedade capitalista se fortalecia e a preocupação da igreja aumentava.

A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum

pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários (Leão XIII, 1891, p. 2).

Com o agravamento das condições de trabalho dos operários, bem como da carga horária por eles realizada, o salário e o uso da mão de obra das mulheres e crianças em fábricas, de um lado, e a ascensão de alguns no que tange ao acúmulo de riquezas, de outro lado, destaca-se o exposto por Leão XIII, visando reduzir os problemas produzidos pela Revolução Industrial e, por conseguinte, criar uma relação menos desigual. Não obstante, sua declaração quanto ao direito e aos deveres não implicava de imediato em uma ascensão dos operários, mas em uma possível melhora nas condições reais dos que estavam em situação vulnerável. A *Rerum Novarum* foi o documento da igreja que abordou claramente as questões ligadas à desigualdade, bem como as possibilidades de intervenção católica nesse contexto. Tratou-se, portanto, de uma estratégia de ampliação das possibilidades da presença da igreja nas mais diversas disputas do mundo social, ao assumir a questão social como um problema teológico-político.

Ao tratar da condição dos operários, Leão XIII escreveu:

[...] eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas (Leão XIII, 1891, p. 8).

Ao ganhar corpo essa perspectiva, em tese, os operários teriam a sua prática de trabalho mais humanizada, esclarecida, sem violências. Certamente, na prática, isso não ocorreria de modo direto, uma vez que resquícios do trabalho servil eram muito presentes e, vale destacar, essa encíclica é um documento redigido pela igreja católica, sendo assim, não se trata de documento oficial que formalizava as condições de trabalho da época, no entanto, era algo visto com bons olhos quanto ao reconhecimento dos papéis vivenciados na sociedade. Constituíu um documento prescritivo, de recomendação, isto é, moral e político, contando com certa força simbólica da igreja católica, que poderia receber, ou não, consideração nas disputas específicas do campo político e do campo econômico.

Seguindo com suas propostas, no que diz respeito aos patrões, a encíclica de Leão XIII assevera:

Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristo. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos

de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo. Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar. Duma maneira geral, recordem-se o rico e o patrão de que explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas; que cometeria um crime de clamar vingança ao céu quem defraudasse a qualquer no preço dos seus labores [...] (Leão XIII, 1891, p. 8-9).

Logo de início, a imagem simbólica do trabalho similar ao praticado em regimes de escravidão é tomada como algo a ser extinguido, fato esse que demonstra a preocupação da relação entre operário e patrão pautada na dignidade humana. O lucro é outro ponto questionado devido à exploração da mão de obra trabalhadora. Força, idade, sexo e salário são pontuais nesse documento. As diferenças entre os empregados – crianças, mulheres, homens – eram de relevância para a discussão, pois isso relacionava-se à jornada de trabalho, que também estava em debate. Todos esses pontos até aqui descritos produzem o sentido da questão social à qual a igreja católica estava recorrendo, até mesmo para se fortalecer diante do cenário no período.

No tópico intitulado *A Igreja e a Questão Social*, a encíclica foca apenas nessa questão, de modo sucinto, mas sublinha decisivamente a posição do catolicismo e de sua intervenção. Desse modo, citamos sua proposição:

É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de actividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua acção fora da Igreja. E a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso (Leão XIII, 1891, p. 7).

A igreja católica, portanto, indica com que medidas e a quem, em um sentido coletivo, caberia as demandas de melhoria de condições no trabalho, demonstrando o seu dever para com

os seus, bem como afirmando que, sem o auxílio da religião católica, as soluções tomadas não seriam as mais eficientes. Esse trecho da encíclica, ao ser cotejado com a realidade brasileira, pela ação dos intelectuais católicos, destacava a importância de se considerar essas questões vivenciadas pelos operários, e que se buscasse melhorias.

A encíclica *Rerum Novarum*, como já mencionado, é considerada o primeiro documento oficial da igreja que tratou diretamente de diferentes problemas provenientes da sociedade industrial, propondo uma harmonia entre as classes. Passados quarenta anos de sua publicação, com sentido semelhante, promulgou-se, pelo papa Pio XI, a encíclica *Quadragesimo Anno*, em 15 de maio de 1931. Esse novo documento, alusivo à comemoração das quatro décadas da promulgação da *Rerum Novarum*, ela tinha como objetivo central tratar da restauração e do aperfeiçoamento da ordem social, com um caráter de continuidade, mas também de novidade em relação à primeira. Acerca do sentido da *Quadragesimo Anno*, registrou Pio XI:

Por isso é que Nós, veneráveis Irmãos e amados Filhos, agora que todo o mundo e sobretudo os operários católicos, que de toda a parte acodem a esta Alma Cidade, comemoram com tanta solenidade e entusiasmo o quadragésimo aniversário da encíclica “*Rerum Novarum*”, julgamos dever Nosso aproveitar esta ocasião para recordar os grandes benefícios que dela advieram à Igreja católica e a toda a humanidade; defender a doutrina social e económica de tão grande Mestre satisfazendo a algumas dúvidas, desenvolvendo mais e precisando alguns pontos; finalmente, chamando a juízo o regime económico moderno e instaurando processo ao socialismo, apontar a raiz do mal estar da sociedade contemporânea e mostrar-lhe ao mesmo tempo a única via de uma restauração salutar, que é a reforma cristã dos costumes. Eis os três pontos da presente encíclica (Pio XI, 1931, p. 4).

Verifica-se nesse trecho que o documento segue a mesma linha de defesa da questão social, afirmando que a *Rerum Novarum* foi um marco para o movimento em defesa da dignidade humana. Dessa forma, a *Quadragesimo Anno* aprofundava os questionamentos anteriores, em razão do agravamento da circunstância no momento vivido, destacando novamente a relevância dos valores cristãos para o enfrentamento dos problemas encontrados na sociedade. Em sua primeira parte, a encíclica *Quadragesimo Anno* retomou a relevância e a efetividade da *Rerum Novarum*, segundo a avaliação da hierarquia da igreja:

[...] a doutrina ensinada na encíclica “*Rerum Novarum*” impôs-se insensivelmente à atenção d’aqueles mesmos que, separados da unidade católica, não reconhecem a autoridade da Igreja; e assim os princípios de sociologia católica entraram pouco a pouco no património de toda a sociedade humana; e as verdades eternas, tão altamente proclamadas pela santa memória do Nosso Predecessor, vemo-las frequentemente citadas e defendidas não só em jornais e livros mesmo acatólicos, mas até nos parlamentos e tribunais (Pio XI, 1931, p. 5).

Os frutos do documento do papa Leão XIII contribuíram para a igreja católica permanecer com relevância no debate público, principalmente em razão de estabelecer posição diante de pautas importantes, inclusive quarenta anos depois. O contexto histórico da década de 1930 traz consigo reflexos da crise de 1929²⁰, pois o mundo ainda lidava com a grande depressão econômica, que provocava desemprego em massa – vale salientar que essa crise também teve desdobramentos severos para a economia brasileira. A encíclica *Quadragesimo Anno* analisou e propôs recursos diante daquele cenário, proclamando a necessidade de olhar para operários e patrões, evidenciando a injustiça social, conclamando por uma solução de harmonia de classes. Sobre esse ponto, o documento papal indica:

Foram porém os operários cristãos os que com maior alegria acolheram a encíclica ao verem-se assim vingados e defendidos pela suprema Autoridade da terra e com eles todas as almas generosas, que, já de há muito empenhadas em aliviar a sorte dos operários, não tinham encontrado senão indiferença em muitos, suspeitas odientas e até manifesta hostilidade em muitos outros. E é por isso que todos estes tiveram depois em tanta estima aquelas letras Apostólicas, que todos os anos costumam celebrar-lhe a memória com demonstrações de gratidão diversas nas diversas terras (Pio XI, 1931, p. 3).

O conteúdo dessas duas encíclicas defendeu melhores condições no trabalho e na vida dos operários, dando destaque à importância do trabalho dos religiosos, dos intelectuais e fiéis católicos na elaboração, na divulgação e na reprodução da Doutrina Social da igreja.

Para além de questões voltadas aos operários, as encíclicas contemplaram a família e seus modos de viver e se organizar, destacando a importância do salário justo para que tivessem melhores condições de vida. Destaca-se, ainda, que as duas cartas exaltaram a força dos católicos, conforme se verifica ao final da *Quadragesimo Anno*:

Ninguém ignora quantas e quão grandes obras empreenda por toda a parte o zelo infatigável dos católicos, tanto no campo social e económico, como no do ensino e da religião. Não raro porém esta actividade admirável e laboriosa se torna menos eficaz devido à demasiada dispersão de forças. Unam-se pois todos os homens de boa vontade, que sob a direcção dos Pastores da Igreja querem combater este bom e pacífico combate de Cristo; e todos, seguindo as directivas e ensinamentos da Igreja, se esforcem por contribuir na medida do seu engenho, forças e condição para aquele renascimento cristão da sociedade, que Leão XIII inaugurou com a imortal encíclica «*Rerum novarum*»: não se procurando a si mesmos nem os seus próprios interesses, mas os de Jesus Cristo; não teimando em fazer triunfar as suas ideias, por boas que sejam, mas dispostos a sacrificá-las ao bem comum; para que em tudo e sobre tudo reine e impere Cristo, a quem seja honra, glória e poder por todos os séculos.

²⁰ Essa crise, também chamada de Grande Depressão, foi muito sentida pela classe trabalhadora. No Brasil, mais especificamente, pois a economia era dependente das exportações de café – que, na época, correspondiam a aproximadamente 70% do valor das vendas externas do país. A partir dessa crise, aconteceu um questionamento acerca do modelo social e econômico da nação. Sobre esse tema, sugerimos a leitura dos livros: *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930* (2008a), e *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo* (2008b), ambos de organização de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado.

Para que isto se realize, a todos vós, veneráveis Irmãos e amados Filhos, quantos sois membros da grande família católica a Nós confiada, mas com particular afecto aos operários e aos outros trabalhadores de artes mecânicas, a Nós mais especialmente recomendados pela divina Providência, e também aos patrões e empresários cristãos damos de coração a Bênção Apostólica (Pio XI, 1931, p. 35-36).

A *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno* convocaram todos os fiéis – clérigos e leigos – a lutarem por um bem comum, afirmando o melhor caminho a ser seguido e o potencial de sua obra em diferentes esferas da vida. Ao percebermos as preocupações com a questão social, notamos as frentes que, no Brasil, o catolicismo se propôs a trabalhar para fortalecer seu espaço no campo religioso e no espaço social como um todo, aspecto a ser desenvolvido no decorrer desta tese. Lustosa destaca que a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) “vem na esteira da *Rerum novarum* (1891) retomar as propostas fundamentais de Leão XIII sobre as condições de vida do operário e avançar em novas propostas que objetivam a restauração da ordem cristã” (Lustosa, 1991, p. 120).

Leonel Franca fazia uso dessas encíclicas pois elas estavam no núcleo do pensamento social e pedagógico católico do seu tempo. Em seus escritos, como nos livros *A Psicologia da Fé* e *A Formação da Personalidade*, podemos observar fortemente a menção, mesmo que indiretamente, dos pontos destacados nesses documentos. Bem como também em suas ações cotidianas no interior da igreja católica, evidenciando e combatendo o que fosse necessário para a melhoria e desenvolvimento do país.

Com a encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII inaugura a Doutrina Social da igreja, tratando da questão operária, do direito de propriedade, da justiça nos salários, do papel do Estado e das associações operárias. Disso, notamos que Franca compreendia tal fato como um marco do “renascimento social” do catolicismo. Nessa direção, ainda, enfatizava que a educação cristã deveria preparar sujeitos capazes, para a justiça social, com formação interior ou da consciência.

A *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, é um aprofundamento da organização social, de crítica ao liberalismo econômico e ao socialismo materialista. Percebemos nos textos do Leonel Franca fortes críticas a essas organizações da sociedade. Observamos, no princípio de subsidiariedade, uma aplicação prática da sua ideia de que instituições educativas, profissionais e religiosas deveriam cooperar em harmonia, não competir pelo poder. Sua defesa de uma ordem social, fundada na moral cristã e na dignidade da pessoa, estava em sintonia com a encíclica. Nota-se, assim, a encíclica como modelo de como a igreja poderia dialogar com problemas concretos sem perder seus princípios espirituais.

É possível dizer que, na prática, o processo desencadeado pela atenção à questão social foi lento, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros. Sobre isso, Mainwaring problematiza que:

Qualquer relação social reforça ou mina os padrões de dominação existentes. Uma ênfase na obediência à hierarquia e em práticas pastorais paternalistas pode reforçar o padrão de dominação tanto quanto o faz o apoio episcopal ao governo. Esse último atinge mais diretamente o Estado, mas ambas as práticas são políticas no sentido mais amplo. Conseqüentemente, na análise do impacto político da Igreja, as atitudes e as práticas pastorais são tão importantes quanto o é a relação da Igreja com o Estado. Durante o papado de Leão XIII, especialmente com a encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja começou a desenvolver uma doutrina social que dava ênfase aos direitos dos trabalhadores. No Brasil, entretanto, essa doutrina social não alterou de forma significativa as práticas pastorais entre as classes populares até muito mais tarde. Durante o século XIX, a Igreja trabalhou principalmente junto às elites, fornecendo uma escassa educação religiosa aos camponeses e operários (Mainwaring, 1989, p. 50).

Finalizamos este item destacando que as cartas papais visavam contemplar os diferentes grupos da sociedade. São documentos que explicitam a posição da igreja nas disputas com outras propostas políticas e sociais, especialmente com as organizações operárias de caráter anarquista, socialista e comunista. Foi, portanto, uma intervenção direcionada aos concorrentes da igreja católica, mas também aos próprios católicos, fosse ao clero e aos intelectuais, fosse ao conjunto de fiéis, especialmente aqueles que poderiam ser arregimentados pelas organizações operárias não católicas. No próximo item, aprofundaremos essas discussões, a considerar o movimento pelo qual a igreja reafirmou sua atenção e proposições para com a construção de uma sociedade mais justa, particularmente a partir da temática educativa, como defensora da formação cristã da pessoa desde a família.

1.2 *Divini Illius Magistri*: “Jesus, Mestre e Modelo de Educação”

A carta encíclica *Divini Illius Magistri*, redigida pelo papa Pio XI, promulgada em 31 de dezembro de 1929, é outro documento da igreja selecionado para estudo em nossa tese. A fonte foi escolhida porque nos auxilia a analisar as questões que permeavam a igreja na década relativa ao nosso recorte, 1930, com destaque para a questão social. A referida encíclica discorre sobre a educação cristã da juventude, contemplando, inclusive, ensinamentos aos pais e às mães sobre o tema, discutindo aqueles que, segundo a perspectiva católica, seriam os problemas da educação da época. Logo na introdução da carta, Pio XI destacou:

Na verdade, nunca como nos tempos presentes, se discutiu tanto acerca da educação; por isso se multiplicam os mestres de novas teorias pedagógicas, se excogitam, se

propõem e discutem métodos e meios, não só para facilitar, mas também para criar uma nova educação de infalível eficácia que possa preparar as novas gerações para a suspirada felicidade terrena (Pio XI, 1929, p. 2).

Uma encíclica sobre a educação e seus princípios demonstrava a preocupação da igreja em relação a esse campo. O documento, inclusive, assinalou o que se entendia como perigos para a formação de crianças e de jovens. Cabe ressaltar que a educação, pautada nos princípios religiosos, era uma forma de garantia da presença do catolicismo na formação das pessoas, mesmo frente a um Estado que permanecesse laico juridicamente.

A carta é subdividida da seguinte forma: *Motivos da publicação desta encíclica; Essência; Importância e excelência da educação cristã; Divisão da matéria; A quem pertence a educação: em geral, à igreja, à família, ao Estado; Do sujeito da educação; Do ambiente da educação; Fim e forma da educação cristã*. Em sua estrutura, percebemos que o documento aborda diferentes aspectos da questão educativa, assim como apresenta os fundamentos dos preceitos religiosos, para que uma boa formação familiar e da juventude fosse assegurada. Nessa direção, Pio XI escreveu: “É portanto da máxima importância não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexa íntima e necessariamente toda a obra da educação. [...] não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã” (Pio XI, 1929, p. 3).

A encíclica defende a importância do ensino cristão para o avanço da sociedade como um todo, em uma proposta que entendia ser possível encontrar um arranjo perfeito entre seus constituintes. Desse modo, vale o registro de alguns trechos da encíclica, para que possamos compreender os propósitos do papa Pio XI para aquele momento. É importante destacar que o documento foi, inicialmente, até mesmo interpretado como sendo endereçado apenas para a Itália, devido à referência a alguns acontecimentos da Península, e à luta contra o fascismo; contudo, a carta encíclica era destinada a toda comunidade católica mundial.

A *Divini Illius Magistri*, como sistematização de uma possibilidade para o campo educacional, indica a quem caberia a educação:

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e portanto uma prioridade de direitos relativamente à sociedade civil. Não obstante, a família é uma sociedade imperfeita, porque não possui em si todos os meios para o próprio aperfeiçoamento, ao passo que a sociedade civil é uma sociedade perfeita, tendo em si todos os meios para o próprio fim que é o bem comum temporal, pelo que, sob este aspecto, isto é, em ordem ao bem comum, ela tem a preeminência sobre a família que atinge precisamente na sociedade civil a sua conveniente perfeição temporal. A terceira

sociedade em que nasce o homem, mediante o Baptismo, para a vida divina da graça, é a Igreja, sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, porque reúne em si todos os meios para o seu fim que é a salvação eterna dos homens, e portanto suprema na sua ordem. Por consequência, a educação que considera todo o homem individual e socialmente, na ordem da natureza e da graça, pertence a estas três sociedades necessárias, em proporção diversa e correspondente, segundo a actual ordem de providência estabelecida por Deus, à coordenação dos seus respectivos fins (Pio XI, 1929, p. 4).

Para a igreja, alguns temas são especialmente caros, sendo a eles dispensada atenção maior. Na citação acima, verifica-se uma descrição que contempla, a partir da perspectiva católica, o que se entendia ser o caráter natural e sobrenatural da educação. Como a socialização primária ocorre, majoritariamente, sob os cuidados da família, é necessário que sua continuidade ocorra através de uma instituição escolar, sob responsabilidade do Estado. Nessa direção, a sociedade e o Estado teriam, conjuntamente, sua parcela de participação na formação humana.

A igreja como terceira sociedade, descrita por Pio XI e, por ser de ordem sobrenatural, após o nascimento de um integrante da família, é responsável pelo primeiro sacramento a ser realizado, o batismo, que o torna pertencente à comunidade religiosa. A educação, conforme concebida na encíclica, é reponsabilidade das três esferas já citadas, caracterizando um modo de organização e priorizando a formação com foco na salvação. O que demonstra o jogo de poder da doutrina para com os fiéis, e para com aqueles que não fazem parte da confissão.

O campo religioso é um espaço em que ocorrem disputas de poder entre diferentes agentes que a ele pertencem, o que se demonstra aqui pela forma como a igreja católica estava preocupada em legitimar sua força, diante de outras religiões, além de apontar para a sociedade os perigos da ausência de sua proposição educativa. Bourdieu escreve:

Tendo em vista que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades vinculadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, as funções sociais desempenhadas pela religião em favor de um grupo ou de uma classe, diferenciam-se necessariamente de acordo com a posição que este grupo ou classe ocupa a) na estrutura das relações de classe e b) na divisão do trabalho religioso (Bourdieu, 2015, p. 50).

Uma das intenções de Pio XI era restaurar a relevância e a presença da educação católica, fortalecendo a posição institucional da igreja em diferentes campos, bem como orientando as tomadas de posição das lideranças clericais nos mais variados países – entre eles, o Brasil. Fato esse que também fica claro nas outras duas encíclicas já abordadas, direcionando, assim, o papel de cada um na sociedade, dentro de suas classes e funções, evidenciando o discurso pensado para a época, voltado à educação cristã, inserida nas definições da questão social. Bourdieu (2015) salienta que o campo religioso possui relação direta com outros campos

que interferem no modo como se pode trabalhar com questões como a moral e os modos de vida entendidos como corretos.

Retomando-se o debate específico da *Divini Illius Magistri*, destacam-se outros trechos, que podem ser examinados a partir da perspectiva Pierre Bourdieu, quando trata do campo religioso. Pio XI sobreleva que:

[...] a Igreja é independente de qualquer autoridade terrena, tanto na origem como no exercício da sua missão educativa, não só relativamente ao seu próprio objecto, mas também acerca dos meios necessários e convenientes para dela se desempenhar. Por isso em relação a qualquer outra disciplina, e ensino humano, que considerado em si é patrimônio de todos, indivíduos e sociedades, a Igreja tem direito independente de usar dele, e sobretudo de julgar em que possa ser favorável ou contrário à educação cristã. E isto, já porque a Igreja, como sociedade perfeita, tem direito aos meios para o seu fim, já porque todo o ensino, como toda a acção humana, tem necessária relação de dependência do fim último do homem, e por isso não pode subtrair-se às normas da lei divina, da qual a Igreja é guarda, interprete e mestra infalível (Pio XI, 1929, p. 5).

Como dito, o catolicismo assumia como missão a ação educativa, e faz uso de sua legitimidade entre os fiéis para fortalecer seu discurso em favor de uma educação pautada em um regime cristão e de cunho tradicional; o conteúdo dessa carta encíclica, mesmo que de modo lento, foi incorporado ao discurso católico brasileiro. A educação focada na formação inicial junto à família e preocupada com a finalidade dos seres humanos correspondia a uma ideia de formação completa e ideal para que a sociedade caminhasse em uma mesma direção, ultrapassando os problemas mundanos e os problemas relativos a outras correntes pedagógicas.

Leonel Franca sinalizava e enfatizava essa missão educativa dentro de suas conferências e escritos, como modo de incutir o catolicismo na formação das professoras e, por conseguinte, dos seus alunos. A considerar uma sequência de ações, dentro da igreja e demais espaços que ele circulava, é possível interpretar, a partir de Bourdieu, que a ação do padre Franca se enquadra “à confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais” (Bourdieu, 2008, p. 89). Na forma de fala autorizada, o jesuíta estabelecia relações entre os documentos dos pontífices e suas conferências como modo de formar a sociedade nos princípios católicos e, sobretudo, com uma educação pautada na moral. Essa formação seria como uma extensão da inicial, ocorrida na família.

Ao longo da encíclica, o direito dos pais quanto à educação de seus filhos é abordado. Pio XI afirma que: “Em primeiro lugar, com a missão educativa da Igreja concorda admiravelmente a missão educativa da família, porque de Deus procedem ambas, de maneira muito semelhante” (Pio XI, 1929, p. 8). Encorajava, portanto, a importância do meio familiar na educação, na instrução, na moral de seus filhos, e os clérigos e leigos a lutarem contra o

laicismo no ensino, em favor da precedência da igreja católica e da família frente ao Estado, no que dizia respeito ao direito de educar seus filhos. Sobre isso, Skalinski Junior, ao abordar a função do Estado nas ações a serem tomadas, sob a perspectiva da igreja católica, escreve: “O Estado por meio de suas instituições próprias para o ensino, não deveria subverter a hierarquia na missão educativa, mas sim cooperar com a família e com a Igreja para objetivar o pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e religioso de novas gerações” (Skalinski Junior, 2015, p. 107-108).

O demandado pela igreja católica era o apoio do Estado para que o ensino tivesse caráter religioso, oportunizando assim a formação do ser humano, sendo contempladas as dimensões natural e sobrenatural, em oposição às proposições que defendiam uma sociedade secular e uma educação laica. No que tange especificamente ao Estado, a encíclica destaca sua importância, como já descrito, como uma sociedade que se articulava às outras duas, família e igreja:

Estes direitos são concedidos à sociedade civil pelo próprio autor da Natureza, não a título de paternidade, como à Igreja e à família, mas sim em razão da autoridade que lhe compete para promover o bem comum e temporal, que é precisamente o seu fim próprio. Por consequência a educação não pode pertencer à sociedade civil do mesmo modo por que pertence à Igreja e à família, mas de maneira diversa, correspondente ao seu próprio fim. Ora este fim; o bem comum de ordem temporal, consiste na paz e segurança de que as famílias e os cidadãos gozam no exercício dos seus direitos, e simultaneamente no maior bem-estar espiritual e material de que seja capaz a vida presente mediante a união e o coordenamento do esforço de todos (Pio XI, 1929, p. 11).

A finalidade do Estado é entendida pela igreja como a de proporcionar o bem comum a partir de sua autoridade, evidenciando que as famílias têm o direito de optar pela educação cristã, sendo defendida e propagada como verdade única a todos. Ao Estado caberia, segundo o papa, proteger o direito da família e da instituição católica, e ainda fomentar ações que fortalecessem as famílias e a igreja, inclusive subsidiando escolas católicas. Pio XI acentua que:

Dum modo semelhante pertence ao Estado proteger o mesmo direito na prole, quando viesse a faltar, física ou moralmente, a ação dos pais, por defeito, incapacidade ou indignidade, visto que o seu direito de educadores, como acima declaramos, não é absoluto ou despótico, mas dependente da lei natural e divina, e por isso sujeito à autoridade e juízo da Igreja, e outrossim à vigilância e tutela jurídica do Estado em ordem ao bem comum, tanto mais que a família não é sociedade perfeita que tenha em si todos os meios necessários ao seu aperfeiçoamento. Em tal caso, excepcional de resto, o Estado não se substitui já à família, mas supre as deficiências e providência com os meios apropriados, sempre de harmonia com os direitos naturais da prole e com os sobrenaturais da Igreja.

Em geral pois, é direito e dever do Estado proteger, em harmonia com as normas da recta razão e da Fé, a educação moral e religiosa da juventude, removendo as causas públicas que lhe sejam contrárias. Principalmente pertence ao Estado em ordem ao

bem comum, promover por muitos modos a mesma instrução e educação da juventude (Pio XI, 1929, p. 11).

A encíclica demonstra preocupação com aqueles que, por alguma razão, na falta dos pais, ficam desamparados, física ou moralmente, sendo necessária a intervenção diante das particularidades existentes, provendo condições de educação, tomando a melhor providência, com os meios apropriados. O Estado, portanto, frente a esse desamparo, tomaria como sua obrigação suprir essa necessidade, enquanto aquele que deve garantir direitos a todos.

Outro ponto importante desse documento diz respeito ao “sujeito da educação”, aquele que a recebe. Verifica-se a intenção da igreja em determinar aos seres humanos a adesão aos princípios católicos na educação, para que, assim, a sociedade fosse orientada por tais valores, entendidos como a forma adequada de agir e de viver. “Com efeito nunca deve perder-se de vista que o sujeito da educação cristã é o homem, o homem todo, espírito unido ao corpo em unidade de natureza, com todas as suas faculdades naturais e sobrenaturais, como no-lo dão a conhecer a recta razão e a Revelação” (Pio XI, 1929, p. 15). As correções eram necessárias para que a educação acontecesse de modo harmônico com os princípios religiosos que, segundo os católicos, seriam de vital importância para que o ser humano pudesse encontrar o melhor caminho a ser seguido, demonstrando atenção aos erros e à possibilidade de recomeço, algo destacado por Pio XI como sendo componente da “perfeição educativa da Igreja, perfeita e completamente dotada por Cristo com a divina doutrina e os Sacramentos, meios eficazes da Graça” (Pio XI, 1929, p. 16).

Nesse sentido, a encíclica também discorre sobre o ambiente em que ocorre a educação. Pio XI, já no início desse item, assevera: “Para obter uma educação perfeita é de suma importância cuidar em que as condições de tudo o que rodeia o educando, no período da sua formação, isto é, o complexo de todas as circunstâncias que costuma denominar-se ambiente, corresponda bem ao fim em vista” (Pio XI, 1929, p. 18). De modo particular, a educação cristã, nesse documento, corresponde ao cuidado com tudo que a envolve, as pessoas, o que ensinar, onde, quem e como ensinar. Aspectos educativos que poderiam ser oferecidos também aos que não faziam parte da comunidade católica, especialmente se o ensino religioso estivesse integrado às escolas oficiais.

A encíclica *Divini Illius Magistri* defende que a educação mais significativa caberia à família, pois a ela competiria o primeiro ambiente educacional. Após a educação proporcionada pela família, a mais importante seria a formação pautada na religião; somente depois caberia à escola o amparo às instituições anteriores, contemplando-se tal articulação de maneira harmoniosa. Do ambiente familiar, a disciplina e o bom exemplo dos pais são concebidos pela

educação católica como elementos basilares para as crianças e para juventude. Nesse quadro, a fim de garantir a melhor formação, seria necessário que todos assumissem suas obrigações e, dessa forma, cumprissem-nas legitimando o caráter prescritivo da própria encíclica.

A partir disso, destacamos as palavras do papa Pio XI sobre a igreja e suas obras educativas:

[...] ambiente educativo da Igreja não compreende somente os seus sacramentos, meios divinamente eficazes da graça, e os seus ritos, todos maravilhosamente educativos, nem só o recinto material do templo cristão, também ele admiravelmente educativo, na linguagem da liturgia e da arte, mas também a grande multiplicidade e variedade de escolas, associações e todo o gênero de instituições tendentes a formar a juventude na piedade religiosa, juntamente com o estudo das letras e das ciências e com a mesma recreação e cultura física. E nesta inexaurível fecundidade de obras educativas, como é admirável, ao mesmo tempo que insuperável, a providência maternal da Igreja, admirável é a harmonia acima indicada, que ela sabe manter com a família cristã, a ponto de poder dizer-se com verdade, que a Igreja e a família constituem um único templo de educação cristã (Pio XI, 1929, p. 19).

Ao tratar da formação da juventude no âmbito da igreja católica, Pio XI embasava-se no que defendia ser a fecundidade dos frutos por ela produzidos, a partir de uma formação integral e religiosa. Nesse contexto, define o papel da escola:

A escola, considerada até nas suas origens históricas, é por sua natureza instituição subsidiária e complementar da família e da Igreja, e portanto, por lógica necessidade moral deve não somente não contraditar, mas harmonizar-se positivamente com os outros dois ambientes, na mais perfeita unidade moral possível, a ponto de poder constituir juntamente com a família e com a Igreja, um único santuário, sacro para a educação cristã, sob pena de falir no seu escopo, e de converter-se, em caso contrário, em obra de destruição (Pio XI, 1929, p. 20).

A encíclica *Divini illius magistri* defende sua ideia central desde o início do documento e, durante toda sua extensão, reforça o papel das três sociedades em prol do fim único, a educação cristã. O papel da escola, portanto, seria decisivo para o complemento da formação humana. Para além da defesa do ensino religioso, o texto exaltou a necessária luta contra o laicismo. A esse respeito, ainda se destaca no documento a questão da escola neutra, laica, mista e única. No Brasil, o movimento da Escola Nova estava na ordem do dia e rivalizava com a instituição religiosa, o que se acirrou principalmente após a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932. Seus defensores consideravam que os métodos de ensino tradicionais já não ofereciam tanta eficácia frente às novas demandas da realidade social, bem como mais contribuía em favor de uma sociedade com princípios democráticos. A encíclica é incisiva ao abordar e estabelecer crítica, em sentido universal, ao que chamou de escola moderna:

Daqui resulta precisamente que a escola chamada neutra ou laica, donde é excluída a religião, é contrária aos princípios fundamentais da educação. De resto uma tal escola é praticamente impossível, porque de fato torna-se irreligiosa. Não ocorre repetir aqui quanto acerca deste assunto disseram os Nossos Predecessores, nomeadamente Pio IX e Leão XIII, em cujos tempos começou particularmente a dominar o laicismo na escola pública. Nós renovamos e confirmamos as suas declarações, e juntamente as prescrições dos Sagrados Cânones pelas quais é proibida aos jovens católicos a frequência de escolas acatólicas, neutras ou mistas, isto é, daquelas que são abertas indiferentemente para católicos e não católicos, sem distinção, e só pode tolerar-se tal frequência unicamente em determinadas circunstâncias de lugar e de tempo, e sob especiais cautelas de que é juiz o Ordinário (Pio XI, 1929, p. 20).

Notamos aqui a menção ao papa Leão XIII, no que se refere à atenção aos perigos que, segundo a perspectiva católica, rodeavam a sociedade, e também no relativo à defesa do ensino religioso, já que a escola laica seria resultado de uma discordância com os princípios fundamentais da cosmovisão cristã, o que a tornaria deletéria para a vida da juventude.

As escolas laicas e mistas eram apontadas como ambientes que favoreceriam o contato com as demais religiões, o que não seria profícuo, de acordo com a avaliação do papa Pio XI. A escola por ele defendida deveria ter uma organização pautada em materiais e professores que também seguissem a orientação católica, pois a religião seria verdadeiramente o fundamento da formação humana. Os que não desejassem essa formação não eram bem-vistos, uma vez que sua condição moral era entendida como corrompida, já desde a primeira experiência social, isto é, a familiar. As famílias cristãs deveriam preferir a escola neutra, laica ou mista.

Nesse quadro, ao considerar o mundo e seus perigos, a encíclica *Divini Illius Magistri* registra que:

Na verdade nos nossos tempos torna-se necessária uma vigilância tanto mais extensa e cuidadosa, quanto mais têm aumentado as ocasiões de naufrágio moral e religioso para a juventude inexperiente, especialmente nos livros ímpios e licenciosos, muitos dos quais diabolicamente espalhados, a preço ridículo e desprezível, nos espetáculos do cinematógrafo, e agora também nas audições radiofônicas, que multiplicam e facilitam toda a espécie de leituras, como o cinematógrafo toda a sorte de espetáculos (Pio XI, 1929, p. 23).

É perceptível que o que circulava na cultura da sociedade, como livros, espetáculos, filmes, entre outros, era avaliado pela hierarquia da igreja, a fim de identificar os potenciais males que dali poderiam advir. Todo cuidado, segundo a perspectiva religiosa católica, poderia ser insuficiente, uma vez que, em se difundindo ideias e conceitos incompatíveis com os princípios e valores católicos, o que se verificaria seria uma decadência do ser humano, algo que se desdobraria em desordem da organização social.

Como objetivo, fim e forma da educação cristã, no último item, Pio XI trata da formação do verdadeiro cristão, descrevendo-o como um cidadão nobre e útil, que teria Jesus como mestre e modelo. Em suas palavras:

O verdadeiro cristão, fruto da verdadeira educação cristã, é o homem sobrenatural que pensa, julga e opera constantemente e coerentemente, segundo a sã razão iluminada pela luz sobrenatural dos exemplos e doutrina de Cristo; ou antes, servindo-Nos da expressão, agora em uso, o verdadeiro e completo homem de carácter (Pio XI, 1929, p. 24).

O papa finaliza a encíclica exaltando o que apresentava como a magnitude de ser cristão, assim como as consequências da verdadeira educação cristã, ao destacar que todas as suas ações seriam ligadas ao bem fazer, viver e experienciar o valor da religiosidade em todos os aspectos da vida.

A circulação da *Divini Illius Magistri* foi relevante não apenas junto à hierarquia da igreja, mas também nas representações e nas práticas cotidianas dos fiéis, fortalecendo a relação entre o clero e o laicato, armando intelectualmente a todos para o enfrentamento das questões relativas à educação. Esse aspecto considera o sentido interno desse documento para a igreja, isto é, a mensagem aos fiéis católicos. Todavia, havia os adversários externos. O laicismo precisava ser combatido. Desse modo, além de agir e falar para seu público, estava em curso a luta contra outras instituições do campo religioso, contra outros projetos educacionais, contra outras formas de definir a questão social, especialmente contra outras concepções de educação e de pedagogia social, como enfatizaremos nos capítulos seguintes desta tese.

Concluimos este item reiterando que Pio XI, no uso de sua posição, contemplou temas caros à igreja católica, seja na encíclica *Divini Illius Magistri*, seja na *Quadragesimo Anno*. No Brasil, o pensamento católico constituiu-se como importante elemento ideológico, expressando a defesa da igreja no relativo ao seu modelo de sociedade e de educação. Esse aspecto será explorado a fim de mostrar como a educação social e pedagogia social são pensadas, nos termos do que Pio XI definia como ordens da educação: ordem natural (família, sociedade) e ordem sobrenatural (igreja). Antes disso, no último item deste capítulo, trataremos da questão educacional na perspectiva dos jesuítas, tomando o *Ratio Studiorum* (Plano de organização de estudos da Companhia de Jesus) como principal fonte. Nessa tradução²¹, realizada por Leonel Franca, há uma introdução que reafirma a atualidade da obra que remonta ao século XVI. Busca-se, com isso, trazer elementos desse documento para pensar a educação católica e, mais particularmente, a jesuítica, em razão do Leonel Franca ter sido um membro da Companhia de Jesus, considerando-se seus elementos para além da educação escolar, tal como se pensa a educação social.

²¹ A tradução brasileira de *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum* foi publicado em 1952, postumamente, visto o falecimento do Leonel Franca em 1948.

1.3. *Ratio Studiorum*: “Tornar mais homem, eis o alvo a que mirava todo o trabalho educativo”

Vimos até agora três encíclicas que tomaram como objeto a formação do ser humano. Elas abordam a questão social e a educação, temas esses que são caros à igreja católica e convergem no que diz respeito aos princípios defendidos pela doutrina cristã. Um ponto que nos chama atenção é que as três encíclicas posicionam a educação religiosa no centro da formação humana. Esse aspecto se faz presente também nos escritos e discursos do padre Leonel Franca, notadamente nas discussões sobre pedagogia e pedagogia social, o que será mais explorado quando abordarmos as conferências e demais textos que utilizaremos nos próximos capítulos.

Neste item, discutiremos o Plano de Estudos da Companhia de Jesus, o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, uma sistematização da pedagogia jesuítica, composta por 467 normas que orientavam o trabalho educativo. Na tradução para o português, realizada por Leonel Franca e publicada em 1952, o jesuíta oferece-nos uma profícua introdução ao documento, tratando de suas fontes e do processo de sua elaboração.

Leonel Franca desempenhou papel de escritor e teve destaque em suas obras, fosse abordando temas polêmicos para a época, como o aborto e o divórcio, fosse pela defesa do cristianismo e do ensino religioso. O *Ratio Studiorum* circulava com tradução para a língua vernácula de diversos países, no entanto, no Brasil, conforme a biografia do religioso, foi encomendada pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Sobre isso, destacamos a passagem desta solicitação: “Quando Ministro da Educação, resolvi, por sugestão de Afrânio Peixoto, empreender a tradução das maiores obras de pedagogia universal”. Destacando quem poderia realizar este trabalho, salienta que “entre os tradutores, não poderia deixar de figurar o nome do Pe. Leonel Franca. Pedi-lhe que traduzisse o *Ratio Studiorum*, o grande monumento pedagógico dos Jesuítas” (D’Elboux, 1953/2021, p. 142).

Diante desta solicitação, D’Elboux, S.J., relata o trabalho realizado por Leonel Franca:

Pe. Franca legou-nos ainda um bom trabalho, de publicação póstuma: o livro do *Ratio Studiorum*, tradução e comentários. Na primeira parte, que abrange uma centena de páginas, estuda as origens, fontes, idéias gerais e valores permanentes do método pedagógico dos jesuítas, acrescentando uma copiosíssima bibliografia sobre o assunto. Na segunda metade, traduz o célebre documento em sua simplicidade de organização, planos e regras (D’Elboux, 1953/2021, p. 142).

Notadamente, esse foi um trabalho exaustivo e de relevância na trajetória do religioso, visto que foi escolhido para traduzir o maior trabalho pedagógico realizado pela Companhia de Jesus. Grande foi sua dedicação, entre os anos de 1943 e 1945, para levar a cabo tamanha

responsabilidade, no entanto, por mudanças de ministérios e período governamental, sua publicação foi postergada, ocorrendo apenas em 1952.

Na sua introdução, Leonel Franca escreveu noventa e quatro páginas tratando das origens do *Ratio*, bem como abordou sua organização, somado a mais vinte e quatro páginas de bibliografia (fontes primárias e secundárias), nas quais referencia os escritos que levaram à conclusão do documento. Não nos deteremos detalhadamente aqui a esse aspecto, mas trataremos de alguns pontos que são importantes, até a sua versão final, datada de 1599. Nossa maior atenção se dará à própria redação do *Ratio Studiorum*.

O início da elaboração do Método Pedagógico dos Jesuítas ocorreu em 1551, quando foi redigido um regulamento que recolheu alguns dados e algumas experiências de colégios, principalmente o de Messina, na Sicília: o primeiro colégio de jesuítas, criado em 1548. Expondo a importância do trabalho nos colégios jesuíticos, Franca descreveu:

No desenvolvimento da educação moderna o *Ratio Studiorum* ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus desempenha um papel cuja importância não é permitido desconhecer ou menosprezar.

Historicamente, foi por este Código de ensino que se pautaram a organização e a atividade dos numerosos colégios que a Companhia de Jesus fundou e dirigiu durante cerca de dois séculos, em toda a terra. Ordem consagrada ao ensino pela Constituição escrita por seu próprio fundador, a Companhia, onde quer que entrava a exercer os seus ministérios, instituía logo e multiplicava rapidamente os seus estabelecimentos de ensino (Franca, 1952/2021, p. 5).

O *Ratio Studiorum* sofreu diversas alterações durante sua composição; conforme os colégios iam se formando, ao longo do tempo e em diferentes lugares, novas sugestões eram trazidas a partir das experiências. Com a composição do Colégio Romano, também no ano de 1551, o acumulado de experiências foi muito importante, visto que este se tornou o principal da Companhia de Jesus. Durante os anos de 1564 a 1566, o Colégio Romano teve como reitor o padre Jerônimo Nadal, que elaborou um novo plano, qual seja, o *Ordo Studiorum*, desenvolvido na vigência de seu reitorado.

Durante longos anos, a aspiração por um plano de estudo que organizasse a formação de todos os colégios jesuíticos foi se fortalecendo, tendo sido em 1584, por meio do geral Cláudio Aquaviva, que foi submetida a uma comissão de professores do Colégio Romano uma nova versão do documento.

Iniciados em 8 de dezembro de 1584 os trabalhos estavam concluídos nove meses depois, em agosto de 1585. O P. Geral leu-o com os seus assistentes, deu-o a examinar a uma comissão de professores do Colégio Romano e, não satisfeito ainda, resolveu submetê-lo a um estudo crítico de toda a Companhia. Impresso para uso interno, foi o *Ratio* enviado em 1586 a todos os Provinciais, acompanhado de uma Circular de Aquaviva. Nela se recomendava que em cada Província se nomeassem pelo menos 5

padres abalizados no saber e na prudência para que, desembaraçados, estudassem a nova fórmula dos Estudos, primeiro em particular, depois em consultas e, por fim, redigissem livremente o seu parecer, a ser remetido para Roma dentro de cinco ou seis meses (Franca, 1952/2021, p. 19-20).

Mesmo com o interesse em ter um documento comum a todos os colégios, observamos a seriedade e o cuidado com o que os seus responsáveis o tratavam, redigindo e colocando a estudo e análise de outros clérigos para que, assim, pudessem melhorar, acrescentar e até retirar aspectos que não fossem avaliados como pertinentes. Na versão de 1591, uma comissão de professores, teólogos, filósofos e humanistas do Colégio Romano, teve a tarefa de revisar a nova edição, sob o título *Ratio atque Institutio Studiorum*, na qual se concretizavam novas orientações:

A estrutura do trabalho sofrera mudanças radicais. Eliminaram-se as discussões e dissertações pedagógicas que justificavam os preceitos práticos. Codificou-se todo o sistema de estudos numa série de regras relativas aos administradores, professores e estudantes. O caráter em que se remetia o *Ratio* também não era o mesmo. Já não se tratava de um ante-projeto a ser estudado por censores qualificados mas de um código de leis a ser traduzido imediatamente em prática, ainda que não de modo definitivo. Aos provinciais recomendava o Geral que, removidos todos os obstáculos, pusessem em execução o novo sistema de estudos, durante três anos, no fim dos quais remetessem a Roma os resultados desta experiência decisiva para a sua promulgação final (Franca, 1952/2021, p. 21-22).

Essas mudanças ocorreram de modo a aprofundar os princípios jesuíticos quanto à formação. Era necessária a implantação desse sistema de estudo, testando o grande número de regras apresentadas, por vezes repetidas, sendo necessário deixar a escrita mais clara e concisa. Com a nova organização e com tempo estabelecido de três anos para a avaliação dessa versão, na prática, foi somente em 1599 que o *Ratio* recebeu sua redação final. Franca (1952/2021, p. 22-23) assinalou: “Em janeiro de 1599 uma circular comunicava a todas as províncias a edição definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*. Já não era a comunicação de um projeto de estudos, mas a promulgação de uma lei”.

Os jesuítas produziram, assim, um documento que regulamentou a educação e o ensino em seus colégios. Documento que tratou de uma experiência partilhada pelos membros da Ordem, realizada a partir de um acúmulo de experiências. Leonel Franca, em sua introdução, notabilizou os feitos de seus confrades de Companhia:

O código de leis, que passava assim a orientar a atividade pedagógica da Companhia, representava os resultados de uma experiência de meio século. Experiência rica, ampla, variada, que talvez constitua um caso único na história da pedagogia. Nela estão representadas todas as raças e nações do Velho Continente; para ela contribuíram centenas de estabelecimentos de educação dos mais frequentados e afamados do seu tempo; enriqueceram-na duas ou três gerações de educadores, insignes pela inteligência, pela cultura, pela dedicação espontânea e total à nobre

causa da educação da juventude. Raro exemplo de uma ampla sistematização pedagógica em que a mais estrita unidade resultou harmoniosamente da mais variada colaboração (Franca, 1952/2021, p. 23).

É notório o trabalho que a Companhia de Jesus desenvolveu para houvesse um manual que orientasse a formação, tanto no que diz respeito à ciência e às diferentes linguagens, quanto no atinente à vigilância sobre o que deveria ser ensinado, a fim de efetivamente vincular os princípios religiosos com a formação intelectual e moral de seus estudantes.

O *Ratio Studiorum* é constituído de um plano que discorre sobre as regras do provincial, regras do reitor, regras do prefeito de estudos superiores, regras comuns a todos os professores das faculdades superiores (Escritura, Hebreu, Teologia, Teologia Moral, Filosofia, Filosofia Moral, Matemática). Existiam também regras para o prefeito de estudos inferiores, regras de exames escritos, normas para a distribuição de prêmios, regras para professores das classes inferiores (Retórica, Humanidade, Gramática Superior, Média e Inferior), regras para estudantes. A visualização geral de sua organização pode ser melhor compreendida a seguir, na Figura 1:

Figura 1- Índice do *Ratio Studiorum*

O MÉTODO PEDAGÓGICO DOS JESUITAS		45
I	A. Regras do Provincial (1-40)	
	B. Regras do Reitor (1-24)	
	C. Regras do Prefeito de estudos superiores (1-30).	
	D. Regras comuns a todos os professores das Faculdades Superiores (1-20)	
II	E. Regras particulares dos Professores das Faculdades Superiores	Ea — Professor de Escritura (1-20) Eb — Professor de hebreu (1-5) Ec — Professor de teologia (1-14) Ed — Professor de teologia moral (1-10)
	F. Regras dos Professores de Filosofia	Fa — Professor de Filosofia (1-20) Fb — Professor de Filosofia moral (1-4) Fc — Professor de Matemática (1-3)
	G. Regras do Prefeito de Estudos inferiores (1-50)	
	H. Regras dos exames escritos (1-16)	
	I. Normas para a distribuição de prêmios (1-13)	
	J. Regras comuns aos professores das classes inferiores (1-30)	
III	L. Regras particulares dos Professores das classes inferiores	La — Retórica (1-20) Lb — Humanidades (1-10) Lc — Gramática superior (1-10) Ld — Gramática média (1-10) Le — Gramática inferior (1-9)
	M. Regras dos estudantes da Companhia (1-11)	
	N. Regras dos que repetem a teologia (1-14)	
	O. Regras do bedel (1-7)	
	P. Regras dos estudantes externos (1-15)	
IV	Q. Regras das Academias	Qa — Regras gerais (1-12) Qb — Regras do Prefeito (1-5) Qc — Academia de teologia e filosofia (1-11) Qd — Regras do prefeito desta Academia (1-4) Qe — Academia de Retórica e Humanidades (1-7) Qf — Academia dos Gramáticos (1-8)

Fonte: Franca, 1952/2021, p. 45.

Verifica-se que as quatro partes em que as regras estão divididas compreendem os tipos, os níveis de estudos, o secundário (estudos inferiores) e o superior (estudos superiores). De caráter humanista, filosófico e o teológico, a formação específica dos homens, sem tocar no feminino e na formação de massa, convergiria para uma educação tradicional, com regimento expressamente criterioso a ser seguido e, principalmente, incorporado, para que as ações e aprendizados dessem sustentação ao caminho para a verdade e para o compromisso com a religiosidade.

Desse índice, da organização das regras a serem seguidas nos colégios jesuíticos, pormenoriza-se o currículo para os cursos superiores e secundários, pautando a complexidade da duração do período de formação. O currículo é apresentado na seguinte disposição:

Figura 2 - Currículo

I — Currículo teológico. 4 anos.	
<i>Teologia escolástica.</i>	4 anos; dois professores, cada qual com 4 horas por semana. A. 9.
<i>Teologia moral.</i>	2 anos. Dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia. A. 12.
<i>Sagrada Escritura.</i>	2 anos com aulas diárias. A. 6.
<i>Hebreu.</i>	1 ano, com duas horas por semana. A 7-8; Eb 3.
A revisão de 1832 ao currículo teológico acrescentou, como disciplinas autônomas, o Direito Canônico e a História Eclesiástica, estudada no século XVI, só ocasionalmente.	
II — Currículo filosófico.	
1.º ano —	Lógica e introdução às ciências; um professor; 2 horas por dia. Fa-7; 9.
2.º ano —	Cosmologia, Psicologia, Física — 2 horas por dia. Fa-7-10. Matemática — 1 aula por dia. A-20.
3.º ano —	Psicologia, Metafísica, Filosofia moral — Dois professores. 2 horas por dia. Fa-7-11; Fb-2.
III — Currículo humanista.	
O currículo humanista, correspondente ao moderno curso secundário, abrange no <i>Ratio</i> 5 classes:	
1 —	Retórica.
2 —	Humanidades.
3 —	Gramática Superior.
4 —	Gramática Média.
5 —	Gramática Inferior.

Fonte: Franca, 1952/2021, p. 45.

O currículo mostra que a formação em um colégio jesuítico poderia ocorrer no tempo de até 8 anos, caracterizado por grau ou estágio de progresso, dividido em três partes,

compondo-se também uma divisão de horários por segmento, com o professor responsável por cada área, podendo ser alterado por acordos firmados em cada localidade onde se inseriam os colégios. Sobre essa formação, D’Elboux, S.J. destacou:

Os que se destinam ao Sacerdócio na Companhia de Jesus, ao fazerem os primeiros votos ingressam na classe dos estudantes ou “Escolásticos”. Escolasticado é, pois, o período de formação ascética intelectual que abrange o curso de Letras, Filosofia e Teologia, intercalando estas duas últimas um estágio de magistério nos colégios. Os religiosos mais jovens, por isso chamados “juniores” dedicam-se às Letras clássicas, por dois anos ordinariamente, conforme as duas partes fixadas pelo programa da *Ratio Studiorum*: Humanidades e Retórica (D’Elboux, S.J., 1953/2021, p. 51).

Como parte do processo de alterações e incorporações ao *Ratio Studiorum*, posteriormente à sua publicação oficial ocorrida em 1599, houve a inclusão, em 1832, de mais duas matérias para a formação, Direito Canônico e História Eclesiástica. Sobre essa questão, Franca não poupou elogios à sua Ordem: “Podemos concluir que, no seu currículo, o *Ratio* conseguiu organizar e sistematizar o que de melhor havia no tempo” (Franca, 1952/2021, p. 55). Outro aspecto importante da educação oferecida pelos jesuítas diz respeito à metodologia.

E a parte mais interessante e mais desenvolvida do *Ratio*. Sob o nome de metodologia compreendemos aqui tanto os processos didáticos adotados para a transmissão de conhecimentos, quanto os estímulos pedagógicos postos em ação para assegurar o êxito do esforço educativo. A intenção que os ditou foi não só de orientar os professores novos como de unificar o sistema de ensino e a tradição pedagógica da Ordem. Nem por isto houve uma padronização rígida que tolhesse a espontaneidade indispensável ao trabalho delicado de formação das almas. A própria multiplicidade de métodos propostos já deixa uma ampla liberdade de opção adaptada à diversidade dos dons e à variedade das circunstâncias. Ao mestre, além disto, se conferem largos poderes de iniciativa, não só no emprego dos métodos indicados, senão também na invenção de outros. Norma e liberdade, tradição e progresso balançam-se em justo equilíbrio (Franca, 1952/2021, p. 56-57).

Como método de ensino, o *Ratio Studiorum* recomenda a participação ativa dos alunos em certas modalidades de atividades programadas, a serem sequencialmente seguidas pelos professores; para além disso, elementos como a ordem e a disciplina – concebidas como parte do método – eram considerados essenciais nos colégios da Companhia. Na introdução que elaborou para a edição brasileira do *Ratio*, padre Leonel Franca exaltou e demonstrou que os jesuítas, no modo de trabalhar e ensinar, mesmo com todas as regras a serem seguidas, possuíam liberdade sobre como desenvolver a docência.

Não obstante, o cuidado acerca do que incluir nas aulas, ou como alterar o modo de ensino, era necessário para que não escapasse do ideal a ser alcançado e dos métodos didáticos previstos pelo documento. Fica também destacado que os jesuítas eram contra castigos

corporais durante a formação, mas, se muito necessário, seria feito por um corretor,²² que seguia as orientações dos professores. Esses últimos não poderiam encostar as mãos em seus alunos. Todavia, priorizava-se outras alternativas ao castigo físico, embora este não tenha sido suprimido.

Os jesuítas não eram amigos dos castigos corporais. Não os suprimiram de todo, mas alistaram-se decididamente entre os que mais contribuíram para suavizar a disciplina. É mister ter presentes os rigores antigos para avaliar o progresso realizado. *Letra com sangue* entra puseram em anexam os nossos bons antigos. No dia solene da investidura, como símbolo da sua missão disciplinadora, recebia oficialmente o professor um chicote (Franca, 1952/2021, p. 60).

Talvez o símbolo fale mais que as próprias ações. Como disciplina e ordem eram fatores que compunham o espírito da Companhia de Jesus, o chicote poderia simbolizar ou quase ter um papel de troféu pelos anos de estudos e dedicação para, finalmente, incorporar o *habitus* da ordem inaciana.

A atenção à religiosidade e aos fundamentos da fé católica era ponto central da formação dos jesuítas; por isso, o *Ratio Studiorum*, como um manual que unificava a formação em todos os colégios, garantia o espaço para as práticas e o estudo da religião com forte rigor, aspectos esses retratados inclusive na encíclica *Divini illius magistri*. Padre Leonel Franca tratou dessa condição:

A alma, porém, de toda a educação nos colégios da Companhia era a formação religiosa. O homem não é só um animal cujo organismo se deve desenvolver sadiamente, nem ainda só uma inteligência que importa mobiliar de conhecimentos úteis, é antes de tudo e essencialmente uma pessoa, com os seus destinos religiosos, naturais e sobrenaturais, em cuja realização plena se resume a sua suprema razão de ser. Uma educação que descursasse esse aspecto fundamental não seria uma educação humana (Franca, 1952/2021, p. 74).

Observamos que o caráter religioso católico era a base para que se promovesse a formação em uma perspectiva de educação integral. As interferências do mundo externo deveriam estar sob vigilância permanente. A relação ser humano, inteligência e formação da alma consolidaria o escopo da proposta da Companhia de Jesus, como destacou Franca: “a finalidade da educação é encarada, com largueza de vistas, em todos os seus aspectos, individuais e sociais, intelectuais e religiosos” (Franca, 1952/2021, p. 79).

Cabe pensarmos também sobre os motivos que levaram o padre Franca a se dedicar à tradução do *Ratio Studiorum*. Notadamente, nesse sentido, destacam-se as discussões a respeito

²² “Corretor: homem sério e moderado, de fora da Companhia, que punia de acordo com as instruções recebidas do prefeito de estudos. Os golpes não deviam normalmente passar de seis; nunca no rosto ou na cabeça. Nem tão pouco se devia aplicar castigo em lugar solitário. mas sempre na presença de pelo menos, duas testemunhas” (Franca, 2021, p. 63).

dos modelos educacionais que estavam em voga, juntamente com a preocupação quanto ao ensino religioso e ao ensino laico, temas que já havia trabalhado no ano de 1931, na obra *Ensino religioso e ensino leigo* (Franca, 1931a/2021). Sob o sentido desta tradução encomendada por Gustavo Capanema, Fabrício afirma:

Essa era uma época de profícua discussão educacional. As coleções de livros pedagógicos rivalizavam entre si pela atenção dos leitores. À frente dessas coleções havia nomes de prestígio do campo educacional, cada com suas concepções do que era mais importante em uma formação pedagógica. No caso do *Ratio*, o significado de sua tentativa de publicação dizia respeito a uma demonstração da antiguidade do projeto educacional católico em relação às novas pedagogias. Contudo, essa antiguidade não significava fossilização. A pedagogia jesuíta não estava ultrapassada e superada (Fabrício, 2019, p. 370).

Para a época, a demarcação do espaço religioso em diferentes frentes era algo que se fazia importante. A década de 1930 foi marcada por intensa disputa nos campos político, cultural e educacional. Azzi salienta que “um dos argumentos básicos utilizados pelo pensamento católico nesse período para ressaltar a necessidade da atuação da Igreja na esfera social é a sua função tradicional de preservadora da ordem pública” (Azzi, 1994, p. 54). No que diz respeito à educação, de um lado, encontravam-se intelectuais liberais, socialistas e comunistas, alguns deles líderes de mudanças educacionais em suas regiões, agrupados no movimento conhecido como Escola Nova; de outro lado, estavam católicos de diversas orientações ideológicas, unidos em torno de um projeto de reestruturação educacional. As divergências entre esses grupos gravitavam, em linhas gerais, ao redor de quatro pontos: obrigatoriedade para todos do ensino elementar, sua gratuidade, currículo escolar laico, coeducação dos sexos (mesmo currículo escolar para meninos e meninas, em classes mistas).

Todos esses aspectos são objeto de mobilização da igreja católica, buscando estabelecer diferentes estratégias e ações, sendo uma delas investir ainda mais na organização de escolas e colégios, assim como em espaços de educação social, prefigurando a necessidade de sistematizar um conjunto de ideias e diretrizes para formação de educadores sociais, como indicam as intervenções do Leonel Franca. A igreja católica foi um agente social de relevância nos debates educacionais daquele momento. Tendo isso em mente, vale retomar o exposto por Pierre Bourdieu, ao tratar do modo como a religião impacta os modos de pensamento social:

Se levarmos a sério, ao mesmo tempo, a hipótese de Durkheim da gênese social dos esquemas de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação, e o fato da divisão em classes, somos necessariamente conduzidos à hipótese de que existe uma correspondência entre as estruturas sociais (em termos mais precisos, as estruturas do poder) e as estruturas mentais, correspondência que se estabelece por intermédio da estrutura dos sistemas simbólicos, língua, religião, arte etc. Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da

percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos (Bourdieu, 2015, p. 33-34).

Admitindo-se essa perspectiva analítica, vale considerar que a igreja católica empregou meios simbólicos para se mostrar uma legítima debatedora dentro de diferentes espaços e em diversas temáticas, como, por exemplo, sobre educação, formação dos professores e o que se ensinar. Não nos referimos aqui somente à formação dos jesuítas, mas também à ideia de formação integral, concebida pela igreja como fundamental para todos os seres humanos, sendo as instituições de ensino consideradas como um dos espaços privilegiados para tal. Isso estava em disputa no âmbito da educação. Leonel Franca distinguiu-se pelas questões polêmicas das quais tratou no debate público, tais como: o aborto, o casamento, o divórcio e a defesa do catolicismo diante as outras religiões. Isso é indício da respeitabilidade que detinha dentro da hierarquia da igreja, algo importante para legitimá-lo junto à comunidade católica, e também para se contrapor aos adversários desta.

Ainda na introdução do *Ratio Studiorum*, escrita por Leonel Franca, verifica-se uma referência ao ideal da Companhia de Jesus, no que dizia respeito à formação de seus membros:

Formação literária, cultura filosófica, iniciação pedagógica, nada descuro o *Ratio* para preparar professores à altura de sua missão. Não era, porém, ainda suficiente. Acima e além desta, longo tirocínio profissional cumpria infundir no professor a claridade e o calor de um grande ideal para elevar-lhe o magistério à grandeza de uma vocação. Toda a solicitude da Companhia de Jesus converge para este alvo. Aos olhos dos seus filhos, o ensino transfigura-se num apostolado. A visão cristã da vida, traduzida em luz e força por uma intensa vida interior, rasga-lhe aqui perspectivas de beleza inefável. No aluno, o professor, vê o homem, criatura de Deus, que lhe foi cometido, como um depósito sagrado, para guiá-lo à perfeição do seu destino. Para além dos seus progressos atuais, desdobram-se no futuro todas as consequências sociais de uma boa educação: o bem da família, a conservação do Estado, a própria salvação da humanidade. [...] Raras vezes se acentuou tão gravemente a responsabilidade do professor; raras vezes se lhe acendeu n'alma o fogo sagrado da dedicação e do entusiasmo por um ideal mais nobre! (Franca, 1952/2021, p. 93-94).

Todos esses aspectos elencados convergem para as prescrições das encíclicas discutidas anteriormente. Percebemos a atenção ao papel do professor e do aluno, sendo o primeiro aquele que mostraria o caminho certo e valoroso ao estudante. Franca ainda destacou a família e o Estado como aspectos fundamentais para a organização da vida social e para a sua salvação; no entanto, ambos deveriam caminhar ao lado da igreja católica, para que assim fosse construída a boa formação humana e a harmonia social.

A atenção à educação, no pensamento católico, estava presente nas três encíclicas apresentadas nas duas primeiras partes deste capítulo: *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divini illius magistri* (1929). Nelas, buscamos assinalar a preocupação com a

sistematização da Doutrina Social da igreja, na qual a educação ganha centralidade, não apenas no sentido escolar, de instrução, mas com significado amplo, educação integral, que se vincularia à ideia de educação social. Nesse quadro, a discussão de certos aspectos do *Ratio Studiorum* ganhou importância a fim de se avaliar, a partir da tradição do ensino jesuítico, como o mesmo é relevante para se analisar a formação do Leonel Franca, enquanto padre da Companhia de Jesus.

Tendo em vista que a *Rerum Novarum* trata da base social (justiça e direitos), a *Quadragesimo Anno* atualiza a discussão sobre a ordem socioeconômica (subsidiariedade e equilíbrio), e a *Divini Illius Magistri* aborda a formação da juventude (educação integral), verifica-se que Leonel Franca lançou mão de tais encíclicas em seus discursos e escritos ao longo de sua vida religiosa, como alicerce para sua proposição de uma pedagogia social católica, com vistas a educar pessoas e também a criar e a solidificar instituições.

Acentuamos ainda que, como a concepção de pedagogia social e educação social é o foco nesta pesquisa, observamos sua convergência com a Doutrina Social da igreja, bem como com o que se defendia como educação e formação dos sujeitos. Após esta exposição geral, no próximo capítulo, nossa atenção se direciona aos escritos do Leonel Franca a fim de expor sua crítica ao laicismo pedagógico e a afirmação do universalismo católico.

CAPÍTULO 2 - PADRE LEONEL FRANCA: CRÍTICA AO LAICISMO PEDAGÓGICO E AFIRMAÇÃO DO UNIVERSALISMO CATÓLICO

Neste capítulo, temos o objetivo de discutir a crítica do Leonel Franca ao laicismo pedagógico e a afirmação do universalismo católico a partir do texto *Unidade e dispersão em pedagogia* (Franca, 1932/2019), publicado no *Boletim da Associação de Professores Católicos*, além de duas conferências destinadas a professoras no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, cujos títulos são *Pedagogia socialista* e *O pensamento social*, ambas de 1933. Os três textos aqui utilizados foram publicados no livro *A formação da personalidade* (Franca, 1954/2019).

Antes de iniciarmos este capítulo, algumas informações são necessárias. O texto publicado no *Boletim da Associação de Professores Católicos* contém apenas uma data de publicação. Entretanto, as conferências *Pedagogia socialista* e *O pensamento social* possuem datas distintas no início e ao final de cada texto. A cada início do item, detalharemos essas informações, além de cruzamos com as fontes que acessamos no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Outro ponto importante de ser destacado é a organização do livro *A formação da personalidade*. Nossa tese é pautada, fundamentalmente, em conferências e uma publicação do Leonel Franca feita em um jornal. Porém, ao nos depararmos com toda sua produção, livros adquiridos e fontes encontradas no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, e avaliarmos esse material, encontramos algumas divergências quanto à data dos textos selecionados, bem como quanto aos títulos. Desse modo, antes de aprofundarmos os estudos, consideramos necessária essa exposição ao leitor, principalmente sobre nosso contato com a produção intelectual do jesuíta.

O livro *A formação da personalidade* não possui apresentação, introdução ou nota sobre sua organização antes da exposição dos textos. A publicação da Editora Kirion²³, 2019,

²³ Na quarta capa ou contracapa da edição de 2019, há uma sinopse detalhada sobre a obra: “Estas palestras do Padre Leonel Franca, proferidas entre 1927 e 1941, não poderiam ser mais atuais. Aos narrar a progressiva tomada da educação pelo Estado, ele afirma a natureza *complementar* da escola em relação à família, uma vez que pertence aos pais a obrigação e o direito irrevogável de educar os filhos. Assim, devem eles poder optar pela escola que melhor corresponda às exigências de sua consciência moral ou religiosa.

Segundo ele, a neutralidade escolar em matéria de religião é praticamente impossível, uma vez que toda pedagogia é inseparável de uma visão integral da vida, e a “escola laica” não passa de um título enganador para encobrir uma escola irreligiosa e atéia. Se Deus existe, Ele deve ser o fundamento e o fim da formação humana, e se o ensino religioso for banido das classes, o Estado estará violando a liberdade de consciência das famílias religiosas ao lhes impor outra concepção espiritual da existência.

Nesse contexto, o padre jesuíta - que é talvez o intelectual mais brilhante de sua geração - apresenta os princípios da educação cristã como alternativa aos exageros opostos do socialismo e do liberalismo individualista, ponderando os elementos tradicionais e as contribuições da nova pedagogia.

Além de ser um retrato da época e uma verdadeira profecia do Brasil que haveria de vir, a reflexão do Padre Franca propicia o exame e a reconsideração desse último período da breve história da educação brasileira, iluminando,

que menciona a Editora Agir, possui em seu sumário, no início do livro, a organização de 36 textos²⁴. Ao final, há um texto, *Padre Leonel Franca, por Thistão de Athayde*, de 1945. Portanto, temos aqui 36 textos do Leonel Franca, mais um sobre o jesuíta. Desses, 15 foram conferências às professoras do *Sacré-Coeur*.

Figura 3 - Sumário do livro *A formação da personalidade* pela Editora Kirion

Sumário	
Formação	11
Escola única.....	19
Educação.....	23
Educação sexual.....	37
Educação social.....	41
O direito de educar	57
Unidade e dispersão em pedagogia	67
Progresso e tradição em pedagogia.....	73
Escola Nova e pedagogia social	79
Pedagogia social I.....	93
Pedagogia social II	107
Pedagogia socialista	123
O pensamento social	139
Unidade da pedagogia católica.....	153
Renascimento da pedagogia católica.....	167
As responsabilidades do educador.....	185
Sobre o Manifesto Educacional	193
O ensino no Brasil	205
Humanismo e Idade Moderna.....	211
Política educacional.....	225
Discurso na inauguração de uma sede de escotismo.....	233
Meditação	241
Escola leiga I.....	251
Escola leiga II.....	267
Escola leiga III - A.....	285
Escola leiga III - B.....	303
Ensino do catecismo.....	321
Ensino religioso	335
Leituras I e II.....	349
Leituras III.....	365
Leituras IV	375
Ação Católica e educação	385
Ação Católica no campo escolar.....	399
Moral leiga I.....	413
Moral leiga II.....	429
Moral leiga III.....	445
Padre Leonel Franca, por Tristão de Athayde.....	461

Fonte: Organizado pela autora (2025), a partir do padre Franca (1954/2019).

O livro *A formação da personalidade*, na publicação organizada pela Obras Católicas, em 2021, é uma reprodução tal qual a do ano de 1954. Inclusive a formatação das letras e a forma de escrita da época; também, não consta apresentação ou algo do gênero. Apenas as duas primeiras páginas correspondem à apresentação do livro, com especificação sobre a organização, Tomo IV, pela organização das obras completas da editora Obras Católicas; na terceira página, consta a ficha catalográfica, com um formato mais atualizado de publicação. No seu índice, no final do livro, constam 36 textos.

desde os fundamentos, todas as questões educativas atualmente em pauta” (Sinopse de *A formação da personalidade*, Editora Kirion, edição de 2019).

²⁴ Na edição, 2021, temos a seguinte sinopse, menos detalhada: “Obra póstuma do Padre Leonel Franca, a referida obra reúne palestras e conferências proferidas pelo sacerdote sobre o tema que mais dedicou em toda a sua carreira: a educação. Defensor do ensino religioso, Padre Franca mostra nesta obra o fracasso do ensino leigo na formação integral da pessoa humana” (Sinopse de *A formação da personalidade*, Obras Católicas, edição de 2019).

Figura 4 - Sumário do livro *A formação da personalidade* pela Editora Obras Católicas

ÍNDICE	
Formação	7
Escola única	16
Educação	19
Educação sexual	34
Educação social	37
O direito de educar	54
Unidade e dispersão em pedagogia	65
Progresso e tradição em pedagogia	70
Escola nova e pedagogia social	74
Pedagogia social — I	89
Pedagogia social — II	105
Pedagogia socialista	122
O pensamento social	141
Unidade da pedagogia católica	158
Renascimento da pedagogia católica	174
As responsabilidades do educador	193
Sobre o manifesto educacional	201
O ensino no Brasil	212
Humanismo e idade moderna	217
Política educacional	230
Discurso na inauguração de uma sede de escotismo	238
Meditação	245
Escola leiga — I	255
Escola leiga — II	272
Escola leiga — III (a)	292
Escola leiga — III (b)	311
Ensino do catecismo	331
Ensino religioso	348
Leituras — I e II	364
Leituras — III	382
Leituras — IV	392
Ação católica e educação	402
Ação católica no campo escolar	418
Moral leiga — I	433
Moral leiga — II	450
Moral leiga — III	467

Fonte: Organizado pela autora (2025), a partir do padre Franca (1954/2019).

Nesta tese, utilizamos a publicação da Editora Kirion, 2019, pois foi o primeiro livro do jesuíta por nós adquirido e lido. Na sequência, ao acessarmos a página da editora Obras Católicas, conseguimos obter toda a obra publicada do Leonel Franca.

No Quadro 3, expomos as conferências que, no livro *A formação da personalidade*, têm como público-alvo as professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, seguindo a ordem de exposição no Colégio:

Quadro 3 – Conferências às professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*

Título	Data
Educação	17-V-1928; 2-IX-1928*
Escola Leiga III	20-IX-1928
Ensino do Catecismo	22-VIII-1929
Moral Leiga (I)	20-IX-1929
Moral Leiga (II)	16-X-1929
Moral Leiga (III)	21-XI-1929
Ensino Religioso - decreto de 30 de abril de 1931	14-V-1931.
Unidade da pedagogia católica	11-VI-1931
Ação Católica e Educação	20-IV-1933
Escola Nova e Pedagogia Social	12-V-1933
Pedagogia social (I)	8-VI -1933
Pedagogia socialista	13-VII-1933
O pensamento social	10-VIII-1933
Educação social	12-X-1933
Pedagogia social (II)	9-XI-1933

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base em Franca (1954, 2019).

Nota: A conferência *Educação* foi realizada em duas datas, tendo a segunda (*) como público-alvo os congressistas.

Ao buscar mais informações na biografia do Leonel Franca, escrita pelo padre Luiz Gonzaga da Silveira D’Elboux, S.J., – utilizamos a publicação organizada pela Obras Católicas, de 2021 – em seu Apêndice III (D’Elboux, 1953/2021, p. 489-506), consta uma lista da produção intelectual do padre Franca escrita durante a sua vida dedicada ao catolicismo, com o título *Elenco dos escritos e alocações do Pe. Franca*. Dividida em quatro partes²⁵, temos: 1) Livros publicados; 2) Prefácios de vários livros; 3) Artigos e recensões, 3a) Artigos no “Verbum”; 4) Sermões, discursos e conferências; 5) Conferências pedagógicas; 5a) Às Professoras públicas e normalistas do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus* (aqui, constam 46 conferências realizadas); 5b) Conferências para o Centro Dom Vital; 5c) Instruções aos Congregados Marianos; 5d) Conferências no Instituto de Formação Familiar e Social; 5e) Conferências repetidas.

Dentro dessa organização, interessa-nos as conferências pedagógicas dadas às professoras públicas e normalistas do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*. Entretanto, visto que o

²⁵ No Apêndice D, consta toda a organização de suas produções.

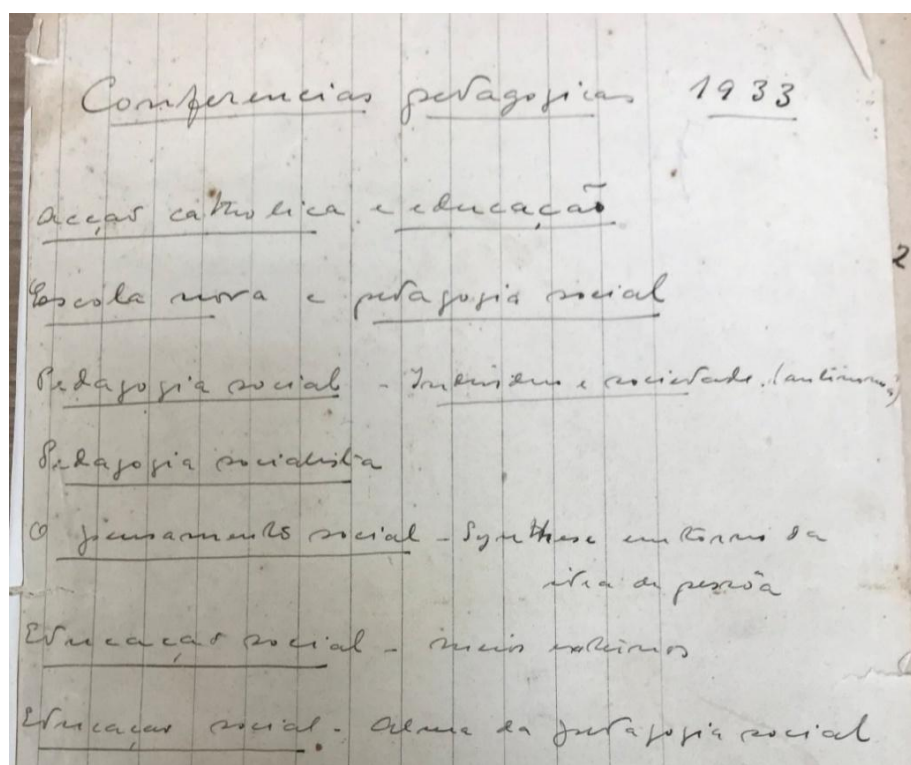
jesuíta correlaciona os temas, algumas realizadas no Instituto de Formação Familiar e Social (sendo estas inéditas) também serão utilizadas. Desse último grupo, temos registros fotográficos do Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil. A escolha pelas conferências realizadas no Colégio se deu pelo tema de interesse desta tese: pedagogia e educação social.

Vale ainda mencionar que não encontramos informações sobre as escolhas das conferências e demais textos incluídos no livro *A formação da personalidade*. Também destacamos que não há menção quanto à ordem de exposição. O livro não segue a cronologia das conferências. Das 46 conferências realizadas no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, quinze estão no livro *A formação da personalidade*, fazendo referência ao público das professoras e normalistas. Entretanto, ao cruzarmos as informações dos livros, temos mais quatro que também se referem a esse público, a saber: *Da Escola Leiga – I. Impossível*; *Da Escola Leiga – II. Anti-social e moral*; *Da Escola Leiga – III. Solução jurídica A*; e *Da Escola Leiga – IV. Solução jurídica B*. Dessas quatro, uma ainda consta apenas “às professoras públicas”. Outras conferências, encontramos no livro *Liberdade e determinismo* (Franca, 1954/2021). Algumas não encontramos em outro livro publicado pelo jesuíta. Na biografia, esse grupo – *Conferências pedagógicas – Às Professoras públicas e normalistas do Colégio Sacré-Coeur de Jésus*, há uma nota de rodapé que as coloca como inéditas.

Após termos o contato com os livros de e sobre Leonel Franca, fomos comparando-os aos seus manuscritos. É então que encontramos algumas divergências importantes de mencionar. Aqui, vamos nos deter apenas às conferências que selecionamos para nossa análise.

No Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil que visitamos, encontramos um esquema de conferências junto aos escritos do Leonel Franca, como podemos observar abaixo:

Figura 5 - Conferências pedagógicas (esquema manuscrito): 1933



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil (1933).

Nota: Visita realizada em 2022. Transcrição: Conferências pedagógicas 1933; ação católica e educação; Escola nova e pedagogia social; Pedagogia social – indivíduo e sociedade (socialismo); Pedagogia socialista; O pensamento social - Synthese em torno da noção da pessoa; Educação social – meios exteriores ou escolares; Educação social – alma da pedagogia social.

Nesse momento, encontramos o primeiro indício de que algumas conferências tiveram seus títulos alterados em algum momento; e duas informações quanto à data delas. Esses detalhes serão explicados em cada item deste capítulo.

O texto que utilizamos no item 2.1, *Unidade e dispersão em pedagogia* (Franca, 1932/2019), centra-se no que ele classifica como laicismo pedagógico, movimento mais amplo, no qual se enquadrariam diversas tendências pedagógicas que defendiam o banimento da religião dos espaços públicos, notadamente da escola. A primeira conferência, analisada no item 2.2, concentra sua crítica ao que Franca denomina de pedagogia socialista, igualmente uma terminologia aberta para classificar conjuntamente tanto autores da sociologia moderna quanto pensadores da revolução comunista. A segunda conferência, examinada no item 2.3, contempla as implicações sociais, seja do laicismo pedagógico ou da pedagogia socialista, seja do sistema socialista, visando sustentar a proposição do universalismo católico. Aqui, os questionamentos

ultrapassam os aspectos pedagógicos do universo escolar, pois se fixam nas consequências sociais, isto é, nas implicações para além da experiência escolar. É possível dizer que, nessa exposição, as discussões se aproximam diretamente do objeto desta tese: pedagogia social. Cada uma dessas conferências é tratada em um item neste capítulo, cuja organização faz interlocuções com a trajetória do padre Franca, a fim de interpretar seus textos no contexto de sua vida e da igreja católica.

No conjunto das obras de padre Leonel Franca, temos conferências publicadas em diferentes livros, e algumas inéditas localizadas na Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, no Rio de Janeiro, instituição que visitamos e onde tivemos acesso a seus arquivos. Essa informação relativa ao caráter inédito das conferências e publicações, consta no final de sua biografia, na qual o padre Luiz Gonzaga da Silveira D'Elboux, S. J., no Apêndice III (D'Elboux, 1953/2021, p. 489-506), apresenta uma compilação de toda a produção intelectual do jesuíta: “Elenco dos escritos e alocações do pe. Franca”. A divisão desses escritos foi feita da seguinte maneira: 1) Livros publicados; 2) Prefácio de vários livros; 3) Artigos e resenhas. Na sequência, algumas subdivisões: Artigos no “Verbum”; Conferências pedagógicas às professoras públicas e normalistas do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*; Conferências para o Centro Dom Vital; Instruções aos congregados Marianos; Conferências no Instituto de Formação Familiar e Social; Conferências repetidas. Em todo esse material, há notas de rodapé com a seguinte classificação dos textos: não encontrado, conservado inédito, já publicado.

No conjunto de seus escritos, notamos a preocupação, o cuidado e a intenção do Leonel Franca com diferentes frentes de discussão. É de longa data que a igreja católica trata de problemas sociais em nome da própria fé, tal qual registra Silva, em sua dissertação: “como se a questão social fosse apenas um problema de ordem moral, portanto de responsabilidade da Igreja” (Silva, 2010, p. 30). Em sua pesquisa, Silva avalia que para a igreja o recurso, o remédio para a questão social, deveria passar pela análise e apreciação de seus religiosos. Azzi destaca que “ao propugnar a importância da presença da Igreja católica na sociedade brasileira, os líderes católicos não se limitam apenas a ressaltar sua função de defensora da ordem estabelecida” (Azzi, 1994, p. 59). Adiante, diz que eles “fazem questão de colocar em evidência que a fé católica constitui também um elemento dinamizador da própria organização social. [...] a religião é uma força de coesão e unidade imprescindível para a própria vida da sociedade” (Azzi, 1994, p. 59).

Lenharo afirma que foi especialmente da “doutrina social da Igreja que a fé cristã retirara a sua principal fonte de energia” (Lenharo, 1986, p. 179). Esse ponto é perceptível nos escritos e nas falas de padre Leonel Franca, particularmente no que ele produziu acerca do que

classificamos como pedagogia e educação social, verificando-se a íntima relação com as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

Um ponto que vale atenção diz respeito ao Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*²⁶, situado no Rio de Janeiro, no qual Leonel Franca proferiu suas conferências. De acordo com Lucia Koury: “Em outubro de 1904, chegam ao Rio de Janeiro, vindas da França, com mais três provenientes do Chile, quatro religiosas do Sacré Coeur de Jésus para fundar a primeira sociedade no Brasil, o internato, na Tijuca” (Koury, 2023, p. 14). É nesse momento que se efetiva o Colégio no Brasil. Em 1905, a instituição era pautada na disciplina severa e tinha como metas: formar as meninas com base nos princípios da religião católica, desenvolver caligrafia exemplar e garantir o conhecimento da língua francesa. Abaixo, podemos observar a sala de estudo das alunas.

Figura 6 - Sala de estudo do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*



Fonte: Carvalho (2021, p. 144).

A considerar que se tratava de instituição pautada em uma formação rígida e com embasamento na doutrina católica, D’Elboux, S.J., destacou o papel do Leonel Franca em suas falas no Colégio, nesse sentido, escreveu que “em 1928 começou a multiplicar seus artigos pelos periódicos do Rio e a fazer seguidas conferências, haja vista a série, de assunto

²⁶ Sobre o Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, destacamos dois livros para maiores informações a quem interessar. O primeiro é de Telmo José Carvalho com o título de *Colégio Sacré-Coeur de Jésus Alto da Boa Vista. Histórias e Memórias*, de 2021, pela editora Pirilampo. O segundo, é de Lucia Koury, com o título *Colégio Sacré-Coeur de Jésus: Morro da Graça, sua história, nossas memórias*, de 2023, pela editora Outras Letras.

pedagógico, dada às professoras públicas e normalistas no Colégio Sacré-Coeur de Jésus” (D’Elboux, 1953/2021, p. 161). Abaixo, podemos observar um grupo de alunas do ano de 1931, década que contemplamos em nossa tese:

Figura 7 - Classe Superior de 1931 - Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*



Fonte: Carvalho (2021, p. 146).

Tendo em vista as conferências de padre Leonel Franca serem de cunho pedagógico e pautadas no catolicismo, as chamadas publicadas em jornais, como maneira de divulgação, costumavam contribuir para atrair as professoras, que ouviam o jesuíta acerca de variados temas. Em sua biografia, consta que:

Desde 1928 vinha dando, no Externato Sacré Coeur de Jésus, uma série de conferências pedagógicas às professoras públicas e normalistas. Lá esteve mensalmente, analisando, primeiro, a impossibilidade da Escola leiga, seu caráter anti-social e imoral. Depois, em 1929, demonstrou as deficiências, da Moral laicista e da coeducação dos sexos. No ano seguinte, entrou na parte mais positiva, estudando a liberdade e a educação da vontade. Na primeira parte de 1931, falou da pedagogia católica e do ensino religioso, devendo logo interromper para ventilar a questão do momento: o divórcio (D’Elboux, 1953/2019, p. 232).

Notamos que o Colégio era de grande relevância, tendo em vista seu papel na formação de religiosas e de professoras; nesse quadro, tratava-se de um espaço no qual a fala do Leonel

Franca detinha poder simbólico na divulgação do ideário e dos valores católicos. Bourdieu enfatiza que:

O porta-voz autorizado, é um objeto de crença garantido e certificado; ele tem a realidade de sua aparência, sendo realmente o que cada um acredita que ele é porque sua realidade- enquanto sacerdote, professor ou ministro - está fundada na crença coletiva, garantida pela instituição e materializada pelo título ou pelos símbolos (Bourdieu, 2008, p. 105).

Em que pese jamais ter abandonado sua rotina cotidiana como pároco, o jesuíta atuou de maneira constante como formador, detendo grande prestígio junto aos integrantes da igreja e, mesmo, para além do grupo católico, pois era respeitado em diferentes espaços do mundo social. Como um porta-voz autorizado, Leonel Franca era um expoente para divulgar o ideário católico. Desse modo, além de representar um grupo, ele era formador de uma grande parcela de católicos. Detendo fala legitimada, tanto no campo religioso como no campo educacional, notamos como o jesuíta trata a identidade da igreja nesse processo. Alberigo afirma que “a identidade da Igreja não consiste em sua alteridade em relação à sociedade, como se a ‘cidade de Deus’ já estivesse pronta dentro da história em alternativa a uma ‘cidade terrena’”, mas sim que se “expressa numa contínua procura de anunciar o evangelho e de se conformar a ele” (Alberigo, 1999, p. 6). Nessa direção, Leonel Franca anunciava o evangelho, o ideário católico em suas diferentes falas e variados escritos.

Em sua tese, Fabrício registra o seguinte acerca das aulas que o jesuíta proferia no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*:

Pe. Franca também ministrava aulas para as professoras públicas e normalistas do Colégio *Sacré-Coeur* de Jesus. Por seis anos, entre 1928 e 1933, o Pe. Franca ministrou aulas para o público que se reunia no *Sacré-Coeur* do bairro Glória. O exame dessas conferências é crucial para compreender a visão de Leonel Franca sobre a educação e como ela vai variar nesses anos, marcados por um turbilhão de acontecimentos, que passa pela publicação da *Divini Illius Magistri*, pela revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pela publicação do decreto do ensino religioso (1931), o Manifesto dos Pioneiros (1932), a criação da Associação de Professores Católicos e o próprio processo político da Assembleia Constituinte (1933/34) (Fabrício, 2019, p. 290).

O debate em torno de uma educação vinculada aos valores religiosos e interesses da igreja católica era o ponto crucial das conferências do jesuíta. Os temas estavam articulados entre si, a fim de possibilitar uma análise dos perigos que, segundo os católicos, assombravam a educação, como discutiremos nas análises. Desse ponto em diante, tratamos de três textos do Leonel Franca, como ponto de partida para entendermos o que o padre e o grupo católico consideravam necessário ser combatido. No entanto, devido às temáticas abordadas em suas falas, fazem-se necessárias algumas articulações com outras conferências, outros escritos e com

sua biografia. Gostaríamos de salientar que os títulos de cada item se referem a uma passagem da conferência escolhida por nós para dar início às discussões desta tese.

O texto *Unidade e dispersão em pedagogia* (Franca, 1932/2019) – publicado no *Boletim da Associação de Professores Católicos*²⁷ –, e as seguintes conferências: *Pedagogia socialista* (1933) – às professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*; e *O pensamento social* (1933) – às professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, são a base para entendermos o combate do Leonel Franca ao laicismo pedagógico e a afirmação do universalismo católico. Esses três textos encontram-se no livro *A formação da personalidade* (Franca, 1954/2019).

2.1 “A pedagogia laicista é dispersiva, fragmentária e estruturalmente desarticulada”

No processo de formação dentro da Companhia de Jesus, passando pelo noviciado, curso de Letras, Filosofia e Teologia, D’Elboux, S.J., apontou que a preparação para o magistério antecedeu a ordenação:

O período do magistério secundário que a Companhia de Jesus intercala entre a Filosofia e a Teologia constitui um precioso estágio de prática pedagógica e como uma iniciação nos ministérios apostólicos. Isto porque a finalidade dos Colégios jesuítas, conforme as normas da *Ratio Studiorum*, foi sempre educar e não apenas instruir. Ora, não há função educativa sem a projeção da Divindade na consciência da criança (D’Elboux, 1953/2021, p. 74).

Destaca-se que uma das mais tradicionais bases formativas dos jesuítas foi o *Ratio Studiorum*, cuja publicação definitiva data de 1599; o documento prescreve a direção educativa dos alunos dos colégios da Companhia, mas, para além disso, trata da concepção de formação dos religiosos que, posteriormente, seria amplamente divulgada e seguida. A finalidade de educar e não apenas instruir, conforme concebida no *Ratio Studiorum*, fez parte dos diferentes temas das conferências e de outras publicações do Leonel Franca.

Padre Franca escreveu muito. Assim, podemos perceber em seus registros alocados no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, no Rio de Janeiro, que sempre tomava nota de suas ideias em formato de diário e em pequenos papéis, registrando temas fomentadores de suas

²⁷ O *Boletim da Associação de Professores Católicos* teve seu início em 1932 e, posteriormente, em 1934, foi sucedido pela *Revista Brasileira de Pedagogia*, com o objetivo de abordar variadas questões ligadas à educação e promover discussões sobre os fundamentos apresentados na encíclica do Papa Pio XI, intitulada *Divini Illius Magistri*. No ano de 1931, padre Leonel Franca havia proferido uma conferência às professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, intitulada *Unidade da pedagogia católica*. Esta, por sua vez, tem a sua primeira parte repetida, com pequenas alterações, no Boletim. A opção por utilizar, no item 2.1, o texto de 1932, justifica-se em razão desse ser um texto de combate ao laicismo. Em seu início, a conferência combate o laicismo pedagógico, entretanto, ao final, apresenta os aspectos centrais da pedagogia católica, os quais serão discutidos no Capítulo 3 desta tese.

atividades e debates em favor da igreja católica. D'Elboux, S.J., em biografia sobre Leonel Franca, retratou esse aspecto da rotina do jesuíta:

[...] apesar das agitações inerentes ao Magistério, soube conservar a paz de espírito necessária para os trabalhos intelectuais. E foi em 1918, com 25 anos de idade, que começou sua produção de escritor, publicando o primeiro livro: *Noções de História da Filosofia*. Fruto de estudos filosóficos, essa obra utilíssima nasceu de sua inteligente caridade em socorrer aos alunos e demais estudantes brasileiros que passavam para a Faculdade de Direito (D'Elboux, 1953/2021, p. 83).

Os escritos concebidos pelo padre Leonel Franca foram importantes para a época, principalmente dentro das instituições escolares, ampliando a base católica de educação, oferecendo destaque aos temas que a igreja buscava consolidar. Da mesma maneira, o jesuíta aprimorava e adequava às contingências de seu tempo aspectos da concepção católica de educação, em seus diferentes escritos e conferências; o fato de muito dessa produção ser dirigida para professoras normalistas é modelar. Visto se tratar de um grupo que trabalharia na base da educação, e poderia ser a ponta de lança para a propagação do ideário católico, desde a primeira formação escolar na vida das crianças; assim, buscava-se manter certo controle acerca do que se ensinava, de como se ensinava, bem como da formação moral desejada.

No livro *A Formação da personalidade* (Franca, 1954/2019), obra que reúne as conferências utilizadas nesta tese, há um conjunto de trinta e seis escritos produzidos entre os anos de 1927 e 1941 e mais um texto, *Padre Leonel Franca*, escrito por Tristão de Athayde. Percebemos que mesmo ao longo de quatorze anos, essas conferências mantiveram temática nuclear, que consistia no estabelecimento de uma proposta para o Brasil balizada pela educação cristã e pelos valores da igreja católica. Ressaltamos ainda que em outras obras, como, por exemplo, no livro *Liberdade e determinismo* (Franca, 1954/2021), há um acumulado de outras conferências realizadas no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, no Instituto de Formação Familiar e Social e nas Faculdades Católicas.

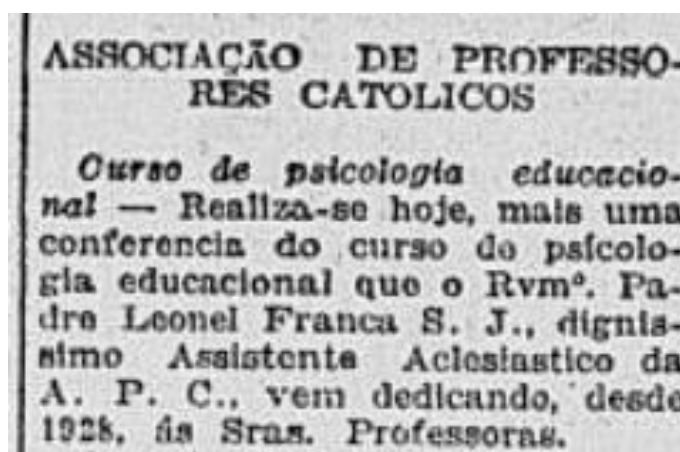
Mencionamos, a título de ilustração, algumas outras obras deste jesuíta: *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (Franca, 1942); *Relíquias de uma Polêmica* (Franca, 1262); *Ensino religioso e ensino leigo* (Franca, 1931); *O Divórcio* (sete edições) (Franca, 1955); *Catolicismo e Protestantismo* (três edições) (Franca, 1952); *A Psicologia da Fé* (seis edições no Brasil e uma em Portugal) (Franca, 1952); *O Protestantismo no Brasil* (Franca, 1952); *A Crise do Mundo Moderno* (três edições no Brasil, uma em Portugal) (Franca, 1955); *Ratio Studiorum – O Método Pedagógico dos Jesuítas* (tradução e comentários) (Franca, 1952). Ao lado das conferências, os livros foram muito importantes, pois difundiram, por meio das palavras do Leonel Franca, diferentes aspectos do pensamento católico, bem como a perspectiva cristã acerca de temáticas socialmente emergentes, atingindo outros públicos.

As ideias e atividades do Leonel Franca também eram difundidas em outros meios, como, por exemplo, jornais e revistas, datas de conferências e de palestras, visando atingir públicos distintos, por meio de temáticas variadas, mas com a mesma finalidade: difundir a educação cristã, articulada aos princípios e valores distintivos da cosmovisão católica. Silva chama atenção para o espaço dado nos jornais à divulgação das obras e demais atividades da igreja, notadamente a partir das colunas de críticos literários:

A posição dos críticos literários nos periódicos permitia uma apreciação das obras que compunham a literatura nacional, expressa em uma sessão específica — bibliografia, títulos novos, crônicas literárias, literatura filosófica, entre outros —, sendo esse um espaço privilegiado ao aproximar do leitor uma visão crítica dos trabalhos, bem como sua visibilidade entre as produções nacionais ou internacionais (Silva, 2020, p. 43).

Como o jornal era um veículo importante de circulação, as divulgações das conferências e palestras ganhavam visibilidade, como podemos verificar na figura a seguir:

Figura 8 - Recorte da edição 00242, *Jornal do Brasil*, 14/10/1933



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (1993).

No veículo de imprensa, são mencionados os dias em que ocorreriam conferências, cursos, aulas, horário e endereço. Vale destacar o seguinte trecho: “O ingresso é franqueado a todas as senhoras que se interessam pelos **problemas educacionais**” (*Jornal do Brasil*, 1933, p. 14, grifo nosso). Assim, também por meio dessa estratégia, os católicos enfrentavam os problemas e as ameaças educacionais, que identificavam como sendo aquelas que deveriam ser combatidas. Conforme observa Campos: “A ênfase à educação indica que o grupo católico entendia o seu projeto a partir das intervenções no campo formativo” (Campos, 2010, p. 104). As professoras, portanto, eram fundamentais nesse empreendimento, pois seriam as responsáveis para que a concepção de educação católica ganhasse forma e capilaridade, fosse

para a divulgação entre católicos, fosse para combater as concepções divergentes e antagônicas, especialmente da Pedagogia Moderna.

Unidade e dispersão em pedagogia (Franca, 1932/2019), não possui, no início do texto, uma organização ou um esquema, como encontraremos nas conferências dos próximos itens deste capítulo. Nesse texto, há apenas a data de sua publicação no *Boletim da Associação de Professores Católicos*, setembro de 1932. Essa mesma informação está no livro da biografia do jesuíta.

Essa estratégia pode ser observada no primeiro texto por nós escolhido: *Unidade e Dispersão em Pedagogia* (Franca, 1932/2019), datado de setembro de 1932. O texto trata da educação e da pedagogia, defendendo que o modelo de ensino associado ao laicismo traria prejuízo à sociedade²⁸. No primeiro item, salientamos novamente que, no início do texto em questão, não há um esquema relativo ao conteúdo a ser por ele explanado. Destacamos esse aspecto, pois, nas conferências, a ordem dos conteúdos a serem abordados está esquematizada, o que nos motivou (quando o caso) a inserirmos tal esquema como figura, a fim de contribuir para a compreensão das proposições do padre Franca.

Ao abordar o que chamou de pedagogia laicista, padre Leonel Franca foi categórico ao afirmar se tratar de uma proposição pedagógica:

[...] dispersiva, fragmentária e estruturalmente desarticulada na incoerência dos seus elementos. Não é difícil, remontando o curso das ideias e dos acontecimentos, encontrar a primeira origem deste vício fundamental. A ruptura da unidade viva que lamentamos nos sistemas de educação é apenas um reflexo de um desequilíbrio interior não menos funesto de que sofre o homem moderno em toda a sua vida espiritual (Franca, 1932/2019, p. 67).

A discussão encetada pelo jesuíta em torno do ensino pautado no laicismo, ou seja, implicado na neutralidade das escolas oficiais em relação à religião, apontava para uma educação incompleta e sem possibilidade de reais resultados, quando estabelecida nesses termos. Segundo ele, além de afastar a sociedade da possibilidade de uma formação integral, conforme estabelecido na encíclica *Divini Illius Magistri*, os novos ou diferentes meios de promover a educação estariam impulsionando a fragmentação da vida das pessoas.

Sobre esse aspecto, as palavras do padre Leonel Franca são expressivas:

Avocando a si a missão de educar, o Estado, conculcando, em algumas nações, os direitos primordiais e imprescritíveis da família, plasmou a instrução pública à própria

²⁸ As obras do padre Leonel Franca estão publicadas em diferentes editoras. Em nossa pesquisa, utilizamos o livro *A formação da personalidade* (Franca, 1954/2019), publicado pela editora agir; entretanto, tivemos acesso também ao volume publicado pela editora Obras católicas, em 2021, notando pequenas diferenças que detalharemos quando necessário.

imagem e semelhança. Como as outras instituições do governo, também as escolas oficiais foram submetidas ao regime do laicismo. E o laicismo pedagógico é a mutilação do homem; é a separação entre a instrução e a educação; a descontinuidade entre o lar e a escola; o dualismo entre a consciência religiosa do homem e a consciência social do cidadão. A instrução fica decapitada do que lhe constitui a coroa indispensável depois de lhe ter servido de fundamento insubstituível. Durante todo o período de formação da criança, a escola leiga ou neutra não atinge o que há de mais essencial e profundo no homem: a consciência (Franca, 1932/2019, p. 68).

Na proposição educacional católica, ao contrário, a formação deveria partir de uma extensão da formação iniciada na família, portanto, o ensino religioso deveria também estar presente nas escolas. Da citação acima, destacam-se quatro pontos quanto à qualificação do laicismo pedagógico definida por Franca, que o considerou como: a mutilação do ser humano; a separação entre a instrução e a educação; a descontinuidade entre o lar e a escola; e o dualismo entre a consciência religiosa do ser humano e a consciência social do cidadão.

Ao associar o laicismo à mutilação do ser humano, ou seja, apresentando-o como uma amputação de algo, reforçava a ideia de se que se tratava de uma formação que não contemplava a integralidade do ser humano (corpo, mente e moral/espírito). Padre Leonel Franca também abordou de maneira contundente questões do laicismo pedagógico em outra conferência, a saber: *O direito de educar*. Nela, o padre escreveu:

Quando, por motivos extracientíficos e extrapedagógicos, se tentou justificar a laicização do ensino público, afirmou-se que a missão da escola era ensinar e não educar, subministrar conhecimentos sem elevar-se à formação das almas. Toda pedagogia moderna, reatando o fio de uma longa tradição, partida por interesses políticos menos dignos, revolta-se contra semelhante concepção acanhada e mesquinha da escola. Toda pedagogia é inseparável de uma visão integral da vida. Impossível presidir à evolução do homem, sem conhecer-lhe a natureza e a finalidade. E toda visão integral da vida que situa e orienta o homem na universalidade das coisas, envolve, por si mesma, uma solução religiosa da existência. Não há como romper as relações essenciais que ligam a pedagogia ao ensino religioso (Franca, 19--/2019, p. 61).

Assim, Franca fazia menção aos males que a laicização poderia promover para, logo em seguida, defender o ideal de formação católico. Para o jesuíta, uma relação edificante entre pedagogia e formação integral não seria possível se concebida isoladamente; a separação representaria a mutilação, a falta de algo, implicando que a formação das virtudes e das faculdades da alma seriam negligenciadas. No livro *Ensino religioso e ensino leigo*, Leonel Franca, inclusive, nomeou os elementos que teriam sido mutilados em razão da adesão ao laicismo.

O laicismo escolar, tal como entendeu, em quase todo o país, a jurisprudência republicana, mutilou vitalmente a educação popular e tornou a nossa escola, de todo em todo, inepta ao desempenho de suas mais nobres e elevadas funções. Educação moral dos indivíduos, formação social dos cidadãos, respeito à liberdade espiritual das

famílias religiosas, tudo foi sacrificado aos preconceitos de uma ideologia inconsistente (Franca, 1931a/2021, p. 9).

A separação da igreja e do Estado, tal qual efetivada com a República, viabilizava que outros modos de viver e outras proposições educativas – não católicos – ganhassem força, o que conflitava diretamente com os objetivos que a hierarquia da igreja tinha para a sociedade e para a cultura brasileiras. Leonel Franca ainda sublinhava que se o laicismo se fizesse presente, da maneira como ganhava forma, haveria a separação da instrução e da educação, bem como uma ruptura entre as escolas e os lares católicos, o que implicaria em uma formação não mais adequada aos cristãos. Em 1928, na conferência *Educação*, o jesuíta fez a seguinte discussão acerca dos conceitos de instrução e de educação:

Comumente se distinguem estes dois termos atribuindo o de *instrução* à cultura da inteligência e o de *educação* à cultura moral. Não é perfeitamente exato: há também uma instrução moral e uma educação intelectual. Peçamos luzes à etimologia. Instruir é primitivamente edificar, construir e em significação mais estrita é prover, mobiliar, subministrar; educar é primitivamente tirar para fora o que se acha dentro, derivadamente atuar o que se achava em estado de potência, transformar em realidade, em hábitos, as disposições que se encontram latentes e em germe na natureza. Como vedes, a instrução subministra conhecimentos à inteligência; a educação eleva toda a alma; a instrução dirige-se a uma das nossas faculdades à qual propõe o seu objeto, a educação desenvolve-as todas harmonicamente. A educação apresenta-se-nos com um aspecto de totalidade, de perfeição, de acabamento, enquanto a instrução cultiva uma só das funções humanas, e ainda assim não integralmente (Franca, 1928/2019, p. 30).

Observamos que Franca analisa a partir da cosmovisão católica a relação entre instrução e educação, visando encetar entre os leitores a discussão acerca das finalidades das mesmas. Assim, defendeu que instrução e educação seriam fundamentais à formação humana, e que ambas deveriam caminhar em favor de um ensino pautado no catolicismo, mais ainda, na continuidade da educação já iniciada nos lares das famílias cristãs. A habilidade retórica do Leonel Franca foi bastante reconhecida, verificou-se que na conferência em questão a semântica examinada, o fortalecimento do sentido dos vocábulos, a interpretação das sentenças e dos enunciados, levava as docentes e os docentes participantes da conferência a refletirem sobre a sua prática e também a engajarem-se na defesa e na propagação dos princípios e valores católicos.

Leonel Franca também focou sua escrita no que entendia serem os malefícios que a formação laicista traria imediatamente e, também, a longo prazo. Ao tratar da descontinuidade da escola e dos lares, enfatizou que os ensinamentos ministrados dentro dos lares ocorriam como desdobramentos dos ensinamentos religiosos católicos, por consequência, deveriam se estender ao espaço escolar. Porém, com a presença do laicismo nas instituições de ensino, havia

uma interrupção dos ensinamentos religiosos nos espaços escolares. Ao demonstrar sua preocupação com essa descontinuidade, o jesuíta indicou que a educação individualista seria um erro, um “egoísmo”, em sua concepção. Ainda, afirmou:

E a pedagogia total, perdido o seu centro de gravidade unificador, entrou a cindir-se e multiplicar-se em fragmentos desconexos. Educação física, educação social, educação cívica, educação sexual, etc. No desenvolvimento de todas estas pedagogias parceladas predominou quase sempre o velho preconceito do século XVIII: instrução equivale a moralização; enriquecer a inteligência de conhecimentos é necessariamente tornar o homem melhor. Daí a tendência a educar por meio da “iniciação” (Franca, 1932/2021 p. 69).

Padre Leonel Franca demonstrava sua preocupação com o que chamou de fragmentos da educação, isto é, com a educação fragmentada, marcada por iniciações ou módulos incipientes, sem conexão com educação total ou integral. Esses temas são abordados em conferências específicas; mesmo sem se alongar em sua escrita, Leonel Franca já sinalizava aqui o seu risco. Sua crítica era que esse aspecto não seria um progresso tal qual ele demonstra que seria praticado na educação pública, mas, sim, uma desordem para a formação e para a sociedade. O contraponto à educação fragmentada seria a educação completa, unificada pelo fundamento religioso católico.

Por fim, o quarto aspecto diz respeito ao dualismo entre a consciência religiosa do ser humano e a consciência social do cidadão. Segundo Franca, a pedagogia moderna ou laicista não aprimoraria a consciência das crianças, sendo insuficiente ao processo formativo, afastando a relação existente entre ser católico e ser cidadão. Se a formação, de acordo com os católicos, ficasse sem a base religiosa e moral, não seria possível a formação completa, logo, haveria a separação das consciências. Isso sintetiza a premissa católica, pois, conforme Campos, “o princípio que norteava o pensamento católico era educar para Deus e para a Pátria” (Campos, 2010, p. 146).

Retomando a conferência *Educação*, encontramos menção ao que o jesuíta chama de elemento “transcendental da religião na pedagogia”. Padre Leonel Franca escreveu: “Sim, é impossível educar sem educar religiosamente. Nem a inteligência pode atingir a sua perfeição sem a luz das verdades religiosas, nem a vontade e o coração fortificar-se contra as lutas da vida sem o estímulo dos motivos religiosos. Nada mais evidente” (Franca, 1928/2019, p. 31). Assim, sem se educar religiosamente, em sua avaliação, ocorreria a mutilação desse aspecto da vida social.

Ainda, ao tratar da pedagogia laicista, o jesuíta avançou ao expor o que afirmou serem os riscos da educação moderna:

A toda esta pedagogia desarticulada e fragmentária falta um centro de unidade interior, a articulação de uma síntese orgânica que na alma do aluno - essencial e indivisivelmente una - comunique esta força formadora que lhe advém de uma visão da vida, coerente e unificada em toda a diversidade de suas manifestações. As consequências deste grande erro pedagógico aí estão visíveis (Franca, 1932/2019, p. 69).

Para Franca, em razão da falta dos princípios religiosos na formação educacional, as demandas de estudos estariam sendo trabalhadas de forma desarticulada, inclusive, sendo perigosas para os objetivos de uma formação integral. Em sua dissertação, Conceição menciona a questão da formação da consciência para a qual o padre Leonel Franca chama tanto a atenção, ao fazer a seguinte alusão: “Todas as questões em torno da problemática acerca de uma reforma social seriam confrontadas pelo autor, que aponta o quesito da formação da consciência como uma necessidade essencial e indispensável não apenas para a sociedade, mas sim para a questão ético-religiosa” (Conceição, 2012, p. 102). Lustosa tratou da reforma social cristã: “É uma reforma que aponta para organização melhor dos quadros sociais e, naturalmente, comporta melhoria e condições para os trabalhadores” (Lustosa, 1991, p. 120). Ainda, realçou o autor: “Deve, porém, começar pela consciência moral, pois sem reforma dos costumes não há reforma social, é o que se ouve, com estribilho, no ensino e na pregação eclesiástica desse tempo” (Lustosa, 1991, p. 120). Tal perspectiva, adotada por Franca, estava em consonância com os documentos oficiais da igreja católica, especialmente com a encíclica *Divini Illius Magistri*:

Na verdade nos nossos tempos torna-se necessária uma vigilância tanto mais extensa e cuidadosa, quanto mais têm aumentado as ocasiões de naufrágio moral e religioso para a juventude inexperiente, especialmente nos livros ímpios e licenciosos, muitos dos quais diabolicamente espalhados, a preço ridículo e desprezível, nos espetáculos do cinematógrafo, e agora também nas audições radiofônicas, que multiplicam e facilitam toda a espécie de leituras, como o cinematógrafo toda a sorte de espetáculos (Papa XI, 1929/2022, p. 21).

Notadamente, Franca apoiava-se nas ideias expressas nos documentos oficiais da igreja, de tal modo que sua produção intelectual se efetivava como um desdobramento, no exame de casos específicos, a partir dos fundamentos exarados pela hierarquia da igreja, de modo destacado, isso é observado nas questões ligadas aos campos educacional e político. A defesa de que a religião católica se fizesse presente como princípio ético em todos os segmentos educativos, conforme proposto pelas lideranças católicas, evidencia que do início ao fim do percurso escolar, o que edificaria o processo seriam os fundamentos religiosos, que, por conseguinte, também determinariam o que não seria recomendável para ensino.

A valorização do âmbito educacional foi notória na década de 1920; nesse sentido, a criação da Associação Brasileira da Educação (ABE), em 1924, foi algo simbólico. No início,

a ABE era integrada tanto por representantes católicos quanto por intelectuais que se notabilizaram na defesa da Escola Nova. A atividade da associação ocorria através de reuniões, nas quais eram debatidos assuntos relacionados à educação, cursos, publicações e pesquisas. Destacavam-se, principalmente, as conferências e os congressos nacionais de educação. Silva afirma que “a representação do grupo intelectual da ABE possibilita aproximar do governo as propostas que iriam constituir o projeto de redenção nacional pela educação” (Silva, 2020, p. 16). Com a finalidade de estimular a disseminação e a melhoria da educação, a ABE buscava direcionar mudanças no sistema educacional, alavancando discussões sobre temáticas caras tanto ao grupo católico quanto ao grupo defensor do ensino laico.

No entanto, as divergências entre esses dois grupos, representantes católicos e intelectuais da Escola Nova, resultaram em um rompimento, levando à criação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), em 1933. Prachum e Skalinski Junior salientam que “a CCBE tornou-se espaço privilegiado para o debate entre a hierarquia da Igreja e o professorado católico. A mediação desse diálogo era efetivada pelas lideranças intelectuais de maior expressão no campo, invariavelmente ligadas ao Centro D. Vital” (Prachum; Skalinski Junior, 2021, p. 4).

A publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* é o acontecimento simbólico do rompimento entre católicos e integrantes da Escola Nova. Esse documento, assinado por 26 educadores, entre eles Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquete Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles, opunha-se às práticas pedagógicas vistas como tradicionais e à educação elitizada, além de defender o acesso de todos à escola e a organização de uma educação moderna, tanto na esfera curricular quanto no âmbito de métodos de ensino. O documento enfatizava que a educação deveria ser pública, gratuita, laica e mista. Oliveira registra que: “o Movimento da Escola Nova, tendo como um dos seus principais integrantes Fernando de Azevedo, não poupava os entraves com a Igreja” (Oliveira, 2018, p. 103).

No ano de 1933, padre Franca tornou-se assistente Eclesiástico da CCBE. D’Elboux, S.J., tratou da participação do jesuíta na CCBE:

Ao organizar-se, sob a presidência do Dr. Backheuser, essa Confederação Católica Brasileira de Educação, nomearam-no Assistente Eclesiástico, como era natural. De 20 a 27 de setembro de 1934 realizou-se no Rio o 1º Congresso Católico de Educação, no qual os estatutos da C.C.B.E. foram aprovados. Pe. Franca pertenceu à Comissão Organizadora e pronunciou uma conferência, no dia 22, na instalação solene presidida pelo Sr. Cardeal Arcebispo e pelo Sr. Núncio Apostólico. Na sessão de encerramento, também sob a presidência do Emo. purpurado, compareceram os Ministros da Educação e do Exterior, respectivamente, os Drs. Gustavo Capanema, e Macedo Soares, Dom Benedito de Souza, D. André Arcoverde e uma assistência bem

representativa. As magníficas teses foram então sintetizadas em conclusões momentosas, tendendo a congregar todas as forças educacionais católicas no intuito de constituir a suspirada Universidade e consolidar nas escolas do Brasil as sábias diretrizes da Santa Igreja (D'Elboux, 1953/2021, p. 235).

A rede de sociabilidade do Leonel Franca era ampla, o que alicerçava seu trabalho e amplificava o alcance de suas conferências e obras. Sua figura simbolizava respeito, admiração e legitimava todo um grupo de católicos. Sua fala, sua presença e seus escritos eram reconhecidos e davam a direção de muitas das intervenções católicas no campo educacional, político e cultural.

Franca ampliou o lastro de influência da igreja católica no âmbito político e educacional, como se observa no seguinte trecho de D'Elboux, S.J.:

O ofício de mais relevância que o Pe. Franca recebeu no setor pedagógico e cumpriu fielmente até o ano de sua morte, foi o de Membro do Conselho Nacional de Educação. Para tal fora nomeado da primeira vez pelo Presidente Getúlio Vargas no Decreto de 2 de junho de 1931, pouco depois de ter revelado sua competência nas questões do ensino religioso (D'Elboux, 1953/2019, p. 236).

Outro aspecto de ligação a órgãos estatais é seu pertencimento à Comissão Nacional do livro didático, em 1939. Antes disso, no contexto da criação do Ministério da Educação, houve estratégias tanto dos católicos quanto dos agentes da Escola Nova a fim de ocuparem funções no Estado. O campo educacional ganhou relevância na década de 1920, mas, no governo Vargas, houve um avanço no conjunto de possibilidades ligadas à educação, inclusive no que dizia respeito a ocupar funções para implementar projetos educacionais. Sobre isso, Satírio menciona o posicionamento do grupo da Escola Nova, conhecidos:

[...] como profissionais da educação na década de 1920 e passaram a ser chamados escolanovistas. O entendimento deste grupo girava em torno da proposta de construção do país em bases urbano industrial. Esse grupo fazia parte da elite intelectual que apoiou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder [...] (Satírio, 2009, p. 41).

Em 11 de abril de 1931, foi publicado o Decreto nº 19.850, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), sob a presidência do ministro Francisco Campos (Brasil, 1931). Leonel Franca esteve entre seus membros iniciais – representando o Rio de Janeiro – além de participar da comissão do Ensino Primário e Secundário. Oliveira registra o seguinte, acerca dos interesses e da atuação dos católicos em relação à educação:

A educação foi uma das áreas estratégicas dos católicos para a atuação cultural e trabalho espiritual. Com posicionamentos e atuação no campo de disputa, os religiosos foram um dos principais grupos a atuar contra os renovadores da educação em combate às ideias liberais laicas ou à modernização do campo educacional brasileiro na Primeira República. Inspirado nos mesmos princípios católicos descritos, padre

Franca realizava, constantemente, anotações sobre a concordata entre o Brasil e a Santa Sé, a fim de colocar em prática o posicionamento católico nas ações estatais. Nesse intuito, a convite, ele trabalhou no Conselho Nacional de Educação (CNE) por 17 anos (Oliveira, 2018, p. 170).

Verifica-se que o jesuíta ocupou, por muitos anos, a função de conselheiro no CNE. Oliveira afirma que “seu papel, como integrante do CNE, ultrapassava a função de um conselheiro qualquer” (Oliveira, 2018, p. 172). Dito de outra forma: “Seus interesses, nitidamente, estavam entrelaçados aos ideais católicos e à defesa da Igreja em um período de disputa educacional, não só pelo ensino religioso, mas também pela concepção de educação nacional” (Oliveira, 2018, p. 172).

A presença do Leonel Franca no CNE representava um entrave aos interesses do movimento da Escola Nova. A igreja católica, por sua vez, estava em plena expansão de suas estratégias políticas, conforme assinalou Alípio Casali:

O ano de 1932 foi de mais duas importantes realizações do Programa Restaurados de D. Leme: a “Liga Eleitoral Católica” (LEC) e os “Círculos Operários”. Em 1933 os partidos e candidatos católicos apoiados pela LEC alcançam significativa vitória nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. O êxito eleitoral refletir-se-á no êxito também em aprovarem-se as primeiras teses católicas na Constituição: a do ensino religioso nas Escolas e a da indissolubilidade do matrimônio (Casali, 1995, p. 88).

Apesar dessas disputas, existia uma relação de proximidade entre Leonel Franca e Fernando de Azevedo. Oliveira (2018, p. 153) afirma: “É sabido que Franca era amigo próximo de Fernando de Azevedo, grande representante da Escola Nova, mas isso não sugeria que o apoiasse, muito menos que autorizasse o envolvimento dos seus no movimento oportunizado por aquele manifesto”. As divergências entre os grupos eram visíveis, mesmo que, em alguns aspectos, Leonel Franca pudesse concordar com a escrita do manifesto; no entanto, o documento contraditava significativamente os fundamentos da cosmovisão católica. Sobre isso, Fabrício registra que:

No campo educacional, Franca foi capaz de compreender e defender algumas das propostas inovadoras da Escola Nova. Contudo, não foi sem contradições essa aceitação da Escola Nova. Primeiro, Franca integrava uma ordem religiosa que tinha na educação uma de suas razões de ser e cujo capital educacional era depositado nos três séculos do *Ratio Studiorum*. Assim, defender o caráter moderno da educação inaciana era uma de suas funções. Segundo, a Escola Nova é apropriada de forma inventiva por Leonel Franca. Se a chamada Escola Ativa era inevitável, era preciso encontrar estratégias e táticas para fazer com que esses autores, europeus principalmente, corroborassem com suas posições no campo educacional brasileiro. Daí o trabalho fundamental de mediação intelectual e do cuidado em escolher as melhores citações de Ferrière ou Claparède em suas publicações, em detrimento de menções à Dewey ou Kilpatrick.

É possível dizer sem margem de dúvidas que a educação foi a grande missão do Pe. Franca ou, como ele preferia dizer, o apostolado intelectual. Portanto, tudo em sua vida girava em torno de sua tarefa educativa (Fabrício, 2019, p. 404).

Nessa mesma direção, Silva faz referência aos objetivos de padre Leonel Franca nesse debate:

Na cultura brasileira, o Pe. Leonel Franca S.J., teve expressiva participação autoral nos impressos católicos por motivos importantes: por interpretar teorias de intelectuais católicos europeus; por absorver os documentos eclesiásticos da Santa Sé (Vaticano); por combater as questões pedagógicas da Escola Nova; por manter próxima a relação de poder eclesiástico e o governo; por atuar nos projetos na fundação de órgãos católicos (associações, ligas e movimentos); e por promover novas articulações na fundação de instituições superiores católicas. A intervenção do intelectual eclesiástico no laicato católico o posicionava entre os organizadores do projeto de restauração no país (Silva, 2020, p. 48).

O jesuíta, visando defender o catolicismo em diferentes frentes, combatia o que, para a igreja, seriam os males oriundos de outras propostas pedagógicas, notadamente a secularização da sociedade e das esferas do Estado. D’Elboux, S.J., afirmou que o padre Franca alertava sobre os perigos de outras propostas pedagógicas:

Lá por 1932 alguns pioneiros da Escola Nova ousaram atirar à opinião pública um vasto programa de “construção educacional no Brasil”. Verdadeiro manifesto comunista, que, sob a capa de melhorias pedagógicas, ocultava o radicalismo dos princípios mais subversivos. Com sua conhecida argúcia e clarividência, Pe. Franca apontou-lhe os erros perigosos: laicidade, absolutismo, coeducação, etc., desmentindo energicamente as inversões do direito natural (D’Elboux, 1953/2019, p. 236).

Ao tratar desse mesmo quadro no campo educacional, Souza registra uma das ideias centrais da Escola Nova, conforme defendida por Anísio Teixeira, um dos seus principais integrantes:

Na visão de Anísio Teixeira, o país não tinha um programa de educação com espírito renovador, que a considerasse como participação na vida social. Foi com essa característica de renovação que ele concebeu seu projeto de ensino público universal, gratuito, laico e democrático no momento mesmo em que a sociedade caminhava para a modernização de suas instituições (Souza, 2018, p. 20).

Verificamos aqui que a disputa entre os dois grupos ocorria de maneira sistemática, pleiteando o controle sobre o campo educacional: de um lado, propunha-se a escola pública laica; de outro lado, defendia-se a presença da cultura religiosa na escola pública. As disputas se referiam ao projeto da Escola Nova e ao programa da educação católica. Aqui, cabe menção ao conceito de campo para nos reportarmos à educação, ressaltando as estratégias de cada grupo de intelectuais para fazer valer suas proposições, utilizando tanto o capital cultural quanto o capital simbólico, como móveis de luta na arena das entidades educacionais como a ABE ou a CCBE, da mesma forma que nas repartições estatais. Ao defender os interesses da igreja

católica, as conferências às professoras normalistas e as publicações em diferentes veículos de imprensa funcionavam como estratégias para mostrar que o grupo religioso estava lutando pela educação, religião e pátria. Em contraponto, os intelectuais que defendiam o laicismo pedagógico também realizavam ações para combater a proposta religiosa.

A igreja católica centralizou suas ações a fim de fazer frente aos avanços da educação moderna. Era necessário mostrar às professoras as implicações dessa proposta de ensino. Com as conferências e as publicações no *Boletim da Associação de Professores Católicos*, Leonel Franca concorria para demonstrar em que medida havia elementos de incompatibilidade com a educação católica e, ao mesmo tempo, propor caminhos para manejar essas questões:

Contra este exclusivismo de uma pedagogia de mosaico, delineia-se nestes últimos tempos uma reação salutar em nome da unidade do homem. Com um acordo crescente até a unanimidade vai-se reconhecendo a solidariedade essencial que liga inseparavelmente a pedagogia a uma concepção total da vida, e, portanto, a uma doutrina filosófico-religiosa. Chega-se, assim, após uma odisséia de erros e digressões à concepção fundamental do catolicismo. Para nós, a pedagogia nunca se divorciou da concepção religiosa da existência. Esta dependência, outrora objeto de críticas, é hoje reconhecida como título de glória (Franca, 1932/2019, p. 70).

O padre defendia a necessidade de uma reação para que, assim, a formação das pessoas fosse realizada de modo integral, e não de maneira fragmentada – característica que os católicos atribuíam à pedagogia moderna de modo geral. Tal defesa se dava em nome de uma educação da alma, propondo-se uma formação total para a vida. Fabrício salienta o papel e as atividades do magistério do Leonel Franca:

A atividade do Pe. Franca estava resumida ao magistério e às atividades pastorais e de escritor até praticamente o fim da década de 1920. Contudo, esse cenário começa a mudar a partir de 1928. Não que as polêmicas não tivessem adentrado à década de 1930, como visto anteriormente. Todavia, a partir de 1928 as suas atividades se intensificam também em outras áreas, como as da política educacional e as da discussão jurídica. Dito de outra forma, o Pe. Franca passa a militar na encruzilhada da educação e da política, enquanto campos cujas fronteiras se entrecruzam constantemente (Fabrício, 2019, p. 285).

Com a intenção de engajar mais pessoas na militância católica, Leonel Franca, por meio de suas conferências e publicações, difundia os preceitos nucleares para a defesa do ensino religioso. Observa-se que, mesmo sem ligação direta a partidos políticos, existia uma colaboração recíproca entre a igreja e o Estado, nomeadamente no governo varguista. Dessa forma, o jesuíta acabava por permear – direta ou indiretamente – o tecido burocrático estatal em suas instâncias decisórias, especialmente no que dizia respeito ao âmbito educacional. Conforme destaca Oliveira:

Sua participação na vida pública deu-se, também, devido à grande proximidade ao Cardeal Dom Sebastião Leme (1882-1942), Arcebispo do Rio de Janeiro, um dos principais líderes católicos do século XX no Brasil. A partir das colaborações nos movimentos sociais brasileiros, em 1931, Franca começou a atuar no Conselho Nacional de Educação. Tornou-se, ainda, integrante do Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado em 1932 pelo Centro Dom Vital, que vem dar existência e significado à proposta de uma Universidade Católica no Brasil (Oliveira, 2018, p. 10).

Como é possível notar, padre Leonel Franca estava cercado de destacados nomes da militância católica, além de ocupar posições de relevância em diferentes campos sociais durante a sua vida. O documento *Reivindicações Católicas*²⁹, publicado em 1932, sem identificação de autoria – republicado em 1962, com indicação de Alceu Amoroso Lima como autor – explicitava a posição da igreja em relação a certas tomadas de decisão do Estado. Foi nessa circunstância que o texto *Unidade e dispersão em pedagogia* (Franca, 1932/2019) reiterou sua crítica ao laicismo pedagógico, bem como exaltou o valor universal da proposta pedagógica católica:

A pedagogia católica é universal e compreensiva; não mutila o homem, mas o educa na sua totalidade; não é tributária exclusiva de uma ciência nem se enfeuda ao jugo de um só método. Todos os métodos que nos podem levar ao conhecimento de um dos aspectos da realidade humana são adotados sem receio; todas as ciências que podem iluminar qualquer das suas faces são aceitas com atenção e docilidade (Franca, 1932/2019, p. 70).

A essa pedagogia católica universal e compreensiva, é necessária atenção. A compreensão, sendo um substantivo, define algo que se espera encontrar dentro de uma religião, seja ela qual for. Para tanto, Franca, sobre a menção do universal, sugere como algo pertencente a todos, designado através da concepção do catolicismo. A proposta do movimento pela Escola Nova era contra a concepção católica. Em reação, os posicionamentos do jesuíta consistiam em desacreditar o laicismo pedagógico e afirmar a pedagogia católica. Leonel Franca, mais uma vez, reforçava a ideia de formação na totalidade, em contraposição ao que chamava de mutilação humana produzida pelo laicismo pedagógico. Tratava-se, para os católicos, de defender a unidade entre corpo, intelecto e alma, em consonância com a encíclica *Divini Illius Magistri*, inclusive nos termos de suas posições no atinente às relações dos católicos com a ideia de nação e de pátria.

Por esta razão, procurando para seus filhos a escola católica (proclame-se bem alto e seja bem compreendido por todos) os católicos de qualquer nação do mundo não exercem uma acção política de partido, mas sim uma acção religiosa indispensável à sua consciência; e não entendem já separar os seus filhos do corpo e do espírito nacional, mas antes educá-los dum modo mais perfeito e mais conducente à

²⁹ Para leitura na íntegra do documento, indica-se a revista *A Ordem*, texto de Alceu Amoroso Lima, *Reivindicações católicas*, 1962, p. 7-30.

prosperidade da nação, pois que o bom católico, precisamente em virtude da doutrina católica, é por isso mesmo o melhor cidadão, amante da sua Pátria e lealmente submisso à autoridade civil constituída em qualquer legítima forma de governo (Pio XI, 1929, p. 21-22).

Nesses termos, uma boa educação católica serviria de base para uma boa formação do cidadão, que demonstraria atenção ao exercício da consciência no âmbito das relações no seio da nacionalidade; assim, Leonel Franca estabelecia uma relação entre o catolicismo e a ideia de nacionalidade, acabando por criar mais uma frente de embate com o protestantismo³⁰. Ao final do seu texto, Franca afirmou que: “A educação católica atinge assim o homem na integridade dos seus elementos e na totalidade de suas exigências e aspirações. Tudo aqui se unifica admiravelmente” (Franca, 1932/2019, p. 70).

Por fim, padre Leonel Franca (1932/2019, p. 70) complementou que: “só assim uma pedagogia compreensiva prepara o homem para o seu desenvolvimento integral e a realização harmônica da sua felicidade completa” (Franca, 1932/2019, p. 70). Para concluir a ideia de formação, o jesuíta salienta que a pedagogia católica traria para os seres humanos, para além do desenvolvimento, a felicidade. Estava em curso a crítica aos “inimigos” externos da igreja católica, classificados como defensores do laicismo pedagógico, personificados no grupo da Escola Nova.

As intervenções do Leonel Franca, notadamente nas produções abordadas no presente item, são entendidas no contexto de disputa concreta com os defensores do laicismo pedagógico. O jesuíta integrou e liderou diversas ações da igreja católica e, ainda, realizou os ritos do cotidiano, estudos, viagens e debates, de modo a contemplar os interesses católicos de forma variada. Na obra *Ensino religioso e ensino leigo*, afirmou: “A questão do ensino religioso é uma questão vital para o nosso futuro. Em nenhum outro ponto coincidem tanto as reivindicações católicas com os interesses da pátria como na reforma da nossa pedagogia oficial” (Franca, 1931a/2021, p. 9).

Para Franca, a questão fundamental seria a formação religiosa como premissa da educação no Brasil, uma espécie de remédio contra o mal do laicismo. Conforme afirmação de Skalinski Junior:

Para os católicos a educação era uma atividade que ia ao encontro de uma tendência natural no homem que, face sua característica racional, buscava pelo conhecimento. Entretanto, tal desenvolvimento não deveria se limitar às questões seculares, tampouco às iminentemente ligadas ao mundo material, mas também contemplar questões sobrenaturais e espirituais (Skalinski Junior, 2015, p. 107).

³⁰ Sobre essa questão, ver os livros do Leonel Franca: *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, de 1948; e *O Protestantismo no Brasil*, de 1938.

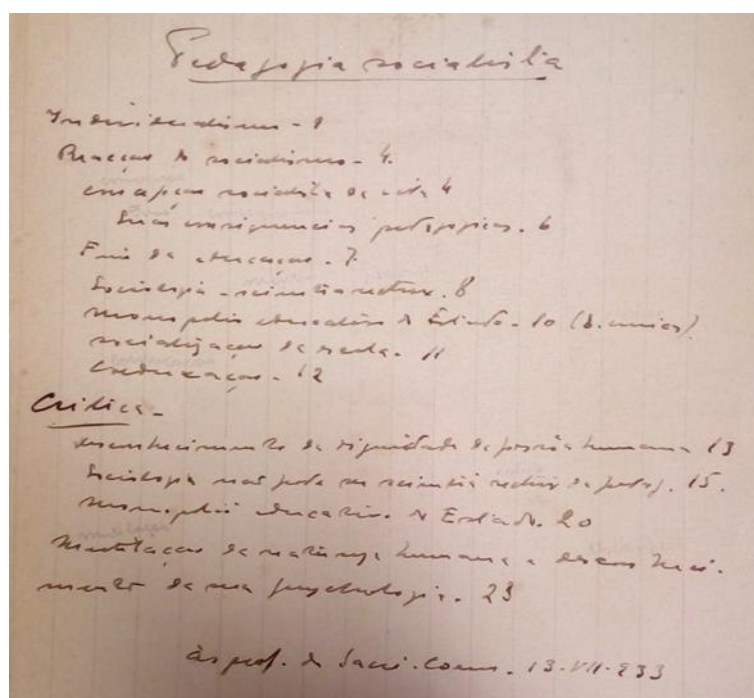
Nesses termos, a pedagogia católica se apresentava capaz de oferecer as condições eficazes para uma educação alinhada à natureza dos seres humanos. Em tese, estaria salvaguardando aquilo que seria próprio da e na vida de todos. Em oposição a essa concepção, em nome da liberdade religiosa, os integrantes da Escola Nova defendiam o laicismo pedagógico, afirmando que as questões de ordem espiritual seriam da esfera privada, sendo reservado à esfera pública apenas aquilo que seria comum a todos – o que não seria o caso da orientação religiosa. Contra essa aceção, Leonel Franca se contrapunha, visto que, em sua conferência, desenvolveu uma argumentação que sustentava o laicismo como mutilação do ser humano em sua integralidade, o que teria desdobramentos em uma divisão entre instrução e educação, entre família e escola, entre consciência religiosa e consciência social. O futuro, de acordo com os católicos, estaria bem encaminhado se as premissas cristãs fundamentassem a pedagogia oficial.

A considerar esse contexto, Skalinski Junior afirma que os militantes em favor da igreja defendiam que: “O Estado por meio de suas instituições próprias para o ensino, não deveria subverter a hierarquia na missão educativa, mas cooperar com a família e com a Igreja para objetivar o pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e religioso das novas gerações” (Skalinski Junior, 2015, p. 107-108). Assim, ao vincular a educação familiar à dada nas escolas, o Estado estaria de mãos dadas com as famílias e a igreja, no propósito do desenvolvimento integral dos seres humanos para o estabelecimento de uma efetiva nacionalidade católica. Para esse fim, a educação católica seria um meio. Em nome desse futuro, Leonel Franca consagrava seus esforços.

2.2 “Pedagogia socialista: “instrumento seguro de lenta descristianização do país”

No dia 13 de julho de 1933, padre Leonel Franca proferiu a conferência *Pedagogia Socialista* (Franca, 1933a), no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, às profestas. Abaixo, segue uma reprodução das anotações do padre Leonel Franca.

Figura 9 - Conferência *Pedagogia socialista* (esquema manuscrito)



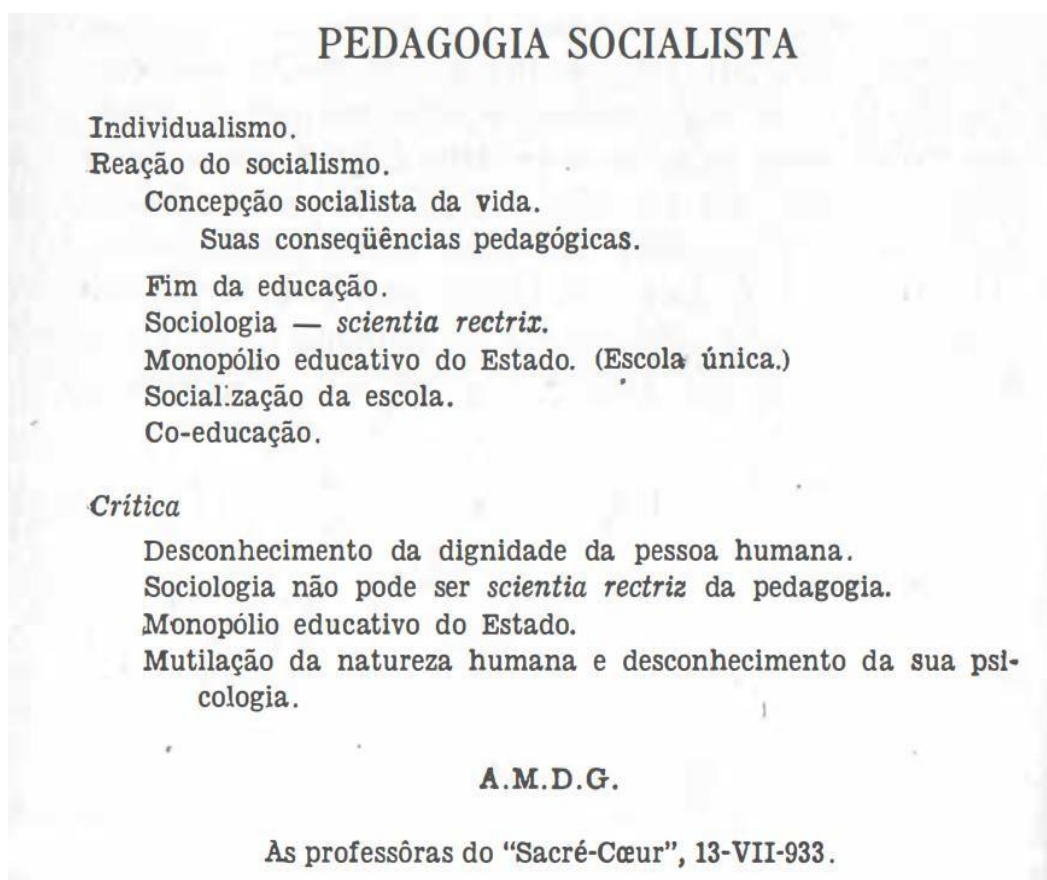
Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil (1933).

Nota: Visita realizada em 2022.

Tal exposição foi transcrita, resultando em dezesseis páginas, publicadas no livro *A formação da personalidade* (Franca, 1954/2019). Nessa conferência, encontramos em sua súmula a data de 13 de julho de 1933, tal qual encontrada nos manuscritos do Leonel Franca. Já ao final do texto, aparece a data de 17 de junho de 1933, porém, não encontramos uma justificativa quanto à distinção.

Sua fala foi estruturada da seguinte maneira: 1) exposição de sua interpretação da pedagogia socialista, a fim de mostrar o que denominou de “lenta descristianização do Brasil”; 2) indicação da pedagogia católica como antídoto à pedagogia socialista.

Leonel Franca fez uma análise do socialismo e de sua concepção de educação e, em sequência, avaliou aqueles aspectos que, em seu entendimento, seriam os efeitos nocivos da pedagogia socialista. A seguir, na figura 10, registramos a reprodução da súmula da conferência, conforme o livro *A formação da personalidade*:

Figura 10 - *Pedagogia socialista*

Fonte: Franca (1954/2019, p. 122).

Ao longo dessa conferência, ao procedermos nosso exercício de análise, destacamos trechos do exposto pelo padre Leonel Franca, no atinente ao seu particular modo de interpretar a educação socialista. Como primeiro ponto, identificamos a noção de individualismo, tomada pelo jesuíta como uma consequência do capitalismo liberal que, inclusive, como expressão máxima de seu desdobramento, ganharia seu contraponto na ascensão do socialismo. Sobre o individualismo, registrou:

Os resultados do individualismo, no campo econômico e pedagógico, foram tão evidentemente funestos que, - pode afirmar-se sem perigo de erro, - ninguém há hoje que o preconize, em teoria, como sistema ideal. Praticamente, como forma de vida, encontramos-lo ainda a cada passo: é o sistema do "cada um por si", fórmula vulgar com que se acobertam todas as manifestações do egoísmo (Franca, 1933a/2019, p. 123).

O reconhecimento das consequências nocivas do individualismo na vida social e na organização pedagógica foi recorrente na exposição do Leonel Franca, verificando-se que, em grande medida, seus argumentos buscavam sustentação no prescrito pelos documentos oficiais da igreja. No trecho a seguir, observamos a forte crítica ao capitalismo liberal:

Os resultados da concepção individualista foram desastrosos. A sociedade entrou a corromper-se não obstante a robustez de alguns dos seus membros; o capital aumentou mas, ao lado do capital, aumentou também a miséria; a facilidade da produção acrescida pela máquina não coincidiu com uma distribuição mais justa da prosperidade comum (Franca, 1933a/2019, p. 124).

Franca identificava os efeitos sociais do individualismo, ao dizer que ele: “[...] exaltara demasiadamente o indivíduo em detrimento do bem social”, ou ainda que “seu ponto de partida era o respeito a umas tantas leis, por ele chamadas naturais, contra cujo determinismo era inútil e prejudicial qualquer tentativa de reação” (Franca, 1933a/2019, p. 123). Acerca dos efeitos pedagógicos do individualismo, padre Leonel Franca registrou:

Em pedagogia preconizava-se o desenvolvimento da criança na espontaneidade absoluta de seus instintos e tendências. Era a ruptura contra as exigências superiores de uma disciplina interna que nos assegurou, com a educação de uma vontade forte, a paz da unidade resultante de uma hierarquia conhecida com clareza e respeitada com fidelidade (Franca, 1933a/2019, p. 124).

Assim, criticou a concepção de pedagogia que nomeou individualista, destacando o problema que existia em se assumir uma noção de desenvolvimento espontâneo na criança, sem o reconhecimento de uma hierarquia no processo formativo.

Ao tratar da pedagogia socialista, afirmou ser uma alternativa ou contraposição à pedagogia de caráter individualista, expressa por pensadores como John Dewey, nos Estados Unidos, e apropriada por Anísio Teixeira, no Brasil. Algumas notas sobre o que definiria a pedagogia socialista, modelo criticado por Leonel Franca, são necessárias para percebermos os caminhos que ele percorre nessa conferência. Nesse sentido, registra-se, em conformidade com Abreu, ao apontar que a proposta de ação pedagógica, na perspectiva da pedagogia socialista, está “impregnada de uma concepção de educação e de organização do processo ensino-aprendizagem”, portanto, “a questão que se coloca aos educadores socialistas é quanto à possibilidade de se construir uma alternativa de organização do trabalho pedagógico que possa se contrapor à organização existente” (Abreu, 2011, p. 24).

Visto que a pedagogia socialista, por óbvio, tratava de resolver problemas diretamente ligados à educação, desdobra-se a ideia de que esses mesmos problemas poderiam, de acordo com o grupo ligado à igreja, ter melhor solução ou encaminhamento via pedagogia católica; por isso, possivelmente, desenvolveu-se uma conferência com o título *Pedagogia Socialista*, visando chamar a atenção das professoras. Leonel Franca reconhecia na pedagogia socialista o que entendia ser um aspecto utópico, afirmando se tratar de uma: “[...] generosa utopia de promessas”, dando sequência à sua ideia, afirmou que por desconhecer profundamente a

natureza humana, tal utopia “[...] não tem feito, na realidade, senão agravar a profundidade dos nossos males e ampliar a extensão dos nossos sofrimentos” (Franca, 1933a/2019, p. 136).

Na encíclica *Quadragesimo Anno*, encontra-se a seguinte assertiva acerca do socialismo, que é reiterada na exposição do padre Franca:

O socialismo quer se considere como doutrina, quer como facto histórico, ou como acção, se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica; pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã (Pio XI, 1931, p. 27).

A interpretação católica do socialismo é demarcada por um posicionamento político; como desdobramento disso, Leonel Franca objetivava expor os riscos que tal perspectiva traria ao Brasil e à educação. A posição do jesuíta estava largamente implicada em sua interpretação da pedagogia socialista. Por esse motivo, indicamos algumas observações referentes às intencionalidades da pedagogia socialista, sob a perspectiva dos defensores dessa proposta. É importante realizar esse movimento, uma vez que, para além de uma disputa teórica em torno da pedagogia socialista e da pedagogia católica, tratava-se de uma confrontação política e ideológica. Esse aspecto pode ser percebido no trecho a seguir:

Dentre estas atitudes reacionárias, uma das mais extremadas e ativas é a do *socialismo* em todos os inúmeros matizes de suas manifestações que vão das fórmulas mais róseas às mais carregadamente rubras do comunismo radical. É daí principalmente que, em nossos dias, mais iminente ameaça o perigo. Conhecer portanto as posições doutrinárias do socialismo, - as suas reivindicações justas e as suas lacunas essenciais - é um dever que se nos impõe tanto para formar o critério dos nossos juízos quanto para orientar com segurança a direção das nossas ações (Franca, 1933a/2019, p. 123).

De um lado, Leonel Franca afirmava que o socialismo era reacionário e um dos sistemas mais extremados, aspecto que conduz sua exposição para evidenciar os perigos ao Brasil e aos católicos brasileiros. De outro lado, apontava a necessidade de conhecer as reivindicações justas do socialismo, o que mostra a pretensão de incorporar certos aspectos importantes, que já estavam presentes nos documentos papais que criticavam as desigualdades e injustiças sociais do capitalismo liberal. A tomada de posição do Leonel Franca era a de reafirmar a proposta pedagógica católica, tanto criticando o modelo capitalista liberal quanto rejeitando o sistema socialista. É importante assinalar que, para Leonel Franca, a pedagogia socialista é mais ampla que a associação ao espectro ideológico comunista. Como veremos adiante, a tradição vinculada aos estudos da sociologia moderna também pode ser associada à pedagogia socialista.

A proposta sobre como superar o problema da desigualdade social era a principal diferença entre pedagogia socialista e pedagogia católica. Segundo Franca, “contra as misérias semeadas pela concepção individualista, reagiu o socialismo e inverteu os termos do problema. A grande realidade não é o indivíduo, mas a sociedade” (1933a/2019, p. 124). No socialismo, na avaliação do jesuíta: “O indivíduo não é e não se desenvolve senão pela comunidade, substrato e portadora de todos os valores humanos” (Franca, 1933a/2019, p. 124). Aqui está o elemento central para definir as variadas tendências da pedagogia socialista, a substituição do indivíduo pela sociedade. Adiante, isso será melhor detalhado. No momento, cabe dizer que a pedagogia socialista é aquela que estabelece que os fins pedagógicos são definidos pela sociedade, inexistindo qualquer outra entidade ou instituição superior a ela.

A definição de que a educação tem como premissa exclusiva os elementos sociais ferem a hierarquia dos valores católicos. Trata-se do que Franca chama de mutilação do ser humano. Conforme a avaliação católica, se na perspectiva individualista, o indivíduo seria o centro, na proposta socialista, a sociedade ocupa posição central. Ao detalhar esse aspecto, Franca se posicionou sobre a concepção socialista:

Dela, como de fonte primeira, recebem os indivíduos todos os seus valores de vida: tanto na sua existência material como na atividade superior do Espírito: sem a sociedade o indivíduo não passaria de uma abstração. Não há portanto uma autonomia individual, um valor e um fim próprio do indivíduo; a grande realidade existente é a sociedade (Franca, 1993a/2019, p. 124).

Para sustentar sua interpretação, Leonel Franca (1993a/2019, p. 125) citou trechos de dois representantes do que chamou de pedagogia socialista, Paul Natorp e Frans De Hovre. De Natorp: ““O homem não chega a ser homem senão pela comunidade humana””; e de De Hovre: ““A falar com propriedade, o indivíduo não passa de uma abstração””. Para Franca, a pedagogia socialista era o sistema que sustentava os fins sociais da educação; tal definição fica mais clara quando Franca associou a pedagogia socialista às ciências sociais: “Esta inversão completa na visão da realidade social em sua relação com os indivíduos que a integram é celebrada como a grande conquista das ciências sociais dos nossos dias” (Franca, 1993a/2019, p. 125). O jesuíta, como complemento, ainda mencionou o que entendia ser um aspecto comum entre pedagogia católica e pedagogia socialista: a crítica ao individualismo. Em seguida, destacou que a pedagogia socialista dava primazia à sociedade sobre o indivíduo. E é esse aspecto que passou a ganhar prevalência em sua exposição:

No assunto que nos interessa, o grande centro de gravidade é a vida social: ao redor dela movem-se na mais completa e inevitável dependência todas as existências individuais: não é o indivíduo que explica a sociedade, mas a sociedade que explica o

indivíduo. Eis a grande conquista do pensamento social contemporâneo: é uma inteira concepção nova que se projeta em amplas e prolongadas perspectivas (Franca, 1993a/2019, p. 125).

Depois disso, o jesuíta enumerou as consequências sociais oriundas dessa teoria social, dentre as quais se destacam o fim da propriedade privada e a concentração absoluta do poder no Estado. No entanto, na conferência, Leonel Franca privilegiou os aspectos relacionados à esfera pedagógica:

O que unicamente nos interessa, ao presente, é a *repercussão profunda do socialismo na pedagogia*. Ainda uma vez averiguamos a relação íntima, inevitável e indestrutível entre uma concepção da vida e um sistema pedagógico. O modo de educar é uma função necessária do modo de conceber o homem, a sua natureza e os seus destinos (Franca, 1993a/2019, p. 126).

Tendo em vista a questão da pedagogia, padre Franca tratou de duas grandes consequências: uma de ordem teórica; outra de ordem prática. A de ordem teórica foi assim exposta: “A primeira consequência pedagógica do socialismo é que *o homem não tem um valor próprio, o indivíduo não tem uma finalidade sua*” (Franca, 1933a/2019, p. 126). A forma que empregou para sustentar essa avaliação foi a de apresentar trechos de autores que afirmavam a primazia da sociedade sobre o indivíduo: Paul Natorp, Peter Bergmann, Georg Kerchensteiner, Émile Durkheim, exemplarmente, que foram citados, em regra, por meio de Frans De Hovre. Antes de citar afirmações específicas, Franca sintetizou o que entendia ser o elemento comum entre os pedagogos socialistas que, em sua avaliação, referia-se à finalidade da educação:

A *meta da educação* fica assim inteiramente deslocada. Sem fim próprio, o homem já não vale senão como meio para promover a prosperidade social. É um instrumento que importa formar para o trabalho de construção do bem comum. No homem não se forma o homem, mas simplesmente o cidadão. As energias culturais que nele se devem desenvolver durante a fase de formação - atividade, instrução, moralidade, não têm outra razão de ser senão habilitá-lo a melhor contribuir para a grande tarefa comum, o bem ideal do Estado, que se apresenta como um valor absoluto, um Fim último, ao qual tudo o mais se deve subordinar como meio (Franca, 1933a/2019, p. 126).

Não havia mais fins da educação, na interpretação do Leonel Franca. Entenda-se, fins superiores. Por exemplo, Franca selecionou o seguinte trecho de Natorp: ““O fim da educação não pode ser outro senão a socialização e, por ela, a moralização de toda a vida de um povo”” (Franca, 1933a/2019, p. 126). Já nessa passagem, o jesuíta começou a dar nomes aos representantes da pedagogia socialista, para conjuntamente demonstrar como a educação ficaria sem conexão, fragmentada, pois sem uma finalidade clara não haveria uma educação ampla e comprometida com a formação da alma, ponto esse por ele considerado como decisivo.

Embora a discussão específica sobre pedagogia social ocorra mais adiante no texto, é importante assinalar a posição de Natorp no debate da pedagogia, razão pela qual ele é objeto específico de crítica do Leonel Franca. De acordo com Érico Ribas Machado:

Paul Natorp (1913), em seu livro *Pedagogía Social: teoría de la educación de la voluntad*, considerado o primeiro escrito no mundo sobre a Pedagogia Social, fundamenta filosoficamente e passa a orientar as produções acadêmicas e de formação profissional da área. Neste livro, Natorp define o conceito que fundamenta a idéia de Pedagogia Social: a educação do indivíduo está condicionada socialmente às condições sociais da cultura e as condições culturais da vida social. O autor ainda complementa que uma verdadeira Pedagogia Social não pode esquivar-se da pergunta sobre as leis fundamentais da vida e da comunidade. Para ele, a palavra “Pedagogia” não significa somente a educação da criança nas suas formas tradicionais, mas sim se refere à obra inteira de elevação do homem ao alto da plena humanidade. A Pedagogia Social não é a educação do indivíduo isolado, mas sim do homem que vive em uma comunidade, porque a sua finalidade não é somente o indivíduo. Desta forma, o autor torna a Pedagogia uma ciência social, atrelada ao Direito e a Economia, delineando-se uma Pedagogia Social (Machado, 2010, p. 145).

Padre Leonel Franca produziu outra interpretação a respeito de Natorp, a considerar que estava em disputa os rumos da pedagogia e da educação no Brasil. Dito isso, destacamos que Natorp salientava a questão do indivíduo, entretanto, alinhado à questão da educação e da comunidade da qual fazia parte. Além de ser citado por Leonel Franca nessa e em outras conferências, Natorp é tido como referência no processo de constituição da pedagogia social, no campo educacional.

A exposição do Leonel Franca segue com indicação de fragmentos dos autores associados à pedagogia socialista, ganhando visibilidade Durkheim, cuja obra naquele contexto circulava no Brasil, notadamente sua produção no âmbito da sociologia da educação, via Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. A partir da citação desses autores, Franca afirmou categoricamente que: “Fica assim inteiramente deslocado o eixo em torno do qual gravitava a pedagogia humana. As consequências vão-se desfiando umas após outras” (Franca, 1933a/2019, p. 127). Além disso, assinalou:

Se só a sociedade é real e o indivíduo, sem um fim próprio e autônomo, não passa de um instrumento a seu ser viço, a ciência que passa a regular a pedagogia e assinalar-lhe os ideais supremos já não é nem a moral, nem a religião, mas a *sociologia*. Seu objeto é estudar a sociedade con1o tal, isto é, a única realidade verdadeira. Pertence-lhe, por tanto, indicar os fins essenciais da educação (Franca, 1933a/2019, p. 127).

No debate internacional, os autores ligados à pedagogia moderna tinham muita visibilidade; no contexto brasileiro, deram sua contribuição para concretizar o movimento em defesa das ciências da educação, pois, conforme Nívio de Campos, “já na década de 1920, o grupo do movimento pela Escola Nova havia absorvido os elementos principais da ciência

moderna de caráter empírico-positivista, cuja expressão se consubstanciava na Sociologia, Psicologia e Biologia” (Campos, 2011, p. 98). Essas áreas constituíam o que Mirian Warde (1990, p. 8) denominou de “ciências matriciais da educação”, cabendo à sociologia definir os fins da educação. A filosofia, atrelada à teologia católica, deixava de definir os fins da educação no âmbito da educação provida pelo Estado. Franca afirmou que: “A sociologia é assim elevada à dignidade primeira de *scientia reatrix*. Todas as outras lhe são ancilas e dela devem receber as suas normas e a sua orientação” (Franca, 1933a/2019, p. 128).

Embora Leonel Franca fizesse ataques aos autores europeus, a disputa mais importante ocorria nos debates acerca dos rumos da educação brasileira. Em sua interpretação, todas as demais ciências foram subvertidas, a fim de atender à sociologia (*scientia reatrix* – ciência rainha). “*Psicologia*, sim; mas psicologia social que, aplicando-se à vida psíquica da coletividade, por ela esclarece, explica e orienta a psicologia do indivíduo”, assinalou, a título de exemplo (Franca, 1933a/2019, p. 128). A posição da religião católica, segundo padre Franca, teria desaparecido nesse âmbito, pois ela estaria desvinculada do ensino moral: “*Moral*, outrossim, mas num sentido muito diferente do que lhe atribui a tradição clássica do pensamento” (Franca, 1933a/2019, p. 128). Seguindo em sua argumentação, Leonel Franca registrou:

O fim único e supremo do homem é a vida social: bom, moralmente, portanto, será o que para isto contribui; mau o que se lhe opõe. O capítulo da moral social dilata-se e amplia-se, no interior da ética, a ponto de absorver tudo o mais. Socializar, pois, é sinônimo de moralizar (Franca, 1933a/2019, p. 128).

Existiria uma substituta, inclusive para a religião, segundo Leonel Franca: “Os socialistas pelo menos alguns continuam ainda a falar de religião como de um dos produtos necessários da cultura humana” (1933a, p. 128). Porém, asseverou: “Mas nela já não veem o complexo dos deveres que decorrem das nossas relações essenciais com Deus, mas apenas o auxiliar poderoso do instinto social” (Franca, 1933a/2019, p. 128). Nessa parte, ele fez referência a Natorp, via De Hovre: “‘Doravante, escreve Natorp, a religião se restringirá nos limites da natureza humana’”. Assinalou, pelo exposto, que a finalidade da religião “[...] não se estende além das fronteiras do tempo e das realidades tangíveis da história” (Franca, 1933a/2019, p. 128). Disso, concluiu: “Substituir, portanto, ‘o culto da Humanidade’ (com H maiúsculo) como já fizera Comte eis a transformação radical da idéia de religião, que nos propõe o socialismo, reduzindo-a a uma mera *sociolatria*” (Franca, 1933a/2019, p. 128). A consequência teórica consiste na alteração da antiga hierarquia dos saberes: não mais a primazia da teologia e filosofia de natureza católica, mas, sim, a prevalência das novas ciências,

especialmente sociologia, psicologia e biologia. Tratava-se, na concepção do Leonel Franca, de recusar tal arranjo e de reestabelecer a antiga hierarquia.

A intervenção do jesuíta não se reduziu a expor as mudanças no plano teórico, mas também a indicar as implicações práticas, notadamente no âmbito das políticas públicas. Esta discussão está atrelada às estratégias da igreja católica ao se aproximar de agentes políticos, ao ocupar funções em diferentes órgãos do Estado, assim como apoio declarado a candidatos vinculados aos interesses católicos, sob a coordenação da Liga Eleitoral Católica, criada em 1932. Em sentido geral, Franca assinalava que: “Destas consequências de ordem teórica derivam outras, práticas, e que se traduzem imediatamente em disposições legislativas que vão invadindo os regimes escolares dos diferentes países” (Franca, 1933a/2019, p. 128).

A primeira consequência de ordem prática, assinalada por Leonel Franca, diz respeito ao monopólio estatal da educação. Essa é a questão central no Brasil, pois, desde a Constituição de 1891, estabeleceu-se a separação entre Estado e religião, definindo que ao Estado caberia garantir o direito à liberdade religiosa, sem privilegiar nenhum credo. No plano jurídico, a educação deveria ser secular, sem vinculação às crenças religiosas. É contra essa organização republicana que a igreja católica reagiu. Essa exclusividade foi descrita por Leonel Franca da seguinte maneira:

Ao Estado portanto e só ao Estado pertence o direito de educar. Se ainda se fala na função educativa da família. não é porque se reconheça aos pais um direito próprio de educar os filhos, direito que se impõe ao respeito do Estado; é porque o Estado lhes delega parte dos seus direitos absolutos e totais; delegação, aliás, provisória na fase atual de transição entre o regime burguês e o socialista (Franca, 1933a/2019, p. 129).

Apresenta-se aqui a expressão concreta do que Franca denominou de mutilação do ser humano. Na pedagogia católica, o direito de educar obedece a seguinte ordem hierárquica: igreja (direito sobrenatural), família (direito natural), Estado (direito social). A educação deveria seguir essa ordem, devendo o Estado atuar em consonância e de modo complementar aos interesses da religião e da família. A pedagogia socialista subverte essa ordem, segundo Leonel Franca. A descrição disso ganha tonalidade dramática: “O ideal é que as crianças apenas recém-nascidas sejam arrancadas aos braços de suas mães e confiadas às instituições oficiais que se incumbirão de educá-las do berço à adolescência” (Franca, 1933a/2019, p. 129). Não mais cristão, ou melhor, católico, mas cidadão. Um cidadão sem religião. Ou um cidadão cuja religião é servir à humanidade. Uma única escola, mas escola estatal, destinada apenas a instruir, desobrigando-se da educação, assinalou este defensor da igreja católica: “Uma só escola: a escola pública e esta moldada e orientada pelo tipo único do Estado, sem nenhuma

consideração para com os direitos da consciência dos educandos e das suas famílias” (Franca, 1933a/2019, p. 129).

No livro *A formação da personalidade* (Franca, 1954/2019), há um pequeno texto de três páginas, sem data e local, intitulado *Escola Única*. Observamos que o religioso deixa registrado sobre o que irá tratar, na menção ao título e também já demonstra sua discordância sobre o tema: “Parece-nos de bom conselho excluir do programa de reconstrução nacional a expressão ‘Escola única’”. Assim, continuou: “É ambígua e presta-se a numerosas e disparatadas interpretações, algumas das quais, se viessem a ser realizadas, representariam um regresso nas nossas instituições de ensino” (Franca, 19–, p. 16).

A segunda consequência de ordem prática destacada se refere à socialização da escola, isto é, “educar é formar o *cidadão*, prepará-lo para a vida social. A escola transforma-se, pois, numa pequena organização social, organicamente articulada à vida e às exigências da sociedade maior que a envolve” (Franca, 1933a/2019, p. 129). Pela primeira vez, nessa conferência, o expositor faz referência à experiência educativa da república socialista soviética: “Na Rússia, já se multiplicam as escolas anexas às grandes fábricas. Esta socialização da escola envolve naturalmente à coeducação dos sexos estendida indiscriminadamente a todas as idades e períodos da educação, do primário ao superior” (Franca, 1933a/2019, p. 129-130). Essa menção indica a amplitude da pedagogia socialista, pois Leonel Franca a via tributária desde a sociologia de Durkheim até o sistema socialista implantado na Rússia e demais repúblicas que formaram a União Soviética, em 1922. O padre finalizou essa parte dizendo que, de forma breve, expôs as características dessa pedagogia, ou nos termos dele: “Tal, em suas linhas gerais, a nova concepção da vida preconizada pelo socialismo e as suas imediatas e profundas repercussões no domínio da pedagogia” (Franca, 1933a/2019, p. 130). E arrematou: “Com brevidade ainda maior critiquemos” (Franca, 1933a/2019, p. 130). De imediato, o expositor disse se interessar em criticar o que chama de esfera superior dos grandes princípios. Disso decorre um ataque direto ao socialismo:

O defeito essencial, o vício congênito do socialismo é o desconhecimento da *eminente dignidade da pessoa humana*. Daí esta inversão completa dos valores; pela subordinação incondicionada e total do homem à sociedade, como de um meio ao seu fim único e supremo, de uma coisa ou de um instrumento ao destino que lhe constitui a razão exclusiva de sua existência (Franca, 1933a/2019, p. 131).

Tratando dos valores primários que o socialismo corromperia, Leonel Franca tratou da dignidade de cada um. Nesse sentido, o jesuíta disse:

O homem não é uma coisa a serviço de outra coisa; a sociedade humana não é uma colmeia de abelhas ou um rebanho de cordeiros, onde só há indivíduos a serviço total da espécie. Por isso mesmo que somos pessoas e não só indivíduos, por isso mesmo que somos inteligências e vontades capazes de atingir um mundo de objetos. transcendentes, os nossos destinos não se encerram nas estreitezas do tempo, e as sociedades que evoluem, se aperfeiçoam e declinam, no ritmo das suas vicissitudes históricas, não encerram a totalidade dos nossos destinos nem a plenitude das nossas aspirações nem a imensidade das nossas esperanças (Franca, 1933a/2019, p. 130-131).

A expressão dessa corrupção a atribuição à sociologia da tarefa de definir os fins da educação:

Por aí já podeis ver imediatamente que a sociologia não pode ser a *sciencia rectrix* da pedagogia; não lhe pertence nem lhe pode pertencer a função de determinar o fim supremo do homem e portanto o ideal primeiro de sua educação. Seu objeto limita-se ao estudo da sociedade na qual vivemos, para a qual deveis trabalhar mas que não enfeixa nem resume a totalidade dos nossos destinos (Franca, 1933a/2019, p. 131).

Leonel Franca recuperou o sentido positivo da sociologia, a saber, sua dimensão científica, que observa a sociedade e produz um determinado conhecimento. Mencionou que, na condição de ciência, tem objeto, apresenta método e produz resultados (conhecimentos). Ele reconhece essa atribuição às ciências sociais. No entanto, questiona o deslocamento de dizer o que são as coisas para dizer como deveriam ser as coisas: “Reduzida a este caráter de ciência positiva ou experimental, a sociologia não pode ter pretensões de ditar leis ou de ser ciência normativa” (Franca, 1933a/2019, p. 131). Avançava: “Os juízos que pronuncia são juízos de existência, não juízos de valor. Poderá dizer: assim é, assim se passam os fenômenos sociais; não poderá nunca sentenciar: assim *deve* ser; neste rumo se *devem* orientar os fatos” (1933a/2019, p. 131). Na ciência positiva, não estão contidos imperativos. Todavia, “a educação não prescinde de imperativos”, asseverou Franca (1933a/2019, p. 131). A considerar essa afirmação, a sociologia não pode definir os fins da educação, pois, da ciência empírica não se depreendem imperativos.

Para os católicos, a pedagogia não era uma ciência da educação, tal como entendiam os teóricos da pedagogia moderna, visto que estes, conforme Mirian Warde (1990), estabeleceram as ciências matriciais da educação, as quais sustentariam a própria pedagogia. Na avaliação do Leonel Franca, as coisas não deveriam se ordenar dessa forma, pois: “a razão de ser da pedagogia não é observar a criança que se desenvolve, mas orientar-lhe o desenvolvimento; ver e contemplar o aluno, ainda com o auxílio de todos os instrumentos mais perfeitos de observação científica, não é educar” (Franca, 1933a/2019, p. 132); em complemento, disse que: “educar é intervir, intervir é orientar, orientar é conhecer um rumo e para ele dirigir a criança” (Franca, 1933a/2019, p. 132). E isso não se faria via ciência empírica,

uma vez que seria: “impossível uma educação sem um ideal educativo: e ideal educativo não é a ciência do que é, mas do que deve ser o homem” (Franca, 1933a/2019, p. 132).

A concepção de sociologia entabulada por Leonel Franca é fundamental para entendermos o processo que o jesuíta traçava para defender outro modo de organização de sociedade e, principalmente, a pauta da educação. Nessa direção, a sociologia não poderia ser a ciência-base para o entendimento do ser humano, tampouco para sustentar proposições formativas. À sociologia caberia o estudo da sociedade, mas não poderia exercer o fim último de orientar o todo sobre os seres humanos: “Enquanto pois se restringir a sociologia a uma ciência puramente positiva e de observação, - e esta é a tendência de todos os empiristas- não há como apelar para ela a fim de orientar a pedagogia” (Franca, 1933a/2019, p. 132). Aqui se verifica a indicação de outro modelo de sociologia, notadamente a sociologia católica que não se desvinculava da filosofia e da teologia. A sociologia se elevaria à filosofia social. Nesse caso: “a sociologia terá que pedir a outras ciências filosóficas *uma concepção do homem e dos seus destinos*” (Franca, 1933a/2019, p. 134).

Leonel Franca disse que os teóricos da pedagogia socialista, no afã de desqualificar a metafísica católica, atribuíam à sociedade uma dimensão transcendental. Desse modo, destacou que: “Sob o rótulo de sociologia, da mais moderna das ciências, os pedagogos do socialismo - e a este grupo pertence um bom número dos que se acham atualmente à testa da nossa instrução pública - não fazem senão inculcar velhas e avariadas metafísicas” (Franca, 1933a/2019, p. 133). De acordo com o padre, a pedagogia materialista reduziria o ser humano: “Para o materialismo o homem reduzia-se a um simples fenômeno da natureza; para o socialismo a um simples fenômeno da sociedade. Num e noutro caso, negação de Deus, negação o espírito no homem, negação de uma lei moral no sentido restrito e superior da palavra” (Franca, 1933a/2019, p. 133).

A partir desse momento, Leonel Franca começa a manifestar as conexões que faltavam em seu discurso, no que dizia respeito ao campo religioso e suas possíveis perdas com o laicismo pedagógico, promovido pela via de pedagogias materialistas e socialistas. Nesse sentido, complementou: “Ateísmo lá e ateísmo aqui. Idolatria lá e idolatria aqui: lá o ídolo se chamava *matéria*, aqui se denomina *sociedade*” (Franca, 1933a/2019, p. 133).

A igreja católica mantinha estreito diálogo com o governo Vargas. Leonel Franca e outros intelectuais católicos ocupavam funções em órgãos estatais. Isso ajuda a entender a condição da igreja, pois não se tratava de posicionamentos pela supressão do Estado. Ao contrário, desde que o Estado considerasse as posições católicas, a aliança seria estabelecida. Na passagem seguinte, observa-se uma ponderação do Leonel Franca:

Quando negamos ao Estado o direito total e exclusivo de educar não queremos de modo algum recusar-lhe o direito e o dever de velar pelo desenvolvimento da instrução no país, de pôr os bens da inteligência ao alcance de todos, de multiplicar-lhe as escolas na medida das exigências sociais. A instrução é um bem comum e como tal cai sob a alçada de sua competência. Este direito, porém, é secundário e supletivo; às famílias, na ordem natural, incumbe o dever primário de educar e com ele o direito de fundar escolas (Franca, 1933a/2019, p. 134).

Nesses termos, o direito do Estado é secundário e suplementar, sendo precedido pelo direito da família; avançou Franca, para dizer: “O que, porém, negamos ao Estado é o direito absoluto de orientar, filosófica, moral e religiosamente a educação do povo este direito intangível pertence à Igreja na ordem sobrenatural e aos pais na ordem natural” (Franca, 1933a/2019, p. 134). A prioridade, no quesito educação, deveria perpassar as ordens sobrenatural e natural, para, somente depois, chegar ao direito social: “Este direito intangível pertence à Igreja na ordem sobrenatural e aos pais na ordem natural” (Franca, 1933a/2019, p. 134). O jesuíta, inclusive, empregou como exemplo a Alemanha e a Holanda que, mesmo tendo a educação mantida pelo Estado, tinham garantidas as orientações religiosas de acordo com as confissões familiares: base espiritual do catolicismo aos católicos, e do protestantismos aos protestantes. Tal garantia é reivindicada por Franca em nome de uma consciência inalienável do ser humano: “Como pessoa, o homem tem um fim superior a realizar; é autônomo nesta realização dos seus destinos; nenhum poder civil pode violentar-lhe a consciência” (Franca, 1933a/2019, p. 134).

Se a consciência era inalienável, o poder do Estado deveria ser limitado, segundo Leonel Franca, portanto, o correto seria algo muito diferente da reivindicação do direito absoluto feita pela pedagogia socialista:

Atribuir ao Estado o poder de desprezar os direitos das famílias em matéria de educação significa divinizar os poderes públicos, fazer de Cesar uma divindade, destruir os direitos da consciência e entregar ao arbítrio da força o cidadão, indefeso e reduzido à categoria de mero instrumento dos detentores do poder. Amanhã o Estado poderia lícitamente arrancar um filho da família católica para fazer dele um protestante, tomar uma alma batizada e fazer dela um adepto do Corão. A consciência da nação ficaria ao arbítrio incerto oscilante do partido dominante. Hoje, domina o positivismo? Laicizam-se as escolas públicas para transformá-las num instrumento seguro de lenta descristianização do país. Amanhã, subirão os comunistas? As escolas se converterão, como na Rússia, em laboratório de alquimia em que todos os cérebros são cientificamente elaborados na concepção materialista de Marx-Lênin (Franca, 1933a/2019, p. 134-135).

Leonel Franca fez uso de um jogo de palavras que demonstrava o lugar ou a posição do Estado naquele momento. Ele não reconhecia a condição secular do Estado, pois acreditava que os agentes estatais poderiam transformar, de modo compulsório, católicos em protestantes ou muçulmanos. Na circunstância da conferência, um líder católico, na linguagem de Bourdieu

– autorizado a falar –, dirigia-se a um público de professoras, que reconhecia sua autoridade. Nessa condição, Franca empregou uma estratégia discursiva de forte reverberação, notadamente ao apontar os riscos do socialismo aos católicos e ao Brasil.

Tornar o Estado proeminente frente aos católicos soava como uma afronta. Alterar os princípios norteadores da educação, sem ao menos considerar a tradição do catolicismo no Brasil, seria forçar uma sociedade a se recriar diante daquilo que não se reconhece como real, como verdadeiro. Uma experiência externa à tradição do Brasil se apresentava no âmbito da pedagogia e das políticas públicas. Sob a genérica definição da pedagogia socialista, Franca transparecia convicção às professoras, pois, mais do que um debate de natureza epistemológica, estava em curso uma disputa ideológica e política. Por isso, o teor peremptório:

Quando, portanto, o socialismo, sob o rótulo de “escola única”, de monopólio da instrução, desconhece os direitos naturais da família à educação dos filhos e preconiza o absolutismo do Estado, não faz senão tirar mais uma consequência do erro fundamental que desconhece a eminente dignidade da pessoa humana (Franca, 1933a/2019, p. 135).

Na conferência *Escola Única*, o jesuíta também fez menção ao socialismo, elemento de discussão em diversas conferências e textos:

Para muitos autores e em vários lugares a Escola única é uma reivindicação socialista e comunista. [...] Para outros autores a Escola única é sinônimo de monopólio do Estado; é a morte da iniciativa particular tão benfazeja em matéria de ensino; é um golpe profundo contra a liberdade profissional que constitui um dos eixos constitucionais na organização dos países livres (Franca, 19–, p. 19).

Nos diferentes espaços em que o jesuíta fazia uso do seu poder de fala ou escrita, realçava o combate a tudo aquilo que estaria em desacordo com os interesses católicos. Advogava em seu favor, o unívoco, o rigoroso, o preciso. Em relação aos seus adversários, imputava o equívoco, o elástico, o impreciso, como se observa a seguir:

Introduzir portanto uma expressão elástica, equívoca, imprecisa, que poderá dar margem a controvérsias infundáveis ou a realizações pedagógicas arriscadas e funestas - num programa de reconstrução nacional que deve congrega as energias sadias e tradicionais de todo o povo brasileiro -, não me parece nem justo nem prudente (Franca, 19–, p. 20).

Ao fim da conferência, Leonel Franca simbolizou o que havia dito no início da exposição acerca da pedagogia socialista: “É uma das mais extremadas e ativas” dentre “as atitudes reacionárias” (Franca, 1933a/2019, p. 123). Nas últimas palavras, estão os apontamentos às professoras que designam o caráter anticristão do comunismo, isto é, a pedagogia socialista seria a mais perigosa porque propagava o fim do cristianismo. E, mais, em

nome de uma utopia revolucionária aprofundaria ainda mais o sofrimento do ser humano. Com isso, Franca apontava para o que entendia ser a artimanha da promessa revolucionária:

Por este desconhecimento profundo da natureza humana, na integridade dos seus elementos e no dinamismo de suas energias psicológicas, o socialismo, com toda a utopia generosa de suas promessas, não tem feito, na realidade, senão agravar a profundidade dos nossos males e ampliar a extensão dos nossos sofrimentos (Franca, 1933a/2019, 136).

Ao direcionar a conclusão dessa conferência, Leonel Franca fez referência à felicidade como fim do ser humano. Nesse aspecto, contrapõe-se ao que chama de utopia generosa do socialismo (vida plena na cidade dos homens), dizendo que: “não se pode edificar a cidade da Terra sem trabalhar ao mesmo tempo na construção da Cidade de Deus” (Franca, 1933a/2019, p. 136). A vida plena não estaria na utopia socialista, mas na promessa católica:

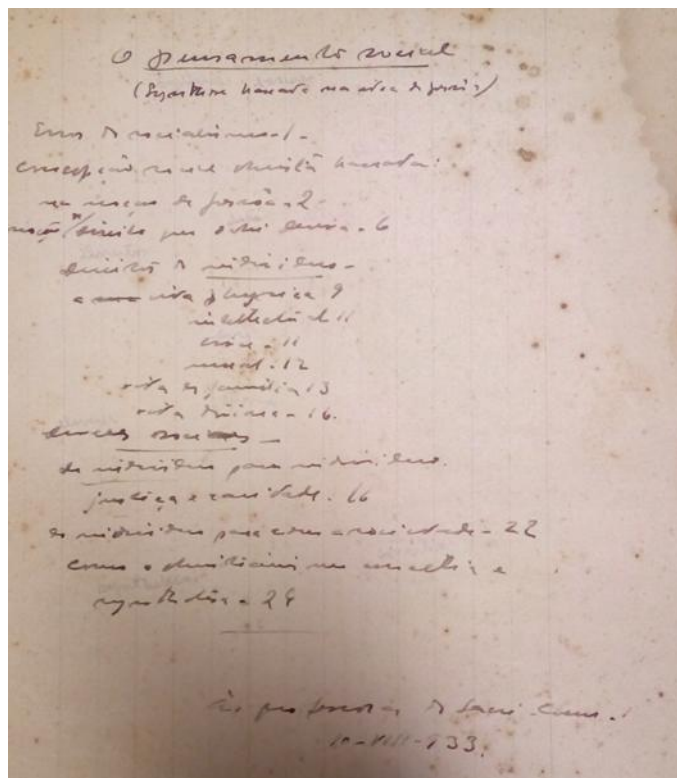
O problema da felicidade social resume-se, em última análise, num problema de santificação das almas. ‘Buscai, antes de tudo, o reino de Deus tudo o mais vos será dado por acréscimo’. À medida que subimos, aproximando-nos de Deus, dilatamos as estreitezas do nosso egoísmo e fraternizamos melhor com o nosso próximo. É assim que se verifica a verdade da palavra inspirada: *Nisi Dominus custodieret civitatem frustra vigilat qui custodit eam*. E este é o critério genuíno pelo qual se afere o progresso ou o regresso das civilizações humanas (Franca, 1933a/2019, p. 136-137).

A terra prometida, Jerusalém, conforme Leonel Franca, deveria ser buscada sob a orientação da igreja católica, instituição sobrenatural responsável pela construção da cidade divina na cidade dos homens. O padre Franca encerrou sua exposição, utilizando-se do recurso maniqueísta: de um lado, sustentou que: “na medida em que as almas se elevarem e unirem a Deus, a cidade da Terra se irá transformando em Jerusalém - visão de paz, de justiça e de amor”; de outro lado, “na medida em que d’Ele forem se afastando, irá degenerando em Babilônia - confusão, anarquia, ódio e desespero” (Franca, 1933a, /2019 p. 137). Aos católicos caberia o discernimento de cada um, e, principalmente, o dever do esclarecimento tanto pelo ensinamento quanto pela prática da virtude: às professoras católicas caberia irmanarem-se aos líderes para transformar o Brasil em uma nova Jerusalém. Cabia também às professoras combater não católicos, potenciais degradadores de um país de tradição católica. Expressar um ideário diferente, vivenciar outra fé ou não ter uma fé seria conduzir o Brasil a uma nova Babilônia, seria acorrentar as famílias católicas aos pecados e aos perigos da vida material.

2.3 “Universalismo católico que não mutila o homem, mas o educa na sua totalidade”

Para a discussão neste último item do capítulo, toma-se como fonte a conferência *O pensamento social* (Franca, 1933b), também publicada no livro *A formação da personalidade*. Abaixo, segue uma reprodução das anotações do manuscrito de padre Leonel Franca.

Figura 11 - Conferência *O pensamento social* (esquema manuscrito)



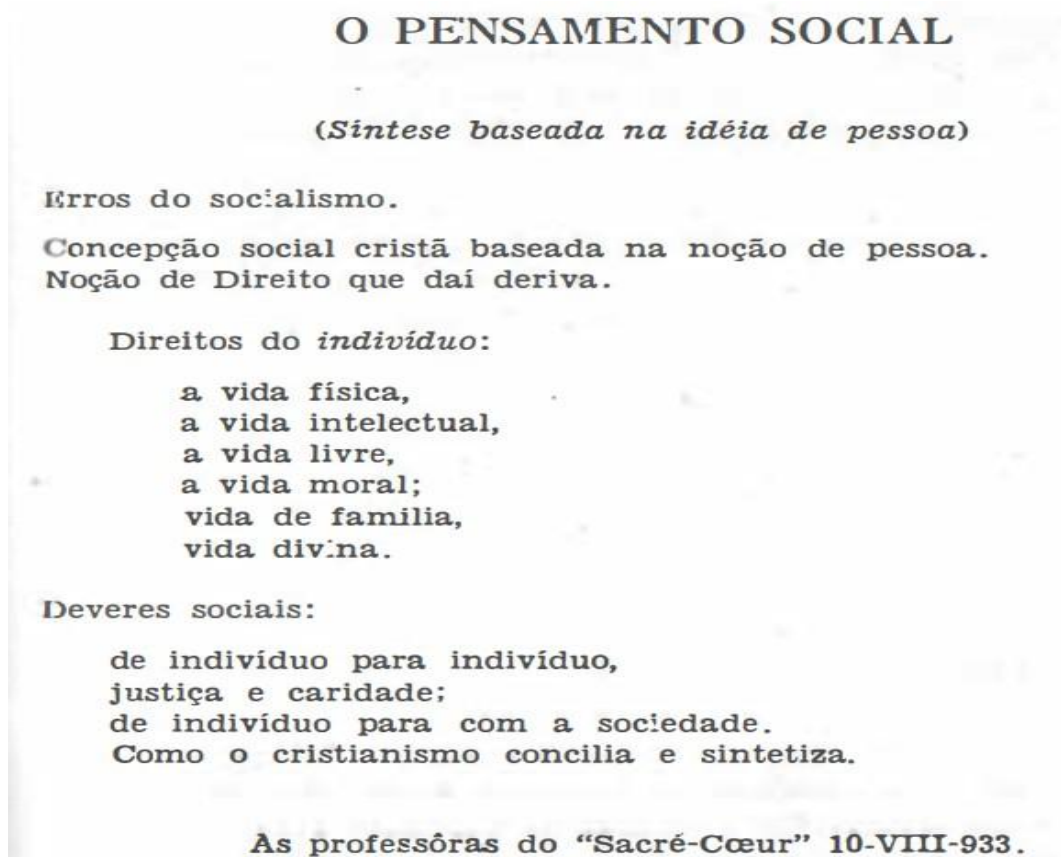
Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil (1933).

Nota: Visita realizada em 2022.

Nesse manuscrito, mesmo que com o desgaste do tempo, parece-nos que a data registrada é 10 de agosto de 1933, não correspondendo às datas que encontramos na publicação do livro. Em *A formação da personalidade*, há em sua súmula referência à data de 10 de junho de 1933 e, ao final do texto, referência a 24 de junho de 1933. Mais uma vez, reforçamos que não encontramos a justificativa quanto às distintas datas.

Vejamos na figura a seguir (Figura 3), a organização concebida por Leonel Franca para sua fala/escrita:

Figura 12 - O pensamento social



Fonte: Franca (1954/2019, p. 138).

Na versão do livro, cuja segunda edição data de 2019, pela editora Agir, não há no corpo do texto a subdivisão “*Direitos do indivíduo*”; entretanto, na versão de 2021, pela editora Obras Católicas, ela consta. Já os “*Deveres sociais*” não estão dispostos com título específico em nenhuma das versões, porém, durante a leitura, observa-se a abordagem dos deveres dos indivíduos entre si e dos deveres do indivíduo perante à sociedade.

A conferência possui quatorze páginas, iniciando com o que foi nominado de “*Erros do socialismo*”, para, em seguida, fundamentar o pensamento social do cristianismo. Ela foi proferida no Colégio *Sacré-Cœur de Jésus* às professoras normalistas, no dia 10 de agosto de 1933. Leonel Franca, que combateu com muita energia a pedagogia socialista, aqui se debruça especificamente sobre os erros do socialismo, a partir da perspectiva da visão cristã de pessoa. Em termos comparativos, no item anterior, ao optarmos pela análise da conferência *Pedagogia socialista*, tratamos dos aspectos pedagógicos, isto é, das implicações nos processos de educação escolar. Aqui, Leonel Franca centrou-se nos aspectos antropológicos, nos termos dos efeitos do socialismo à vida humana na sua totalidade.

Logo no início da sua fala, Franca retomou aspectos referentes ao individualismo e ao socialismo: “O erro primeiro da pedagogia social-radical está no desconhecimento da eminente dignidade da pessoa humana” (Franca, 1933b/2019, 139). A reação do socialismo ao individualismo, para ele, não representava uma solução: “Na sua reação violenta e extremada contra o individualismo e suas funestas consequências o socialismo não viu senão a sociedade com as suas exigências imperiosas” (Franca, 1933b/2019, p. 139). Para Franca, com o socialismo: “o homem desapareceu como um átomo insignificante, como uma célula que não tem outra razão de ser senão o organismo de que faz parte” (1933b/2019, p. 139). Nesses termos, estaria ausente a ideia de pessoa humana no socialismo, ou seja, a ideia de natureza humana.

Para Franca, esse fato implicaria em duas lacunas: “Natureza humana mutilada na integridade dos seus elementos e desconhecida nas exigências psicológicas da sua atividade” (Franca, 1933b/2019, p. 139). Na avaliação do jesuíta, essas duas lacunas geravam efeitos danosos ao ser humano; assim, afirmou que, de um lado, existia a mutilação da natureza humana: “tudo o que em nós transcende a matéria e se eleva acima do espaço e do tempo é, para o socialismo, inexistente”; e de outro lado, existia o desconhecimento prático da psicologia humana, de tal forma que: “todos os motivos superiores de agir que condicionam a renúncia e o esquecimento de si [...], ficam, por isto mesmo, esvaziados de seu conteúdo objetivo e destituídos de sua eficácia motriz” (Franca, 1933b/2019, p. 139-140).

Observam-se concepções antropológicas distintas e opostas. De acordo com Campos:

O afastamento de Deus foi apontado como um dos mais graves males da sociedade laica. Essa referência expõe que a crise da sociedade moderna é de natureza moral, portanto, é uma crise oriunda da ignorância religiosa e abandono dos preceitos católicos. As propostas de restauração de uma ordem social tendo como base os valores cristãos traduziam a ideia de preservar um espaço para a Igreja Católica no mundo moderno (Campos, 2010, p. 89).

Diante do entendimento de que a visão humana do socialismo seria irreconciliável com a concepção católica, Franca posiciona a teoria social católica:

A esta concepção da vida, radicalmente incapaz de fundar uma pedagogia social verídica e eficaz, convém opor a profundidade da concepção cristã em que tão harmoniosamente se fundem os contrastes das antinomias aparentes e se conciliam, numa síntese superior, as aspirações incoercíveis da personalidade humana com as condições imperiosas da vida e da prosperidade social (Franca, 1933b/2019, p. 140).

Destaca-se que Leonel Franca utiliza aqui a terminologia pedagogia social. Importante dizer que pedagogia social assume um sentido de teoria social ou, se quisermos, de pensamento social, conforme o título dessa conferência. Nesse aspecto, neste item, o sentido de pedagogia

social tem um caráter geral. No terceiro capítulo, para além desse aspecto geral (teoria social, pensamento social), trataremos dos sentidos específicos da pedagogia e da educação social. Ao avançar em sua exposição, padre Franca fez uso dos termos “concepção de homem como pessoa” e “sociologia cristã”, que podemos aproximar do sentido assumido pela pedagogia social católica.

No preâmbulo da conferência, Leonel Franca afirmou que sua tarefa era apresentar a concepção cristã, preocupação que se verifica central a partir da segunda página da conferência: “É tão importante e tão fundamental esta concepção do homem como pessoa que em torno dela cremos poder apresentar uma súplica de toda a sociologia cristã” (Franca, 1933b/2019, p. 140). Ao avançar em sua argumentação, Franca destacou elementos relativos ao desenvolvimento da personalidade humana: “A pessoa, já o dissemos, é caracterizada por uma *finalidade própria*. Conhecer o próprio fim e realizá-lo livremente: eis o que a distingue dos outros seres” (Franca, 1933b/2019, p. 140). Inteligência e vontade caracterizam os seres humanos. De uma parte: “a inteligência manifesta-lhe o para que é e para que foi criada: a perfeição que comporta o desenvolvimento de suas virtualidades e em que se resume a sua felicidade”; de outra: “a *vontade* aplica-se livremente ao emprego dos meios que condicionam o conseguimento do fim entrevisto e almejado” (Franca, 1933b/2019, p. 140).

A condição de pessoa é que diferencia o ser humano dos demais animais, conforme exposto pelo padre Leonel Franca: “Na Terra, entre os seres visíveis só o homem é pessoa, porque só ele é dotado de razão e de liberdade” (Franca, 1933b/2019, p. 141). Esta condição de pessoa conduz à seguinte afirmação: “Só o homem é, em cada indivíduo da espécie, portador de valores eternos; só ele tem um fim próprio, que é o seu bem, dele, e cujo sacrifício ninguém lhe pode exigir ou impor. A pessoa, nunca poderá ser rebaixada à simples categoria de meio ou de coisa” (Franca, 1933b/2019, p. 141). Aqui constam aspectos das duas ordens do ser humano: natural e sobrenatural. Foi a partir dessas ordens que Leonel Franca projetou a pedagogia social, ou o pensamento social, ou a antropologia de tradição católica. A sociologia cristã somente se completaria se fosse articulada às ordens sobrenatural, natural e social. E é por isso que se apresenta como superação do laicismo pedagógico, da pedagogia socialista ou do pensamento social comunista.

Da ordem sobrenatural decorreria a dignidade humana: “Eis a dignidade eminente da pessoa humana. Dela deriva como de sua primeira raiz a essência mesma do direito. Não podendo ser rebaixada à categoria de coisa, a pessoa é *inviolável* no prosseguimento de sua finalidade” (Franca, 1933b/2019, p. 141). A considerar que a experiência humana ocorre no tempo, a conexão entre criador e criatura – em uma medida para além dessa dimensão – foi

assim descrita por Leonel Franca: “Na ordem sobrenatural, que é a ordem histórica em que de fato vive a humanidade, este valor já tão alto de natureza espiritual é realçado infinitamente pela nova e mais alta finalidade a que gratuitamente nos elevou a bondade infinita de Deus” (1933b/2019, p. 141).

Essa dimensão justificaria a inviolabilidade da pessoa humana, que deve condicionar os meios sociais que conduzem a vida cotidiana na história. Ou seja, os meios sociais não podem violar a condição de pessoa que, por sua vez, somente existe na conexão entre criatura e criador. Leonel Franca chama isso de soberania legítima da pessoa. Para ele: “esta soberania legítima da pessoa que, em vista da sua finalidade essencial, chama e subordina assim os meios que lhe são para isso indispensáveis - eis, na sua mais profunda origem, a definição do direito” (Franca, 1933b/2019, p. 142). Portanto, os elementos da vida social decorrem da natureza humana. Assim, somente se estabeleceria um verdadeiro pensamento social ou uma pedagogia social se houvesse conexão com a sociologia cristã.

Como direitos emanados da ordem sobrenatural, Franca caracterizou o direito de agir, de amar e de exigir, da pessoa humana:

Estes meios são o *objeto* do direito e por esta relação com o fim da pessoa passam a ser *seus*. [...] Entre os meios ou objetos invioláveis de direito há antes de tudo os *atos* de que somos senhores: o direito de *agir*; certos bens externos, seres inferiores dos quais devemos poder dispor, arrancando-os à sua inércia e pondo-os ao nosso serviço: *direito de amar*; finalmente, atos ou prestações de nossos semelhantes mas que nos são indispensáveis a nosso desenvolvimento: *direito de exigir* (Franca, 1933b/2019, p. 142).

Nesses três atos, padre Franca ancorou o que chamava de “[...] definição clássica do direito que costuma vir nos manuais: direito é a faculdade moral inviolável de agir, de ter, de usar e de exigir” (Franca, 1933b/2019, p. 142). O fundamento dessa definição está conectado à “soberania e dignidade superior da pessoa humana”. Disso, concluiu: “Aí temos, portanto, a origem dos nossos direitos, presa à própria natureza e essencialmente relacionada com a autonomia intangível dos seus destinos” (Franca, 1933b/2019, p. 142).

Dessa premissa, Leonel Franca expõe os limites do Estado perante os direitos da pessoa humana:

Não é do Estado nem das suas leis positivas que dimana a totalidade dos nossos direitos. Anterior à sua existência, há um patrimônio de direitos naturais, isto é, inseparavelmente inerentes à própria natureza humana e que lhe compete respeitar e não lhe é permitido confiscar ou ofender. [...] O Estado, não é, pois, um poder absoluto; tem um fim determinado que lhe limita a autoridade e as funções: conservar e desenvolver estas estruturas sociais que constituem, o quadro necessário à expansão completa e harmônica do homem, em toda a amplitude de sua dignidade (Franca, 1933b/2019, p. 142).

Na concepção católica, o direito do Estado é condicionado aos direitos naturais da pessoa, os quais se conectam à natureza humana. Há uma natureza humana, da qual se origina uma finalidade da vida humana, devendo ser preservada e respeitada pelo Estado. Nessa ordem hierárquica se estabelece o pensamento social católico: sobrenatural (igreja), natural (família), social (Estado).

Essa exposição dos fundamentos do pensamento social católico ganha uma síntese, elaborada por Franca, antes de passar a tratar especificamente dos direitos individuais e dos deveres sociais da pessoa humana. Primeiro, assinalou: “Em torno destas noções fundamentais podemos por assim dizer *cristalizar todo o nosso pensamento social*” (Franca, 1933b/2019, p. 143). Em seguida, fez a seguinte afirmação: “O nosso ponto de partida é a dignidade original da pessoa humana”, cuja expressão na ordem natural é ser dotada de inteligência e vontade, isto é: “identidade de valor espiritual específico para todos os homens, a assegurar-lhe um patrimônio comum de direitos humanos” (Franca, 1933b/2019, 143); e a expressão na ordem sobrenatural seria a conexão com o criador: “todos os homens elevados à mesma dignidade superior de filhos adotivos de Deus, resgatados com o mesmo sangue de Jesus Cristo” (Franca, 1933b/2019, 143). Por fim, o padre arrematou essa parte de sua exposição, ao dizer em que consiste o pensamento social católico, ou, se preferirmos, a sociologia cristã:

Eis a visão profunda e real da humanidade que nos propõe o cristianismo. Desta dignidade genealógica e de estirpe deriva imediatamente e para todos os homens, uma soma de direitos fundamentais: direitos que se prendem diretamente aos indivíduos, direitos que resultam necessariamente da convivência social de uns indivíduos com outros (Franca, 1933b/2019, p. 143).

Uma vez expostos os fundamentos do universalismo católico, Leonel Franca passou a descrever os direitos centrais da pessoa humana. Nesse ponto, é importante destacar que uma das frentes da igreja católica foi constituir um corpo de juristas católicos, cuja associação se deu na Sociedade Jurídica Santo Ivo que “configurou-se como o reduto dos magistrados, professores de direito e advogados em defesa da cultura católica. A representação dos membros no campo jurídico possibilitou novas articulações entre a Igreja Católica e o Estado” (Silva, 2020, p.63).

D’Elboux, S.J., fez o seguinte registro sobre a Sociedade Jurídica Santo Ivo e o papel do Leonel Franca na instituição:

Fundada em 1928 por iniciativa de um ativo Congregado de N. Sra. das Vitórias, destinava-se a reunir em seu seio os magistrados, professores de Direito e advogados católicos, com o fim principal de difundir a doutrina da Igreja, em nossos meios jurídicos. Sua assistência eclesiástica foi confiada por D. Sebastião Leme à Companhia de Jesus, na pessoa do Pe. Leonel Franca. Este, na sessão inaugural,

levada a efeito no Palácio da Justiça a 26 de setembro, discursou sobre “A Igreja e a crise social” (D’Elboux, 1953/2021, p. 180-181).

As conferências e os escritos do padre Franca integram diferentes questões. Na conferência aqui abordada, em que o pensamento social católico é exposto, a questão do direito ganha visibilidade, como veremos, especialmente ao tratar dos direitos individuais e deveres sociais. No plano da dimensão individual, o padre indicou os direitos: à vida material ou física; à vida intelectual; à vida livre; à vida moral; à vida de família; à vida divina. Destaca-se o fato de que o conjunto desses direitos são antecidos pelo substantivo “vida”. Isso se explica porque: “antes de tudo o indivíduo tem *direito à vida* e a tudo que a condiciona essencialmente”, afirmou Franca (1933b/2019, p. 143). Não há vida humana sem vida física ou material, pois “é substrato de todas as outras” (Franca, 1933b, p. 143). Franca, com sua fala, atualizou a posição da igreja católica, uma vez que sustentava a impossibilidade de dignidade humana sem as condições materiais fundamentais, isso é, direito à alimentação, ao salário, à habitação, entre tantos outros listados, que compõem o que conhecemos por direitos sociais. Para ele,

[...] direito de propriedade sobre o que é indispensável à alimentação, direito a um salário capaz de fazer frente a estas imprescindíveis necessidades vitais; direito a uma habitação com um mínimo de conforto, de higiene, a ser determinado com o grau de civilização de um povo: e como o trabalho, meio normal de sustento da vida, está sujeito às alternativas e às eventualidades dos acidentes, da desocupação, do cansaço, da velhice, direito às instituições destinadas a garantir de modo permanente o mínimo vital indispensável: proteção contra os acidentes de, trabalho, contra as moléstias, enfermidades profissionais, a velhice; direito à higiene protetora nos locais de trabalho (Franca, 1933b/2019, p. 143-144).

Nesse trecho está contida a síntese da Doutrina Social da igreja católica, tal como exposta no capítulo 1 desta tese. Observamos o aspecto reivindicado pelo socialismo contra o individualismo ou capitalismo liberal. Isso posiciona a igreja católica como defensora de uma proposta viável aos desafios daquele contexto. Trata-se do pensamento social católico, da Doutrina Social católica, da sociologia católica. Após a indicação do conjunto dos direitos materiais, Franca concluiu: “Aqui nesta grande moldura entram todas as leis de defesa do trabalhador, todas as obras de cooperativas, assistência social, todas as instituições públicas de higiene, economia, de repressão à fraude, ao roubo, ao crime, etc.” (Franca, 1933b/2019, p. 144).

A garantia da vida material é reconhecida como condição básica da dignidade humana. No entanto, para além dela, Franca estabelece o direito à vida intelectual, elemento que se liga à condição de um ser dotado de inteligência. Sobre isso, assinalou Franca (1933b/2019, p. 144): “[...] não basta assegurar aos homens a existência e a defesa de sua vida física, é preciso oferecer-lhes a oportunidade de um desenvolvimento humano, integral”. Sem anunciar em

termos específicos, percebemos o peso do processo formativo no pensamento social da igreja católica. Anteriormente, vimos que a condição de pessoa é que diferencia seres humanos de outros seres da espécie animal. Leonel Franca disse que: “este homem é um ser *inteligente*: cumpre facultar-lhe a possibilidade de a desenvolver e cultivar, ao menos, nos limites mínimos que lhe impeçam o embrutecimento humilhante do animal” (Franca, 1933b/2019, p. 144). A situação de animalidade é menor que a condição de pessoa, mas esse direito deve ser reconhecido e meios devem ser estabelecidos para o desenvolvimento do direito intelectual. O meio se daria pela educação, não apenas pela instrução, diferenciando-se do laicismo pedagógico, acusado de mutilar o ser humano. Conforme o jesuíta “acessibilidade, portanto, de uma instrução relativamente desenvolvida nos quadros gerais do grau de adiantamento de um povo e de uma época” (Franca, 1933b/2019, p. 144). Ao direito material se associa o direito intelectual, cujo fim é desenvolver na história a natureza humana. Assim, como não há dignidade humana sem direito material, não há dignidade da pessoa sem direito intelectual.

Somente faz sentido mencionar o direito intelectual se existir o direito à liberdade, que, na tradição católica, está expresso na terminologia vontade, ou no livre-arbítrio. No início deste item, mencionamos que a segunda característica da pessoa é a vontade, além da inteligência. Especificamente em relação a isso, o jesuíta proclamou que o ser humano “é um ser livre: responsável pelos seus destinos e senhor de sua atividade” (Franca, 1933b/2019, p. 144).

No livro *Liberdade e Determinismo*, publicado originalmente em 1954, encontra-se o texto de uma conferência, também realizada para as professoras de *Sacré-Coeur*, intitulada *Liberdade*. Nela, Leonel Franca fez a seguinte afirmação:

O homem, pois, é livre. Defendemo-la com a convicção fria e serena da inteligência que investiga imparcialmente a verdade; e defendemo-la também com o ardor do coração que se entusiasma ante as grandes causas. Trata-se aqui da honra e da dignidade do homem. A liberdade é o nosso maior título de glória, a jóia mais preciosa da nossa coroa, o maior dom que Deus fez à sua criatura. [...] Pela liberdade entramos nesta vida superior, vida do espírito onde se encontram as realidades sublimes do dever e da virtude, da dedicação e do sacrifício, do heroísmo e da santidade (Franca, 1930a/2021, p. 22-23).

Notadamente, o jesuíta compreendia que a liberdade seria o que levaria os seres humanos a tomar ou não as melhores decisões para a sua vida. Pela mesma liberdade, poderíamos entrar em maior contato com Deus, sendo uma luta diária para que se caminhasse no melhor e único caminho possível. O pecado é um ponto que pode, aqui, ser entendido como transgressão à legislação religiosa, divina ou moral.

Ao postular o direito a ser livre, Franca recuperou um elemento importante reconhecido pelo liberalismo e suprimido pelo socialismo em nome da coletividade. No

liberalismo, a liberdade é interpretada como direito natural; no catolicismo, é um direito de ordem sobrenatural, devendo ser garantido e respeitado pelas instituições sociais. Suprimir esse direito em nome do igualitarismo é a principal crítica do padre Franca ao socialismo. Disse o jesuíta: “todo regime social ou econômico que viesse coarctar esta liberdade além de limites em que o homem perdesse o domínio de si mesmo para ser reduzido a uma coisa sujeita incondicionadamente aos arbítrios e caprichos de outrem, seria incompatível com a dignidade” (Franca, 1933b/2019, p. 144).

Porém, mesmo no capitalismo liberal, Franca identificava a negação desse direito, embora se proclame no plano das ideias: “É o caso do moderno regime capitalista, em que o proletário ficou rebaixado a simples instrumento de produção, sujeito à entrosagem escravizadora de leis econômicas que se julgam inexoráveis e fatais” (Franca, 1933b/2019, p.

144). Observemos aqui a crítica ao capitalismo ou a afirmação da Doutrina Social da igreja católica. Nesse trecho, Leonel Franca nominou o individualismo de moderno regime capitalista.

A condição de ser livre, portador de vontade, implicaria no reconhecimento de que a pessoa é um ser moral, isto é, um ser para a moral é da natureza humana: “É ainda porque, inteligente e livre, também é um *ser moral*, com um ideal humano a realizar e a realizar livremente” (Franca, 1933b/2019, p. 144). Não existiria dignidade humana sem moral, pois: “a vida moral do homem outra coisa não é senão o governo da própria atividade na sua orientação para a perfeição de sua natureza e o conseguimento dos seus destinos” (Franca, 1933b/2019, p. 144). Direito à vida moral quer dizer ter a garantia de sua formação moral, mais uma vez, dez menção à educação: “Daí, o direito de cada indivíduo não só à instrução mas ainda à educação” (Franca, 1933b/2019, p. 144). Instrução e educação conjugadas seriam a garantia moral, cujo fim é desenvolver na pessoa a natureza da humanidade, pois está contida a premissa que somente pessoas dotadas de inteligência e vontade podem agir moralmente.

Ao tratar do processo formativo em sua conferência, nos termos da instrução e da educação, Leonel Franca registrou a importância para a pessoa da: “instrução que lhe forme a consciência no conhecimento nítido e seguro dos seus deveres; educação que, desde pequeno, lhe vá robustecendo a vontade e firmando os bons hábitos no exercício de uma liberdade disciplinadora” (Franca, 1933b/2019, p. 144). Observamos aqui a potencialidade dos conceitos de *habitus* e de campo, conforme sistematizados por Bourdieu, já que instrução e educação, na interpretação do Leonel Franca, podem ser explicadas como estruturas estruturadas e estruturas estruturantes; elas são integrantes da organização da vida social e dos processos formativos, além de compor as disposições de cada indivíduo.

O direito à vida moral seria definidor tanto do que se considera virtude quanto do que se define como vício. O direito à vida moral representaria a liberdade de escolher viver dentro de uma existência virtuosa ou não. Caberia a cada pessoa responder por suas escolhas, visto ela ser constituída de inteligência e vontade. Além disso, as instituições deveriam ser responsáveis por esta formação no âmbito geral. Nesse aspecto, Franca reivindicava o: “direito a um ambiente social que não constitua uma tentação contínua e quase irresistível à integridade de uma vida honesta” (Franca, 1933b/2019, p. 144). É preciso dotar cada pessoa das condições para ter uma vida moral adequada, pois somente seres humanos bem-preparados poderiam exercer livremente sua condição moral. O jesuíta, ainda, faz alusão a uma moralidade pública, de responsabilidade das instituições sociais, desde a igreja, passando pela família e chegando à escola. A formação moral implicaria, nesses termos, em indicar e vivenciar as virtudes, mas também advertir sobre os vícios. Frente a essa ideia, asseverou Franca sobre a importância da “repressão da literatura pornográfica ou obscena, dos espetáculos, teatros, cinemas, etc., que poderiam transformar as vantagens superiores do convívio social numa fonte envenenada de corrupção e decadência humana” (Franca, 1933b/2019, p. 145).

Todos os direitos já elencados conduzem à argumentação do Leonel Franca ao direito à família. Seu raciocínio é relacional, assim, não haveria direito intelectual sem direito material, como não existiria direito material sem direito intelectual, uma vez que a pessoa somente é sob a condição de vontade e inteligência. Essa conexão segue entre todos os direitos. Por exemplo, somente faz sentido tratar do direito moral se houver direito à família; de outra parte, o sentido do direito à família é constitutivo do direito à moral. Não há moral possível sem família, pois a família é uma instituição natural conectada à dimensão sobrenatural da igreja. A família possui um papel fundamental no pensamento social católico. Primeiro, porque foi descrita como instituição da natureza humana: “O homem, portanto, é naturalmente destinado à vida de família” (Franca, 1933b/2019, p. 145). Ela seria a garantia da vida material, da vida intelectual, da vida moral. Em nome do direito à família, Leonel Franca proclamou o direito ao trabalho e a um salário que garantisse a dignidade familiar; nesse mesmo movimento, estabeleceu crítica às economias liberal e comunista, que impediriam grande parte dos trabalhadores de: “[...] constituir uma família regular, de mantê-la dignamente e assegurar-lhe o exercício normal de suas funções de conservadora da espécie e educadora e felicitadora do homem” (Franca, 1933b/2019, p. 145).

Para além dessa denúncia, Franca sintetizou o que seria o direito à família na doutrina católica:

Por ora, frisamos apenas como o destino natural do homem à vida da família lhe assegura imediatamente um patrimônio de direitos inalienáveis: direito a um quadro conveniente de família, direito aos filhos, isto é, aos recursos maternos indispensáveis para criá-los e aos recursos pedagógicos convenientes para instruí-los e educá-los em harmonia com os ditames de sua consciência (liberdade de ensino e educação); direitos de assegurar-lhe, quanto possível, um futuro despreocupado (liberdade de possuir e de testar) (Franca, 1933b/2019, p. 146).

Observamos que essa discussão converge com o que foi descrito na *Rerum Novarum*: “O que torna uma nação próspera, são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática e o respeito da justiça” (Leão XIII, 1891, p. 14).

Franca proclamou, também, o direito à vida divina: “A pessoa humana tem ainda direitos a uma *vida divina*, à vida da graça que lhe condiciona a sua elevação à ordem sobrenatural e o conseguimento de sua felicidade definitiva” (Franca, 1933b/2019, p. 146). A vida divina foi por ele associada à mediação da igreja católica; importante assinalar que a igreja se posicionava como a verdadeira mensageira do cristianismo, assinalando combates ao protestantismo, como ilustram algumas intervenções do Leonel Franca. Para ele, “na ordem histórica em que vivemos, o cristianismo determina, de modo mais positivo e concreto, a soma essencial destes direitos superiores” (Franca, 1933b/2019, p. 146). Ao tratar do direito à vida divina, Leonel Franca adicionou a ideia de liberdade de consciência, que estaria contida no direito à liberdade. Essa indicação pretendia assinalar o risco do laicismo pedagógico e da pedagogia socialista: “Direito enfim à *liberdade de consciência* subtraída pela sua própria natureza a qualquer violência ou coação no domínio inviolável das convicções religiosas” (Franca, 1933b/2019, p. 146).

Direito à vida religiosa, quer dizer, em termos práticos, ter direito à educação religiosa em todos os espaços de formação do indivíduo. Conforme Campos:

A Igreja queria preservar para si a liberdade de pensamento, do mesmo modo como reivindicavam os livres-pensadores. Em outros termos, a Igreja objetivava garantir a formação religiosa nas escolas públicas. Para o grupo católico o Estado Republicano e a Igreja Católica não eram antagônicos, o que evidencia o interesse da Igreja em salvaguardar o seu espaço na sociedade brasileira (Campos, 2010, p. 117).

Se o direito à vida divina é inalienável como todos os demais, os ambientes sociais (notadamente a escola) não poderiam proclamar a secularização ou a laicização. “Direito, antes de tudo, à *instrução religiosa*, que nos revela as grandezas deste mundo sobrenatural do espírito, e constitui a condição insubstituível da vida cristã”, reivindicava padre Leonel Franca (1933b/2019, p. 146). O direito à vida divina implica na vivência de todo ritual proclamado pelo catolicismo oficial, devendo ser assumido como tarefa da igreja, da família e do Estado. A conexão entre esses direitos era tida como a garantia da vida plena, da felicidade, contrapondo-

se ao pensamento social liberal e ao pensamento social comunista. Todos seriam direitos invioláveis. A afirmação e garantia de todos eles: “condicionam a possibilidade de uma vida cristã que naturalmente aspira a conservar-se, desenvolver-se e expandir-se” (Franca, 1933b/2019, p. 146). Aqui se apresenta a máxima católica: não existe vida moral sem religião, notadamente sem religião católica. Por isso, Leonel Franca afirmou que o universalismo católico era a superação do laicismo pedagógico e da pedagogia socialista, ou do moderno regime capitalista e do sistema comunista.

Indicados os direitos individuais fundamentais, Leonel Franca assinalou que destes surgem outros direitos, sem, no entanto, enumerá-los, pois a parte final da conferência se detém a expor o que chamou de deveres sociais: “direitos e deveres de pessoa a pessoa; direitos e deveres de cada pessoa para com a sociedade incumbida de velar pelo bem comum que se não identifica necessariamente nem com o bem de cada indivíduo nem com a soma dos bens individuais” (Franca, 1933b/2019, p. 146-147).

O dever de indivíduo para indivíduo ou de pessoa para pessoa consistiria no imperativo fundamental de convivência social. Segundo Franca, “vivemos uns em companhia dos outros, entramos em contato contínuo nas diferentes sociedades naturais ou positivas que resultam espontaneamente desta convivência: família, sociedade civil, associações profissionais, etc.” (Franca, 1933b/2019, p. 147). Ao discutir isso, o jesuíta retomou o princípio cristão de respeitar no outro o direito que também é integrante de mim, isto é, “[...] o de respeitarmos nos outros os direitos, que a eles como a nós são essenciais” (Franca, 1933b/2019, p. 147). Assim, essa foi apontada como premissa básica da vida social, que é a “vontade fundamental de dar a cada um o que é seu, respeitando-lhe a totalidade dos direitos, constitui a *justiça*, primeiro e insubstituível fundamento de ordem social” (Franca, 1933b/2019, p. 147).

Leonel Franca defendeu que a individualidade fazia parte do processo da construção da coletividade. Cada um faz parte da sociedade, sendo responsável pelo seu próprio destino, por meio dos seus direitos e deveres. Nesse momento de sua exposição, Leonel Franca discutiu, a partir das relações sociais existentes, a questão da igualdade e da desigualdade.

Mas se todos somos iguais na dignidade da natureza, somos desiguais na participação dos seus dons. Eis ainda um *fato natural* que todas as declamações socialistas não conseguirão nunca escurecer. Saúde e inteligência, capacidade de trabalho e força de vontade são qualidades que se acham desigualmente repartidas entre os homens. Não somos iguais nem em face da vida nem em face da morte (Franca, 1933b/2019, p. 147).

As diferenças entre os grupos que compõem a sociedade já era um aspecto tratado pelo jesuíta. Homens, mulheres, crianças, idosos, cada grupo era entendido em sua particularidade.

Para os católicos, cada grupo tinha a sua especificidade dentro da sociedade, nas atividades cotidianas e no trabalho: “A esta distribuição variada dos dons da natureza, acresce, ainda, como outra causa de diferenciação, a própria vida social com a sua inevitável divisão de trabalho e especialização profissional” (Franca, 1933b/2019, p. 147).

Essa distinção era feita de acordo com a divisão de trabalho e da especialização profissional, que Leonel Franca designou de desigualdade accidental, que deve conduzir à caridade: “Nos planos admiráveis da Providência esta desigualdade accidental a ressaltar sobre a identidade essencial do homem constitui um dos fundamentos da *caridade* pela qual podemos e devemos uns aos outros entreajudar-nos na viagem que nos deve conduzir ao mesmo termo” (Franca, 1933b/2019, p. 147). O padre ainda avançou, ao afirmar que:

A convivência dos homens é pois regida por uma grande lei: a *lei da solidariedade*, que, numa reciprocidade admirável de influências inevitáveis e misteriosas, torna os homens dependentes uns dos outros na conquista de sua felicidade. Concretiza-se a generalidade da grande lei nos dois pólos da vida em comum: justiça e caridade ou serviço social (Franca, 1933b/2019, p. 147).

A superação ou a amenização das desigualdades accidentais, isto é, sociais, deveria se dar pela justiça e caridade ou serviço social, aspecto importante no debate da pedagogia e educação social. Caridade e solidariedade são palavras recorrentes no cristianismo. Ajudar o outro, fazer o bem, seria uma forma de aproximar-se de Deus, de fortalecer a sua fé diante das situações encontradas durante a vida. A caridade e a solidariedade, no dia a dia, deveriam ser pensadas e colocadas em prática para que a desigualdade pudesse ser diminuída entre todos, porém, não se deveria esquecer do papel do Estado em cumprir sua função. Leão XIII mencionou o papel do governo em situações de desigualdade:

Façam os governantes uso da autoridade protetora das leis e das instituições; lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas; e, visto que só a religião, como dissemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir salutareos resultados. Quanto à Igreja, a sua ação jamais faltará por qualquer modo, e será tanto mais fecunda, quanto mais livremente se possa desenvolver (Leão XIII, 1891, p. 26).

A justiça e a caridade seriam centrais no interior do pensamento social católico. Para a igreja, preconizar os direitos individuais, ou da pessoa, e afirmar que a garantia do “meu direito” deve implicar na garantia deste mesmo direito ao “outro”, consiste na condição básica de uma vida social fraterna e solidária. É um preceito ético do cristianismo, atualizado tanto na exposição do Leonel Franca quanto na passagem da encíclica de Leão XIII. Na exposição do

padre Franca, definiu-se justiça: “A justiça dá a cada um o que é seu: impõe-nos o respeito dos bens de outrem, do valor do seu trabalho, de sua reputação, da sua capacidade e virtudes: mas não basta para fundar a paz e a concórdia entre os indivíduos como entre os povos” (Franca, 1933b/2019, p. 148). À ideia de justiça, padre Franca adicionou a noção de amor, elemento fundamental à lei da solidariedade:

A este fim é indispensável o amor: amor que mais se manifesta nos fatos que nas palavras: o ato do amor é o dom: quem ama dá dons do nosso supérfluo *material* (função social da propriedade), dons dos bens *espirituais* - ciência, experiência, exemplo, dons do nosso serviço social, pelas prestações com que generosamente orientamos para o bem comum social as reservas disponíveis da nossa atividade e das nossas energias (Franca, 1933b/2019, p. 148).

Justiça e caridade são indissociáveis na Doutrina Social católica, isto é, não há justiça sem caridade, não há caridade sem justiça. Conforme padre Leonel Franca, justiça e caridade são: “virtudes essencialmente complementares e irreduzíveis. Impossível suprimir a função de cada uma delas sem comprometer a harmonia das relações sociais³¹. Os homens separam-se pela distinção de suas personalidades; aproximam-se pelos vínculos de uma natureza comum” (Franca, 1933b/2019, p. 148). Aqui estão presentes as ideias de desigualdade acidental e de identidade essencial do ser humano. De um lado, a justiça regula as relações de: “[...] pessoas distintas, titulares de direitos”; de outro lado, “como irmãos na natureza e na graça aproximam-se a caridade nas atrações de uma recíproca benevolência” (Franca, 1933b/2019, p. 148). O padre avançou na diferenciação: “a justiça põe uma em face da outra duas pessoas, a cada uma dá-lhe o que é devido; distingue-as, separa-as, remove os princípios do ódio que iniquidade gera; mas por si não aproxima, senão negativamente (*removens prohibens*) os corações”; por sua vez, “a amizade que funde as almas numa união fecunda de bens e de consolações e de serviços mútuos, é filha da caridade, que é, portanto, a virtude social por excelência” (Franca, 1933b/2019, p. 148).

A justiça estaria no âmbito da obrigação, da força jurídica, ou também na esfera da heteronomia moral, isto é, o indivíduo: “se move no campo da obrigação estrita; onde expira o dever aí paralisa ela a sua ação e cala as suas exigências”. A esfera da autonomia moral estaria conectada ao ato de amor, da relação com o outro, uma vez que: “a caridade não mede as suas dádivas generosas; onde quer que o próximo manifeste uma necessidade aí está de mãos abertas para distribuir os seus dons” (Franca, 1933b/2019, p. 148). A justiça, portanto, estaria alinhada à dimensão externa ao indivíduo, pela imposição de preceitos religiosos, ou de regras jurídicas

³¹ Esse trecho também está na *Alocução aos bacharelandos de Direito*, pronunciada no Rio de Janeiro 07/09/1931g.

sociais; já a caridade diria respeito à esfera interna da pessoa, ou seja, ao ato de consciência, que consiste em agir não porque um preceito ou uma lei determina, mas porque obedece a sua própria consciência, que em última instância, liga-se à natureza humana como obra divina.

Leonel Franca evocou a originalidade e o universalismo católico da justiça e da caridade:

E se quiserdes completar a beleza desta visão da realidade humana iluminando-a de mais alto com os reflexos que lhe projeta o cristianismo, elevai o amor humano à sublimidade do amor cristão, baseado na mesma graça que nos faz filhos adotivos de Deus, incorporados na grande família de que Cristo é o primogênito; enaltecei a solidariedade que tem o seu fundamento na identidade da natureza, com esta solidariedade mística, da comunhão dos santos, que alarga até às relações com a divindade as possibilidades da nossa colaboração fraterna e prolonga até à eternidade as repercussões benfazejas dos nossos esforços de ascensão espiritual (Franca, 1933b/2019, p. 149).

A desigualdade accidental da cidade dos homens seria superada pela promessa da cidade de Deus que, na história, seria materializada pela igreja católica. Nem o sistema moderno capitalista, nem o sistema comunista seriam capazes de garantir a justiça e a caridade. O pensamento social católico constitui-se como alternativa aos debates em curso no início da década de 1930, pois reconhece o indivíduo como pessoa. No entanto, em termos conclusivos, Franca assinalou que: “na vida social não há só o interesse do indivíduo que aspira a viver e aperfeiçoar-se; não há este complexo de direitos e deveres, estas relações de justiça e caridade que prendem umas às outras as pessoas que convivem”. Para além disso, “há ainda um *bem comum* geral, um interesse da sociedade como sociedade” (Franca, 1933b/2019, p. 149).

A noção de indivíduo no pensamento social católico difere do entendimento identificado no sistema moderno capitalista, haja vista que bem comum não se confunde com a soma do conjunto de indivíduos. Segundo Franca, “foi este o grande erro do liberalismo econômico inspirado todo num individualismo de horizontes estreitos” (Franca, 1933b/2019, p. 149). Estaria ausente a noção de bem comum, aspecto que demandaria educar “[...] nas consciências o senso social, feito de espírito de colaboração e de um conhecimento vivo das exigências superiores do bem comum a primarem os nossos interesses particulares e individualistas” (Franca, 1933b/2019, p. 149).

Ao mesmo tempo, a noção de bem comum não se confundiria com o sentido proposto pelo sistema comunista. De um lado, estabelece-se limite ao poder do Estado: “Não arvoramos, como os coletivistas ou socialistas, o poder civil numa onipotência discricionária”; de outro, “o cumprimento dos deveres sociais é uma condição mesma de desenvolvimento das personalidades na tendência para a realização dos seus destinos” (Franca, 1933b/2019, p. 149-150).

150). Nesse movimento da vida social, de realização da cidade de Deus na cidade dos homens, Franca sintetizou o pensamento social católico:

Dedicando-se ao bem comum, levando o desprendimento dos seus interesses individuais, particulares e momentâneos, ao extremo do heroísmo e da dedicação, o homem de fato não sacrifica a sua personalidade, enaltece-a e à vida terrena dá o máximo de valor no desenvolvimento da própria grandeza moral (Franca, 1933b/2019, p. 150).

Em sua exposição, padre Leonel Franca utilizou-se de alguns personagens históricos para ilustrar a ideia contida na citação anterior, entre eles, São Luiz (rei francês e santo católico) (Franca, 1933b/2019, p. 150). O recurso da exemplaridade é muito comum nas intervenções católicas, um recurso linguístico que complementa o ato de fala (Quem profere a conferência? – padre Leonel Franca; onde se pronuncia? – colégio católico; para quem se expressa? – professoras católicas; como se pronuncia? – estilo de fala ou uso de argumentos para fazer coisas). Bourdieu discute que:

As chamadas condições *litúrgicas*, ou seja, o conjunto das prescrições que regem a *forma* da manifestação pública de autoridade, a etiqueta das cerimônias, o código dos gestos e o ordenamento oficial dos ritos, constituem apenas o *elemento* mais visível de um sistema de condições, as mais importantes e insubstituíveis das quais são as que produzem a disposição ao reconhecimento como crença e desconhecimento, vale dizer, a delegação de autoridade que confere sua autoridade ao discurso autorizado (Bourdieu, 2008, p. 91).

Franca fazia, notadamente, uso das suas disposições, intencionalmente ou não, com a finalidade de atribuir às suas conferências um discurso autorizado e legítimo. A escolha por ele, e não por outro sacerdote, certamente diz respeito a seu interesse desde muito jovem pela vida religiosa, bem como de sua dedicação aos estudos, publicações e rede de sociabilidade que criou durante sua vida.

Antes de convocar as professoras para a defesa da doutrina católica, Leonel Franca assinalou: “E aí temos, em brevíssima síntese, todo o pensamento que deve inspirar a nossa **pedagogia social**, a gravitar em torno da ideia da eminente dignidade da pessoa humana, que lhe serve de fundamento e de chave de abóbada” (Franca, 1933b/2019, p. 150, grifo nosso). Ainda, reiterou: “Já vistes como assim se conciliam as verdades latentes no individualismo e, no socialismo, sem incorrer em seus exageros e utopias” (Franca, 1933b/2019, p. 150). De uma parte, “do individualismo salvamos o respeito à liberdade, a iniciativa particular, fonte de bem-estar e de progresso”; de outra, ressaltou-se às professoras a atenção “ao mito do igualitarismo que os socialistas adoram e que a natureza e os fatos desmentem, substituímos o universalismo

cristão, isto é, a vocação de todo o homem à grandeza moral, à santidade, à salvação definitiva de sua alma” (Franca, 1933b/2019, p. 150).

Salvaguardar a liberdade e o bem comum significa, para os católicos, produzir uma interpretação à luz do universalismo católico, no qual se verificaria “[...] em cada indivíduo uma soma de direitos imprescritíveis, mas compatível com as diferenças sociais, com as hierarquias indispensáveis, com a ordem, a subordinação, a paz e a concórdia” (Franca, 1933b/2019, p. 150). A partir disso, padre Franca estabeleceu uma sequência de perguntas, a fim de expressar o que chamou de quadro de uma visão ideal:

Corresponde-lhe a realidade que vemos? Todos os homens, que nos cercam e são irmãos nossos, irmãos na dignidade da natureza e irmãos na nobreza do batismo, estão realmente em condições econômicas, intelectuais, morais e religiosas de atingirem a meta da felicidade para que foram criados? A nossa organização social respeita efetivamente este patrimônio essencial de direitos humanos que acabamos de analisar sucintamente? (Franca, 1933b/2019, p. 151).

É possível dizer que Franca busca mostrar que a resposta a essas questões estaria no pensamento social católico, que deveria conduzir à sistematização de uma pedagogia social e de uma educação social:

E esta simples averiguação - sobre a qual havemos de voltar mais de sobremão, está-nos a traçar a grandeza das nossas responsabilidades e, com ela, a importância de uma educação social que, de geração em geração, prepara as almas cristãs para elevá-las à altura da missão que neste mundo lhes assina a Providência. Sobre nós pesam grandes responsabilidades (Franca, 1933b/2019, p. 151).

A parte final da citação anterior assinala o convite ao apostolado. Concerniria às professoras católicas desenvolver a educação social católica: preparar as almas cristãs para que cada pessoa cumprisse seu apostolado, isto é, sua intervenção na cidade dos homens, mas sob a luz dos princípios da cidade de Deus. Sob invocação do argumento de autoridade, Franca fez, ainda, alusão a um trecho de uma passagem bíblica: “vós sois a luz do mundo; vós sois o sal da terra” (Mateus, 5:13-16)³², para convocar diretamente o público da conferência, mas indiretamente todos os católicos, para trabalharem em prol da pedagogia social católica:

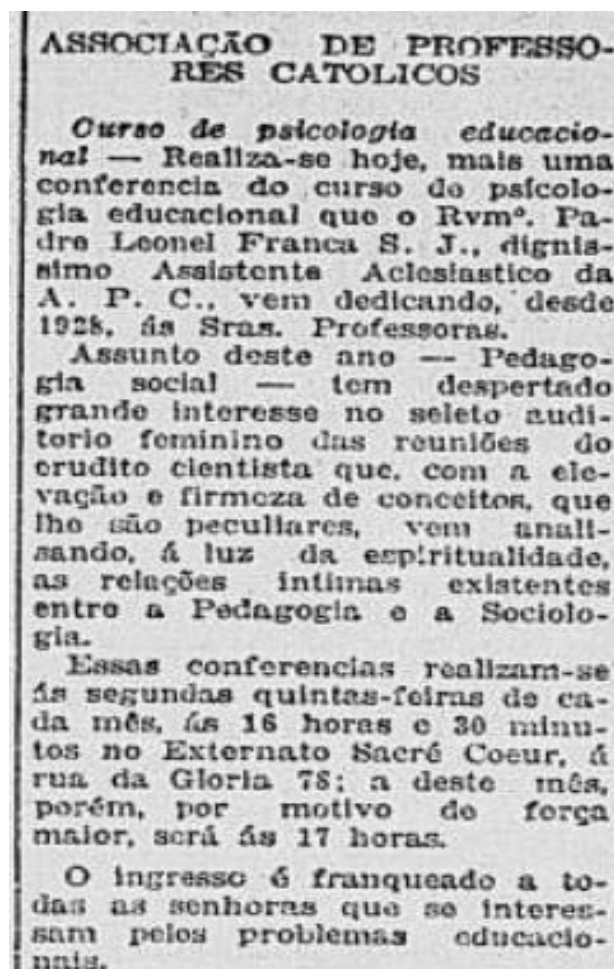
E é com esta palavra de Cristo que hoje vos deixo. Ela nos dá toda a medida da nossa grandeza: ouçamo-la com humildade e com gratidão; mas ela também indica-nos toda a extensão dos nossos deveres e toda a amplitude das nossas possibilidades de bem fazer; meditemo-las com a consciência viva que sabe ver e fazer, proporcionando, à serenidade tranquila da sua visão, o entusiasmo, a confiança, a constância generosa de sua atividade (Franca, 1933b/2019, p. 151).

³² Passagem completa da Bíblia: “Vós sois o sal da terra; ora, se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor? Para nada mais presta senão para, lançado fora, ser pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte; nem se ascende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas como velador, e alumia a todos que se encontram na casa” (Mateus, 5:13-16).

Ao finalizar este capítulo, sublinhamos que Leonel Franca desenvolveu sua exposição tratando dos males do laicismo e da pedagogia socialista, além de apresentar o que denominou de universalismo católico, como fundamento do pensamento social, por consequência da pedagogia social católica - objeto central do capítulo seguinte desta tese.

CAPÍTULO 3 - PADRE LEONEL FRANCA: CRÍTICA À PEDAGOGIA SOCIAL LAICISTA E AFIRMAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL CATÓLICA

Figura 13 - Recorte da edição 00242, *Jornal do Brasil*, 12/10/1933



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (1993).

A notícia do *Jornal do Brasil* divulgava e convidava para mais uma conferência do padre Leonel Franca, que seria promovida no Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*. Tratava-se da conferência do dia 12 de outubro de 1933, intitulada *Educação social*, mas, na matéria jornalística, foi aludida como *Pedagogia social*. No capítulo anterior, fizemos um conjunto de considerações a respeito da organização das conferências promovidas nessa instituição de ensino, restando aqui uma indicação àquelas que são objeto específicos deste capítulo.

Neste capítulo, buscamos apresentar a crítica à pedagogia social laicista e a afirmação da pedagogia social católica. Escolhemos, para tanto, quatro conferências que Leonel Franca proferiu às professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*: 1) *Escola Nova e pedagogia social*; 2) *Pedagogia social I*; 3) *Educação social*; 4) *Pedagogia social II*. Essa lista segue a ordem de realização das quatro conferências. Portanto, este capítulo se organiza pela ordem temporal das

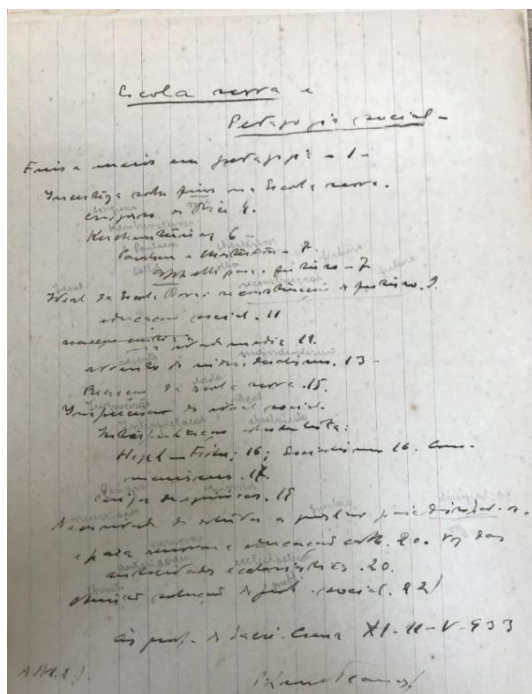
conferências, e não pela ordem como elas estão organizadas no livro *A formação da personalidade*.

Todas trataram da pedagogia e da educação social católica como estratégia de crítica e de superação da concepção laicista de pedagogia social. Além disso, abordaremos conferências promovidas no Instituto de Educação Familiar e Social, algumas inéditas e outras publicadas em livros do jesuíta, que podem nos ajudar a compreender com mais profundidade a pedagogia social. Essas outras conferências percorreram assuntos como: formação, adolescência, noção de pessoa, educação da personalidade e família, e ascese.

3.1 Escola Nova e pedagogia social: “Incertezas sobre os fins” da educação

Este item pauta-se mais destacadamente – mas, não exclusivamente – na conferência intitulada *Escola Nova e pedagogia social*³³, ministrada às professoras do Colégio Sacré-Coeur, no dia 12 de maio de 1933. Abaixo, segue uma reprodução das anotações de padre Leonel Franca.

Figura 14- Conferência *Escola Nova e pedagogia social* (esquema manuscrito)



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas (1933).

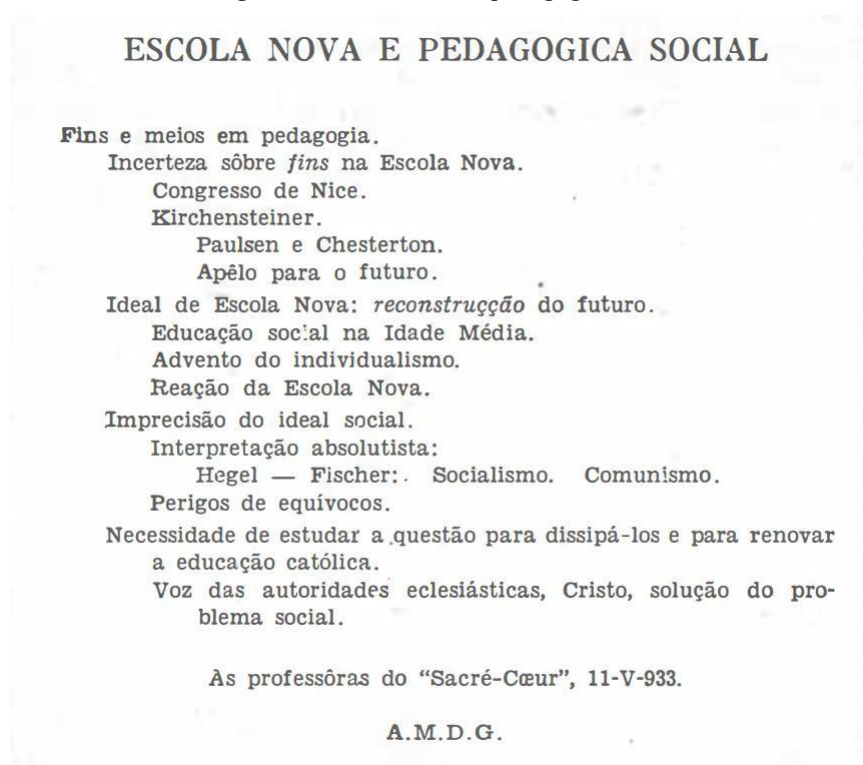
Nota: Visita realizada em 2022.

³³ O título deste item, notadamente a parte entre aspas é retirada da súmula da conferência.

Escola Nova e pedagogia social possui, no seu esquema, a data de 11 de maio de 1933, sugerindo que o autor concluiu sua organização um dia antes da realização da conferência. A divergência existente se dá entre a datação depois da súmula e ao final do texto da conferência. Todavia, sobre isso já fizemos alguns apontamentos no início do capítulo 2. Ao final da conferência, aparece a data de 15 de abril de 1933³⁴. Na biografia do jesuíta, escrita por D'Elboux, também a indicação segue a data de 12 de maio de 1933.

A seguir, podemos observar a reprodução da súmula da conferência, conforme o livro *A formação da personalidade*:

Figura 15 - *Escola nova e pedagogia social*



Fonte: Franca (1954/2019).

Padre Leonel Franca, em doze páginas, organizou sua fala às professoras normalistas. A temática desenvolvida no dia 11 de maio de 1933 foi *Escola Nova e pedagogia social*, onde o jesuíta tratou dos fins da educação e de seus meios, além do papel do educador. O que se aplicou tanto para apresentar a posição da igreja, quanto para criticar a posição dos pioneiros da Escola Nova e adeptos de uma educação socialista. Leonel Franca (1933c/2019) aprofundou

³⁴ Em nossas pesquisas das fontes, não foi possível a alguma conclusão acerca dos motivos destas datas indicadas ao final das conferências, em regra, com datações diferentes das que constam nos manuscritos e nas súmulas de cada conferência do livro *A formação da personalidade*. Isso ocorre em todas as conferências deste capítulo.

a ideia de pedagogia e educação social, segundo a perspectiva católica. Para este capítulo, também seguimos a ordem da escrita do religioso na conferência; nesse sentido, ele conduzia suas ideias em um movimento cíclico, por isso, reforçava alguns aspectos já ditos ou escritos anteriormente.

Aqui, observamos o papel que Leonel Franca desenvolve como intelectual, pois, ao escrever, ao preparar-se para essa conferência ou para outras, exercia a função de mediador do pensamento católico, promovendo a formação demandada pelo grupo, notadamente das professoras. Essa ideia pode ser aproximada do que diz Ademir Silva:

A função dos intelectuais no campo político-educacional é construída na sua formação e relação com a produção literária, filosófica ou científica. Os intelectuais exercem uma função mediadora, com intencionalidades nas práticas sociais que sintetizam e sistematizam as ideias de um grupo social ancoradas na elaboração de um projeto de ação que resulta na intervenção dos cenários em que atuam (Silva, 2020, p. 26).

O jesuíta iniciou sua exposição falando sobre pedagogia e, por conseguinte, referiu-se “aos fins e meios” (1933c/2019). Ele partia de uma premissa: “Toda pedagogia completa envolve uma doutrina sobre os fins da educação e preconiza um sistema de meios para atingi-lo”. Operou uma possível divisão entre os grupos que não possuem, e os que não detém uma pedagogia completa, isto é, com fins e meios. Em seguida, afirmou que “o fim é o ideal que esplende ante os olhos do educador e lhe orienta, modo mais ou menos imediato, todas as suas intervenções na formação do educando”, de forma que “os meios subministram-lhe os caminhos seguros que o levam ao termo almejado” (Franca, 1933c/2019, p. 79).

Na sequência dessa conferência, ainda sobre o “fim” da pedagogia, mencionou que o “conhecimento do ideal educativo desprende-se de uma concepção integral da vida, de uma noção do homem, do que lhe constitui a natureza e a perfeição própria que lhe importa atingir para realizar-se plenamente na expansão, na harmonia, na felicidade” (Franca, 1933c/2019, p. 79). Observa-se que a definição dos fins está no âmbito da filosofia e da teologia, fora da área estritamente científica. Já no que tange aos meios, disse o seguinte: “O discernimento dos meios mais eficientes quem lho facilita é a observação exata da criança, das aspirações e tendências, das suas ações e reações, dos estímulos e motivos que mais profundamente atingem as molas vitais de sua atividade” (Franca, 1933c/2019, p. 79). Aqui, percebe-se a dimensão científica, mas conectada à visão integral de ser humano, defendida pela religião.

Trata-se de uma conferência realizada a professoras, como já dito. Neste sentido, ele registrou que “pelo ideal pedagógico que lhe norteia a ação, todo educador é tributário de uma filosofia, de uma metafísica, de uma moral, de uma religião” (Franca, 1933c/2019, p. 79). Ao mesmo tempo, “o educador depende de uma ciência da criança, de uma psicologia

experimental, de uma observação mais ou menos rigorosamente científica da alma dos seus educandos”. A pedagogia, conforme a avaliação do padre Franca, deveria ser a área capaz de conectar fins e meios, “o campo onde necessariamente vão ecoar todas as grandes lutas de pensamento que agitam e dividem a família humana”. Em que pese isso, haveria uma prevalência de ordem em relação aos fins: “Dos dois elementos - fins e meios - que a integram é, já se vê, a questão de fins a que mais se presta ao choque das ideias e dos sistemas e é também, inquestionavelmente, a de maior importância” (Franca, 1933c/2019, p. 80).

É em torno desse elemento de maior importância que padre Leonel Franca afirmava o papel do educador. Para ele, “uma pedagogia, como um educador, valem pelo ideal que os inspira e que se esforçam de transmitir ao educando” (Franca, 1933c/20219, p. 80). O cuidado e a atenção ao que e como deveria ser transmitido aos educandos no processo educativo reforçam a dinâmica para se conservar os princípios religiosos para a educação brasileira. Essa asserção observamos também na conferência *Adolescência*, proferida no Instituto de Formação Familiar e Social, em 1939³⁵, ao dizer que a função do educador se revelaria na “dedicação, abnegação, compreensão profunda das almas, esquecimento de si – respeito às personalidades nascentes” (Franca, 1939b, p. 68). Adiante, abordou o outro lado da face do processo formativo: “no educando – necessidade de uma colaboração pessoal livre – leal – Sem vós, nada se poderá conseguir. Consciência da vossa responsabilidade” (Franca, 1939b, p. 68). Ao discutir a formação educativa na adolescência, ainda afirmou que se trataria de momento capital para “o aproveitamento máximo de todas as riquezas e exuberâncias”, com vistas a conformação de uma “orientação segura para um futuro de bençãos” (Franca, 1939b, p. 68). Nos termos por ele encetados, é possível afirmar que, para Franca, sem fins ou ideais, não existiria educação, por conseguinte, não existiria o educador.

No sistema apresentado Leonel Franca, também foram tratados com destaque os meios a serem empregados: “A questão de meios é uma técnica, isto é, uma ciência e uma arte, e a arte vale pelo ideal de beleza que exprime aos sentidos, a ciência é um instrumento que pode ser posto tanto a serviço do bem como do mal” (Franca, 1933c/2019, p. 80). Assim, verifica-se que para o jesuíta os meios deveriam estar submetidos aos fins da educação, caso contrário, todo projeto educacional estaria em risco:

As técnicas pedagógicas mais aperfeiçoadas, o conhecimento mais fino dos recursos psicológicos da alma infantil, nas mãos de uma ideologia desorientada no que respeita às finalidades essenciais do homem, poderá acarretar sobre um povo a maior das calamidades que lhe comprometem o futuro das suas gerações (Franca, 1933c/2019, p. 80).

³⁵ O texto desta conferência encontra-se no Arquivo dos Jesuítas visitado por nós.

Para além de difundir o discurso católico, verifica-se como o padre buscou demonstrar às professoras tudo o que possivelmente traria prejuízos para as gerações seguintes e, desse modo, alertá-las das suas responsabilidades no fazer docente. Para ele, “mesmo sem uma metodologia ricamente desenvolvida, o ideal educativo constitui por si mesmo uma força que anima e eleva”. Por outro lado, “sem um ideal fixo e determinado, o melhor método de nada serve” (Franca, 1933c/2019, p. 80).

Nesses termos, um educador católico deveria ter acima de tudo um ideal fixo e determinado. Ao tratar da legitimidade do papel educador, Leonel Franca (1931f/2019, p. 185), em *As responsabilidades do educador*, proferida no Círculo Católico para a Associação de Professores Católicos, em 14 de outubro de 1931, já no início, afirmou: “Abaixo do sacerdócio, não há outra carreira humana em que o exercício da atividade profissional seja tão intimamente condicionado pelo valor pessoal do homem como no magistério”. A considerar essa perspectiva, o religioso se mostrava tão dedicado às falas relacionadas à educação, reforçando o papel dos educadores diante da construção de uma perspectiva formativa alicerçada na religião católica. Considerando que essa conferência foi realizada na Associação de Professores Católicos, reportamo-nos aos objetivos dessa entidade, conforme destacado por Natália Oliveira:

Franca intencionava, desde o princípio, fundar uma organização para os profissionais da educação. Agindo nas ações dos professores e interferindo diretamente em sua formação, atingiria um número de alunado grande e disposto a lutar pelos ideais católicos. Este foi um dos objetivos da Igreja: atacar, diretamente, em pontos secundários para atingir alvos certos (Oliveira, 2018, p. 151).

A entidade congregava católicos que integravam o laicato, logo, professores que atuavam em escolas confessionais, mas também em instituições públicas. Fabrício traz informações importantes em relação a isso:

A ideia de uma associação de professores católicos veio de um dos mais expressivos representantes do laicato, Everardo Backheuser. Backheuser fazia parte da geração de intelectuais convertidos ao catolicismo. A sua conversão ocorrera no mesmo ano que a de Alceu Amoroso Lima, 1928. A vinda desse intelectual às hostes católicas foi motivo de entusiasmo na época. Backheuser era um dos membros mais destacados da ABE e um dos nomes mais importantes do escolanovismo (Fabrício, 2019, p. 341).

Percebemos que Leonel Franca realizava palestras em diversos espaços sociais, ampliando sua rede de sociabilidade e também as possibilidades de defesa da perspectiva católica no âmbito cultural, sem deixar de estar permanentemente conectado às lideranças do laicato católico, tais como Everardo Backheuser e Alceu Amoroso Lima.

Até o presente momento, discutimos como o padre Leonel Franca apresentou a preponderância dos fins da educação, sem deixar de falar da importância dos meios necessários para assegurar seus fins. Estabelecido isso, destacamos o modo como ele abordou também aqueles que seriam os falsos fins, isto é, aquilo que era apresentado como os fins pela Escola Nova. Desse modo, tratando da organização de tal movimento, ele o descreveu como caracterizado por uma “difusão minuciosa e inesgotável sobre os processos educativos e uma parcimônia impressionante sobre os grandes ideais da educação” (Franca, 1933c/2019, p. 81). Franca apontou às professoras o que entendia serem “fórmulas vagas e imprecisas, aspirações de um humanitarismo vaporoso e impalpável, reticências a cobrirem discretamente um ceticismo mal dissimulado [...]: ideal da educação moderna” (Franca, 1933c/2019, p. 81). A argumentação de sua exposição é dupla. De um lado, afirmar os verdadeiros fins e seus portadores. De outro, apontar os falsos fins e seus defensores.

Seguindo sua exposição, o religioso mencionou o Congresso Internacional da Educação Nova, realizado em 1932 na cidade de Nice na França. Fez referência aos discursos de alguns, como Paul Langevin, Henri Piéron, Henri Wallon, Édouard Claparède, Miss Helen Parkhurst, Georg Kerschensteiner. Ao abordar a Educação Nova, asseverou “esta imprecisão de fórmulas e sonoridade de expressão não é privilégio da retórica dos congressos; os tratados escritos a sangue-frio no silêncio dos gabinetes deixam-nos a mesma impressão geral de insatisfação e incerteza” (Franca, 1933c/2019, p. 81). Na avaliação do jesuíta, mesmo Kerchensteiner, classificado como “um dos grandes pioneiros da Escola Nova”, não escapava ileso e teria “confissões de um ceticismo desconsolador [...]” (Franca, 1933c/2019, p. 81).

A diferença entre católicos e escolanovistas se dava sobretudo no âmbito dos fins da educação, condição que justificava o engajamento do Leonel Franca nas mais diferentes frentes de ação da igreja católica. Kerschensteiner, citado por Hovre, e mencionado pelo padre Franca na conferência, descreve que “o sentido verdadeiro e objetivo da vida ficará talvez para o homem um enigma eterno” (Franca, 1993c/2019, p. 82). O jesuíta analisou as expressões utilizadas pelo pedagogo alemão, classificando seu discurso como “inoperante e ineficaz” (Franca, 1933c/2019, p. 82). Observa-se que há um jogo no discurso do padre, notadamente, numa articulação da defesa do catolicismo com o que lhe caberia trazer de conteúdos relativos a alguns dos pioneiros.

No *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, seus signatários descreveram aspectos como o movimento de renovação educacional, as reformas da educação, sua finalidade, os valores mutáveis e permanentes, para em seguida elencarem as particularidades do projeto. Neste momento, vale destacar alguns aspectos desse documento, a fim de colocar em

perspectiva as críticas feitas pelo jesuíta em suas conferências. Exemplarmente, no que se refere ao Estado e à educação com caráter público, verifica-se a seguinte descrição no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*:

O Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais - a família e a escola, que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e às vezes opostas (O Manifesto [...], 2006, p. 193).

Observa-se que o documento expressava a existência de um laço entre escola e família, e, ainda, estabelecia a função de ambas e o papel do Estado na garantia dos seus direitos. Existia a ideia de que ao estreitar tais relações, seria possível definir os interesses dos diferentes grupos, realizando uma educação pública para todos. Padre Franca (1933c/2019, p. 83), ao afirmar não existirem “bases sólidas” no projeto dos pioneiros, ressaltou que estes “atiram-se afoitamente ao futuro. Ante as realidades dolorosas do presente fecham os olhos da observação positiva e abrem-nos para as perspectivas douradas de um porvir que nos pintam com as tonalidades mais róseas da sua paleta”.

Com um projeto na contramão do que idealizavam os católicos, que defendiam o ensino religioso nas escolas e uma visão cristã para os valores educacionais no Brasil, a Escola Nova defendia um projeto de educação mais amplo e plural. Fabrício (2019, p. 282) registra o seguinte, acerca da perspectiva escolanovista: “a Escola Nova colocou no centro da discussão a educação tradicional e a educação moderna. Esta era vista como uma forma de colocar o educando no centro da atividade educativa, tornando-o protagonista do processo”. Frente a essas concepções distintas, Leonel Franca foi categórico ao afirmar que a “questão de meios e de processo se inculcam-se em nome de um conhecimento mais real da criança” (Franca, 1933c/2019, p. 84). As palavras empregadas pelo jesuíta demonstram uma estratégia discursiva, com vistas a promover uma visão contrária acerca de tais aspectos das ações dos pioneiros, como podemos notar no conceito “inculcam-se”, como forma de influenciar, implantar, incutir uma ideia.

Marta Maria Chagas de Carvalho retrata o embate entre os dois grupos, no seio do campo educacional brasileiro:

O embate doutrinário no campo pedagógico foi, para estes grupos, estrategicamente fundamental na luta pelo controle do aparelho escolar [...] a questão principal era ganhar a adesão do professor a preceitos pedagógicos capazes de fazer da escola um instrumento eficaz de “organização nacional através de organização da cultura” tal como diferencialmente postulavam os dois grupos em confronto (Carvalho, 2005, p. 89).

As formas de embate dos dois grupos se davam em situações como conferências, aulas, revistas, boletins e jornais, com a finalidade de difundir suas ideias e ao mesmo tempo apresentar críticas ao projeto contrário. A luta pelo espaço escolar era apenas uma das estratégias dos católicos no que tange à sociedade com o um todo. Padre Leonel Franca, imbuído de outros temas, já mencionados nesta tese, como aborto, família, casamento, também utilizava suas conferências para discuti-los junto às professoras, conectando-as ao projeto mais amplo da igreja católica.

Adiante, em sua conferência, o jesuíta tratou de alguns aspectos específicos da Escola Nova. Nesse sentido, mencionou os “métodos *ativos*” destacando que seria positivo que:

Em vez de uma simples passividade receptora de uma memorização mecânica, de uma ciência puramente livresca; um contato mais íntimo com a realidade e com a natureza, uma assimilação de conhecimentos hauridos na necessidade sentida de vencer as dificuldades da ação (Franca, 1933c/2019, p. 84).

A partir disso, reportou-se aos interesses e fases da infância e adolescência:

Mas para ser vital e espontânea esta atividade deve corresponder a uma exigência interior da vida que se desenvolve; estudem-se portanto os interesses naturais da criança, a sua evolução progressiva nas diferentes fases da infância e da adolescência e proporcione-se ambiente educativo, a distribuição das disciplinas, o seu grau de abstração crescente, a este desabrochar gradual da flor humana, de modo que se conserve entre o mundo interior da criança que evolve e a atmosfera educativa que o envolve o equilíbrio da mais perfeita harmonia (Franca, 1933c/2019, p. 84).

Ao demonstrar esses aspectos que tangem a formação na infância e na adolescência, o religioso explicitou pontos a serem contemplados pelos educadores católicos, com a finalidade de um melhor desenvolvimento pessoal dos estudantes, o que poderia contribuir para uma sociedade mais harmoniosa. Na sequência, afirmou, acerca da relação entre professores e alunos nesse processo, “não haverá assim o constrangimento de violências deformadoras mas a *espontaneidade* fecunda na colaboração entre educadores e educandos” (Franca, 1933c/2019, p. 84, grifo do autor).

Na conferência *Adolescência*, padre Franca retomou esse aspecto, ao tratar a questão da formação conforme se verifica a seguir:

Formar-se é, como diz a etimologia, revestir-se de uma forma. E forma no sentido amplo da palavra não é sobre uma forma, isto é, uma disposição exterior, uma configuração de linhas e superfícies vazadas no molde harmonioso, mas é sobretudo uma determinação interna, uma elaboração lenta e continuada que nos leva a realizar a perfeição de uma natureza - da natureza humana. Neste sentido, a formação começa desde alvorecer da existência; a criancinha que abre pela primeira vez os olhos aos esplendores da luz já trazem em si esta potencialidade, este vírus evolutivo que um dia o levará à plenitude da sua humanidade (Franca, 1939b, p. 63).

Percebemos que o jesuíta deu ênfase à fase da infância, como momento essencial para a formação humana, etapa a ser implicada na formação de uma sociedade cristã. Já em relação à fase da adolescência, padre Franca fez uma analogia entre essa etapa da vida e os poetas.

Primavera da vida! Os poetas cantam-na com o mais exaltado lirismo. Ela tem flores e encantos para alimentar-lhes todas as inspirações. Não é, porém, como poetas que agora queremos encarar-la; nossa finalidade prática orienta-nos para um estudo mais objetivo. Queremos conhecê-la mais de perto, na sua realidade viva e complexa, sondar-lhe as profundezas misteriosas para melhor compreendê-la e ajudá-la (Franca, 1939b, p. 63).

A atenção dada à adolescência é justificada, especialmente, por ser uma fase em que os seres humanos podem ser mais vulneráveis e passíveis de diferentes influências. Diante disso, a formação familiar e escolar seria decisiva para os adolescentes. Não obstante, o padre enfatizou a necessidade de ser olhada e compreendida mais de perto. Desse modo, o “ajudar” seria intrinsecamente relevante para embasar a formação nos preceitos cristãos.

Leonel Franca, ao se reportar as fases da vida, infância e adolescência, e aos aspectos que tangem a sua formação, examinou os riscos que a Escola Nova poderia trazer para a formação no contexto escolar. Na conferência *Escola Nova e pedagogia social*, o jesuíta, ao criticar elementos do escolanovismo, questionou a tríade atividade, interesse e espontaneidade que, como descreve, seriam “reivindicações reformadoras da Escola Nova”, e que sobretudo, em “alguns processos pedagógicos são apregoados menos em nome de uma observação completa e imparcial da criança do que em virtude das concepções otimistas e ingênuas do naturalismo de Rousseau” (Franca, 1933c/2019, p. 84). Ao encetar essa discussão, o padre Franca ainda acrescentou um quarto elemento, segundo ele empregado pelos pioneiros da Escola Nova, a saber, diferentes nomeações para justificar os *meios*: “Colaboração, organização social da escola, socialização da criança” (Franca, 1933c/2019, p. 85).

Parece-nos que Franca utilizou de certa ironia ao complementar que esses seriam os ideais dos “novos educadores”. Notamos, que ele traz esses elementos para compor sua crítica à narrativa da Escola Nova. O jesuíta entendia a escola como uma comunidade moral e social. Ela, portanto, participaria da formação do indivíduo para a vida social, mas sem substituir o papel primário da família. Nesse sentido, analisou a dimensão social da escola, embora reconhecesse a importância da colaboração e da convivência escolar para o desenvolvimento da criança. Leonel Franca negava a ideia de que a socialização poderia ser reduzida à simples adaptação ao meio social, propondo uma pedagogia que reconhecesse a atividade, o interesse, a espontaneidade e a colaboração como elementos necessários, entretanto, deixa clara sua crítica à sua absolutização nas pedagogias modernas. Para ele, tanto o desenvolvimento

individual quanto a socialização da criança, deveriam ser orientados por uma concepção de ser humano, sociedade e moral.

Em seguida na conferência, encontra-se a seguinte descrição estabelecida por Leonel Franca: “Integrar a escola no ambiente social; preparar assim a criança pelo próprio exercício da vida social a uma adaptação perfeita aos seus deveres para com a comunidade, eis o segredo de preparar melhor a sociedade do futuro e realizar o ideal de uma educação eficiente” (1933c/2019, p. 85).

Ao mencionar pontos-chave defendidos pelos adeptos da Escola Nova, o jesuíta defendeu uma reação ao que qualificou como individualismo pedagógico. No *Manifesto dos Pioneiros*, temos a seguinte descrição, que julgamos importante destacar, no que se refere aos seus princípios:

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo libertário, que teve aliás o seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teriam quebrado os quadros rígidos da vida social (O Manifesto [...], 2006, p. 191).

Diante de um conjunto de normas ou protocolos, a disputa seria por uma educação que decentralizasse os interesses de uma única classe. Assim, o projeto resultava de uma reflexão por direitos dos indivíduos e, em um caráter mais abrangente e humano, por condições de formação mais igualitárias e justas à sociedade.

Como em um jogo de palavras, o religioso combinava a discussão com elementos de sua crítica e de sua defesa. Nesse sentido, afirmou que “à Igreja sempre repugnaram todos os individualismos que isolam e esterilizam” (Franca, 1933c/2019, p. 85). Assim, mencionando a solidariedade e os princípios da fé católica, o padre afirmou que:

Na esfera *religiosa*, as almas resgatadas não se dispersam, [...] agrupam-se na solidariedade de uma organização espiritual, de um corpo místico caracterizado pela influência recíproca de seus membros, pela reversibilidade de merecimentos, por estas articulações sociais misteriosas que se resumem no dogma da comunhão dos santos. [...] Um católico individualista é uma contradição nos próprios termos (Franca, 1933c/2019, p. 85).

Com uma crítica, alude-se à visão do catolicismo. Em nome do transcendental, o jesuíta destacou, no que diz respeito à educação, a questão da formação das almas. Em que pese isso, para além da questão religiosa, o jesuíta também contemplou em sua discussão outros aspectos para o desenvolvimento humano. Enfatizou, exemplarmente, que “a família, a

profissão, o Estado são quadros sociais *queridos por Deus*; constituem a atmosfera natural em que se embebe e respira toda a nossa vida física, intelectual e moral”.

Ao aprofundar sua discussão sobre as implicações do individualismo, ponto para o qual o jesuíta chamava atenção de maneira recorrente em suas falas e escritos, fez menção ao que classificou como apogeu de Jean-Jacques Rousseau. Franca (1933c/2019, p. 86) destacou que “a sociedade civil perdeu para Rousseau o seu caráter de sociedade natural, ordenada por Deus, para descer à categoria de um simples fato contingente, baseado num ‘Contrato social’ livremente estipulado pelos homens”. Ainda, complementou que “as repercussões pedagógicas destas doutrinas não podiam deixar de ser desastrosas” (Franca, 1933c/2019, p. 86), e mencionando *O Emílio*, de Rousseau, deixou claro que outros autores sofreram influências de seus escritos. Para ilustrar, mencionou Friedrich Nietzsche, Joseph Ernest Renan e Ellen Karolina Sofia Key que, segundo ele, teriam sido autores que deram continuidade a tais aspectos do pensamento de Rousseau.

Como já mencionado no capítulo anterior, socialismo e comunismo são temas que Leonel Franca tratou de modo recorrente em suas conferências. Aqui, voltou a citá-los a fim de criticar a Escola Nova, de modo contundente afirmou que os mesmos encontravam expressão “no terreno pedagógico [...] sob o nome genérico de Escola Nova” (Franca, 1933c/2019, p. 86-87). Na biografia do Leonel Franca, D’Elboux registrou o seguinte:

Lá por 1932 alguns pioneiros da Escola Nova ousaram atirar à opinião pública um vasto programa de “construção educacional no Brasil”. Verdadeiro manifesto comunista, que, sob a capa de melhorias pedagógicas, ocultava o radicalismo dos princípios mais subversivos. Com sua conhecida argúcia e clarividência, Pe. Franca apontou-lhe os erros perigosos: laicidade, absolutismo, coeducação, etc., desmentindo energicamente as inversões do direito natural (D’Elboux, 1953/2021, p. 236).

Ao defender o direito natural de modo articulado à religião católica, na medida de suas mediações com o Estado, padre Franca era voz de um grupo de religiosos que também temiam por outras propostas. Não ao acaso, escreveu o livro *Ensino religioso e ensino leigo: aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos* (Franca, 1931). Nele, o jesuíta defendeu de modo beligerante o ensino religioso e expressou desapeço pela separação entre igreja e Estado. Em sua perspectiva, acreditava que o ensino religioso desempenhava um papel fundamental na formação da consciência e da ética. Além disso, considerava que essa prática educacional seria essencial, com vistas a preparar os indivíduos para a vida.

Ao abordar essa questão, Silva afirmou que:

Ao intensificar a formação de uma rede de sociabilidade católica, o padre jesuíta convocou uma legião de intelectuais para a fundação de instituições e órgãos católicos

(estruturas de militância) em torno dos núcleos leigos da ACB, com o objetivo de fortalecer a representação católica nos diversos setores da sociedade. O assistente eclesástico atuava como agente de cultura ao intensificar sua ação apostólica em favor da cultura católica e do nacionalismo como oposição ao comunismo (Silva, 2020, p. 48).

Ao enfatizar o catolicismo e o nacionalismo nas diferentes esferas da vida social, o padre buscava desenvolver também essa dimensão na formação das professoras e professores. Assim, o alcance de seus objetivos ocorreria de modo mais amplo e frutífero. Ampliar a sua rede de sociabilidade nos diferentes campos, fortalecer suas ações e discursos, deu-se tanto na sua produção intelectual quanto em sua biografia, a partir de um *habitus* construído e constituído dentro da Companhia de Jesus.

A Ação Católica Brasileira (ACB) foi uma entidade ligada à hierarquia da igreja, com a finalidade de reunir os leigos católicos em suas iniciativas voltadas à sociedade civil. Os estatutos da organização revelam uma atenção particular aos trabalhadores, devido à sua condição – em acordo com a avaliação da instituição – suscetível ao comunismo, o que preocupava a igreja católica na época. Ao abordar o referido contexto, Mariae (1994, p. 63), trata da função dos religiosos “no esforço de reencontro da Igreja com a intencionalidade brasileira [...]”, destacando entre as ações a “[...] participação em debates, em centros culturais, bem como através de periódicos criados com o objetivo de abrir espaço para um diálogo entre a fé e a cultura”. Percebemos, notadamente, essa intenção nas conferências proferidas pelo padre Franca a professoras, nas quais realizou exposições e debateu o contexto educacional brasileiro, para além de outros temas emergentes na sociedade brasileira.

Na conferência por nós mais detalhadamente abordada, *Escola Nova e pedagogia social*, seguindo o discurso do Leonel Franca, chega-se a um trecho importante relativo à visão do padre em relação à pedagogia social. Nele o jesuíta afirmou que tendo a “[...] escola um fim social não resolvemos ainda em termos claros e precisos o problema do ideal pedagógico”. (Franca, 1933c/2019, p. 87). Adiante, complementou que “sob a mesma expressão podem ocultar-se concepções profundamente diversas e mesmo radicalmente antagônicas”. Ao tratar das correntes pedagógicas, percebemos certa preocupação, por parte do autor, com as expressões em comum utilizadas pelos grupos dos católicos e pelo grupo dos pioneiros da educação, que com ideais e finalidades distintos se propagavam concomitantemente.

Padre Leonel Franca (1933c/2019, p. 87) logo acrescentou às professoras a seguinte questão: “A pedagogia social não é um ideal em si definido mas transforma-se e modifica-se no seu valor, nas suas exigências, nos seus métodos preferidos, consoante as concepções diferentes da sociedade, da pessoa humana e das relações entre uma e outra”.

Atribuindo à escola um fim social e tratando do problema do ideal pedagógico, o jesuíta contemplou a ideia da pedagogia social vista em particular diante cada época. Das particularidades que mencionava, exigência, métodos, concepção de sociedade, da pessoa e das suas relações, notamos ênfase ao campo pedagógico, no qual existia certa pluralidade de entendimento de modelos a serem seguidos. Vê-se aqui a disputa católica pela pedagogia social. Conforme Leonel Franca a pedagogia é social, mas existiriam divergências no entendimento de comunidade, no caso, notadamente, entre a posição da igreja e o que o padre classifica como concepções modernas – expressas por diferentes autores, que segundo o jesuíta se aproximavam do individualismo ou do comunitarismo. Para ele, “a educação cristã da Idade Média era eminentemente social”. E mais: “fora da esfera sobrenatural e religiosa, o cristianismo acentuou ainda por todas as formas o caráter social que condiciona todo o desenvolvimento da vida humana”, isto é, “a família, a profissão, o Estado são quadros sociais queridos por Deus; constituem a atmosfera natural em que se embebe e respira toda a nossa vida física, intelectual e moral”. Na igreja, encontram-se “[...] os princípios supratemporais do cristianismo em que se encerram os germes inexaurivelmente fecundos de uma organização e de uma educação sociais perfeitas” (Franca, 1933c/2019, p. 85).

Padre Leonel Franca citou em seu texto Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Johann Gottlieb Fichte, tendo afirmado que Hegel e Fichte “fazem do Estado um *absoluto*, uma divindade, fonte originária de todos os direitos, fim a que se devem sacrificar como meios todos os cidadãos” (Franca, 1933c/2019, p. 87, grifo do autor). Nesses termos, no Estado residiria o poder, o que seria algo temerário para os religiosos. Os católicos preferiam um diálogo com o Estado ao aumento da tensão que acabaria por os afastar ainda mais das tomadas de decisões, portanto, tratava-se de estabelecer uma circunstância de harmonia entre igreja e Estado.

Ao criticar o socialismo e o marxismo, Franca mencionou que estes “não vêm também no indivíduo mais que uma parcela do Estado” e, assim, remeteu à concepção de que “a criança pertence à comunidade: *pela comunidade e para a comunidade* deve ser educada” (Franca, 1933c/2019, p. 87). Ao referir-se à criança, quase que como uma extensão do Estado, afirmou que essa proposição não corresponde ao que deve defender a comunidade cristã.

Na conferência *Educação*, padre Franca disse:

Educar é preparar o homem para a vida, é fazer de uma criança, deste serzinho frágil, inconsistente, plástico, um homem completo, consciente de suas responsabilidades e de seus deveres, conhecedor de suas obrigações no tempo e dos seus destinos na eternidade e decidido a usar os recursos de sua liberdade para a realização perfeita de sua missão na terra (Franca, 1928/2019, p. 24).

Em razão da “*sua missão na terra*”, o jesuíta, também nessa conferência para professoras, já sobrelevava a formação das crianças diante da defesa da fé católica. Um pequeno ser, que sem muito saber como agir e ser, ao qual deveria ser proporcionada uma formação voltada à realização de sua missão – a educação seria como amparo para seguir o melhor caminho, obviamente para o padre a partir da orientação dos princípios católicos.

Opor-se às propostas pedagógicas que surgiam e aos nomes que as defendiam consistia em uma ação de importância e também de dificuldade para os católicos. Isso se percebe na sequência da conferência, quando Leonel Franca mencionou a obra Paul Gerhard Natorp³⁶ para a discussão, a fim de ilustrar um dos nomes da pedagogia socialista. Na avaliação do padre, “um dos mestres da pedagogia radical-socialista”, Natorp trazia a ideia do “ideal coletivo”, que seria o “objetivo a que deve visar ação educativa” (Franca, 1933c/2019, p. 87). A obra *Pedagogía Social: teoría de la educación de la voluntad*, publicada por Natorp em 1913, enfatiza que o conceito de comunidade é essencial à pedagogia social, opondo-se ao individualismo (Natorp, 1913). Nessa direção, a educação deveria estar relacionada à comunidade. Natorp ainda trabalhou com a ideia da educação ser um instrumento de combate à desigualdade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Diante do defendido por Natorp, Leonel Franca (1933c/2019, p. 87) registrou que “as lições dos mestres não foram desaproveitadas e o comunismo russo, mal galgou o poder, confiscou a escola e transformou-a em arma de guerra contra a burguesia e instrumento eficaz de propaganda e de consolidação revolucionária”. A encíclica *Quadragesimo Anno* (Pio XI, 1931, p. 30), no item sobre a reforma dos costumes fez menção ao comunismo e ao socialismo, apontou que “suas formas ainda as mais mitigadas, se desviam dos ditames do Evangelho”. Esse quadro importante para os católicos demandava do padre Leonel Franca intervenções específicas. Tratava-se de expor o sentido da pedagogia social católica e diferenciá-la da acepção dos autores ligados à pedagogia moderna.

Uma das expressões práticas da pedagogia social do século XX se via na experiência russa. Ao citar Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924), Franca (1933c/2019, p. 87) afirmou que “a escola comunista não é nem quer ser neutra: seu objetivo é instilar nas almas infantis o ódio das classes e o entusiasmo místico pelas conquistas do bolchevismo”. E ainda, que a dimensão social da educação teria o seguinte sentido: “[...] o fim da educação não é enriquecer a inteligência de conhecimentos nem desenvolver a personalidade do aluno, mas incorporá-lo

³⁶ Paul Gerhard Natorp (1854-1924), filósofo alemão e um dos pioneiros da pedagogia social. Suas ideias têm influência da obra Immanuel Kant (1724-1804), notadamente, ao discorrer sobre a racionalidade científica para fundamentar sua abordagem pedagógica.

imediatamente na coletividade, tal qual a concebe a materialismo de Marx” (Franca, 1933c/2019, p. 87).

Contra esse modelo de pedagogia social, o jesuíta disparou: “como vedes, enquadrada nestas concepções da sociedade e do homem a educação social assume aspectos diametralmente opostos”, isto é, opostos à pedagogia social católica. Para ele, “aqui nascem os grandes ódios e os grandes amores que dividem a sociedade atual” (Franca, 1933c/2019, p. 88).

Ao tratar da ação das professoras, destacou o trato com as crianças:

O valor da criança, a sua liberdade e finalidade, as relações essenciais entre o indivíduo e a comunidade, os direitos intangíveis da personalidade humana são questões capitais que se debatem e se resolvem muitas vezes implicitamente, sem ousar encará-las de frente e propor em toda a sua nitidez os postulados filosóficos que as orientam (Franca, 1933c/2019, p. 88).

Percebemos que o religioso desejava debater os aspectos acima mencionados com as professoras a fim de demonstrar que, dentro do campo pedagógico, seria necessário problematizar os “postulados pedagógicos” que formariam as almas dos pequenos. Atribuir a eles uma formação distante da defendida pelos católicos poderia levar a sociedade para longe da instituição igreja. Estar longe da instituição seria estar longe de Deus e de uma verdadeira pedagogia social (Franca, 1933c/2019).

Ao discutir as relações entre indivíduo e comunidade, torna-se evidente sua preocupação no que diz respeito à defesa de Natorp, pois estavam em disputa as ideias de comunidade e de pedagogia social. Vejamos assim, o que escreve o autor alemão:

El hombre sólo se hace hombre mediante la comunidade humana. [...] El hombre, por lo que respecta a todo lo que hace de él um hombre, no se presenta al principio como individuo particular para entrar después con otros en una comunidad, sino que, sin esta comunidad, no es de ningún modo hombre³⁷ (Natorp. 1913, p. 97).

Ao chamar a atenção para a distinção e a relação entre comunidade e indivíduo, notamos que Natorp descreve o ser humano como alguém já inserido em uma comunidade. Ele ainda menciona, sobre a educação, que: “El considerar la educación de un modo meramente individual es una abstracción que tiene su valor limitado, pero que, en definitiva, tiene que ser superada³⁸” (Natorp, 1913, p. 107).

³⁷ O homem só se torna homem através da comunidade humana. O homem, no que diz respeito a tudo o que o torna homem, não se apresenta inicialmente como um indivíduo particular para depois entrar numa comunidade com outros, mas, sem essa comunidade ele não é de todo um homem (tradução nossa).

³⁸ Considerar a educação de forma meramente individual é uma abstração que tem valor limitado, mas que, em última análise, deve ser superada (tradução nossa).

O jesuíta por sua vez alertou as professoras que “o perigo é tanto maior quanto alguns dos mais conhecidos orientadores da escola nova são socialistas, e a serviço do socialismo querem pôr a educação das novas gerações” (Franca, 1933c/2019, p. 88). Os portadores dessa pedagogia são nominalmente designados: “Natorp, na Alemanha, Dewey, nos Estados Unidos, Kerchensteiner e Durkheim prendem-se, pelas suas ideias filosóficas, à corrente radical-socialista que, pelos seus elementos externos, confina com as fronteiras do comunismo onde militam Lunatcharky e Prinkevitch” (1933c/2019, p. 88). Para além disso, afirmou que no Brasil “todos estes autores são lidos e utilizados indiscriminadamente pelos que, entre nós, modestamente se intitulam ‘pioneiros’ da Escola Nova” (Franca, 1933c/2019, p. 88).

O religioso tomou posicionamento dentro dos campos da educação, da religião e da política. Seu enfrentamento perpassava esses três campos sociais. Diante da defesa da liberdade do campo educacional que protagonizavam os pioneiros da educação, Fabrício (2019, p. 403), destaca que para Franca a “reivindicada autonomia da educação em relação à religião era uma afronta à liberdade religiosa e de consciência das famílias católicas”. Ainda, complementa que “para um jesuíta a educação ocupa um lugar central em toda a sociedade e educar não é apenas ministrar conhecimentos e técnicas, é também formar moralmente o aluno, formação moral que não pode prescindir da religião” (Fabrício, 2019, p. 403).

Em outro texto do Leonel Franca, intitulado *Sobre o manifesto educacional*, embora sem indicação da data e local desta exposição, notamos a maneira como dava ênfase ao ideário de outras correntes pedagógicas. Esse texto está no livro *A formação da personalidade*. Com seu texto, Franca alertou as professoras quanto ao perigo de que “na efervescência de ideias e sentimentos que se agitam tumultuariamente nesta quadra atormentada da nossa vida nacional, alguns pioneiros da Escola Nova julgaram oportuno atirar à opinião pública um vasto programa de ‘construção educacional no Brasil’” (Franca, 19–/2019, p. 193). A considerar o interesse de alertar ao tumulto ou à desordem que poderia tomar conta do Brasil, o *Manifesto dos Pioneiros* foi representado pelos católicos como uma afronta e expressão da desagregação da comunidade, logo, expressão de uma pedagogia antissocial. Nesse sentido, padre Franca afirmou que “o Brasil de amanhã que deverá ser moldado na escola única, obrigatória e gratuita, é um Brasil ateu e irreligioso. Arquite-se a lição” (Franca, 19–/2019, p. 197).

Trata-se de uma interpretação mediada pelo padre Franca. Todavia, conforme Caetano (2007, p. 55), os pioneiros “advogam a instauração de uma escola pública, obrigatória, gratuita e leiga, que não faça a segregação de cor, sexo ou tipo de estudo”. De acordo com a autora, essa escola:

[...] deveria estar apta a forjar uma nova sociedade mais justa e igualitária, através da extinção do ensino tradicional, acadêmico, literário e formalista e da implementação de um ensino, centrado no aluno, no qual o professor”, em um desejo de transformação, essa escola teria a defesa de “formar sujeitos mais livres, reflexivos, criativos e independentes (Caetano, 2007, p. 55).

Observa-se, com isso, que os sentidos dados à escola nova por seus defensores eram distintos das interpretações estabelecidas por padre Leonel Franca.

Retomando a conferência central deste item da tese, apontamos que Leonel Franca (1933c/2019, p. 89) conclamava para uma cruzada: “não é só uma necessidade de defesa e de clareza de ideias que nos leva ao estudo do aspecto social da educação; é ainda uma necessidade de progresso e de adaptação real às condições dos nossos tempos”. E mais: “nós, católicos, não queremos, nem podemos ficar abaixo do quanto de nós espera a civilização periclitante. A formação social, talvez aqui e ali, algum tanto descuidada, nos nossos institutos e obras de educação, impõe-se hoje com a força de uma necessidade imperiosa e inadiável” (Franca, 1933c/2019, p. 89). Essa dimensão da função educativa formal se percebe como, possivelmente, sendo orientada pela encíclica *Divini Illius Magistri*:

É por sua natureza instituição subsidiária e complementar da família e da Igreja, e portanto, por lógica necessidade moral deve não somente não contraditar, mas harmonizar-se positivamente com os outros dois ambientes, na mais perfeita unidade moral possível, a ponto de poder constituir juntamente com a família e com a Igreja, um único santuário, sacro para a educação cristã, sob pena de falir no seu escopo, e de converter-se, em caso contrário, em obra de destruição (Pio XI, 1929, p. 20).

A junção da tríade escola, família e igreja, é reiteradamente reforçada nas palavras e nos escritos do jesuíta. Alípio Casali (1995, p. 109) afirma que “A Encíclica serviu, além do balizamento doutrinário, como marco estratégico para novas iniciativas da Igreja no campo educacional”. Além disso, Casali (1995, p. 20) sustenta que “a religião, portanto, seja qual for a sua natureza, cumpre um papel ideológico de cimentação social, de conservação da unidade ideológica do bloco social”.

A intenção do padre Franca, dentro do campo religioso e da educação, tinha como princípio fortalecer seu discurso e bloquear ideários adversos. Ele reafirmou isso, ao final da conferência: “Por todos estes motivos - de defesa e de conquista, de clareza de ideias e de eficácia de ação - pareceu-me conveniente estudar este ano alguns aspectos da *pedagogia social*” (1933c/2019, p. 89, grifo nosso). Ao tratar da pedagogia social, mesmo que em poucas conferências e/ou outros escritos que pudemos mapear, esse tema soma-se a outros, como já citado nesta tese.

Leonel Franca (1933c/2019, p. 90) indicou, na finalização de sua conferência, a relevância da pedagogia social: “Entrar no estudo da pedagogia social à luz segura do

cristianismo é iluminar os mais angustiosos problemas dos nossos dias com os fulgores de uma claridade que não engana”. Eis o anúncio do que se verá na sequência de suas conferências, pois ele ainda não havia tratado das especificidades da pedagogia social católica. Todavia, ele já afirma que toda pedagogia é social, mesmo sem que todos que defendem esta proposição compartilhem da mesma concepção de pedagogia. É disso que ele iria tratar em outras intervenções. Ao final desta conferência, ele avançou na associação entre pedagogia social e cristianismo, ou, para sermos mais precisos, pedagogia social e catolicismo.

Esta atualidade perene do Evangelho, fonte inexaurível de verdades e de energia para a humanidade em todas as suas fases e em todas as crises de sua evolução será ainda um argumento apologético de sua divindade, tanto mais eficaz quanto mais inesperadamente jorrante do borbulhar da nossa vida em efervescência (Franca, 1933c/2019, p. 90).

Mesmo tratando dos embates que ocorriam no mundo, o discurso religioso é apresentado pelo padre como basilar para que o conceito de pedagogia social católica ganhasse força. Com vistas a trabalhar o conceito, Leonel Franca também fez uso do discurso moral para sustentar sua fala. A moral foi um tema de estudo ao qual se dedicou longamente em sua vida, vide, exemplarmente, que somente no livro *A formação da personalidade* há três textos sobre o tema, todos datando de 1929.

Durante os anos 1930, Scott Mainwring destacou que:

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas primeiras instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo (Mainwring, 1989, p. 43).

Na tentativa de restaurar a relevância cultural do catolicismo no país, religiosos entravam em distintas discussões para ganhar espaço e força nas tomadas de decisões ligadas à nacionalidade. Sobre a relação entre os campos religioso e cultural, Bourdieu (2004b, p. 120) escreve que a ação que:

[...] caracteriza o clérigo, cuja encarnação ideal-típica é o padre católico, como mandatário de um corpo sacerdotal que, enquanto tal, é detentor do monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação e que delega a seus membros, tenham eles carisma ou não, o direito de gerir o sagrado (Bourdieu, 2004b, p. 120).

Leonel Franca estava à frente de distintas discussões, fazendo uso de seu capital simbólico como padre. Pela sua função, a força de suas palavras, em cursos de formação, fosse em conferências ou aulas, carregava legitimidade e forte efeito de persuasão. Assim, para

encerrar sua conferência, padre Franca lançou mão da força do simbolismo da tradição católica: “Veremos que Cristo não morreu só para a salvação dos indivíduos senão também para a da sociedade” a sociedade necessitava de salvação, e ela só viria por meio do catolicismo. Ainda, complementou:

O cristianismo não é apenas um código de vida moral que leva as almas aos cimos da sua perfeição humana, mas ainda o fundamento insubstituível, o suporte eterno da vida em comum. Aprofundando a nossa interioridade cristã, não só asseguramos a nossa felicidade eterna, senão também daremos à nossa vida terrena, individual e social, toda a sua força, toda a sua beleza, toda a sua energia de irradiação, toda a sua vitalidade de persistência, a auréola de sua consagração suprema. Não são apenas as nossas inquietudes profundas, as nossas aspirações mais íntimas, os anelos dos nossos mais altos ideais que apelam para Cristo; para o Cristo, como para o seu Mestre, a sua luz, a sua redenção, apela também a complexidade da nossa vida social com todos os seus atritos e contrastes, com todas as suas grandezas e misérias, com toda a angústia de suas tragédias (Franca, 1933c/2019, p. 90).

Contemplando a vida comum dos brasileiros, o religioso defendia que o catolicismo seria a porta para uma verdadeira pedagogia social. Ressaltou ainda que nenhuma outra profecia de fé daria conta de tal magnitude. A felicidade, tanto em vida quanto na eternidade, estaria automaticamente ligada à fé católica. Essa formação se daria também pelas mãos das professoras que o ouviam.

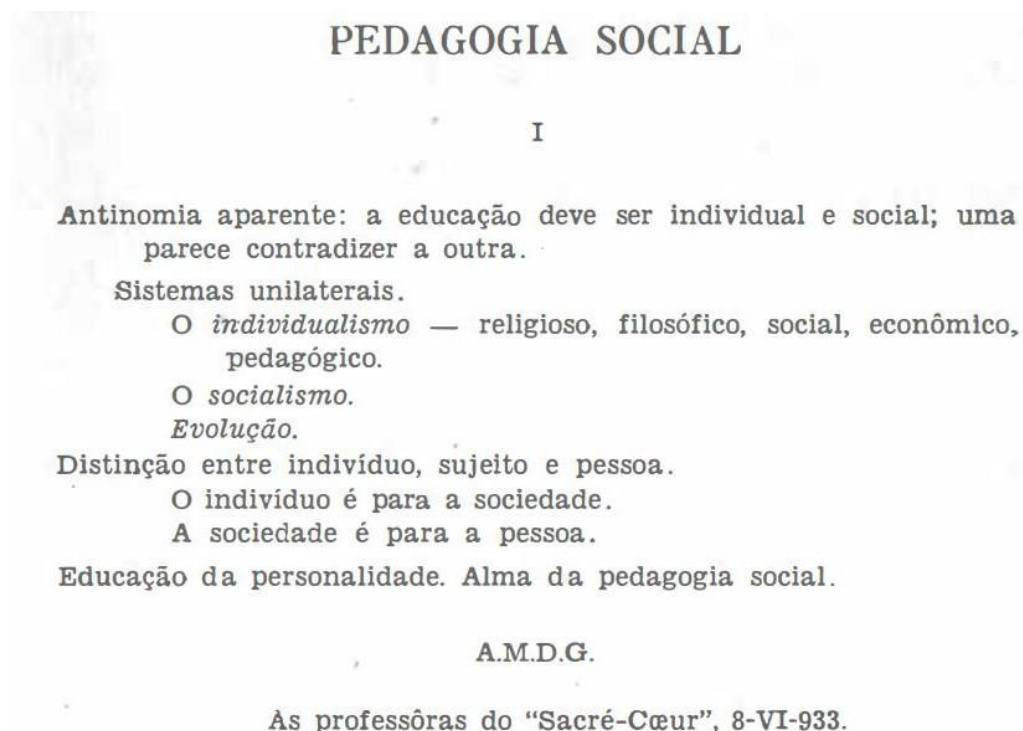
Realizar conferências foi um modo de aprofundar a formação das professoras, conectando, de modo constante, as docentes ao projeto católico. Mainwring (1989, p. 45) afirma que o interesse da igreja “era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico”. Nisso estava envolvido padre Franca, como indicava a conclusão de sua conferência: “O contato mais íntimo com a realidade, com a realidade total, com a realidade interna das almas e com a realidade externa das sociedades nos convencerá ainda uma vez de que, em toda parte: ‘Voltar à vida significa voltar a Cristo’ (Förster)” (Franca, 1933c/2019, p. 90).

Nesta parte da tese, tencionamos mostrar como padre Leonel Franca discutiu a questão dos fins, no projeto educacional da pedagogia moderna. A rigor, ele defendeu que o movimento da pedagogia moderna reduziu a educação à sua dimensão social, desprezando a dimensão ética, filosófica e teológica da educação. Em contraposição, expunha às professoras que os fins verdadeiros da educação eram promulgados pela igreja católica, sem deixar de se apropriar das contribuições das ciências modernas, no que diz respeito aos meios, especialmente das contribuições da psicologia. A questão emblemática desta conferência se refere à natureza social da pedagogia, aspecto que aparentemente aproximaria uma parte dos defensores da

indicando uma decisão dos organizadores da edição de 1954 e seguindo a estrutura lógica dos manuscritos de padre Leonel Franca, que indicara *Pedagogia social II* à conferência proferida no dia 9 de novembro de 1933. Tanto na editora Kirion quanto na editora Obras Católicas sinaliza-se o título *Pedagogia social I*. Interessante observar que, na biografia escrita por D'Elboux, o título não recebe o algarismo *I*. Nessa biografia, encontramos apenas uma indicação de conferência sob o título de *Pedagogia social* e duas de *Educação social*. Todavia, ao olharmos os textos publicados e seus manuscritos, entendemos que são duas destinadas à pedagogia social, e apenas uma à educação social.

Na sequência, consta a súmula da conferência, conforme o livro *A formação da personalidade*:

Figura 17 - *Pedagogia social I*



Franca (1954/2019, p. 92).

Em doze páginas, padre Leonel Franca se debruçou em sua primeira fala direcionada ao tema às professoras do *Sacré-Cœur*. De imediato, proclamou: “O estudo da pedagogia social, antes mesmo de se concretizar em normas práticas e processos didáticos de escola, envolve questões de princípios de um interesse transcendente” (Franca, 1933e/2019, p. 93). São esses princípios que definem uma pedagogia social. É a partir deles que padre Leonel Franca se posicionava nesse debate. O que se coloca é a questão do indivíduo e da sociedade, pois a educação envolve

ambos, sobretudo para pensar a vinculação entre eles. Para Franca, “a natureza e a finalidade do indivíduo, a razão de ser e os destinos da sociedade, as relações complexas que ligam estes dois termos [...] são naturalmente outras tantas questões preliminares em cuja solução não poderá deixar de inspirar-se qualquer pedagogia social” (Franca, 1933e/2019, p. 93).

A definição destes princípios é que deveria conduzir a escolha adequada de uma pedagogia social. Ele afirmou que “haverá tantas formas ou orientações social-pedagógicas quantas as maneiras de conceber e formular estes problemas de ordem geral e de repercussões ilimitadas” (Franca, 1933e/2019, p. 93). Portanto, a exposição às professoras parte desse pressuposto: a definição dos princípios de um interesse transcendente diferencia a pedagogia social católica das demais existentes. É essa precisão que permite superar a pedagogia social centrada no indivíduo (Escola Nova) e a pedagogia centrada na sociedade (Pedagogia Socialista). Parece existir uma antinomia nisso, pois, disse ele: “a questão se nos põe diante dos olhos quase sob a forma de uma antinomia, ou de uma coexistência de dois termos antagônicos entre os quais não aparece possível uma conciliação perfeita” (Franca, 1933e/2019, p. 93).

Esta questão é o ponto de partida da exposição do padre Leonel Franca. De um lado, reconhecia que “a pedagogia é essencialmente *individual*”. Ao mencionar seu caráter de individualidade, reportava-se ao seu objeto: “a criança, o educando, um indivíduo, com a sua inteligência e a sua vontade, o seu temperamento e a sua índole, sua sensibilidade e as suas inclinações” (Franca, 1933e/2019, p. 93). Percebemos aqui sua intenção de que a atenção fosse dada a cada criança em sua individualidade, reconhecendo-a como alguém que possui particularidade, potencialidade. Coube então salientar que “adaptar todos os processos pedagógicos - instrução, educação, formação - às capacidades individuais de cada educando deve ser a preocupação primordial do mestre” (Franca, 1933e/2019, p. 93). Assim, complementou Franca que:

[...] obter o desenvolvimento integral de todas as suas virtualidades, conseguir que o aluno encontre, no curso de sua formação, a possibilidade de levar à plenitude da sua evolução todos os bons germes latentes nos tesouros de sua natureza individual - eis o ideal de toda educação (Franca, 1933e/2019, p. 93).

Este aspecto não deve ser objeto de controvérsia, sustentou o conferencista, pois “sobre estas conclusões não pode reinar entre pedagogos senão a harmonia da mais completa unanimidade” (Franca, 1933e/2019, p. 93). Logo, uma verdadeira pedagogia social reconheceria a dimensão individual do ser humano.

Por outro lado, continuou padre Leonel Franca, “a educação não pode deixar de ser *social*. O homem não vive isolado no planeta. Nasce no seio de uma sociedade já constituída,

dela e por ela recebe todos os bens que lhe asseguram a possibilidade da vida e do progresso” (Franca, 1933e/2019, p. 94, grifo do autor). O jesuíta ainda fez uso das ideias de cultura e de civilização para defender a condição social da vida humana. Disse ele: “[...] com estes dois nomes entendemos aqui todo o patrimônio de valores físicos, intelectuais, morais e religiosos necessários à vida humana - a cultura e a civilização são uma herança *social* que se vai transmitindo e crescendo de geração em geração” (Franca, 1933e/2019, p. 94, grifo do autor). Logo, “a educação apresenta essencialmente um aspecto social”, pois “de sua natureza é a transmissão de um patrimônio de uma geração que se vai a uma geração que sobe” (Franca, 1933e/2019, p. 94). Não há indivíduo fora da sociedade, uma vez que “nascendo no seio de uma sociedade já formada, dela recebendo, como de uma matriz inexaurivelmente fecunda, todos os bens indispensáveis ao pleno desabrochar de sua individualidade, o homem necessariamente terá que viver na sociedade e para a sociedade” (Franca, 1933e/2019, p. 94).

O ser humano é um ser individual e social. Nesse aspecto, “o convívio com os seus semelhantes condiciona-lhe a natureza e o seu progresso. A educação é, portanto, de si mesma, uma adaptação social” (Franca, 1933e/2019, p. 94). A ideia de adaptação social está intimamente ligada à concepção cristã e filosófica da educação integral do ser humano. Como princípios, teríamos a finalidade transcendente da pessoa, criada à imagem de Deus, o equilíbrio entre indivíduo e sociedade, a educação como meio de adaptação social e o fundamento ético e espiritual. Suprimir a condição social da educação seria mergulhar em uma abstração, assinalou padre Franca: “Suprimir-lhe este aspecto fora perder de vista o homem concreto e as condições de sua existência real para não ter diante dos olhos senão o fantasma de uma abstração: um indivíduo despojado de todas as relações e vínculos que o prendem à sociedade” (Franca, 1933e/2019, p. 94).

Nesses termos, a educação é entendida como social porque pressupõe o vínculo indivíduo e sociedade. Para Franca havia um grau de diferença entre as duas dimensões da vida humana, pois seria “necessária uma pedagogia individual”, mas também “indispensável uma pedagogia social”. No entanto, “uma não se pode desenvolver livremente sem encontrar os limites inevitáveis impostos pelo desenvolvimento da outra” (Franca, 1933e/2019, p. 94). Uma pedagogia individual é necessária, mas não suficiente, na interpretação do padre Leonel Franca. A dimensão individual da educação somente se realiza com o estabelecimento de uma pedagogia social, pois apenas nesta está contida a ideia de suficiência. Essa exposição é seguida de alguns questionamentos que servem de ponto de partida para o desenvolvimento de sua conferência: “Qual delas deverá prevalecer? Qual eclipsar-se em benefício da outra? Como

conciliá-las no contraste aparentemente irreduzível de suas exigências contraditórias?” (Franca, 1933e/2019, p. 94).

A argumentação do padre Franca seguiu a mesma estrutura, apresentando as soluções da “pedagogia individualista” e “da pedagogia socialista”. Essa ambivalência, disse ele, inspira “[...] dois sistemas pedagógicos extremados, que nos pólos opostos de um mesmo diâmetro se afastam igualmente da verdade, um, por defeitos, outro, por excesso” (Franca, 1933e/2019, p. 95). As posições do que chama de individualismo e socialismo foram por ele retomadas nesta conferência, mas lembramos que tanto no capítulo 2 quanto no item 3.1 estes aspectos ganharam centralidade. Ele utilizava o argumento da repetição como estratégia para fazer coisas com suas palavras, isto é, aplacar as mentes e os corações das professoras e demais pessoas que integravam o auditório de sua conferência. De todo modo, a ideia central é que o individualismo toma uma posição unilateral, atribuindo um valor desmedido à dimensão individual do ser humano, em detrimento da dimensão social: “Para o individualista a sociedade é apenas a soma dos indivíduos, e reflete necessariamente no seu bem-estar coletivo o bem-estar dos seus membros, como uma soma resulta do valor das suas parcelas” (Franca, 1933e/2019, p. 95). A exposição do Leonel Franca anexava quem seriam os agentes responsáveis pelo individualismo, com intencionalidade de mostrar quem são os inimigos ou os adversários da ação da igreja católica, isto é, além de mostrar os erros conceituais, era fundamental indicar os promotores dessa tragédia.

Entre os ditos individualistas, estava Lutero (individualismo no campo religioso): “introduziu-a no campo religioso: o indivíduo, com a teoria do livre exame, é arvorado em árbitro supremo da sua vida espiritual” (Franca, 1933e/2019, p. 96). Com a ideia do “livre exame”, a pessoa passa a ser o principal juiz de sua própria vida espiritual, tendo o direito e a responsabilidade de examinar e entender a doutrina cristã. Em contrapartida, o jesuíta expôs que “a Igreja Católica velara sempre pela unidade da concepção da vida, pela comunhão dos supremos ideais no seio da cristandade, como pedira Cristo na sua oração litúrgica: *ut sint unum*³⁹” (Franca, 1933e/2019, p. 96).

Se Lutero representava a dissolução do campo religioso, a igreja católica era apresentada como a salvadora: “Com a destruição da unidade doutrinal na concepção da vida e das suas finalidades supremas desapareceu a maior força de união social e o vínculo mais ativo e poderoso da paz entre os homens”. Nesse sentido, ainda complementou: “com razão escreveu Förster⁴⁰: ‘O problema da Igreja é o maior problema social da humanidade; todos os outros

³⁹ Em latim: “Para que sejam um”.

⁴⁰ Citação do livro utilizado por Leonel Franca: *Das Kulturproblem der Kirche*, p. 35. De Hovre, I, p. 128.

problemas sociais nele se acham encerrados” (Franca, 1933e/2019, p. 96). Asseverando que a igreja enfrenta o maior desafio social e que todos os outros problemas sociais estavam, de certa forma, ligados a ela, Franca assim sublinhou o papel do pensamento católico para legitimar seu discurso e enfatizou o peso da instituição para se contrapor ao que chamava de individualismo nefasto.

Outro integrante do individualismo, conforme a caracterização do padre Franca, era Descartes (individualismo no campo filosófico): “Inaugurou em filosofia o império do individualismo extremado que Lutero havia introduzido no terreno religioso” (Franca, 1933e/2019, p. 96). O autor citado, que destacava a importância da razão individual e da autonomia do sujeito na busca pelo conhecimento, continuou sendo objeto de crítica: “O reformador francês rompeu desabaladamente com a tradição do pensamento especulativo e empreendeu a tarefa de reconstruir toda a filosofia com o simples esforço de sua meditação individual” (Franca, 1933e/2019, p. 96). Diante da reconstrução defendida por Descartes, Leonel Franca afirmou que a filosofia do francês consistia em “desconhecer o valor da tradição como instrumento de progresso e esquecer que a colaboração das gerações que se sucedem é a primeira condição de uma evolução orgânica do saber” (Franca, 1933e/2019, p. 96).

Já ao tratar de Rousseau, Leonel Franca o classifica como representativo do individualismo no campo social, nos termos de que o “viver em comum não é natural ao homem; seu estado nativo é o da natureza isolada na liberdade das selvas” (Franca, 1933e/2019, p. 97). Sobre Rousseau propor um acordo entre indivíduos para formar uma sociedade e um governo, onde cada um abdicaria de sua liberdade natural em favor da liberdade civil, garantida pelas leis e pela vontade geral, padre Franca afirmou que, dessa forma, para o autor: “A sociedade é um produto artificial, resultado de um contrato livre entre os homens que cedem uma parte dos seus direitos para com ela constituírem a autoridade indispensável à vida coletiva” (Franca, 1933e/2019, p. 97). E ainda complementa, “desnaturou-se assim o caráter genuíno da sociedade e subtraiu-se à autoridade civil do fundamento racional e religioso de sua inviolabilidade jurídica” (Franca, 1933e/2019, p. 97).

O individualismo econômico não foi representado por algum autor em particular, seria fruto da Revolução Francesa e do liberalismo: “Mais profundas talvez foram ainda as devastações do individualismo no mundo das relações econômicas onde o introduziu a Revolução Francesa e o liberalismo do século passado” (Franca, 1933e/2019, p. 97). Esse individualismo resultou que “o mais forte explorou o mais fraco; o capital opôs-se ao trabalho e deste imenso conflito entre um e outro nasceu a questão social com toda a extensão de seus males e a ameaça de suas consequências” (Franca, 1933e/2019, p. 97-98).

Ao mencionar a presença do individualismo em diferentes dimensões da vida humana, padre Leonel Franca desejava avançar, a fim de expor o modo de organização da sociedade e da escola a partir da visão católica. Sobre isso, Ademir Silva traz uma síntese:

Para o autor, a crise da família tem influência incontestável das medidas legislativas, da organização social, do regime econômico, dos sistemas pedagógicos e das influências literárias e artísticas. Tais ideias modernas sobre a constituição e a finalidade da família apontam uma crise profunda, persistente e progressiva sob influência da concepção do individualismo (Silva, 2020, p. 87).

Em suma, disse padre Leonel Franca, “o individualismo - é este ponto sobre o qual hoje ninguém discute - é o grande responsável por este profundo desequilíbrio orgânico que ameaça a vida da nossa civilização ocidental” (Franca, 1933e/2019, p. 98).

Nesse movimento estava incluída a questão pedagógica, pois “a pedagogia não podia subtrair-se ao envolvimento desta imensa onda de individualismo avolumada pela convergência de tantas causas agindo simultaneamente em tão diferentes esferas” (Franca, 1933e/2019, p. 98). Segundo Franca, o individualismo pedagógico teria encontrado os seus mais notáveis representantes em Rousseau, Locke, Kant, Herbert, Nietzsche e outros” (Franca, 1933e/2019, p. 98). Desses, “Rousseau é talvez o porta-voz mais típico do individualismo pedagógico e certamente o que mais profunda influência exerceu na evolução da pedagogia no século XIX” (Franca, 1933e/2019, p. 98). Em acordo com o padre Franca, a pedagogia individualista valoriza o desenvolvimento pessoal de cada um, acima das imposições coletivas ou da padronização educacional. Cada um dos autores mencionados traz uma contribuição distinta, refletindo suas visões filosóficas e contextos históricos. Alguns pontos que podemos ressaltar desses autores, dizem respeito à natureza e à liberdade interior da criança, à formação moral racional adaptada a cada um, à autonomia moral, à formação do caráter e ao interesse individual, à superação individual e à rejeição da massificação.

Retomando Rousseau, padre Franca ironizou a ideia de educação de Emílio: “Conserve-se [...] o mais tempo que for possível longe do contato funesto da vida social; cresça na liberdade dos campos, na preocupação exclusiva de cultivar as suas qualidades individuais e não entre no convívio dos seus semelhantes senão na idade de constituir família” (Franca, 1933e/2019, p. 98). O jesuíta indicou os erros da obra *Emílio ou Da Educação*, uma abordagem filosófica sobre a natureza do homem, escrita por Jean-Jacques Rousseau, em 1762, cuja ideia consistia em um crescer e se desenvolver pautados na exclusividade do indivíduo natural.

Em outra conferência, *Em defesa da família*, proferida às professoras de *Sacré-Coeur*, em 12 de novembro de 1931, e ao frequentadores do Centro D. Vital, no dia 27 de novembro

do mesmo ano, cuja publicação está no *Tomo II - Alocuções e artigos*, volume 2, o jesuíta também combatia o individualismo, como se vê a seguir:

O individualismo cresce desmesuradamente, e contra este egoísmo, destruidor implacável de toda a vida moral e social, não há senão a solução libertadora da verdade integral que arranca as almas ao círculo estreito das preocupações terrenas e as faz gravitar em torno de Deus, polo essencial do Ser, Indispensável de que se não pode prescindir sem perecer (Franca, 1931f/2021, p. 245).

Percebemos a repetição como estratégia de formação, isto é, fazer coisas com as palavras. As repetições dos argumentos e o avanço da exposição consistiam em estratégia do padre Leonel Franca. As críticas e as proposições eram ouvidas pelas professoras do *Sacré-Coeur* em diferentes conferências, cuja finalidade era a explicitação da crise moral da civilização que se agravava ao longo do tempo, sob a base argumentativa de que o indivíduo é o centro de tudo.

Na conferência *Pedagogia social I*, Leonel Franca foi bastante didático ao elencar crenças compartilhadas pelos protagonistas do individualismo pedagógico, a saber:

- 1º. num otimismo ingênuo acerca da onímoda bondade natural do homem;
- 2º. numa confiança de que pelo simples desenvolvimento da inteligência e da autonomia do indivíduo se chegará a assegurar a felicidade social;
- 3º. num descaso sistemático de uma formação especificamente social durante a fase educativa da criança. É a pedagogia do “deixar correr” e da confiança ilimitada na influência necessariamente benéfica de uma liberdade sem peias (Franca, 1933e/2019, p. 98-99).

Padre Leonel Franca afirmava existir uma crença na bondade, ou crença que a autonomia e a inteligência individual trariam a possibilidade da felicidade coletiva. No entanto, asseverava que “no campo pedagógico, o individualismo não frutificou melhor que nos outros. A cultura do egoísmo foi a consequência espontânea dos seus princípios e dos seus processos (Franca, 1933e/2019, p. 99). Do individualismo no geral e do individualismo pedagógico teria se alcançado a cultura do egoísmo, concluía padre Leonel Franca, em sua crítica a este movimento. As professoras e demais ouvintes rememoravam ou escutavam pela primeira vez a crítica católica ao individualismo, um movimento que, no entendimento da igreja, deu primazia ao indivíduo e maculou o verdadeiro sentido da pedagogia social.

Entretanto, na concepção da igreja ainda existiria outro grande adversário de sua proposta pedagógica, “não menos nocivo que o outro, foi o socialismo” (Franca, 1933e/2019, p. 99). Leonel Franca, ao palestrar para as professoras, afirmou: “toda a alma do socialismo, toda a sua força de propaganda derivou-a ele da sua reação contra o individualismo”, por consequência, “os males por ele apontados na organização atual da sociedade serão talvez

exagerados, mas não são reais” e então “passando de um a outro excesso, o novo sistema endeusou a sociedade com detrimento do indivíduo” (Franca, 1933e/2019, p. 99). Ele assinalava o aspecto a ser retido e apropriado pela igreja católica, isto é, a crítica ao movimento individualista: “A necessidade de uma justiça social mais universalmente distribuída impõe-se como um dever imperioso”. Ao mesmo tempo, dizia que “o vício congênito do socialismo não reside tanto na crítica das desordens atuais quanto na insuficiência radical dos meios de reconstrução” (Franca, 1933e/2019, p. 99).

O próprio jesuíta destacou que não iria aprofundar muitos aspectos nesta conferência, visto que haveria outra pauta apenas nesse foco, qual seja, a conferência intitulada *Pedagogia socialista* (Franca, 1933), inclusive por nós discutida no capítulo anterior (item 2.2). Importante lembrar que padre Leonel Franca promoveu a conferência *Pedagogia social I* no mês de junho de 1933, e que a conferência específica *Pedagogia socialista* foi realizada no mês de julho de 1933. Isso foi objeto de comentário: “Todas as conseqüências pedagógicas que desta concepção fundamental derivou o socialismo nós as estudaremos mais detidamente numa palestra unicamente consagrada à pedagogia socialista” (Franca, 1933e/2019, p. 100).

Destacamos aqui as palavras de Fabrício sobre a intenção do padre Franca, ao tratar desses assuntos em suas conferências:

No plano de uma crise de valores que assolava o mundo, fazia-se necessário debelar qualquer espírito de dúvida. Somente as certezas absolutas poderiam construir um mundo perene e seguro de qualquer arroubo de ambiguidade. Portanto, somente a fé poderia oferecer uma cidadela de refúgio (Fabrício, 2019, p. 229).

Na avaliação dos católicos, a partir das condições indesejadas oriundas dos pensamentos modernos, que influíam na educação brasileira, é que se aprofundava a necessidade de enfrentar o sentimento de dúvida, bem como os riscos sociais e educativos que se conformavam no seio da nacionalidade.

Ante ao individualismo e ao socialismo, nesta conferência, *Pedagogia social I* (Franca, 1933e/2019), o jesuíta se propôs a discorrer sobre as noções fundamentais de indivíduo, sujeito e pessoa, pois nesses pontos residiria a diferença entre a pedagogia social católica e as outras pedagogias. Vejamos então o que ele expôs sobre o indivíduo: “como o diz a própria etimologia, todo ser que constitui em si uma unidade distinta dos outros seres. [...] O indivíduo é único e singular” (Franca, 1933e/2019, p. 100). Dessa maneira, nota-se a menção à singularidade do indivíduo e suas particularidades. Na avaliação de padre Leonel Franca, a noção de indivíduo era ampla e não restrita à vida humana, mas incluía a de outros seres: “Todo ser que verifica

esta definição é indivíduo: um homem e um animal, uma planta e uma pedra (esta formiga, esta situação)” (Franca, 1933e/2019, p. 100).

A diferenciação do ser humano em relação às demais criaturas ou aos indivíduos se dá pela noção de sujeito, padre Franca disse às professoras que nela “já se inclui a perfeição do conhecimento: o *sujeito* opõe-se ao *objeto*: é um indivíduo diante: o qual se coloca o mundo como termo de conhecimento, como objeto de percepção” (Franca, 1933e/2019, p. 100). Disso, seguiu o conferencista: “Sujeito é portanto algo de mais perfeito que o indivíduo e aplica-se, de sua natureza, a um número menor de seres: só aos dotados de faculdades cognoscitivas” (Franca, 1933e/2019, p. 100), ou seja, apenas aos seres humanos. São habilidades mentais que nos permitem processar informações, aprender, raciocinar e resolver problemas e, da relação entre o sujeito e o objeto, o pensar e o compreender acontece de maneira que pode ir além do exclusivismo do indivíduo. Um salto importante na pedagogia social católica está aqui, mas ainda não capaz de aplacar sua diferença em relação a outras propostas pedagógicas.

Padre Franca deixa claro que o salto definitivo para a proposta católica se dá com base no conceito de pessoa: “A *pessoa* é um indivíduo de natureza espiritual” (Franca, 1933e/2019, p. 100, grifo do autor). Todavia, ele avançou para qualificar essa natureza espiritual. Ser uma pessoa é ser constituído essencialmente de “inteligência e vontade”. Aqui, essência equivale à necessidade, aquilo que é da natureza do ser humano. É o que se contrapõe àquilo que é accidental, da existência, da contingência. Para ele, “a pessoa é ao mesmo tempo *indivíduo* e *sujeito*”. Em sua argumentação, no indivíduo não está contida nem a condição de sujeito nem de pessoa; no sujeito está contida a situação individual, mas ainda não a de pessoa. Logo, apenas com a noção de pessoa se vê a compreensão integral do que seja o ser humano. Nesse sentido, registrou o padre Leonel Franca: “Como sujeito, isto é, como ser dotado de conhecimento e de conhecimento intelectual, relaciona-se com um mundo de objetos, com um sistema de valores distintos de si mas cuja realização lhe condiciona o aperfeiçoamento”. Já “a pessoa é portadora de valores morais” (Franca, 1933e/2019, p. 100). Disso se chega à ideia de que “todos os seres singulares no nosso universo sensível são individuais: só o homem é pessoa” (Franca, 1933e/2019, p. 100).

Definidas essas três condições do ser humano, o jesuíta passou a expor às professoras o que seria a pedagogia social em acordo com o catolicismo. A pedagogia social não poderia acolher nem a posição do individualismo, nem o posicionamento do socialismo, pois o ser humano é para a sociedade assim como a sociedade é para o ser humano.

Primeiro, porque “como *indivíduo* o homem é para a sociedade, e como uma parte para o todo, como um membro para o organismo inteiro”. A sociedade, por sua vez, “pode exigir-

lhe todos os sacrifícios individuais - inclusive o da vida, como o todo e o organismo reclamam para a sua conservação a imolação de uma parte ou de um membro” (Franca, 1933e/2019, p. 101). É uma situação relacional, mas, contrariamente à posição individualista, padre Leonel Franca assinalava que todo indivíduo “[...] como tal é uma parte da espécie, um representante singular da espécie, é um portador das perfeições específicas, subordinado aos interesses superiores do bem específico, do bem coletivo concretizado nas exigências da vida social” (Franca, 1933e/2019, p. 100).

Segundo, visto que “como *pessoa*, o homem já não é uma parte mas um todo, não se acha subordinado a uma espécie mas lhe transcende os limites; seus destinos, não os encerra o tempo, e o espaço; estendem-se na vida imortal dos espíritos” (Franca, 1933e/2019, p. 100-101). Dotada de inteligência e vontade, “[...] a pessoa acha-se em face de valores infinitos, cuja realização em si lhe condicionam o desenvolvimento e a perfeição”. Aqui, padre Leonel Franca se opunha ao socialismo, ou ao que chamava de tirania da sociedade, acentuando o papel ativo do ser humano. Para ele, “a pessoa é realizadora de valores morais e titular de direitos intangíveis; na sua autonomia não depende nem pode depender de nenhuma criatura, nem pode, em caso algum, ser rebaixada às simples condições de meio, à categoria de coisa a serviço total de um fim” (Franca, 1933e/2019, p. 101).

A finalidade humana se conecta ao sentido específico que ganha a condição de pessoa no pensamento do catolicismo. A dimensão espiritual (inteligência e vontade) está conectada à natureza transcendental da vida humana, como já discutido no item 2.3 desta tese. Importante lembrar que a exposição geral do pensamento social católico ocorreu na conferência de agosto de 1933, na qual padre Leonel Franca apresentou os fundamentos do que chamava de universalismo católico, aquele que não mutila a vida humana tal qual fazem o individualismo e o socialismo, mas que o educa na sua totalidade. Na conferência *Pedagogia social I*, ele disse: “Como pessoa, o homem só depende de Deus e quando as exigências divinas estão em jogo, *pereat mundus et glorificetur Deus*⁴¹, antes qualquer mal criado do que uma ofensa aos direitos infinitos de Deus” (Franca, 1933e/2019, p. 101). Tendo em vista uma visão espiritualista do ser humano, contrapondo-se à perspectiva coletivista e organicista, o foco repousa na dignidade da pessoa humana como um todo autônomo, livre, transcendente e com destino eterno. Para ele, “como pessoa o homem não é para a sociedade, mas a sociedade para o homem” (Franca, 1933e/2019, p. 101). Com essa afirmação, padre Leonel Franca conectou a condição espiritual

⁴¹ Em latim significa “que o mundo pereça e Deus seja glorificado”.

à social da existência humana, mostrando como a história dos seres humanos é uma contínua realização da finalidade da criação divina.

A vida social não se organiza ou se fecha nela mesma: “Esta magnífica estrutura da vida social, com a estabilidade de sua ordem jurídica, com a complexidade de suas relações interindividuais, com a riqueza dos seus bens culturais, constitui apenas o grande quadro favorável ao desenvolvimento das personalidades”, isto é, “a atmosfera em que as almas possam desabrochar para à perfeição de sua imortalidade” (Franca, 1933e/2019, p. 101). Nesse movimento “[...] uma civilização terá realizado tanto mais perfeitamente o ideal de sua finalidade quanto mais fácil e mais abundante houver oferecido aos seus beneficiários a oportunidade de desenvolverem os valores eternos depositados nas suas almas imortais”. (Franca, 1933e/2019, p. 101). Disso deve atentar-se uma verdadeira pedagogia social, isto é, o que chamou de “o bem comum universal” (Franca, 1933e/2019, p. 101).

A pedagogia social consiste, sobretudo, em assinalar a diferença de princípios, conforme ele acabara de fazer em sua conferência. Dessa diferenciação, concluiu ele:

O homem é complexo; ao mesmo tempo indivíduo e pessoa; imerso na natureza sensível e a ela transcendente; unidade de uma espécie que passa e depositário autônomo de valores eternos; vivendo no espaço e no tempo, mas emergindo, pela sua vida superior, destas condições inelutáveis dos seres materiais; preso como uma malha na trama complicada e limitadora das relações sociais, efêmeras e precárias, e livre peregrino em demanda de uma- pátria que será a sua morada definitiva. Aí está o grande enigma da vida humana; aí está a última raiz de tantas divergências e de tantos conflitos. Porque não somos puramente indivíduos, a sociedade humana não é um rebanho de carneiros. Indivíduos, temos *deveres* sociais indeclináveis; pessoas temos *direitos* humanos imprescindíveis (Franca, 1933e/2019, p. 102).

Na citação acima, observamos que o padre fez uma reflexão profunda sobre a natureza complexa do ser humano, razão pela qual “[...] o sistema planetário das nossas organizações políticas, solicitadas continuamente pela atração poderosa destes dois pólos opostos, oscila entre as imposições da vida coletiva e as reivindicações das liberdades pessoais” (Franca, 1933e/2019, p. 102). Estas alternativas não satisfazem a condição humana. Ao contrário, a realização da condição individual encontra “[...] necessariamente um limite na sua própria natureza. O indivíduo é a realização singular de uma perfeição específica” (Franca, 1933e/2019, p. 102). Este limite é demarcado pela hierarquia dos valores: “Tudo o que no indivíduo pode ameaçar a hierarquização essencial dos valores de que depende esta perfeição da espécie, não constitui para ele um bem a conquistar mas um perigo a fugir”. A conquista indiscriminada dos interesses individuais “não é uma ascensão, é uma decadência; não representa uma plenitude mas uma diminuição” (Franca, 1933e/2019, p. 102). Sua atenção dada à preservação da espécie

longe dos perigos individualistas servia de alerta ao que as professoras deveriam seguir para promover a pedagogia social católica.

Tratava-se, por outro lado, do seguinte: “O desenvolvimento dos instintos e das tendências individuais não deve ser anárquico, mas condicionado à formação do que no homem é especificamente humano: *a cultura da sua personalidade*” (Franca, 1933e/2019, p. 102, grifo nosso). A condição de ser pessoa (inteligência) permite ao ser humano conhecer os valores e sua hierarquização. Conforme o jesuíta: “Pela sua inteligência a pessoa entra em contato com valores mais altos cuja realização constitui o seu ideal”, aspecto discutido pela filosofia dos valores, cuja apuração “[...] resulta que valor é tudo o que assegura um desenvolvimento harmônico de vida” (1933e/2019, p. 103, grifo nosso).

Fabício (2019, p. 42) ressalta que “se a religião, e especialmente o cristianismo, não pode ser dissociada da história do pensamento humano é porque ambas são produções espirituais, no sentido amplo do termo”. Dessa maneira, o cristianismo deveria ser ponto de partida e de chegada da formação das professoras e de seus alunos. O acesso aos valores e o reconhecimento da existência de uma hierarquia desses valores é o sentido da inteligência e da vontade. Tudo o que possa ameaçar a hierarquia dos valores essenciais que sustentam a perfeição na espécie não é algo que deveria ser buscado como bem, mas ser evitado como perigo. Padre Franca proclamava a expressão de uma ordem de valores – *Verdade, Bem, Belo*:

A *Verdade* – que nos introduz no conhecimento do que é, no reino do Eterno e do Necessário; o *Bem*, que transporta a verdade para a ordem da ação, e aponta em cada ser o que lhe convém para atingir a plenitude da sua perfeição; o *Belo*, que nos atrai o amor para a realização do bem. (Franca, 1933e/2019, p. 103, grifo do autor).

A pedagogia social consistiria, portanto, em uma perspectiva católica, na educação para a verdade, para o bem e para o belo. No contexto cristão, a verdade é associada a Deus. O bem é definido por aquilo que está em conformidade com a vontade de Deus e que promove a vida, a justiça e a salvação. Para além, enfatiza o amor ao próximo, a compaixão, a humildade e a prática da justiça. Já o belo pode ser correspondido tanto na criação divina, como nos elementos naturais e na ordem do universo. Sendo assim, a busca pela verdade, pelo bem e pelo belo é ponto fundamental à formação do ser e de sua jornada voltada ao cristianismo.

Não ao acaso, o jesuíta empenhou-se na escrita do livro *O protestantismo no Brasil*, como uma crítica à subjetividade religiosa na qual não há autoridade última em matéria de fé, o que em sua interpretação implicava na proliferação de seitas, resultando na fragmentação da unidade cristã. Segundo padre Franca, a Reforma Protestante rompeu com a autoridade da igreja católica e com a tradição apostólica, acumulada ao longo de séculos. O que para ele se

configurava como uma perda da continuidade histórica da fé cristã. Daí sua preocupação com as consequências culturais e sociais, uma vez que ele sustentava que o protestantismo contribuiu para um individualismo crescente, repercutindo na esfera moral e social.

Vê-se na proposição pedagógica católica, conforme explanada por Leonel Franca, uma clara atenção à questão da personalidade. Sobre isso, o padre assinalou:

Rasgam-se assim novas e amplas perspectivas à tarefa educativa. [...] Substitui-se assim na formação do homem a cultura do eu estreito do individualismo pela emancipação da sua personalidade humana. E ao mesmo tempo resolvestes o problema da pedagogia social sem os exageros do socialismo. Assegurando ao homem o máximo de seu valor pessoal, destes-lhe ao mesmo tempo o máximo de sua eficiência social (Franca, 1933e/2019, p. 103).

A preocupação com a formação da personalidade, tema a que faz referência o título do livro em que estão as conferências deste religioso, é ponto alto em sua noção de pedagogia social. Visto a mesma estar voltada à formação integral do ser humano, como uma dimensão essencial da educação. A pedagogia social surge da necessidade de conciliar a formação pessoal com os deveres e as exigências da vida em sociedade, tendo o cristianismo como base: “Substitui-se assim na formação do homem a cultura do eu estreito do individualismo pela emancipação da sua personalidade humana” (Franca, 1933e/2019, p. 103).

O jesuíta deixou claro que “cultivar no homem os valores espirituais é emancipá-lo. Espiritualidade é universalidade”, desse modo, “Emancipá-lo do jugo de suas paixões, da tirania de seus instintos, da volubilidade de seus caprichos, é restituir-lhe a sua liberdade e pô-la dedicada e forte a serviço dos bens superiores” (Franca, 1933e/2019, p. 103-104). A formação da personalidade, fim da pedagogia social, consistiria na própria autonomia do ser humano. Nesse processo, disse padre Leonel Franca: “Espiritualizar é universalizar e universalizar é socializar. Na medida em que o homem conseguir o domínio de suas tendências e progredir na renúncia e no dom de si e organizar a sua unidade interior e a harmonia de sua consciência, realizará melhor a sua personalidade” (Franca, 1933e/2019, p. 104). Esse movimento se completaria na convivência humana, pois “se porá melhor em estado de servir o próximo, de dar-lhe alguma coisa e de ver nele um irmão” (Franca, 1933e/2019, p. 104). Logo, “a vida social eleva-se e intensifica-se na proporção da grandeza moral dos seus membros” (Franca, 1933e/2019, p. 104). Uma verdadeira pedagogia social, conforme declaração de padre Leonel Franca, pela qual as antinomias do individualismo e do socialismo “[...] são aparentes. Uma visão unilateral e superficial da questão acentuava as antíteses. Um olhar mais profundo na realidade revela a síntese de aspectos que pareciam inconciliáveis” (Franca, 1933e/2019, p. 104).

A moral, agindo como senso de justiça, solidariedade, responsabilidade, contribuiria à formação de cidadãos conscientes de seus deveres e, uma vez que essa concepção está profundamente enraizada na tradição cristã, orientaria o homem ao bem. O agir, pensar moralmente, visa levar o ser humano à perfeição, à realização de sua natureza racional e espiritual. A moral, então, não é uma limitação da liberdade, mas a condição para a verdadeira liberdade, que consiste em escolher o bem. Notamos que o padre desenvolvia essas ideias em diferentes conferências, mas, articulando-as aos temas e aprofundando o ideário católico.

Em um texto de 1930, intitulado *A esterilidade voluntária e a moral católica*, o jesuíta afirmou que “uma geração pode corrigir os erros e desvarios da que lhe deu a existência; no sangue novo que ferve generoso na juventude há por vezes reações nobres e profundas que eliminam as toxinas ameaçadoras do organismo social” (Franca, 1930b/2021, p. 361). Anos antes da conferência escolhida como principal foco para este item da nossa tese, Leonel Franca deu forte atenção ao tema da moral⁴², não apenas em conferências, mas também em outras publicações. Fabrício (2019, p. 79) evidencia que, para a Companhia de Jesus, “ao lado das ciências e das letras, a fé e a moral são os fins últimos da educação”.

O papel da educação ou, se quisermos, da pedagogia social, é central no pensamento do Leonel Franca. Ele sistematizava sua exposição para confrontar as propostas do individualismo e do socialismo, mas, sobretudo, para expor às professoras a pedagogia católica como síntese ou superação. Conforme a avaliação do padre:

A educação trabalha em desprender o homem do que nele é inferior, em libertá-lo de seu egoísmo, em restituir-lhe a liberdade dos movimentos nas suas ascensões interiores - e ele se encaminhará mais seguro, com esta conquista progressiva de si mesmo para o conseguimento de sua Perfeição que é o fim da pessoa; e ele se sentirá capaz de agir sobre os seus irmãos, de elevar, no surto de sua própria alma, as massas humanas para uma realização melhor de si mesmo, - que é a sua missão de indivíduo, membro da grande família humana (Franca, 1933e/2019, p. 104).

A educação teria como objetivo formar os seres humanos, aprimorando seu desenvolvimento rumo à perfeição, o que seria o verdadeiro propósito da pessoa. Em 1929, padre Franca tratou do tema da moral num acumulado de três conferências às professoras do *Sacré-Coeur*, intituladas: *Moral leiga I*, *Moral leiga II* e *Moral leiga III*. Nelas, o jesuíta abordou a questão da moral diante dos princípios religiosos e de aspectos que a interrompem. Destaca-se a seguinte passagem da primeira exposição: “a perfeição de um ser é essencialmente

⁴² Durante o mesmo período da publicação do livro *A Igreja, a reforma e a civilização* (1923): “o Ir. Franca apresentou uma dissertação em italiano na Academia Beato Belarmino, dirigida pelo Pe. Garagnani entre os escolásticos. Intitulava-se: “A moralidade dos povos católicos e dos povos protestantes à luz da estatística comparada” (D’elboux, 1953/2021, p. 113).

condicionada pelo *seu fim*”. Quanto mais os seres humanos fizessem do “ser e agir” perfeitamente, melhor estariam desenvolvendo seus aspectos morais e, então, aperfeiçoando sua finalidade (Franca, 1929a/2019, p. 420).

Como uma forma de combate a escolas leigas que não dariam devida atenção à formação da moral nos moldes da igreja católica, o jesuíta sublinhou que no:

Campo moral e pedagógico, mais talvez do que em qualquer outro, ressalta o caráter irredutivelmente anticristão do laicismo. [...] O laicismo é a forma contemporânea da anti-Igreja; é o nome comum sob o qual se arregimentam todas as forças contra o cristianismo. Neste imenso duelo que domina a história contemporânea, no que ela tem de mais vital e humano, temos a continuação da imensa luta que enche a história de todos os tempos entre as duas cidades, duas crenças, dois amores, dois estandartes - o do Bem e o do Mal. Tenhamos ao menos a consciência de nossas posições. Sejam perspicazes - e não vítimas de uma ingenuidade pueril (Franca, 1929a/2019, p. 425).

Demonstrando e legitimando a força das professoras na formação dos alunos, e fazendo menção ao bem e ao mal, padre Franca deixou explícito o que cada uma deveria seguir. Para além disso, também usou de autoridade (discurso autorizado) para fazer coisas com as palavras e gerar ações entre as ouvintes. Ao dizer às professoras, “tenhamos ao menos consciência de nossas posições”, deixou claro que o que for tomado para se fazer será determinante para a alma da pedagogia social no processo formativo.

Ao fazer isso e ao chamar atenção para o aspecto da moral, ele mencionou o papel da igreja católica e dos enfrentamentos necessários:

A Igreja é mãe das almas. [...] E, por isso, a Igreja luta, luta para defender a moral, luta para salvar a dignidade humana, a estabilidade e grandeza dos povos, luta como luta o Bem contra o Mal, para vencê-lo e, fazendo-o bom, fazê-lo feliz. Reconhecem-no os nossos próprios adversários, quando, não prestando ouvidos aos preconceitos sistemáticos, deixam falar na razão sincera a voz da natureza (Franca, 1929a/2019, p. 424).

Essas passagens da conferência *Moral leiga I* somam-se à intenção de apontar as condições e os percursos que o jesuíta fazia para inculcar nas professoras princípios, efetivamente um *habitus* religioso. As professoras são função meio nesse movimento. Como ponte na formação dos alunos, somariam a formação dada pela igreja e pela família.

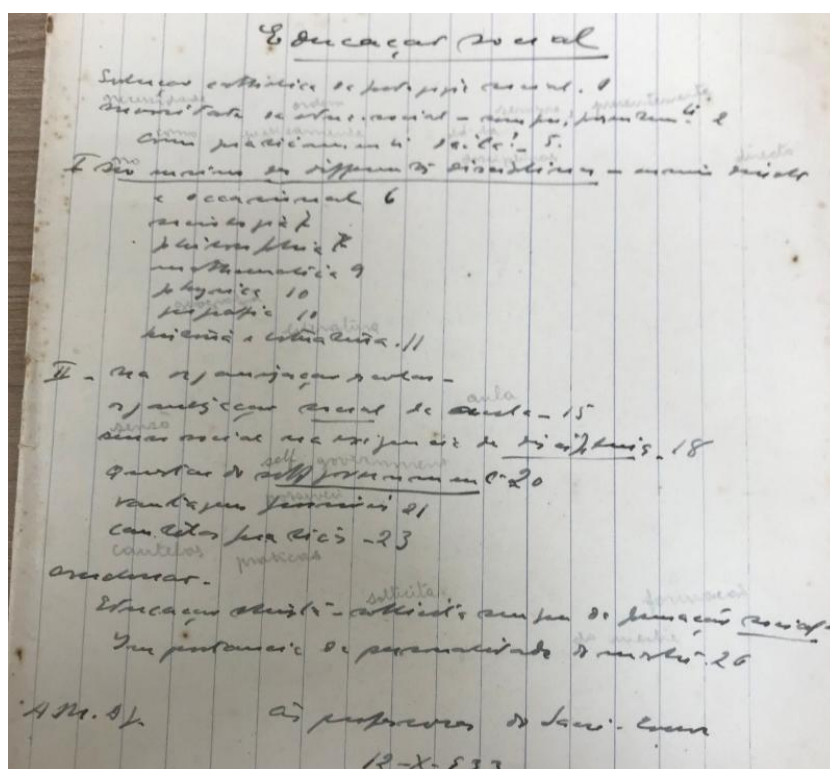
A pedagogia social trabalha não apenas com indivíduo e sujeito, mas, notadamente, com a pessoa. E somente sob a compreensão do ser humano como pessoa é possível realizar a finalidade da pedagogia social católica, pois “a alma da pedagogia social é a formação superior da personalidade. A formação superior da personalidade é condicionada pela realização no homem dos grandes ideais da Verdade, do Bem e da Beleza” (Franca, 1933e/2019, p. 104). E esses grandes ideais “[...] só em Deus são Realidade e Vida” (Franca, 1933e/2019, p. 104). A

tríade de valores é a base da pedagogia social, cuja realização somente se efetivaria por meio da religião católica.

Nesses termos, a formação da personalidade estaria intimamente ligada à moral e aos ensinamentos nos espaços escolares, rompendo com a ideia de distintas vertentes pedagógicas e, sobretudo, partiria da formação pessoal com os deveres e exigências da vida em sociedade. Vinculada à noção de moral, a alma seria quase que como um “sopro de vida”: “Nas mais íntimas profundezas da nossa alma religiosa estão as fontes inexauríveis das energias sociais”. A pedagogia social católica consistiria, na descrição do padre Franca, na realização da condição humana na sua plenitude, pois, sob a noção de pessoa (inteligência e vontade), estão contidas a condição de indivíduo e a condição de sujeito do ser humano. Garantir isso significava naquele contexto promover a alma da pedagogia social, isto é, a formação superior da personalidade nos termos católicos.

3.3 Educação social: “o corpo da pedagogia social”

Este item é escrito notadamente a partir da conferência intitulada *Educação social*, proferida às professoras do Colégio *Sacré-Coeur*, no dia 12 de outubro de 1933. A seguir (Figura 18), segue uma reprodução do esquema elaborado pelo padre Leonel Franca para a sua fala.

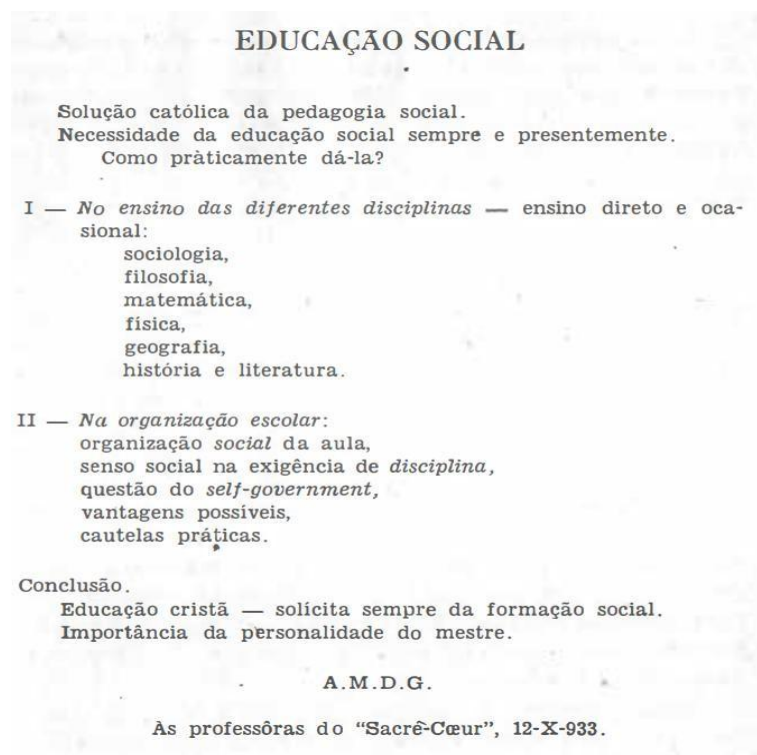
Figura 18 - Conferência *Educação social* (esquema manuscrito)

Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas (1933).

Nota: Visita realizada em 2022.

Aqui, temos a conferência *Educação social*. No manuscrito, vemos o registro de 12 de outubro de 1933; essa mesma data aparece na súmula da conferência no livro *A formação da personalidade*. No entanto, ao final do texto da conferência, consta a data de 21 de setembro de 1933 (mesma situação das conferências utilizadas nos itens 3.1 e 3.2). Ainda nessa conferência, encontramos algumas divergências. Na biografia sobre Leonel Franca, há a seguinte menção para a mesma data do manuscrito, 12 de setembro de 1933: “Educação social I. Nas disciplinas e no regulamento” (D’Elboux, 1953/2021, p. 500).

Na imagem acima, percebemos não ser incluído o algarismo romano I, pois não houve uma segunda conferência com o título *Educação social*, muito embora a conferência *Pedagogia Social II* desse mais menção à terminologia educação social que à pedagogia social. O esquema do manuscrito é o mesmo nas duas publicações em livro que tivemos acesso, tanto pela editora Kirion como na editora Obras Católicas.

Figura 19 - *Educação social*

Fonte: Franca (1954/2019, p. 40).

Em *Educação social*, conferência proferida em 12 de outubro de 1933, Franca fez, em uma organização de quatorze páginas, uma imersão ao tema do título. Como podemos observar na Figura 19, sua fala foi conduzida por uma introdução, seguida de dois momentos: um relativo ao ensino das disciplinas, e outro relativo à organização escolar, e, por fim, apresentou sua conclusão. Trata-se de uma exposição da organização de uma educação social guiada pela pedagogia social católica.

No início de sua exposição padre Leonel Franca mencionou as implicações negativas do socialismo e do individualismo, aspectos que combateu na ampla maioria de suas conferências. Em suas palavras “entre os exageros opostos do socialismo e do individualismo, a concepção cristã da vida dá-nos a solução justa do problema da pedagogia social” (Franca, 1933d/2019, p. 41). No texto *Renascimento da pedagogia católica*, o jesuíta também tratou da concepção cristã da vida, advogando que “para a Igreja a instrução e a educação foram sempre consideradas no seu aspecto social. Formar o indivíduo era ao mesmo tempo prepará-lo para salvar a sua alma e para incorporá-lo na sociedade cristã: família, pátria, Igreja” (Franca, 1931e/2019, p. 197).

Esses três últimos aspectos mencionados, família, pátria e igreja, são pontos de muita atenção e valor para os religiosos. Scott Mainwaring (1989, p. 30) destaca que “a Igreja

brasileira sempre foi uma instituição importante. Seus símbolos e seu discurso ajudam a moldar a identidade de diferentes classes e instituições sociais”. Dada a sua relevância, notamos que padre Franca reafirmou e fez uso, nos diversos espaços em que circulava, do capital simbólico da igreja junto às suas palestras.

Ao tratar do indivíduo e do meio social, Franca indicou que a posição da igreja nem absorvia “o indivíduo na coletividade”, tampouco isolava “o indivíduo do meio social” (Franca, 1933d/2019, p. 41). A partir disso, desdobrou sua argumentação em favor do que afirmou ser a superação do individualismo e do coletivismo:

Como pessoa o homem tem um destino seu, imortal, que constitui a sua finalidade natural e a razão mesma de sua existência; os quadros sociais devem organizar-se de modo que constituam o meio favorável ao desenvolvimento das suas personalidades. Por outro lado, como indivíduos os homens são parte de um grande todo, para cujo bem devem naturalmente colaborar e não raro sacrificar os seus interesses particulares ou vantagens individuais e imediatas (Franca, 1933d/2019, p. 41).

Percebe-se como o jesuíta buscou discutir as características humanas, em acordo com a concepção católica, para afirmar uma possibilidade de conciliação que se realize “numa síntese superior e mais profunda que nos mostra na dedicação aos interesses sociais uma das condições de realização integral da personalidade e no desenvolvimento e aperfeiçoamento progressivo das personalidades”, o que seria “o segredo da harmonia, da paz e do progresso na convivência humana” (Franca, 1933d/2019, p. 41).

A considerar a concepção de caridade destacada pelo papa Leão XIII (1891, p. 26), na encíclica *Rerum Novarum*, Franca dá notabilidade à seguinte passagem: “a salvação desejada deve ser principalmente o fruto duma grande efusão de caridade, queremos dizer, daquela caridade que compendia em si todo o Evangelho, e que, sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo”. Tendo em vista tal concepção, Leonel Franca, ao defender as ideias de “indivíduo na coletividade” e de “indivíduo do meio social”, reforçou o papel de cada um na sociedade – e ao empregar um documento oficial do papado, certamente tornou mais impactante sua fala junto às professoras.

O jesuíta deu sequência à sua conferência, dizendo que “uma pedagogia social, isto é, uma formação do homem para a vida comum, na família, na profissão, no grupo, na sociedade é, portanto, antes de tudo, uma exigência da própria natureza” (Franca, 1933d/2019, p. 41). A pedagogia social estaria, em sua avaliação, intimamente ligada às exigências do cotidiano da vida, ou seja, “pela sua própria natureza e não por uma necessidade fictícia, criada arbitrariamente de convenções mutáveis, o homem é destinado à vida social” (Franca, 1933d/2019, p. 41). Dando continuidade, afirma: “a organização da nossa vida, em contato com

os nossos semelhantes, corresponde a uma tendência profunda que se prende ao que há de mais inextirpavelmente humano em nós mesmos” (Franca, 1933d/2019, p. 42). O que implicou na defesa da proposição de que “a nossa perfeição, como pessoa, é a perfeição de um ser social” (Franca, 1933d/2019, p. 42).

A partir dessa questão geral, o jesuíta se reportou ao foco de interesse mais específico das professoras: “Formar na criança o futuro chefe de família, no homem o cidadão, no indivíduo o membro útil da coletividade é função essencial de toda pedagogia completa” (Franca, 1933d/2019, p. 42). Vê-se aqui a conexão entre projeto de sociedade e projeto educacional, conforme expõe Oliveira, Leonel Franca:

Incorporado de uma concepção educacional católica, posicionou-se como defensor, assíduo, de uma educação cristã brasileira para a estruturação de uma sociedade inspirada nos moldes cristãos. Por meio de suas ações, ele interferiu na estrutura do país direcionando estratégias políticas e administrativas que afetaram, diretamente, a educação nacional (Oliveira, 2018, p. 11).

Observamos que a demanda da educação na agenda dos católicos era de grande relevância. Para além disso, a defesa do ensino religioso nas escolas ocorria de forma contundente. Com vistas a atuar cada vez mais na esfera educacional, Leonel Franca se tornou membro do Conselho Nacional de Educação, em 1931, e também membro da Comissão Nacional do Livro Didático. Acerca da atuação do padre nesse âmbito, D’Elboux (1953/2021, p. 237) escreveu: “Esses dois cargos exigiam dele não só um tempo precioso como ainda o sacrifício da caminhada quase diária até o Ministério, ordinariamente feita de bonde, no calor das 14 horas”.

Em razão disso, Leonel Franca investiu na escrita de manuais utilizados nas escolas, como *Noções de História da Filosofia* e *Apontamentos de Química Geral*. Em relação ao primeiro livro, Ademir Silva registra:

A organização dos temas no manual escolar direciona a formação de uma elite entre ideias do humanismo integral (o papel do cristão para suscitar a força cultural e temporal de inspiração cristã) que possibilitem a representação da cultura católica nas instituições tradicionais (ensino secundário e superior) e sua relação com o progresso da ciência e das novas perspectivas da filosofia no século XX (Silva, 2020, p. 277).

Como pudemos verificar, outras pesquisas também enfatizam o papel do religioso no intuito de formar uma elite pensante e, sobretudo, formada de acordo com os princípios do catolicismo. Nesse sentido, Silva (2020, p. 277) afirma que Leonel Franca “atua pela manutenção de uma relação de poder intrínseca em prol da restauração, com membros que atuam na vida pública, como professores de instituições tradicionais, políticos, burocratas de alto escalão, escritores, juristas e outros”.

Retomando a conferência do padre Franca, verificamos sua descrição das necessidades e exigências que apareciam com o tempo, em cada época, sublinhando a questão da “gravidade excepcionalmente ameaçadora da questão social”. Sobre isso, destacou:

As relações econômicas, com as inúmeras questões que necessariamente se lhes prendem, as instituições familiares com toda a importância dos seus problemas que interessam, na sua própria fonte, a vida das nações, a organização política dos governos e da autoridade social a condicionar a paz e a estabilidade da vida civil, são alguns dos aspectos desta imensa questão social de que sofreremos algumas das consequências e que ainda nos ameaça com catástrofes talvez mais dolorosas se lhe não dermos uma solução pronta e satisfatória (Franca, 1933d/2019, p. 42).

Ao tratar de sua preocupação com a questão social, Leonel Franca recorreu, em particular, à encíclica *Quadragesimo Anno* (Pio, XI, 1931/2022, p. 4), que proclama os “[...] três pontos [...] para levar a efeito a sua obra grandiosa de restauração”, que seriam “ação da igreja, ação da autoridade civil e ação dos interessados”. Deivison Amaral (2023, p. 145) escreve que, após a publicação da referida encíclica, a “ação de intelectuais e prelados ganha amplitude e avança para a defesa do corporativismo católico como instrumento de ordenação social”, ampliando o pensamento católico no Brasil e suas diferentes bandeiras.

Padre Franca afirmava que as consequências das mudanças ocorridas na sociedade poderiam ser catastróficas. Nesse sentido, dirigiu orientações às professoras, utilizando-se de sua autoridade: “Preparar-nos a nós e; mais ainda, aparelhar as gerações que sobem ao desempenho das suas responsabilidades atuais é, pois, uma tarefa que se nos impõe com o rigor indeclinável de um dever de consciência” (Franca, 1933d/2019, p. 42). Ao apontar o dever da consciência, vê-se o jogo de palavras para efetivar seu discurso, seja ao enunciar sua mensagem, seja ao provocar uma reação nas ouvintes, assim, ao explicitar suas indicações impelia aquelas jovens a serem potencial expressão de atitudes alinhadas às suas proposições.

A considerar que o público de sua conferência era composto integralmente por católicos, o padre Franca enfatizou o papel destes no processo de formação: “Nós, cristãos, faltaríamos à missão que nos assina a Providência, neste momento, se não empregáramos todos os nossos esforços para sermos nesta época que Deus quis fosse a nossa”. A missão do educar, de formar almas como tão diligentemente defende, seria “o fundamento que regenera toda a massa, a luz que ilumina, o sal da terra que conserva e preserva” (Franca, 1933d/2019, p. 42). Mais uma vez, Franca fez uso alegórico de passagem de Mateus (5:13-14): ser “luz e sal”, eis a missão das professoras.

Sobre o ideário do catolicismo para o Brasil, Campos (2010, p. 111-112) afirma que “os católicos acreditavam que a religião seria o instrumento fundamental para a constituição da

ordem brasileira. [...] O grupo católico acreditava que o futuro consistia no retorno dos elementos religiosos que no passado estiveram presentes na sociedade brasileira”. A propagação dos “elementos religiosos” se fazia presente em todas as conferências do Leonel Franca, mas o que merece ainda mais destaque é a recorrência ou a repetição dos argumentos, consistindo em uma estratégia para inculcar e fortalecer tal discurso, isto é, na linguagem de Bourdieu (2003), trata-se de um processo da difusão de um *habitus*.

Na sequência da conferência, padre Franca retomou a ideia de educação social, dizendo que “não há, pois, que duvidar sobre a necessidade imperiosa de uma educação social, imposta inelutavelmente pelas exigências comuns e constantes da nossa natureza e pelas condições especiais do momento histórico que vivemos” (Franca, 1933d/2019, p. 43). Ao atribuir a relação entre a educação social e o momento vivido, ele mostrava o interesse imediato de sua conferência, pois a intervenção era dirigida às demandas daquele momento. Ainda, ao abordar como deveria ocorrer a educação social, questionou as professoras: “Como, porém, praticamente, formar as almas e prepará-las ao desempenho das suas obrigações sociais?” (Franca, 1933d/2019, p. 43). O pressuposto de que a religião seria base da educação social está dado, cabendo expor a forma de educar as pessoas para viver a religião e viver a vida social.

Assim sendo, Franca expôs que a educação social contemplava duas dimensões distintas, mas interligadas:

Na educação social distinguimos, para comodidade de exposição, duas partes de importância desigual: a formação espiritual propriamente dita, ou a preparação nas almas das virtudes essenciais à convivência e à ação social; é uma educação da inteligência, da vontade, do sentimento e dos atos, orientada para o fim que levamos de mira; em segundo lugar, os processos pedagógicos, os métodos práticos e concretos que constituem os veículos através dos quais se vai transmitindo e formando o senso social (Franca, 1933d/2019, p. 43).

Embora tenham ordens de importância distintas, na concepção de educação social católica, tanto a formação espiritual quanto a preparação social são necessárias. A formação espiritual corresponde à formação da e para a sociedade. Padre Franca (Franca, 1933d/2019, p. 43) assinalou que “a primeira destas partes constitui, a bem dizer, a alma da educação social, a outra, o seu corpo”.

Na correspondência entre *alma* e *corpo*, verifica-se, em acordo com o catolicismo, uma complementariedade - um como segmento do outro, e a existência plena dependeria de que ambos fossem devidamente contemplados pela educação integral. O jesuíta alertou a plateia de que essa conferência seria apenas o início de tal discussão, registrando o caminho que estaria ainda por ser percorrido:

Na última das nossas palestras descenderemos a estas profundezas da nossa vida espiritual que é absolutamente necessário atingir para plasmar as almas neste espírito de dedicação, de sacrifício, de amor, sem o qual a solidariedade não passa de uma palavra sonora e vazia (Franca, 1933d/2019, p. 43).

A conferência em tela tem um caráter prático, como o próprio título indica, pois, ao invés de privilegiar os fundamentos, próprios da pedagogia social católica, ele abordou a educação social. Isso se justifica pelo que expôs: “Hoje, seremos mais concretos e percorreremos rapidamente - o tempo não nos permite descer a pormenores muito miúdos – os diferentes meios de que nos é possível servir para ministrar uma instrução e uma prática sociais” (Franca, 1933d/2019, p. 43).

É possível verificar na organização das falas do padre Leonel Franca uma clara ordenação de suas conferências, que interligavam assuntos de maneira articulada e sequencial. Eram conferências que se orientavam por um curso, aspecto que justifica estruturar este capítulo na ordem das próprias exposições. Essa formatação de um curso explica a necessidade de retomar e reafirmar seus argumentos. Tem um sentido pedagógico, de transposição didática, mas também tem a intencionalidade de produzir uma realidade pela repetição do que se diz.

A dimensão prática da educação remete à organização dos colégios. A educação social católica tinha como base o colégio, aspecto que remonta ao projeto formativo dos jesuítas. Em instituições desse caráter, Franca reiterava que existem “as disciplinas que ensinam e as molduras gerais da organização escolar que enquadram toda a vida do aluno” (Franca, 1933d/2019, p. 43). Com isso, Leonel Franca atualizou a importância do colégio. Não haveria educação social sem a estrutura de um colégio. Isso revela que a educação social está contida na educação escolar. Para ele, toda educação é educação social, pois, tanto no colégio quanto em outros espaços formativos (não escolares), as duas facetas da vida humana se fazem presentes: formação espiritual e formação para a vida social. Não há separação entre vida espiritual e vida social. O padre reafirma que a estrutura da educação não funcionaria sem professores bem preparados: “Não há disciplina ou matéria de estudo que, nas mãos de um professor competente e zeloso, não ofereça ocasiões frequentes de um ensino social” (Franca, 1933d/2019, p. 43). Sobre isso, ainda registrou: “No alto da escala, encontram-se, já se vê, ciências que diretamente se ocupam com os fenômenos sociais. É em primeiro lugar a *sociologia*, hoje em quase todos os países incluída nos programas como matéria ordinária de ensino” (Franca, 1933d/2019, p. 43, grifo do autor). Essa disciplina está no topo da educação social, sendo uma das “ocasiões de um ensino social”.

Cabe ao professor aproveitar-se dessa disciplina cuja finalidade “[...] está em incutir idéias claras sobre os diferentes aspectos da questão social e despertar no aluno um interesse

vivo e pessoal por todos os seus grandes problemas” (Franca, 1933d/2019, p. 43-44). A educação social católica se constituía como disciplina no fim do século XIX, no entanto, os fundamentos sociológicos estão na doutrina social da igreja, que discutimos no capítulo 1 desta tese. Não se realiza educação social sem conhecimento da vida social. Mas a base desse conhecimento é a sociologia católica, que se contrapõe à sociologia utilizada pelos grupos enquadrados na pedagogia moderna ou laicista.

O posicionamento de uma professora católica tem a ver com a não neutralidade da condição da educação. Em *Ensino religioso e ensino leigo*, Leonel Franca tratou disso:

Pelos fatos, o que já deixamos expresso em outro lugar: não há, não pode haver educação neutra: “a pedagogia ou cessa de ser pedagogia ou cessa de ser neutra”. Todo o sistema pedagógico é necessariamente baseado numa filosofia da vida. Não é possível formar um homem sem ter uma concepção da sua natureza, dos seus destinos, das suas relações com os outros seres. Para dirigir uma evolução é imprescindível conhecer a forma que tende a realizar e o fim que deve atingir. Não há, portanto, educação neutra. A neutralidade, não a permite a personalidade do professor. Todo o homem sério tem suas convicções, a elas adapta os seus atos, e por elas exerce naturalmente a sua influência conquistadora (Franca, 1931b/2021, p. 63).

Nesses termos, os professores deveriam expressar com clareza sua concepção de mundo. Educar as personalidades seria um passo decisivo para a continuidade da formação de uma sociedade católica.

Uma segunda “ocasião de um ensino social” se daria com a disciplina de filosofia. Segundo o padre Franca, “ao lado da sociologia, a *filosofia*. Nenhuma outra, das disciplinas puramente profanas, desempenha, na formação social, papel tão importante” (Franca, 1933d/2019, p. 44, grifo do autor). Essa área teria como principal função preparar as professoras para pensar corretamente, isto é, “[...] a *lógica* serve para aguçar-nos o senso crítico, habita a inteligência ao rigor das demonstrações, acautela-nos contra as surpresas do sentimentalismo e a tenacidade dos preconceitos”. E mais, disse ele, a lógica “orienta-nos na *aplicação dos métodos das diferentes ciências*, permitindo dar às suas conclusões o seu grau de certeza ou ele probabilidade e medir-lhe a extensão do seu alcance; qualidades todas preciosas no estudo e na ação social” (Franca, 1933d/2019, p. 44, grifo nosso). Para além dos fundamentos filosóficos, vale destacar que Leonel Franca mostrou também a utilidade da lógica para as ciências particulares, que são “ocasiões de um ensino social”.

A posição da filosofia no processo da educação social pode ser vinculada ao que o padre escreveu, com o objetivo de guiar a formação de professores. Antes da data das conferências aqui escolhidas para esta tese, Leonel Franca se debruçou a escrever *Noções de*

história da Filosofia (Franca, 1918), que, posteriormente, teve diversas edições. Sobre tal obra, Fabrício registra que:

Noções tem um caráter didático e é nesta perspectiva que deve ser lido, mas não somente. É importante ter a perspectiva de que o livro foi escrito em 1918, dois anos após a famosa Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, que reclamava uma mudança de mentalidade no catolicismo brasileiro, sendo uma das tarefas a cristianização das classes cultas, tornando-as condutoras da nação. Portanto, o livro não é apenas um manual de história da filosofia, é também a forma como Franca via a filosofia a partir de sua própria formação numa ordem religiosa, com uma peculiar visão de mundo e que vivia momentos de glória com a restauração da filosofia escolástica (Fabrício, 2019, p. 120).

O livro *Noções de história da Filosofia* esteve para além de um manual a ser utilizado em salas de aula. Visto que a obra demonstrava uma tomada de posição do jesuíta, que o fortaleceu no campo intelectual. Pois se pode observar, desde a primeira edição até a última, o que e como foram apresentados os temas por ele abordados, a ênfase desejada e seu público.

Padre Leonel Franca também investiu na produção crítica, como atesta o livro *A crise do mundo moderno* (Franca, 1941), no qual apresentou uma visão crítica sobre a modernidade. Essas obras dão conta de uma dupla estratégia: de um lado, mostrar a crise social; de outro, a proposta católica. Uma educação social católica somente se faria por uma profunda compreensão do mundo moderno, aspecto que remete à sociologia e à filosofia, a considerar o entendimento de que não há projeto educacional sem uma adequada interpretação da realidade social.

Outra ocasião para o ensino social se daria por meio da psicologia. Conforme Leonel Franca, ela “revela-nos a estrutura e o funcionamento deste mecanismo interior que governa as ações humanas, mostra-nos no homem um composto substancial de matéria e de espírito, de corpo e de alma”. Em acordo com o padre, esse processo revelaria dois aspectos fundamentais para a compreensão da vida humana: “aspecto material e aspecto espiritual”. Essa duplicidade é compreendida como: “Influência das condições materiais ainda nas mais elevadas manifestações da nossa vida superior; ação dos valores espirituais ainda nas atividades que mais profundamente mergulham na opacidade da matéria” (Franca, 1933d/2019, p. 44). Essa dupla condição é utilizada pelo padre Franca para criticar o determinismo do materialismo histórico de Marx, chegando, na sequência, à afirmação do que chamou de formação mais profunda da vida dos seres humanos:

A autoridade da Igreja para exercer a sua ação no campo social e econômico ressaltará também em toda a clareza de seus fundamentos filosóficos: há aí um aspecto espiritual de justiça e de caridade que cai imediatamente sob a alçada de sua missão espiritual, e não simplesmente uma técnica que só interessa especialistas e não repercute na vida total, humana e cristã, dos seus filhos (Franca, 1933d/2019, p. 44).

Justiça e caridade são temas fundamentais na articulação da igreja católica. Podemos considerar que esses dois aspectos são primordiais nas ações da igreja e, também, nos documentos de sua orientação. Sobre isso, Casali (1995, p. 88) destaca que “em 1928 D. Leme organizara, no Rio, a ‘Semana Social Católica’”. Esse evento teria como objetivo promover a reflexão sobre as questões sociais e econômicas do país à luz da Doutrina Social da Igreja. Fato esse que era pensado para renovação e fortalecimento do movimento católico no contexto brasileiro, que buscava propor soluções cristãs para os problemas sociais e econômicos da época.

Uma quarta ocasião para o ensino social seria o direito natural. De acordo com Leonel Franca (1933d/2019, p. 44), este estudo “levará mais diretamente ao exame dos fundamentos da ordem social, origem e natureza do poder civil, às suas diferentes formas com as vantagens e inconvenientes de cada uma, às bases naturais e imutáveis da constituição familiar”; ou ainda, conduzirá “[...] às grandes linhas humanas de toda e qualquer organização social, dentro das quais se deverão enquadrar as instituições contingentes e variáveis de qualquer civilização digna deste nome” (Franca, 1933d/2019, p. 44-45). Na avaliação do padre, o estudo da ordem social conectaria a vida social (a ordem social) à ordem da vida espiritual. Logo, esta ocasião de um ensino social diz respeito à busca de harmonia entre as três ordens da vida humana (ordem sobrenatural – igreja; ordem natural – família; ordem social – sociedade).

Além disso, o jesuíta também citou outras disciplinas que bem integrariam a educação social de um colégio. Por exemplo, mencionou as áreas de ciências naturais e matemáticas, e apresentou como elas guardam relação com a educação social. A essas áreas ele atribuiu a necessidade de saberes com função social, a saber: utilizar as matemáticas para entender a produção e distribuição de riquezas; física e química para pensar a situação da produção e a condição do trabalho humano. Outras disciplinas ainda assumem ocasiões de um ensino social, como geografia, que “é ainda mais fértil de aplicações sociais”. Para ele, seria importante conhecer “as relações entre o meio físico e as condições de vida que impõem, o conhecimento da própria região, dos seus recursos e das suas deficiências, a permitir mais tarde uma influência mais eficaz” (Franca, 1933d/2019, p. 45). Esse campo do conhecimento impulsionaria a vida social para além da situação regional, pois:

[...] a ampliação destes estudos a todo o mundo, dilatando os limites das nossas preocupações e permitindo, a propósito do intercâmbio de mercadorias, das grandes vias de comunicação, e dos problemas postos pela demografia, pôr em relevo incontestável a solidariedade econômica e moral de todos os povos (Franca, 1933d/2019, p. 45).

É interessante observar o lugar reservado à história pelo padre Franca. “De todo este grupo de disciplinas, porém, a que se apresenta mais rica em lições aproveitáveis é, sem dúvida, a *história*” (Franca, 1933d/2019, p. 45, grifo do autor). Essa área é caracterizada como aquela que ensina os grandes feitos das nações; trata-se de uma visão de história das grandes batalhas, dos grandes líderes, nascida com as nações modernas e os movimentos nacionalistas. Ao lado dessa história, Leonel Franca sugeriu incluir a história da igreja e de seus líderes. “Por que, ao lado do heroísmo militar dos grandes capitães, não realçar o heroísmo social e civil dos grandes benfeitores da humanidade, dos santos e das instituições imortais?” (Franca, 1933d/2019, p. 46).

Na sequência, mencionou que seria importante assinalar as tomadas de posição da igreja católica em prol das questões sociais: “Por que não familiarizar os nossos alunos com a incansável atividade social da Igreja em todas as épocas”, destacando, por exemplo, “o seu combate finalmente vitorioso contra a escravidão nos primeiros tempos, o seu esforço indefeso para, na luta contra o paganismo, acentuar a dignidade da pessoa humana, defender os direitos dos fracos, da mulher e da criança”, assim como “[...] a admirável organização das corporações medievais, de que muitos falam e que poucos conhecem; nos tempos modernos todo o trabalho magnífico de atividade social desenrolada pela Igreja em todos os países” (Franca, 1933d/2019, p. 46). A principal sugestão é a inclusão da história da igreja no ensino de história, não toda ela, mas aquela estrategicamente selecionada e citada para promover seu compromisso com as questões sociais.

No ensino da história, haveria segundo Franca uma importante ocasião de ensino da educação social católica, visto que:

Sob a pressão dos programas e dos textos laicizados nós fomos quase que insensivelmente laicizando a história dos vinte séculos de civilização cristã. Foi um erro científico: uma mutilação da realidade integral; já não nos achamos em face do passado como ele foi de fato, mas diante de uma caricatura que não nos permite depois entender nem as instituições nem as reações psicológicas e sociais de outras eras. Foi sobretudo um erro pedagógico que veio privar a história de quase toda a sua eficácia formadora do senso social e cristão (Franca, 1933d/2019, p. 46).

Nesses termos, a história teria uma função moralizadora e cívica no processo de educação social, reportando-se a uma visão de que se olha o passado para tirar lições para a vida do presente, uma vez que “todas as épocas defrontaram com o âmago mesmo da questão social: assegurar a um número cada vez maior de cidadãos uma soma cada vez maior de bem-estar físico, intelectual e moral” (Franca, 1933d/2019, p. 46). O jesuíta propunha integrar a história da igreja ao ensino de história, notadamente àquela história condizente aos grandes

feitos. Ao lado dos grandes feitos dos líderes políticos, sugeria incluir os grandes feitos dos líderes católicos. Tratava-se de um enfrentamento à laicização⁴³, responsável pela exclusão de elementos importantes da igreja do ensino de história.

Esta exposição da conferência ganha mais sentido se a cotejarmos mais uma vez com a estratégia de produzir manuais para ensino, por meio da cultura católica ganhava bastante visibilidade. Silva mostra, em sua tese, o sentido do manual do Leonel Franca, *Noções de História da Filosofia*:

A posição do manual escolar entre os impressos católicos nas instituições tradicionais do ensino secundário e superior sinaliza o poder intrínseco da Igreja Católica em detrimento aos avanços dos preceitos ideológicos do positivismo, do laicismo e do liberalismo. Nesse viés, o Pe. Leonel Franca S.J., demonstra a representação da cultura católica na formação da nação, utilizando as instituições e os órgãos católicos na edificação do projeto de restauração católica (Silva, 2020, p. 39).

Vê-se que a conferência está conectada a um amplo programa da igreja católica. Sua pretensão em difundir pontos religiosos nos conteúdos trabalhados na educação social se dá pelo anseio do projeto católico em se afirmar diante da sociedade e como instituição legítima para tal função.

Leonel Franca acrescentou o papel da literatura ao processo da educação social. Fez alusão a autores da antiguidade até o século XX, sem deixar de apresentar um recorte de matiz cristão, ao dizer que autores gregos e latinos “oferecem o ensejo frequente de salientar e corrigir a mentalidade pagã ou de pôr em contraste as instituições de outrora com as que lhes sucederam, inspiradas e enformadas pela alma do cristianismo” (Franca, 1933d/2019, p. 47). Ao citar autores modernos como Antônio Vieira, José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, Antônio Frederico de Castro Alves, Ruy Barbosa de Oliveira, dentre eles muitos franceses, como Jacques-Bénigne Bossuet, Jean Racine, Victor Marie Hugo, Paul Bourget, Henry Bordeaux e Maurice Barrès, o padre Leonel Franca provocava com a seguinte questão: “por que não escolher com critério os trechos que se prestam a comentários de alcance social?” (Franca, 1933d/2019, p. 47). Apenas para ilustrar, vejamos que, da França, ele excluiu

⁴³ “O grupo católico se apropriou de elementos do conservadorismo para organizar as suas intervenções na União e na imprensa católica. A doutrina conservadora foi elaborada no século XIX, na Europa, por De Bonald, Joseph de Maistre, Jaime Balme e Donoso Cortés. O grupo católico se expressava como defensor do conservadorismo, na medida em que se opunha ao desejo de mudança. Em vez da mudança, recorria à tradição e retomava alguns elementos do passado com padrão e modelo para o presente. Nesses termos, o laicato católico recusou a mudança proposta pelo laicismo e defendeu a tradição católica no Brasil como garantia para a manutenção dos valores católicos na sociedade brasileira do século XX. Além de se apropriar desse elemento do conservadorismo, o laicato católico retomou a noção de valorização da nação em detrimento do indivíduo. Com esse argumento, o grupo católico se contrapôs ao liberalismo e justificou o seu papel salvacionista da sociedade brasileira. Opôs-se ao liberalismo quando afirmou que a liberdade individual não estava acima dos interesses da nação, mas ao contrário, a liberdade individual deveria ser corrigida pelas regras estabelecidas na sociedade” (Campos, 2010, p. 65).

tanto Gustave Flaubert quanto Émile Zola. O primeiro é tido como autor controverso, especialmente por escrever obras acusadas de provocar a desagregação dos costumes e dos valores da religião; o segundo se constituiu na principal liderança no final do século XIX, à frente da Liga dos Direitos Humanos, em contraposição a Maurice Barrès (citado por Leonel Franca), líder da Liga da Pátria Francesa. Conscientemente ou não, a indicação dos nomes revela uma seleção por parte do Leonel Franca. Após mencionar alguns dos nomes supracitados, afirmou: “Neste ponto, talvez ainda nos faltem bons guias ou livros, escritos com esta preocupação social, que apontem em cada matéria os traços de união ou os pontos de ligação com as questões de ordem social. Será um progresso a realizar” (Franca, 1933d/2019, p. 47).

Na avaliação do jesuíta, a educação social teria, no conjunto das disciplinas, sua própria existência: “[...] indiscutivelmente, todas as disciplinas, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente podem e devem ser utilizadas neste sentido. Só assim o seu ensino preencherá a sua finalidade completa de uma formação integralmente humana” (Franca, 1933d/2019, p. 47). Verifica-se, nitidamente, sua preocupação com a formação integral, no sentido atribuído pela igreja católica, proposição educativa que conecta o conteúdo de sua conferência aos livros ou manuais que seriam utilizados pelos professores.

Ao discorrer como cada disciplina poderia contribuir à formação humana ou à educação social, ele se inseria em um campo de disputa, fosse combatendo outras correntes filosóficas e pedagógicas, fosse defendendo a proposta católica. A considerar que “os manuais escolares são depositários de conteúdos educativos em torno dos programas oficiais” (Silva, 2020, p. 136), podemos entender o investimento do jesuíta em tantas frentes de trabalho intelectual. Tratam-se, conforme Silva (2020, p. 136), de ações que “exercem funções estratégicas ao transmitir um conjunto de saberes (áreas do conhecimento) e um processo de socialização e aculturação constituído por um sistema de valores morais, religiosos, políticos ou ideológicos”.

O segundo aspecto da conferência se voltava para o que ele chamou de organização da escola e vida do aluno, isto é, aquela parte mais ampla ou uma certa moldura em que estão inseridas as disciplinas. Segundo Leonel Franca, “aqui o campo aberto à formação social é talvez mais amplo e sobretudo de caráter mais prático e ativo” (Franca, 1933d/2019, p. 47). E mais, “no ensino transmitem-se ideias e doutrinas sobre as questões sociais; fora, vive-se, na sua realidade concreta, a vida social. O que lá é simples teoria, aqui é realidade experimentada” (Franca, 1933d/2019, p. 47). O colégio é tomado como um espaço de vivência da educação

social, pois “é preciso abrir na estrutura ou na organização da vida colegial mais amplas possibilidades de formação social” (Franca, 1933d/2019, p. 47).

Isso poderia acontecer no espaço da sala da aula, no que ele designava como a própria organização da aula. A aula deveria ser um espaço de educação social, em contraposição ao individualismo: “Nada mais frequente do que, numa coletividade de alunos, nos acharmos em face do mais absoluto individualismo” (Franca, 1933d/2019, p. 47). A sala de aula, portanto, deveria ser um dos lugares da vida social:

Diante do mestre que explica e toma lições, cada estudante é uma unidade autônoma, inteiramente desarticulada das outras e alheia aos seus interesses. Nenhum vínculo social, nenhum espírito de colaboração, nenhuma solidariedade viva e sentida une estes colegas que constituem uma aula (Franca, 1933d/2019, p. 47-48).

Essa aparente situação individual que predomina precisa ser superada pela condição social da educação escolar. Uma tarefa não tão simples, mas necessária, pois a educação ou é social, ou não é educação. Franca indicava a necessidade disso tanto na escola primária quanto na escola secundária, em sua avaliação, “nas escolas primárias os métodos ativos introduziram o estudo em colaboração”, isto é, contemplaria atividades em grupos, em um aspecto de “ajuda recíproca, impressão viva de solidariedade, consciência de que uns são responsáveis diante dos outros” (Franca, 1933d/2019, p. 48). Na escola secundária, existiam mais dificuldades, mas “aqui e ali um professor hábil pode organizar a sua aula, e fazê-la passar do estado de turba, de multidão, ao de corpo socialmente organizado” (Franca, 1933d/2019, p. 48).

O jesuíta mostrou às professoras algumas possibilidades práticas para transformar a sala de aula em um espaço vivo, típico da vida social. Tomamos o caso designado por ele de “sistema norte-americano do *plano formal*”, no qual “dá-se à aula a organização social de um grupo definido: uma academia, um parlamento, uma banca examinadora de concurso”, e “distribuem-se as categorias sociais, dividem-se os trabalhos e a aula entra a funcionar socialmente com interesse renovado dos alunos e com exercício contínuo de virtudes sociais” (Franca, 1933d/2019, p. 49). Essa estratégia resultaria em uma significativa experiência de educação social, pois:

Aprende-se a dirigir e a ser dirigido, a ver a importância da colaboração individual para um bem comum que dele resulta, a levar em conta a diferença de temperamentos, a impor-se umas tantas restrições individuais, a limar as angulosidades do próprio caráter para assegurar a boa harmonia com os outros (Franca, 1933d/2019, p. 49).

Para além disso, o padre também ressaltou que esse método ensinaria “a respeitar a personalidade alheia, a desenvolver a delicadeza das maneiras, a fineza dos tratos, a

compreensão dos outros, a elegância em criticar e ser criticado, outras tantas qualidades preciosas para o nosso futuro convívio social” (Franca, 1933d/2019, p. 49).

Outro exemplo citado por Leonel Franca é o que chamou de sistema dos grupos: “Outras vezes, em lugar do plano formal, de aparência um tanto espetaculosa, pode adotar-se o sistema dos grupos”. Essa estratégia consistia em tomar “um assunto completo [que] é distribuído em várias partes que se integram e cada uma delas é confiada a um aluno ou manípulo de alunos”. Sobre isso, disse ele: “Organiza-se o trabalho de pesquisa, de referência, de exposição e obtém-se, por uma colaboração verdadeira, o resultado final” (Franca, 1933d/2019, p. 49).

Para além da vivência social no espaço da sala de aula, padre Leonel Franca abordou a questão da disciplina escolar: “Também aqui a preocupação da formação social pode introduzir modificações vantajosas” (Franca, 1933d/2019, p. 49). Primeiro, ele fez uma dura crítica ao equivocado entendimento do que seria a disciplina escolar: “Nada mais frequente entre professores medíocres que fazer da disciplina uma questão pessoal entre aluno e mestre, opostos como eternos adversários” (Franca, 1933d/2019, p. 49). Essa equivocada noção de disciplina cria um efeito invertido, pois a “autoridade aparece aos olhos do aluno como uma inimiga odiosa; um poder que se impõe em nome da força e não um princípio de ordem que se aceita com gratidão e com o qual se colabora com lealdade” (Franca, 1933d/2019, p. 49). Franca, em síntese, defendia que a disciplina escolar estava assentada na própria condição social da vida humana. Disse ele, “na explicação do regulamento e no modo de exigir-lhe a execução, acentua-se, pois, o seu caráter social”. Ou seja, “mostre-se, na disciplina escolar, a contextura e a defesa dos quadros exteriores da vida que tornam possível a convivência dos alunos, a possibilidade do estudo, a formação do caráter, a ordem, a paz e a seriedade do trabalho educativo”.

Nas situações de não cumprimento do regulamento, orientou Leonel Franca: “Nas repreensões públicas ou particulares mostre-se ao transgressor, na sua culpa, uma injustiça aos colegas, um atentado contra o bem comum a que todos têm incontestável direito” (Franca, 1933d/2019, p. 49). Caberia à educação social, via disciplina escolar, estabelecer os códigos e a vivência desses códigos. Aqui, seria outra ocasião de ensino da educação social, na qual “[...] a autoridade aparecerá na sua verdadeira luz; não a inimiga dos alunos mas a defensora, por dever, dos seus verdadeiros interesses” (Franca, 1933d/2019, p. 50). Ainda, acrescenta o padre: “Já lhes não virá a tentação de se solidarizarem na desordem e de se unirem, na cumplicidade da anarquia, mas, pouco a pouco, alunos e autoridades estarão de mãos dadas para defender a

ordem contra as veleidades perturbadoras dos revolucionários em botão” (Franca, 1933d/2019, p. 50).

Ainda no que diz respeito à dimensão social da disciplina escolar, Leonel Franca discutiu o autogoverno, uma medida comum em alguns colégios norte-americanos e da Europa, “[...] com resultados satisfatórios ou deficientes conforme as condições da experiência. É uma tentativa de conciliar, de uma forma educativa, as exigências profundas da liberdade e da autoridade, pela concessão gradual da autonomia dos alunos” (Franca, 1933d/2019, p. 50). Não obstante, o religioso fez suas ressalvas: “A questão, como vedes, é grave e encontra-se no âmago da pedagogia nova. Procedamos com moderação, sem preconceitos e sem entusiasmos; distingamos os princípios pedagógicos em jogo e o modo concreto de os executar” (Franca, 1933d/2019, p. 50).

Sem demonstrar intolerância ou entusiasmo, ele se debruçou sobre os fatores pedagógicos que cercavam tal experiência. Afirmou o padre, “incontestavelmente a associação do aluno ao governo da escola, sob a direção de educadores prudentes, encerra vantagens de grande valor” (Franca, 1933d/2019, p. 50), pois “[...] esta prova de confiança reforça-lhes as energias interiores para o bem”. Assim, “a participação dos alunos tanto na elaboração de algumas medidas regulamentares como na sua execução é ainda um meio eficaz de obter a aceitação espontânea e interior da disciplina: ponto capital da educação” (Franca, 1933d/2019, p. 51). Quer dizer que “obter o consentimento interior do aluno, a aceitação voluntária das disciplinas indispensáveis é ponto capital na formação dos caracteres e para consegui-lo contribui não pouco a própria colaboração dos alunos no regime da sua pequenina coletividade” (Franca, 1933d/2019, p. 51). Esse processo desenvolveria nos alunos, segundo a avaliação do jesuíta, “o senso da responsabilidade, a capacidade de organização, a energia e a suavidade no mundo, o conhecimento dos homens, a preocupação do bem geral” (Franca, 1933d/2019, p. 51). Essas experiências são incluídas como possíveis, uma vez que “[...] achamo-nos em face de uma das muitas aplicações do princípio, enunciadas por Pio XI na Encíclica sobre a Educação, nestes termos: ‘cooperação ativa e gradualmente cada vez mais consciente da criança no trabalho de sua educação’” (Franca, 1933d/2019, p. 51).

Em que pese o discutido, Leonel Franca apontou os limites e os cuidados necessários, especialmente, com as experiências das escolas-cidade nos Estados Unidos, podendo “[...] haver precipitações funestas e entusiasmos que preparam decepções amargas” (Franca, 1933d/2019, p. 51). Chamou a atenção das professoras: “Antes de tudo, pode haver um otimismo idealista inspirado na bondade natural da criança concebida à-la Rousseau e que não corresponde à experiência das realidades vivas. É a mística libertária com todas as suas

consequências desastradas” (Franca, 1933d/2019, p. 51). O padre também aproveitou esse momento para associar essa tendência à Escola Nova: “Já conhecemos esta ala extremista da escola nova e as experiências dolorosas que tem provocado” (Franca, 1933d/2019, p. 51).

Importante lembrar que, no contexto dos anos 1930 ocorreram a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a publicação e o movimento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, bem como a Constituição de 1934 que introduziu avanços sociais e políticos, incluindo o sufrágio feminino e os direitos trabalhistas, as reformas educacionais e o debate relativo à Escola Nova. Nesse quadro, inseria-se a organização da igreja católica e as ações do Leonel Franca, conforme sublinha Fabrício:

É nesse período que o Pe. Franca também se lançou nas mais diversas lutas políticas, como a tarefa de subsidiar o debate legislativo em torno da defesa do ensino religioso nas escolas e da indissolubilidade do casamento, o empreendimento da Liga Eleitoral Católica e a ação de bastidores para a viabilização da primeira universidade católica no país (Fabrício, 2019, p. 62).

Suas ações eram articuladas e legitimadas por toda uma rede de sociabilidade. Para a igreja católica, não se tratava exclusivamente de selecionar os conteúdos a serem ensinados, bem como propor um método dando a direção de como educar. A instituição se propunha a ir além, nesse sentido, formava também prioritariamente professores que ensinariam estudantes da escola primária e da escola secundária. Ia-se, portanto, além do programa da disciplina. A escola era tomada como extensão da família e da igreja. Não ao acaso, o jesuíta se dedicou tanto à questão do ensino religioso nas escolas. Suas lutas políticas, mesmo sem filiar-se a partidos, implicava no diálogo com o tecido burocrático estatal e com os governantes.

Franca utilizou o argumento das diferentes tradições nacionais para se contrapor às importações ou transferências diretas de experiências externas. Aludiu à expressão latina “*Non omnis fert omnia tellus*” (“Nem toda terra produz todas as coisas”) para alertar ao processo de importação intensamente praticado pelos defensores da pedagogia moderna (Franca, 1933d/2019, p. 52). Nesse sentido, afirmou que “as modificações inevitavelmente lentas do meio social são outros tantos fatores que importa ter presentes para não introduzir num país costumes ou instituições em desarmonia com as condições que lhe asseguram vitalidade em outros climas” (Franca, 1933d/2019, p. 52).

Como exposto até aqui, vê-se que a discussão da educação social de âmbito escolar ganhou centralidade nessa conferência. No entanto, o jesuíta também estabeleceu conexões com outros espaços da vida social, nos quais se poderia expandir a ideia de educação social.

Muito ainda haveria que dizer sobre a eficácia do jogo na formação social e ainda sobre a contribuição preciosa das chamadas obras *periescolares*: academias livres, leituras e conferências, congregações marianas, conferências de S. Vicente, circular de estudos, escoteiros: instituições todas de grande importância formativa e que não devem faltar - ao menos algumas - em todo o colégio que pretende realmente formar os seus alunos para as realidades da vida social e civil (Franca, 1933d/2019, p. 52, grifo nosso).

Observamos que a extensão do conceito de educação social católica, conforme exposto por Leonel Franca, contempla tanto a dimensão escolar quanto a esfera não escolar. Ao considerarmos que a conferência era dirigida a professoras que, em regra, tenderiam a trabalhar em escolas, justifica-se a ênfase na educação social no âmbito escolar. Entretanto, é importante ressaltar que a ideia de educação social católica contemplava também espaços não escolares, como aqueles indicados pelo próprio padre. Modelar nesse sentido, foi sua atenção para com a Congregação Mariana⁴⁴, associação pública de leigos, formada por cristãos católicos que vivenciavam o cristianismo através de uma vida consagrada à Virgem Maria. Ressalta-se que, nossa tese, ao seguir as conferências promovidas às professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, aborda, neste item, a educação social de âmbito escolar. Todavia, as duas conferências (*Pedagogia social I e II*) se reportam à educação social escolar e não escolar.

Ao final da conferência, Leonel Franca destacou que “a formação social, como a preconizam os melhores pedagogos modernos, não é novidade na história da educação cristã” (Franca, 1933d/2019, p. 52). E complementando, acusou:

Foi o individualismo rousseauano, foi a confusão fatal de educação com instrução, foi o laicismo, seccionando a vida escolar da vida familiar e social, que transformou as escolas modernas em focos de individualismo, onde cada aluno ia isoladamente haurir uma meia dúzia de noções de *omni rescivili*. Talvez sobre a nossa educação refluiu um pouco deste espírito ambiente (Franca, 1933d/2019, p. 52).

Dito isso, convocou: “Retomemos um patrimônio que é nosso; repristinemos algumas destas tradições que impensadamente se deixaram cair; adaptemos outras às exigências mudadas da época” (Franca, 1933d/2019, p. 53). Trazer de volta ao uso e ao domínio dos católicos a formação de todos evidenciaria o que tal grupo se propunha: “não hesitemos em introduzir de novo os complementos que aconselham uma experiência segura e comprovada” (Franca, 1933d/2019, p. 53). É uma convocação geral, a todos os católicos, embora assuma a

⁴⁴ “Ao adentrar ao colégio, em 1906, logo Franca aderiu à Congregação Mariana, instituição com forte apelo devocional. As Congregações Marianas surgiram no século XVI, no contexto das reformas religiosas, no seio dos colégios jesuítas, e visavam traduzir para o grande público os decretos do Concílio de Trento. O espírito tridentino das Congregações Marianas era marcado por uma rígida disciplina religiosa, que incluía a devoção à Virgem, a comunhão eucarística regular, a confissão, o uso regrado do tempo, os ‘exames de consciência’, o exercício da piedade e o combate à heresia, especialmente à protestante. Por haver surgido no seio do jesuitismo, esse marianismo não se furtava de seu caráter militar, cavalheiresco e combativo” (Fabrício, 2019, p. 74).

forma de um chamamento específico às ouvintes, tratadas como professoras e mães. De um lado, era dito: “Mães; refleti sobre o alcance destas responsabilidades, e examinai o tempo e a importância que consagrais à vossa missão educadora, de que dependerá a grandeza das almas que Deus vos confiou e são d’Ele e são também vossas (Franca, 1933d/2019, p. 53-54). De outro, era falado:

[...] professoras que também sois mães, lembrai-vos que sobre gerações e gerações de alunas que por vós passarão, imprimireis um cunho indelével que neles refletirá para sempre algo de vossa personalidade: fazei-a nobre, elevada e digna de reproduzir-se na riqueza variada de numerosas cópias (Franca, 1933d/2019, p. 54).

Professoras e mães, como católicas, deveriam comprometer-se com a educação social católica, cuja realização passava pela defesa de uma formação integral: dimensões sobrenatural, natural e social da vida humana. Em *Ensino religioso e ensino leigo*, o jesuíta já chamava atenção para esse aspecto:

É preciso antes de tudo formar almas. Onde faltar esta cultura interior que dispõe as consciências a qualquer sacrifício no cumprimento fiel dos seus deveres, toda a tentativa de harmonização entre o bem dos indivíduos e o bem das sociedades acha-se de antemão condenada a um malogro irreparável. A educação interior das almas é a condição indispensável da organização externa da sociedade (Franca, 1931b/2021, p. 24-25).

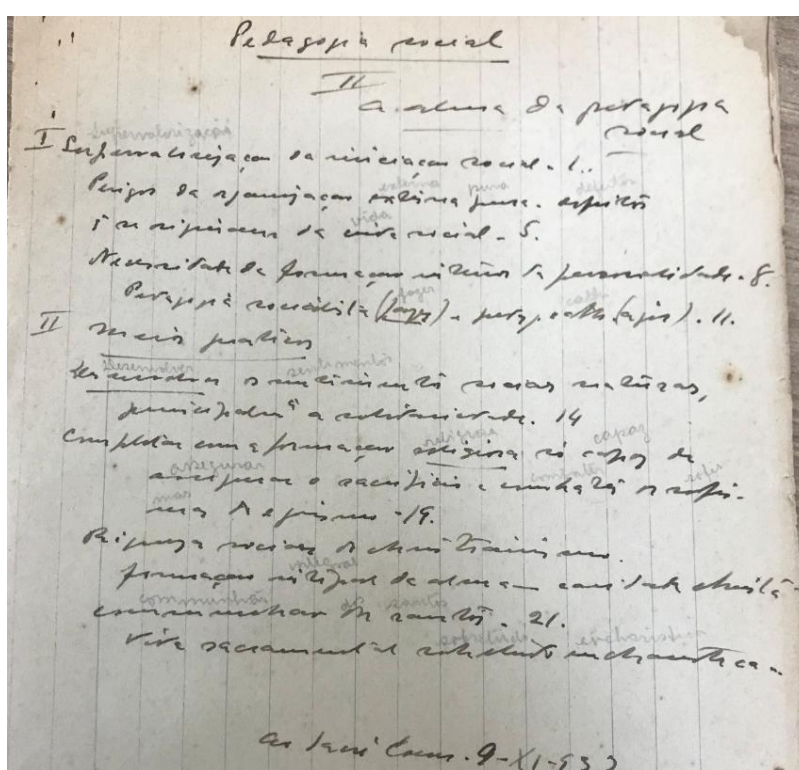
Padre Franca defendia que a educação integral, voltada para a vida social e espiritual, era um pilar da tradição educacional católica. Algo que estava se perdendo com o avanço do individualismo e do laicismo, e que somente poderia ser restituído pela filosofia e pedagogia católicas. O sentido da educação social perpassava pela organização da educação escolar. Assim, a pedagogia social cristã, fundamentada na doutrina da dignidade humana e na vocação social do ser humano, propunha uma formação educativa integral que contemplasse a um só tempo: vida espiritual e vida material.

Frente a outras vertentes educacionais, a educação social católica expressava como proposta central: preparar almas comprometidas para com o bem comum, formadas na verdade, na caridade e na justiça. Os quadros sociais deveriam organizar-se de modo a constituir um meio favorável ao desenvolvimento de tais dimensões da vida. Paralelamente, como indivíduos, os seres humanos integrariam um grande todo, para cujo bem deveriam naturalmente colaborar e não raro sacrificar os seus interesses particulares, ou vantagens individuais e imediatas. Ao defender tal perspectiva nessa conferência, Leonel Franca realizou uma sistematização da educação social católica, privilegiando sua dimensão escolar, sem desfazer da importância da dimensão não-escolar.

3.4 Pedagogia social II: “a alma da pedagogia social”

Este item é escrito a partir da conferência *Pedagogia social II*, promovida no dia 9 de novembro de 1933 às professoras. Notamos que aqui, Leonel Franca cumpre seu objetivo de concluir a explicação acerca do que compreende por pedagogia social, evidenciando também, sua concepção de educação social. A seguir, consta uma reprodução do manuscrito desta conferência:

Figura 20 - Conferência *Pedagogia social II* (esquema manuscrito)



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas (1933).

Nota: Visita realizada em 2022.

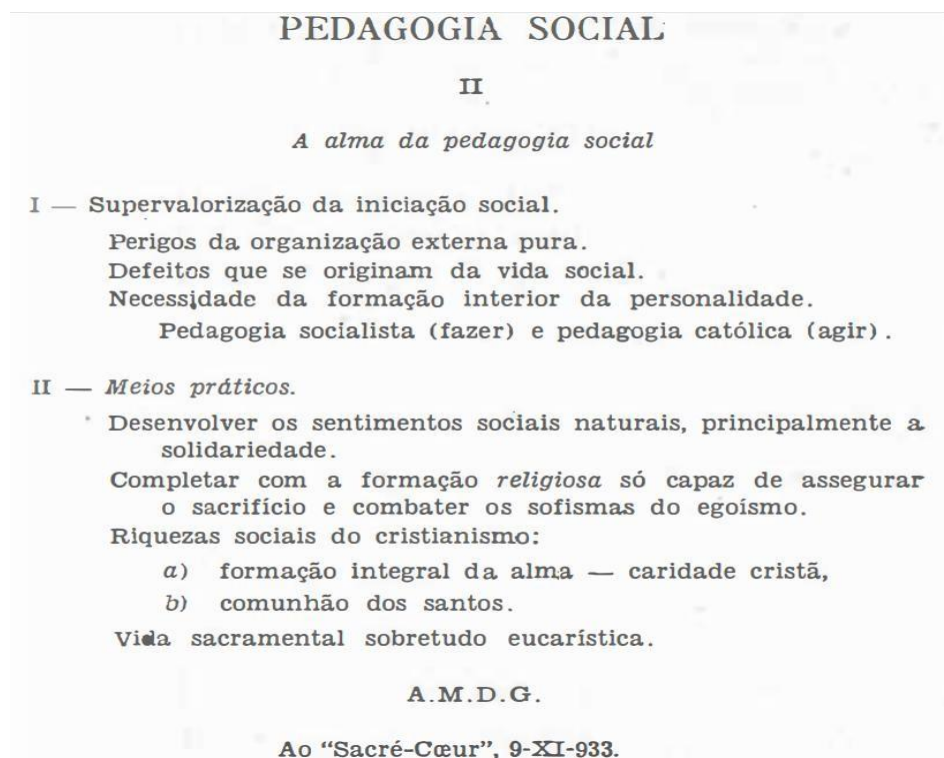
Pedagogia social II consta no manuscrito e no livro, com a mesma data em ambos. No entanto, como já se verificou nas demais, ao final do texto desta conferência, aparece a data de 3 de novembro de 1933. Tanto na publicação da Editora Kirion quanto em *Obras Católicas*, o título é *Pedagogia social II*. Na biografia do Leonel Franca, com a data de 9 de novembro de 1933, temos como título *Educação social II. A alma da pedagogia social*. Aqui, observa-se uma divergência importante. Nas anotações do padre Leonel Franca, são duas conferências com o título *Pedagogia social*. O livro *A formação da personalidade* segue a organização do autor das conferências. E o biógrafo, ao registrar a conferência de novembro de 1933, sob o título

Educação social, não nos oferece possibilidade de dizer se foi uma decisão intencional, ou se foi resultado de algum erro de sistematização da biografia.

De toda forma, existem algumas nuances que merecem considerações: a conferência de junho trata-se de *Pedagogia social*; depois, no mês de outubro, Leonel Franca realizou a conferência *Educação social*; e, no mês seguinte, promoveu a conferência *Pedagogia social II*, conforme registrou em seus manuscritos. Todavia, no início dessa conferência, ele indicou que a pedagogia social católica teria duas dimensões: uma que cuida da educação externa (corpo), tratada na conferência *Educação social*, do mês de outubro; e outra que se refere à educação interna (alma), tratada na conferência *Pedagogia social II*, do mês de novembro. Talvez, por isso, o biógrafo D'Elboux tenha indicado *Educação social II*. Optamos pela manutenção do título indicado pelo próprio autor da conferência, pois seguimos os sentidos buscados por ele, mas também porque parece indissociável, no pensamento do padre Leonel Franca, pedagogia social e educação social.

Essa hipótese torna plausível a ordem das conferências, tratando a primeira de *Pedagogia social*, a segunda de *Educação social*, a terceira de *Pedagogia social*. Ao lermos, temos a sensação que *Pedagogia social II* seguiria a conferência *Pedagogia social I*. Elas são intercaladas pela conferência *Educação social*. Essa quebra de expectativa do leitor pode ser compreendida a partir de uma intencionalidade do Leonel Franca em articular os fundamentos da pedagogia social católica às práticas da educação social católica. Ou seja, não é fora de propósito interpretar que ele deu apenas uma conferência sobre pedagogia social e duas de educação social. Apesar dessas ponderações, seguimos a hipótese de que, na proposição dele, parte-se e chega-se a uma pedagogia social. Em *Pedagogia social I*, ele apresentou os princípios da pedagogia social católica. Em *Educação social*, detalhou o que designa de dimensão material da pedagogia social; em *Pedagogia social II*, expôs a dimensão espiritual da pedagogia social católica.

A seguir (Figura 21), indicamos a súmula dessa conferência, em conformidade ao livro *A formação da personalidade*:

Figura 21 - *Pedagogia social II*

Fonte: Franca (1954/2019, p. 106).

A última conferência selecionada, proferida em 9 de novembro de 1933, intitulada *Pedagogia Social II*, possui quatorze páginas. Em seu manuscrito por nós encontrado no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, verificamos menção à numeração “II”, como encontrada no livro *A Formação da Personalidade*. Importante lembrar que a conferência *Pedagogia social I* foi realizada no mês de junho de 1933, seguida por *Pedagogia socialista* (julho), *O pensamento social* (agosto) e *Educação social* (outubro).

Em *Pedagogia Social II*, Leonel Franca reforçou sua ideia acerca da alma da pedagogia social católica e teceu algumas críticas a outras concepções. Notamos, no esquema da conferência (Figura 21), que ele dividiu sua fala em dois momentos. No primeiro abordou temas sobre os quais já havia se debruçado em outras oportunidades, em discursos específicos para tratar das “iniciações”; no segundo momento, discutiu os meios práticos capazes de fortalecer e impulsionar o ideário católico relativo à pedagogia social.

Leonel Franca escrevia para diferentes suportes, assim como discursava para diferentes públicos em variados espaços. Neste último item da presente tese, tendo em vista a menção ao título de *Pedagogia social II*, destacamos que em 29 de julho de 1933, no *Diário de São Paulo*, o jesuíta publicizou um texto intitulado *Pedagogia Social*. Esse texto não será aqui utilizado, no sentido de citação, pois ele é um compilado das duas conferências que levam o

mesmo título. Seguiremos, portanto, com a conferência selecionada, que se distingue por ser um texto mais denso sobre o tema.

Ao encontrarmos o referido jornal no arquivo, observamos o que Nívio de Campos (2025, p. 169-170) destaca, em seu livro *A igreja católica no Paraná (1924-1973): cavaleiros de uma nova cruzada*⁴⁵, acerca do objetivo da divulgação de textos na imprensa. De acordo com o autor, “a estratégia é tanto postular que às famílias e à escola caberia a educação religiosa quanto desenvolver a própria formação religiosa entre os leitores, por meio da circulação do que o grupo designava de boa imprensa”. Assim sendo, Franca fazia uso de diferentes suportes para difundir o ideário católico, em variadas esferas da sociedade.

No início da conferência, o jesuíta destacou que sua concepção de pedagogia social “abrange duas partes de valores diferentes”. A primeira correspondia à “formação interior das virtudes que condicionam a nossa vida em sociedade, os processos práticos”; a segunda ideia dizia respeito aos “métodos didáticos de veicular com mais eficácia o ensino e o espírito social” (Franca, 1933f/2019, p. 107). Percebe-se, com isso, que sua intenção era encetar uma discussão que contemplasse os aspectos formativos, tanto do corpo quanto da alma. Nesse sentido, a instrução deveria reafirmar os caminhos necessários à formação integral humana, o que deveria se somar a uma educação escolar que visasse os mesmos objetivos.

Leonel Franca alertou a plateia que na conferência anterior já havia tratado da ideia e da educação do “corpo”, registrando: “vimos como o ensino das diferentes disciplinas e a organização da vida escolar se prestam admiravelmente, nas mãos de professores e educadores competentes ao ensino e à formação prática dos alunos - para o desempenho dos seus deveres sociais” (Franca, 1933f/2019, p. 107). Nomeadamente, trata-se da discussão realizada na conferência *Educação social*, de outubro de 1933, abordada no item 3.3 desta tese. A considerar isso, a atenção do padre recairia, em *Pedagogia Social II*, sobre a alma humana:

Hoje desceremos mais profundamente a estes recessos invisíveis da nossa consciência onde se elaboram as resoluções que orientam a nossa atividade, a esta raiz escondida que alimenta com a sua seiva a sinceridade das virtudes e assegura à vida exterior a constância na dedicação e a generosidade no sacrifício (Franca, 1933f/2019, p. 107).

O convite a essa reflexão é um tema oportuno e de forte atenção aos católicos. Na encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII fez o seguinte registro

A Igreja não se contenta com indicar o caminho que leva à salvação; ela conduz a esta e com a sua própria mão aplica ao mal o conveniente remédio. Ela dedica-se toda a instruir e a educar os homens segundo os seus princípios e a sua doutrina, cujas águas vivificantes ela tem o cuidado de espalhar, tão longe e tão largamente quanto lhe é

⁴⁵ Para leitura integral da obra, ver Campos (2025).

possível, pelo ministério dos Bispos e do Clero. Depois, esforça-se por penetrar nas almas e por obter das vontades que se deixem conduzir e governar pela regra dos preceitos divinos. Este ponto é capital e de grandíssima importância, porque encerra como que o resumo de todos os interesses que estão em litígio, e aqui a acção da Igreja é soberana. Os instrumentos de que ela dispõe para tocar as almas, recebeu-os, para este fim, de Jesus Cristo, e trazem em si a eficácia duma virtude divina. São os únicos aptos para penetrar até às profundezas do coração humano, que são capazes de levar o homem a obedecer às imposições do dever, a dominar as suas paixões, a amar a Deus e ao seu próximo com uma caridade sem limites, a ultrapassar corajosamente todos os obstáculos que dificultam o seu caminho na estrada da virtude (Leão XIII, 1891, p. 12).

Percebemos, aqui, que tal ação de conduzir as almas é ponto capital para o catolicismo, pois envolve o núcleo dos interesses “espirituais” em disputa. Quantas almas as professoras seriam capazes de atingir durante a jornada educativa? Nos termos assumidos pelo padre Franca, o processo educativo teria impacto sobre os feitos da vida moral e espiritual, seria capaz de alcançar o coração humano, de promover obediência ao dever, de dominar as paixões e impulsos, e de dar coragem para superar obstáculos no caminho da virtude.

Todos esses elementos se somam ao projeto de evangelizar dentro e fora da instituição igreja católica. Por isso, a defesa do ensino religioso nas escolas era um forte debate entre católicos e não católicos. Leonel Franca, em outra conferência, seis anos mais tarde, 1939, no Instituto de Formação Familiar e Social, deu continuidade ao discurso sobre a questão da formação da alma. Via-se a dimensão da educação social para além do espaço escolar, quando ele expôs sobre o *Conhecimento de si mesmo* (título da conferência). Tratava-se de uma conferência sem publicação em algum de seus livros, porém, encontrada por nós no Arquivo dos Jesuítas. Em sua exposição, o padre fazia o seguinte questionamento: “Ora, que sabemos da estrutura essencial da alma? Como ela é feita?” (Franca, 1939, p. 90). Após essas perguntas, padre Franca elencou três pontos:

- 1- Antes de tudo, o elemento hereditário, que poderíamos chamar de genotípico. Não nascemos todos iguais. [...]
- 2- Ao elemento hereditário ou genotípico cumpre acrescentar o elemento fenotípico, ou adquirido pelo exercício da atividade vital do indivíduo. [...]
- 3- Entram por último na nossa constituição e através dela na estrutura psíquica os elementos biotípicos, resultantes das experiências da alma (Franca, 1939c, p. 90-91).

Esses três elementos, hereditário, adquirido e biotípico, mesmo que em “doses diversas e variáveis” formam a estrutura da alma, conforme a doutrina católica apresentada pelo padre Franca. São pontos que, conforme também explicou o jesuíta, somados a aspectos da infância, puberdade, fase adulta da vida, revelam características próprias, que podem e devem ser moldadas aos pés do cristianismo. Observemos que essa discussão mostra que a formação da alma ganha centralidade na pedagogia social católica. Para além disso, as intervenções do

Leonel Franca em outros espaços sociais, notadamente no Instituto de Formação Familiar e Social, indicavam a amplitude da pedagogia social. Na conferência *Educação social*, a dimensão escolar da pedagogia social aparecia, designada como parte material. Mas, ao final daquela conferência, ele destacou “[...] a contribuição preciosa das chamadas obras *periescolares*”, como academias livres, leituras e conferências, congregações marianas, circular de estudos, escoteiros, “[...] instituições todas de grande importância formativa e que não devem faltar - ao menos algumas - em todo o colégio que pretende realmente formar os seus alunos para as realidades da vida social e civil” (Franca, 1933d/2019, p. 54, grifo nosso)⁴⁶.

Retomando-se a conferência *Pedagogia social II*, verificamos que o jesuíta deu sequência à sua forma de exposição, contrapondo-se aos representantes da Escola Nova, criticando a: “confiança excessiva nos meios exteriores e um descaso quase sistemático da formação interior das almas” (Franca, 1933f/2019, p. 107-108). Vê-se a reiterada estratégia: identificar os adversários da pedagogia social católica, isto é, caracterizar que um projeto intelectual se constitui em contraposição a outros projetos. Na avaliação do jesuíta, existiria na pedagogia da Escola Nova um descuido em relação à formação integral da personalidade, que consistia em negligenciar a formação da pessoa: “É um erro de pedagogia nascido de um conhecimento incompleto da natureza humana” (Franca, 1933f/2019, p. 107-108).

Diante desse “erro”, seria necessário apresentar, reforçar às professoras, a trilha do catolicismo. Como desdobramentos de tal abordagem, ele assinalou que o intelectualismo exagerado tanto “prejuízo tem causado à verdadeira formação das almas” – intelectualismo, compreendido por ele como um conjunto de “iniciações”, ou seja, instruções especializadas de técnicos. Nesse sentido, segundo o padre: “Mal se nota uma deficiência no trabalho educativo para logo se lhe propõe como remédio eficaz a instrução especializada de um técnico. Daí é que nasceram a iniciação cívica, a iniciação sexual e tantas outras iniciações perfeitamente estéreis quando não contraproducentes” (Franca, 1933f/2019, p. 108).

Ao pôr em evidência o trabalho de um técnico, observamos que sua interpretação de iniciação correspondia ao que, muitas vezes, seria inútil ou até prejudicial, quando não são feitas de maneira adequada. A maneira adequada, aqui, corresponderia à formação voltada à doutrina cristã. Para ele, “a questão não é tanto de formação especializada quanto de formação integral do homem”, que consiste na dimensão da pessoa. Ou seja, “não se trata tanto de conhecimento quanto de força de alma, de vontade emancipada do egoísmo para elevar-se praticamente à altura do ideal entrevisto pela inteligência” (Franca, 1933f/2019, p. 108).

⁴⁶ Este trecho já foi citado no item 3.3 desta tese. Todavia, reutilizamos aqui para enfatizar nossa argumentação.

Adiante, padre Franca retomou alguns sentidos sobre a educação social ancorada à pedagogia social católica:

No domínio da educação social podemos conhecer perfeitamente os nossos deveres sociais, a importância da dedicação, a beleza do sacrifício, a sua função capital nas relações com os nossos semelhantes, e no entanto não sentimos o ânimo livre capaz de romper as cadeias do nosso egoísmo e pôr a serviço dos nossos irmãos a riqueza dos nossos bens. A fraternidade será assim um ideal, nunca uma vida. A solidariedade será uma palavra sonora na abstração dos nossos discursos enquanto o egoísmo mais estreito será o inspirador real das nossas ações. A educação social deve começar pela educação interior da alma (Franca, 1933f/2019, p. 108).

O final da citação revela a alteração da ordem da educação social na pedagogia católica. Não se iniciaria pela educação externa, isto é, do corpo. Ao contrário, dever-se-ia começar pela educação interior da alma. Pois, mesmo compreendendo os deveres sociais, a importância da dedicação e o valor do sacrifício, tal compreensão não garantiria sua efetiva vivência. É então que ele chamou atenção para a fraternidade como ideal não vivido. Sem ações concretas e efetivas, a fraternidade permaneceria apenas como ideal teórico, inexistente na vida real. Portanto, o argumento da prevalência na educação social da educação interior, pela via da formação interior da alma, seria, em acordo com a concepção católica, capital para tornar possível a verdadeira fraternidade e solidariedade.

A educação social “é uma emancipação interna antes de ser uma adaptação externa. Sem a primeira, a outra é inteiramente ineficaz” (Franca, 1933f/2019, p. 108). Para Franca, as pedagogias modernas se caracterizam por “acentuar predominantemente a socialização aparente, insistir sobre a necessidade de dar uma organização social à vida escolar”. Ainda, seriam marcadas por “[...] esquecer ou deixar na penumbra este trabalho interior da formação da alma e do caráter, do combate ao egoísmo, da educação para o sacrifício que é o nervo de toda dedicação sincera”, o que implicaria em “ficar muito à flor das coisas e comprometer, com uma pedagogia superficial, a profundidade dos resultados que se desejam” (Franca, 1933f/2019, p. 108). Isso seria a marca da Escola Nova, sustentou padre Leonel Franca às professoras.

Dando seguimento em sua exposição, Franca afirmou que: “Sem a cultura interior da personalidade, os quadros externos de uma organização social podem até oferecer a oportunidade do desenvolvimento de numerosos defeitos eminentemente anti-sociais” (Franca, 1933f/2019, p. 108). As práticas propostas de convivência em grupo como expressão da vida social, ao modo da Escola Nova, poderiam ter efeitos contrários: “A simples convivência organizada com os nossos semelhantes não tem o condão taumaturgo de nos infundir as virtudes sociais”. Contrariamente:

[...] pode oferecer o caldo de cultura favorável ao desabrochar de um sem-número de germes nocivos ao bem comum que dormem latentes nas profundidades desta pobre natureza humana que não é espontaneamente boa nem tende sempre espontaneamente para o bem (Franca, 1933f/2019, p. 109).

A vida social ou a vida comum por ela mesma não se sustentaria por si, conforme exposição do padre Leonel Franca. Ele identificou e designou o que chamou de tirania do social. Para tanto, mobilizou até mesmo Nietzsche para aplinar seu argumento: “Ao lado de uma expressão repreensível de individualismo, o aforisma nietzschiano encerra uma verdade profunda. A sociedade exerce sobre os seus membros uma tirania indiscutível e esta tirania é fonte de males sem conta” (Franca, 1933f/2019, p. 109). O jesuíta reconhecia que havia, em Nietzsche, um excesso de individualismo, mas também admitiu, ao concordar com o mesmo, que a sociedade exercia uma tirania poderosa. Mesmo que não concordasse com todo a contundência radical de Nietzsche, Franca acatava parcialmente o diagnóstico de que isso ameaçava a formação da consciência moral livre. Lendo o autor e fazendo algumas citações, sua defesa seguia na vertente de que a verdadeira pedagogia social deveria conciliar indivíduo e comunidade, evitando tanto o isolamento egoísta quanto a massificação niveladora.

Franca avançou em sua discussão, a fim de diferenciar sua concepção de vida social, da que comumente se definia na opinião pública.

Por isso mesmo que somos sociáveis já nos inclina facilmente a natureza a agradar àqueles que conosco vivem; a este instinto que tem sua razão de ser e, bem canalizado, é um contrapeso ao individualismo sem peias, crescem as nossas paixões indisciplinadas: a vaidade, a ambição da glória e da popularidade, o desejo dos aplausos. Tudo isto cria no homem um estado de sugestibilidade que pode ser fatal à formação do seu caráter. Os juízos apressados e as paixões volúveis das massas passam a exercer sobre as suas ações uma influência funesta e incontrastável (Franca, 1933f/2019, p. 109).

Nota-se que, na avaliação do padre, a influência social na formação da personalidade humana se faz, em grande parte no encontro com o outro. Porém, em acordo com o jesuíta, o risco de ceder demasiadamente ao desejo de agradar aos outros poderia interferir na própria formação, perdendo aquilo que, de essência, poderia ser único em cada ser humano. Reconhecendo que o ser humano é naturalmente sociável e que esse instinto de convivência é positivo, porque sustenta a vida em comum e combate o individualismo radical, Franca salientava que, ao tentar agradar, as pessoas podem deixar de se afirmar moralmente, adaptando-se a cada cenário percorrido. Do ponto de vista cristão, ele insistia que era no fundamento religioso e moral que se poderia encontrar a direção para superar tanto o egoísmo quanto a tirania das massas. Sua preocupação era a formação do caráter sólido, livre da vaidade, para que assim se pudesse viver socialmente, sem perder a sua individualidade moral.

Ao tratar do tema no contexto educacional, Leonel Franca afirmou que as grandes massas e “as multidões infantis são excepcionalmente sensíveis às sugestões coletivas. Bastam dois ou três orientadores ou agitadores para determinar a nota do diapás pelo qual afinarão os outros. É a psicologia dos rebanhos” (Franca, 1933f/2019, p. 109-110). Sua atenção se direcionava ao padrão que poderia ocorrer diante dos “orientadores ou agitadores” na formação humana. Nos chama atenção aqui que ele não fez uso da palavra “educadores” como de costume, ou “professores, professoras”. As duas expressões já destacadas sugerem, de modo pejorativo, o que aqueles, que nem poderiam ser considerados docentes, causariam na constituição de educação de cada aluno. Desta ação, o jesuíta ainda fez uma comparação relativa ao que influenciaria no desenvolvimento: “Daí nos colégios uma diferença enorme entre um aluno tomado singularmente no seu modo de tratar com os professores e colegas e o mesmo aluno enquadrado num grupo sob a ação de um movimento coletivo” (Franca, 1933f/2019, p. 109-110).

Sua atenção também dizia respeito à concepção de vida social, com efeito diretamente à formação:

A vida social não é, portanto, de si geradora espontânea de virtudes; no estado atual da nossa natureza pode muito frequentemente exercer até uma pressão deformadora do caráter, substituindo aos ditames da razão e às prescrições da consciência a volubilidade superficial dos caprichos da moda e da opinião pública ou os interesses efêmeros da ambição e da vaidade (Franca, 1933f/2019, p. 110).

Aqui, notamos quase que uma advertência sobre a ambiguidade da vida social. O viver em sociedade não garante que o ser humano se torne mais virtuoso ou moralmente melhor. A fragilidade humana pode deformar a formação moral, por isso, a atenção deveria ser dada como uma espécie de policiamento, sobre a formação da alma ao longo da vida. Portanto, a vida em sociedade poderia tanto formar quanto deformar. Para ela, seria necessária uma orientação de princípios firmes a fim de que, tanto na sociedade em geral quanto na vida escolar, fosse possível aprimorar a formação humana.

Franca sinalizava que a formação interior das virtudes e a educação prática colaboravam para a formação da pessoa. Desse modo, a pedagogia social não eliminaria a vida em comum, mas, sim, a purificaria e orientaria para o melhor caminho. Na conferência, padre Franca seguiu seu modo comum de exposição. Mirando o erro da pedagogia social individualista e da pedagogia social socialista, reafirmou a posição da pedagogia social católica como a solução integral para a formação humana: “Uma verdadeira educação social, portanto, deve começar por um robustecimento interior da personalidade contra as possíveis influências

deformadoras do meio; uma resistência do indivíduo contra o grupo” (Franca, 1933f/2019, p. 110).

Observamos, aqui, que ele sublinhou a necessidade de resistência diante das diversas situações que podem ocorrer durante a vida. A formação da personalidade seria uma extensão da formação dada num ambiente familiar cristão, que deveria se fortalecer no espaço escolar e nos demais ambientes da vida social. Portanto, a razão e a consciência deveriam ser iluminadas pela fé, sendo um modo de perseverança diante dos diversos grupos que compõem a sociedade.

Somado a isso, o padre retomou sua crítica à pedagogia socialista, dizendo que “não basta envolver a criança num ambiente social para socializá-lo”. Ao contrário, “sem uma disciplina severa, sem um ascetismo rigoroso, desgarram da sua finalidade primordial e só espalham ao redor de si lágrimas e cinzas” (Franca, 1933f/2019, p. 110). Para ele, os sentimentos e as paixões necessitavam ser orientados pela razão e pela disciplina. O ascetismo, sendo um fio condutor da vida, seria um caminho imprescindível em direção a Deus, à verdade e à virtude. Seria necessária, por sua vez, a direção espiritual como luta interior contra os desregramentos da alma.

O jesuíta realizou outra conferência no Instituto de Formação Familiar e Social, no ano de 1939, com o título de *Ascese*, cujo texto encontramos no Arquivo dos Jesuítas, sem publicação em livros, portanto, inédito. Nele, padre Franca tratou dos aspectos moral, religioso e formativo. Assim, destacamos algumas passagens que nos ajudam a entender a ascese e a formação da personalidade.

A personalidade é grandeza espiritual e liberdade de alma. Inteligência e livre arbítrio especificam o homem e asseguram-lhe o seu posto de dignidade na escala dos seres. Na medida em que se desenvolvem as suas propriedades características, o homem realiza-se melhor a si mesmo e atinge esta paz profunda de um ser que responde às finalidades de sua existência (Franca, 1939a, p. 103).

Franca assinalava que o núcleo da antropologia cristã sustentava sua pedagogia social. Nesse sentido, a grandeza espiritual e a liberdade da alma eram pontos essenciais na ascese. A realização interior geraria a verdadeira paz – não a ausência de conflitos exteriores – e a harmonia de um ser que cumpre o sentido de sua existência. Consequentemente, conseguiria fortalecer sua formação interior, tendo meios de lutar e combater as objeções externas.

A ideia de que a alma da pedagogia social é a formação interior, trata-se de um ponto central para Leonel Franca, conforme fica claramente expresso na conferência *Pedagogia social II*. Por isso, suas ideias são quase circulares, pois se mostram inseridas em uma estratégia discursiva que consiste em formar as professoras pela repetição argumentativa. (Re)dizia ele, “a verdadeira educação para a vida em comum começa por uma disciplina interior, por um

desenvolvimento das forças de inibição social, por uma libertação da vontade relativa à pressão das paixões sociais”. Tão logo, complementou com a ideia de que “é preciso firmar no jovem a sua independência de caráter, a sua fidelidade inquebrantável aos imperativos da sua consciência, o seu entusiasmo refletido por um ideal que o eleve e liberte dos atrativos das seduções inferiores do ambiente social” (Franca, 1933f/2019, p. 111).

Assim sendo, sua exposição sustentou que não se forma apenas para conviver, mas para conviver de modo justo, livre e virtuoso. Tendo uma base moral sólida, haveria firmeza contra as pressões externas, como modismos, vaidades, paixões de massa, vícios difundidos. A liberdade por ele defendida corresponde à independência moral, na qual desde criança o ser humano aprenderia a ser é dono de si mesmo, sem deixar de seguir os preceitos católicos. O trabalho de formação da consciência, seguindo a tradição cristã, seria a voz de Deus no ser humano.

A alusão à tirania social serviu como figura de linguagem para o padre Leonel Franca diferenciar a pedagogia social católica da pedagogia socialista e comunista. Disse ele, “[...] os radicais vermelhos colocam todas as suas esperanças de uma regeneração da sociedade na eficácia das iniciações intelectuais ou das estruturas dos quadros externos da vida escolar socialmente organizada” (Franca, 1933f/2019, p. 111-112). Em contrapartida, “[...] nós colocamos na formação interior da personalidade a alma da educação social” (Franca, 1933f/2019, p. 111-112).

Na concepção cristã, a graça e a virtude são mais decisivas do que as estruturas externas. A partir da transformação interior, os seres humanos seriam capazes de transformar autenticamente a sociedade. Com a crítica ao socialismo e ao comunismo, Franca afirmou que tais concepções até formariam os sujeitos, entretanto, “exteriormente”, sem desenvolver as ideias de liberdade e consciência que ele defendia à formação das novas gerações, inclusive, das professoras que assistiam às suas conferências.

Leonel Franca reiterava que essa pedagogia era insuficiente e perigosa, pois tentava regenerar a sociedade de fora para dentro, impondo modelos coletivos. Assim, a formação interior da personalidade, virtude, consciência, liberdade e, principalmente, da alma, não constituíam o processo de formação como defendiam os católicos. Para ele, “o tipo de organização escolar implantado pelo bolchevismo” teria por finalidade “ensinar o homem não a *agir* mas a *fazer*” (Franca, 1933f/2019, p. 112). Diante disso, ele retratou dois aspectos que auxiliavam a distinguir a atividade intelectual católica: “um especulativo, outro prático”. O primeiro, disse ele: “Em face do universo a nossa inteligência entra em relações de conhecimento com os outros seres, vê as diferentes relações que os ligam, a finalidade de cada

um deles e principalmente a finalidade nossa, humana” (Franca, 1933f/2019, p. 112). Para além, destacou que “é uma visão panorâmica do nosso lugar no universo, dos destinos para que fomos feitos e em cuja realização livre consiste, com a nossa perfeição, o segredo da nossa felicidade” (Franca, 1933f/2019, p. 112). O papel da inteligência humana diante do universo corresponderia à compreensão do universo e da missão dentro dele. O segundo, isto é, a finalidade prática, foi assim descrita:

A mesma inteligência indica os diferentes meios proporcionados ao conseguimento do objetivo visado e a vontade aplica-se ao seu emprego. Enquanto orientamos os nossos atos para conseguir o nosso fim supremo, a realização plena de nossa natureza humana, *agimos*; enquanto os aplicamos fora de nós à fabricação de algum objeto, *fazemos*. Agir é orientar a personalidade para os seus destinos, é proceder *moralmente*; *fazer* é trabalhar para produzir alguma coisa fora de nós mas de qualquer modo a nosso serviço. O agir como agir visa o aperfeiçoamento de quem age; o fazer como fazer mira a perfeição da obra feita (Franca, 1933f/2019, p. 112, grifo do autor).

De ordem prática, ele explicou que a inteligência, somada à vontade, também percorre a direção do agir e do fazer. Agir corresponde à própria vida e aos atos em direção ao fim supremo do ser humano, aproximando-se ao aperfeiçoamento moral e espiritual da pessoa. Fazer corresponde aos atos para produzir algo fora de nós. Nesse sentido, agir retrata sobre como proceder moralmente, buscando a realização interior, o aperfeiçoamento. O fazer consiste em produzir coisas, organizar o mundo exterior, criar utilidade, sentido. Ambos eram importantes para Leonel Franca, mas o agir tem predominância, pois é nele que se estabelece o verdadeiro destino humano, a perfeição da pessoa e sua felicidade última, como podemos notar em sua declaração às professoras: “Na nossa pedagogia o fim dominante é a perfeição do agir, isto é, do homem como personalidade, com o seu valor próprio e a sua finalidade intangível” (Franca, 1933f/2019, p. 112).

Nesse quadro, Leonel Franca discutiu inclusive o cultivo e o sentido da felicidade: “Se o homem não tem um valor espiritual, próprio, toda a sua felicidade consiste na maior soma de bens terrenos” (Franca, 1933f/2019, p. 113). Nessa situação, “o fim da vida social será acumular, portanto, a maior quantidade destes bens para saciar a todos os desejos e a todas as cobiças humanas” (Franca, 1933f/2019, p. 113). O efeito no âmbito pedagógico, numa pedagogia socialista, seria o de que “a eficácia da escola se resumirá no seu poder de transformar os pequeninos seres humanos que lhe são confiados em instrumentos econômicos de capacidade máxima de produção”. Logo, a materialidade se sobreporia à vida espiritual, isto é, “aqui o que nós chamamos *corpo* da pedagogia social se apresenta no seu aspecto extremo, desanimado de qualquer sopro de idealidade espiritual” (Franca, 1933f/2019, p. 113, grifo do autor).

Em que pese isso, vale destacar que a posição da igreja católica não correspondia à negação das questões materiais. Ao contrário, padre Leonel Franca reconhecia a pertinência da crítica marxista ao individualismo econômico. Vimos, no capítulo 1, a movimentação da igreja católica para estabelecer um conjunto de documentos para atualização de sua posição no âmbito social. Todavia, os documentos da igreja criticam o individualismo econômico e trazem considerações que buscam articular uma pedagogia social do corpo e da alma, como se observa na passagem da encíclica *Quadragesimo Anno*:

Ora nem toda a distribuição dos bens ou riquezas entre os homens é apta para obter totalmente ou com a devida perfeição o fim estabelecido por Deus. É necessário que as riquezas, em contínuo incremento com o progresso da economia social, sejam repartidas pelos indivíduos ou pelas classes particulares de tal maneira, que se salve sempre a utilidade comum, de que falava Leão XIII, ou, por outras palavras, que em nada se prejudique o bem geral de toda a sociedade (Pio XI, 1931, p. 14).

O jesuíta trazia desdobramentos dos documentos papais em suas conferências, enfatizando e criticando modelos e organizações que não estavam em consonância com a igreja católica. A divisão ou não de bens remonta ao problema da distribuição das riquezas dentro da sociedade, a partir de uma visão cristã inspirada na doutrina social da igreja. Assim sendo, a distribuição dos bens não pode ser arbitrária ou egoísta. Ela deve respeitar o bem comum, de forma que o progresso econômico seja benéfico a todos e não prejudique a sociedade.

Natália Oliveira (2018, p. 170) afirma que “a educação foi uma das áreas estratégicas dos católicos para a atuação cultural e trabalho espiritual”, mesmo que, ainda, contemplando majoritariamente uma formação voltada para a elite. Padre Franca reiterava a superioridade da pedagogia social católica ao preconizar tanto a dimensão material quanto a dimensão espiritual da vida humana: “Para nós a educação da personalidade é a artéria vital da formação eficiente da sociabilidade; a organização da alma, a primeira condição de organização externa da vida social”. De outro lado, dizia: “As estruturas sensíveis, os processos didáticos de que falamos na última palestra, úteis em si serão, porém insuficientes, se exclusivos. O corpo da pedagogia social não passará de puro cadáver se o não aviventar a alma interior da formação da personalidade” (Franca, 1933f/2019, p. 113).

Ao destacar sua crítica às pedagogias que enfatizavam métodos externos, técnicas de ensino ou organização escolar, Franca posicionava a pedagogia social católica ao centro. As questões da sociabilidade, do cultivo da consciência, do caráter, da moralidade e da interioridade, seriam pontos-chave para a vida social. Formar o interior de cada pessoa seria condição necessária à formação da ordem exterior. A verdadeira pedagogia social católica, em decorrência disso, não nasceria das estruturas externas ou de processos técnicos, mas sim da

formação interior do ser humano. Por isso a máxima de que sem a formação interior, toda a pedagogia social é apenas um corpo morto.

Após essa questão, padre Leonel Franca chegou a uma discussão de ordem procedimental: “Como formar as almas ao desempenho dos seus deveres sociais?” (Franca, 1933f/2019, p. 113). Trata-se de uma questão importante, apresentada após sua longa exposição acerca dos princípios da pedagogia social católica. A resposta foi dada por meio de uma sentença relativamente curta, pois afirmou que se fazia necessário, para tal fim, o “cultivo dos elementos bons da nossa natureza social e no complemento indispensável da vida religiosa e cristã nos seus aspectos mais profundos de sociabilidade e fraternidade humana” (Franca, 1933f/2019, p. 113). A primeira parte diz respeito ao pressuposto de que “por *natureza* somos sociais”, logo, a pedagogia social deveria aproveitar-se dessa condição e cultivar os “elementos bons”. Essa natureza social da vida humana foi esmiuçada na exposição de padre Leonel Franca, ao afirmar que somos “destinados a viver com os nossos irmãos; um instinto profundo inclinamos a esta convivência; sentimo-nos espontaneamente atraídos a procurar a companhia dos outros; correntes de simpatia ligam-nos àqueles com quem entramos em contato mais frequente”. E seguiu: “É um feixe de sentimentos sociais que desabrocha do fundo da nossa própria natureza” (Franca, 1933f/2019, p. 113-114). A expressão “cultivar” tem a ver com o papel ativo da educação, pois não se trata apenas de deixar a natureza humana seguir suas disposições, como apregoava um Rousseau.

Leonel Franca utilizou-se largamente do conceito de solidariedade para desenvolver sua argumentação. Mencionou a metáfora do pão para mostrar às professoras a interdependência entre os seres humanos. Em quase uma página da conferência, ilustrou uma rede de relações sociais existentes a partir de um pão que alimenta uma criança no café da manhã. A certo ponto de sua exposição, tal qual falasse ao ouvinte imaginado (a criança), disse: “E estes homens são teus irmãos; o trabalho deles é a tua vida; os sacrifícios do seu tempo e da sua saúde é a condição de teu bem-estar”. Ainda, dirigindo-se ao ouvinte imaginado, afirmou em tom prescritivo: “Querer bem aos nossos semelhantes, fazer-lhes bem na medida das nossas possibilidades é um dever resultante desta solidariedade profunda que une os nossos destinos e a nossa felicidade à felicidade e aos destinos dos nossos irmãos” (Franca, 1933f/2019, p. 115).

Isso que padre Franca chamava de solidariedade real deveria, por sua recomendação, ser desenvolvido e trabalhado continuamente pelas professoras. Disso tratou logo após a metáfora do pão, ao dizer que “cultivar nas crianças e nos jovens estes sentimentos de simpatia, de dedicação e desinteresse”, ou “alargar-lhes os horizontes para além dos círculos estreitos do egoísmo individual ou do egoísmo familiar é preparar nobremente as almas à vida social;

desenvolver o que há de melhor, de mais sadio nas reservas da nossa natureza” (Franca, 1933f/2019, p. 115).

Após isso, destacou que o cultivo dessa solidariedade real seria condição indispensável ao desenvolvimento social da religião católica, nesses termos, sem ela, seria impossível uma verdadeira educação social. Nesse favor, seria necessário: “Opor, na consciência da criança, em contraste instintivo as estreitezas do egoísmo estéril e a expansão enriquecedora das dedicações sociais” (Franca, 1933f/2019, p. 113-114). Os “sentimentos sociais” são caracterizados por aquilo que seria como um dom advindo de Deus. Todavia, conforme o padre, existiria uma disposição inicial que precisava ser cultivada e desenvolvida, por meio da educação desde a infância.

Uma educação puramente natural (ao modo daquela defendida por Rousseau) não garantiria “uma verdadeira fraternização dos homens”. Disse mais: “Toda educação social que não prender profundamente as suas raízes na formação religiosa da consciência é precária, ineficaz, superficial e, com raras exceções, não resistirá por muito tempo à ação esterilizadora do egoísmo” (Franca, 1933f/2019, p. 115). Como podemos notar, Franca não abre espaço efetivo, em última instância, a outras cosmovisões a fim de compreender a pedagogia social e educação social. A finalidade última da educação ancorada nos preceitos católicos, qual seja, a da formação educativa da pessoa de modo integral, contemplando os âmbitos material e o espiritual, é a fiadora de todo seu discurso.

A defesa da formação religiosa é muito mais ampla do que preconizar a existência de uma disciplina de ensino religioso nas escolas. A presença de tal disciplina nas instituições de ensino simboliza a manutenção ou a inclusão da concepção de pedagogia católica num sentido amplo, é nesse movimento amplo que se inscreve a defesa do ensino religioso:

Se a luta religiosa vier, *quod Deus avertat*, não será sobre um decreto que respeita todas as liberdades e não constrange nenhuma consciência; não será sobre os católicos que não querem impor o ensino de sua religião a quem livremente não a admita; será sobre a intolerância estreita e sectária de quantos - poucos ou muitos, não importa - não contentes de que a lei lhes respeite integralmente as próprias opiniões irreligiosas, pretendem ainda opressivamente impô-las às consciências alheias - que carregará com todo o seu peso a responsabilidade da imensa desventura.

A luta religiosa não a queremos, não a provocamos; mas não a tememos na consciência tranquila de que lutamos pela defesa do mais intangível e sagrado dos nossos direitos (Franca, 1931b/2021, p. 108).

Em sua conferência *Pedagogia social II*, Leonel Franca utilizou-se do argumento de autoridade da sociologia católica para sustentar a necessidade da religião no desenvolvimento de uma verdadeira educação. Citou o sociólogo Benjamin Kidd (1858-1916) e Émile Boutroux (1845-1921), filósofo e historiador da ciência, da religião e da filosofia, afirmando que ambos

desenvolveram uma análise detalhada acerca das “causas mais profundas da conservação e do progresso da vida social, [e] viram na religião a condição essencial da solidariedade humana” (Franca, 1933f/2019, p. 115).

A partir desses dois nomes, o jesuíta destacou duas razões para o reconhecimento da importância da religião na criação e manutenção dos laços sociais. Em primeiro lugar, ele afirmou que “não há vida social sem sacrifícios individuais”. A vida em comunidade exigiria abdições individuais pelo bem dos interesses coletivos; assim, “não há dedicação sem renúncia; não há verdadeira caridade sem mortificação do nosso egoísmo” (Franca, 1933f/2019, p. 116). Em seguida, alertou para os limites de uma visão puramente naturalista da vida: “O cético não tem nenhuma razão para dedicar-se e o ateu é logicamente um egoísta. Se de fato serve e se dedica é porque na realidade da existência se guia ainda por outros princípios e por outras verdades que não são o corolário do seu ateísmo” (Franca, 1933f/2019, p. 116). Portanto, na avaliação do padre Franca, o naturalismo não apresentaria razões sólidas para empreender sacrifícios em nome do social, tampouco motivos para sustentá-lo – nesse quadro, segundo o padre, seria o egoísmo que se sobressairia. Em que pese isso, é muito interessante verificar afirmação do padre Franca, no sentido de que para ele, no mundo ocidental, muitas pessoas “vivem ainda inconscientemente do cristianismo que renegaram e, sem o saber, devem o melhor dos seus corações a esta atmosfera de amor com que o Evangelho embalsamou a nossa civilização” (Franca, 1933f/2019, p. 116).

A segunda razão sustentada por Leonel Franca, no atinente à importância social da religião, era a de que “só a concepção religiosa dissipa o sofisma que o egoísmo opõe ao princípio de solidariedade!” (Franca, 1933f/2019, p. 116). Em acordo com o jesuíta, a solidariedade humana, também utilizada por outros autores da sociologia, somente se sustenta sob uma visão de história providencialista, na qual se preconiza uma conexão entre história da vida social e história divina. Para sustentar seu argumento, Franca apoiou-se em sociólogos de matiz religiosa a fim de defender que o sacrifício pessoal existiria se fosse convergente aos fundamentos consistentes dos dogmas religiosos, em que se combate o egoísmo e desenvolve a solidariedade real. Ele fez notória menção a Paul Bureau (1865-1923), que, no 3º Congresso Internacional de Educação Moral, evento realizado em 1912, na Universidade de Genebra, destacou o papel da consciência e dos valores espirituais, no destino transcendente da vida humana.

Fazendo uma reflexão sobre o papel social do cristianismo na educação e na vida comunitária, Franca afirmou que Bureau indicava “a superioridade social do cristianismo”. Ele sustentava que as verdades religiosas, como a crença na existência de Deus, na imortalidade da

alma, na vida além-túmulo, “constituem os elementos necessários à possibilidade mesma de uma organização social” (Franca, 1933f/2019, p. 117).

A considerar a concepção católica, se as verdades religiosas são indispensáveis a uma organização social, caberia ao processo educativo fazer sua parte. A partir disso, Leonel Franca afirmou: “Não deixa de ser doloroso como, muitas vezes, pôr culpa nossa, ficam inexplorados e quase ineficientes todos estes tesouros inestimáveis do nosso cristianismo, na formação religioso-social dos nossos alunos” (Franca, 1933f/2019, p. 117). A fé e os “tesouros inestimáveis” precisam ser utilizados para moldar a vida moral e social dos estudantes. A formação pelo cristianismo e pela formação integral da personalidade não se pode reduzir a técnicas ou saberes fragmentados: a formação do indivíduo, do sujeito e da pessoa é a expressão da formação integral católica. Ainda, para Franca (1933f/2019, p. 117):

O cristianismo projeta sobre as nossas relações humanas o esplendor de claridades mais altas. O amor ou a simpatia puramente natural transfiguram-se à luz da caridade cristã e a solidariedade da natureza recebe outra interpretação na doutrina sobre todas consoladora da Igreja, considerada como corpo místico de Cristo, vivificado pela graça sobrenatural.

Segundo o padre, na religião se daria a dupla condição do ser humano. De um lado, o aspecto natural; de outro, o aspecto sobrenatural e divino. Esse duplo aspecto era denominado por ele de “universalismo católico que educa o ser humano na sua totalidade” e foi discutido mais detalhadamente no item 2.3 desta tese. A conferência que contemplou esse conteúdo ocorreu no mês de agosto de 1933, portanto, antes da conferência *Pedagogia social II*. Logo, ao desenvolver o aspecto referente à alma da pedagogia social católica, ele pressupunha aquela exposição, muito embora rerepresentasse as ideias principais, fosse para rememorar, fosse para solidificar as ideias católicas entre as professoras.

Para os católicos, há um elo entre o plano humano e os sentidos divinos. A solidariedade existiria, portanto, sob esses dois planos: “Qualquer ato do cristão implica necessariamente um aumento da vida divina na terra [...] os nossos semelhantes começam então a aparecer-nos como irmãos verdadeiros: a nós unidos não só pela comunhão do sangue, mas pelos vínculos do espírito” (Franca, 1933f/2019, p. 118). E mais, disse padre Franca: “não os amamos só pelas suas qualidades naturais, por uma repercussão de simpatia que talvez em nós despertem, mas porque neles há algo de Deus, de Cristo, há uma vida divina a infundir, conservar e desenvolver em cada alma” (Franca, 1933f/2019, p. 118).

A caridade cristã torna-se, nesses termos, um sentimento universal, que busca no bem pelo outro a proximidade religiosa. Torna-se então, uma relação do amor, amizade divina, presente nos seres humanos. A caridade e a solidariedade transmutam um sentimento maior,

tendo a igreja como “corpo místico de Deus”. Nesse sentido, apenas o cristianismo daria conta de transformar e criar laços entre os seres humanos. Leonel Franca reforçou esse aspecto, ao destacar que:

Só o cristianismo dá fundamentos sólidos à fraternidade humana, à caridade real; a caridade intensificando-se desabrocha em zelo; o zelo inspira a ação benfazeja e torna possíveis todas as renúncias que a condicionam. E aí tendes como a ação social católica é um corolário espontâneo dos nossos dogmas mais consoladores: na instrução religiosa das almas, porque não insistir mais nestes aspectos sociais e deduzir-lhes todas as consequências práticas (Franca, 1933f/2019, p. 118).

Como base de todas as conferências por nós selecionadas como fonte para esta tese, a ação social católica se fez presente. Diante da citação acima, verifica-se a firma concepção de que fora da religião católica, a fraternidade poderia ser algo abstrato. Já com raízes na religião, tornar-se-ia o elo entre todos aqueles que se irmanam no catolicismo. Disso, então, para Leonel Franca, surgiria a caridade real que cresceria e se tornaria fonte de dedicação ao bem, ao próximo, projetando-se em ações: obras de misericórdia, ajuda social. Todas essas ações, pensadas pelos sacrifícios que são amparados pela caridade cristã, materializariam o corpo e a alma da pedagogia social católica.

A ação social da igreja como compromisso do cristão é corolário natural da doutrina da fé. Dessa maneira, quando imbuídos da educação familiar e da educação escolar, insistindo nos aspectos sociais da fé, todos os verdadeiramente engajados no catolicismo, apresentariam em suas vidas as consequências de suas boas práticas. Em razão disso, Leonel Franca demonstrou que a lógica do cristianismo corresponde à fé, à caridade, à educação e à ação social com renúncia e sacrifício, em nome de si e do próximo. Nesses termos, a ação social passaria a ser consequência do cristianismo vivido: “o cristianismo vai além: não é só a riqueza da doutrina que transfigura as nossas relações sociais; é a intensidade interior da sua vida, que só ele é capaz, pelos seus sacramentos, de alimentar nas almas, que torna possível a realização do seu ideal” (Franca, 1933f/2019, p. 119). Portanto, o catolicismo não seria entendido por seus adeptos apenas como um conjunto de ensinamentos éticos e religiosos, mas também como fonte de força interior, para a consecução das ações a serem realizadas em nome da fé e das causas da igreja. Desse aspecto do catolicismo, o jesuíta arrematou: “para se construir uma humanidade em que o homem fosse irmão de outro homem, Cristo perpetuou entre nós a sua presença divina” (Franca, 1933f/2019, p. 119).

A presença divina na experiência humana estaria assentada na vivência dos sacramentos. Em acordo com a doutrina católica, a ação dos sacramentos alimenta e fortalece espiritualmente a todos seus adeptos. Dando sequência à apresentação de seus argumentos

ligados aos sacramentos, Leonel Franca tratou da relevância eucaristia: “O contato íntimo com Cristo na Eucaristia irá transformando profundamente as almas num ideal mais alto” (Franca, 1933f/2019, p. 119). Em sequência afirmou às professoras:

A quem comunga, o mundo vai aparecendo à claridade de outra luz; já não é um instrumento de nossas satisfações egoístas, um cenário onde só há bens sensíveis que excitam a febre do gozo, multiplicam os germes de discórdias e exasperam as concorrências, os conflitos e as lutas (Franca, 1933f/2019, p. 119).

Em acordo com a defesa católica apresentada pelo padre Franca, a eucaristia transforma a maneira como o cristão vê o mundo. É a presença do representante do catolicismo na vida de cada um. É quem dá sentido as coisas. É quem dá a pureza às ações dos sujeitos. Sem a luz dada pela eucaristia, o egoísmo pessoal se faria presente. Por meio da eucaristia se atualizaria o duplo aspecto da vida humana, tornando-se o cristianismo o “complemento indispensável [para] comprimir todas as causas interiores de divisão, de discórdia e de guerras” (Franca, 1933f/2019, p. 120), mas, sobretudo, para “fazer com que as almas compreendam profundamente a beleza destas verdades e vivam intensamente a plenitude desta vida” (Franca, 1933f/2019, p. 120). A sentença: “**Eis o segredo e a alma da pedagogia social**” (Franca, 1933f/2019, p. 120, negrito nosso), ecoou na conclusão da conferência *Pedagogia social II* de padre Leonel Franca.

Com isso, finalizamos este item e o terceiro capítulo desta tese. Neste capítulo, seguimos o movimento das conferências do padre Leonel Franca. Expusemos sua crítica à pedagogia social da Escola Nova (3.1); seguida da indicação dos princípios transcendentais da pedagogia social católica (3.2); da expressão concreta da educação social católica em uma estrutura escolar (3.3); e finalizamos com o que ele chamou de alma da pedagogia social católica (3.4). Este capítulo consistiu na explicitação do que é a pedagogia social católica, a partir do que sistematizou padre Leonel Franca, mas sem deixar de entendê-la no amplo movimento da produção intelectual desse personagem e do projeto teológico, político e educacional da igreja católica.

Este capítulo é continuidade e aprofundamento dos demais, pois a forma de exposição de nossa pesquisa seguiu do geral ao particular, dado que saímos da questão social da igreja católica para incluirmos padre Leonel Franca nesse movimento, a partir da Companhia de Jesus (Capítulo 1). Em seguida, acompanhamos as conferências de padre Leonel Franca proferidas às professoras do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*, buscando expor a crítica feita à pedagogia laicista e à pedagogia socialista, assim como a apresentar o que ele designou de universalismo católico, em sua conferência intitulada *O pensamento social* (Capítulo 2).

O estilo de argumentação do padre Leonel Franca seguiu aquilo que Pierre Bourdieu identificou como recorrente nos projetos intelectuais: de um lado, o combate contínuo aos adversários, isto é, uma crítica estrategicamente repetida de confronto à pedagogia social individualista e à pedagogia socialista; de outro lado, a proposição daquilo que defende, no caso, a pedagogia social católica como alternativa verdadeira e salvacionista da educação e da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, buscou-se analisar a concepção de pedagogia social católica, conforme expressa nos escritos e desenvolvida nas ações do padre Leonel Franca, na década de 1930. A investigação demonstrou que a obra do padre Franca se insere em um debate teórico e político amplo, no qual educação, sociedade e moral se articulam, pautando principalmente a base religiosa na formação humana. Assim, ao retomar seus escritos, torna-se possível compreender como sua proposta pedagógica responde às tensões da modernidade, oferecendo uma concepção de educação orientada pela formação integral da pessoa humana, além da primazia do bem comum, especialmente, pautado pelo catolicismo.

Esta análise seguiu a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, cuja primeira ação foi inserir padre Leonel Franca à igreja católica e ao campo religioso. Este aspecto justificou a existência do primeiro capítulo, no qual se mostrou as movimentações da igreja católica em favor de uma doutrina social capaz de responder aos desafios da modernidade. As ações dessa instituição são simbolizadas nos documentos, as encíclicas, que apresentamos nesse capítulo da nossa pesquisa. Ao mesmo tempo, posicionamos esse personagem no interior da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa que ocupou lugar central nas tomadas de posição da igreja católica nos embates intelectuais e teológicos. Tratou-se de um capítulo fundamental, pois posicionou Leonel Franca no mundo das instituições (igreja católica e Companhia de Jesus) e em relação a outras trajetórias ou personagens da hierarquia do clero.

Posicionado o padre Leonel Franca, avançamos na análise a fim de expor as tomadas de posição desse personagem, em prol da concepção de pedagogia social católica. Suas intervenções foram expressas e simbolizadas nas conferências às professoras do Colégio *Sacré-Coeur* e nos escritos reunidos no livro *A formação da personalidade* (Franca, 1954/2019). Nesse processo de análise, o segundo capítulo foi atravessado por um eixo central: o combate ao laicismo pedagógico e a defesa da pedagogia católica como fundamento de uma formação integral da pessoa. Suas exposições simbolizaram a estratégia católica de deslegitimar outras concepções de educação fora do caráter confessional, atribuindo à laicidade a desordem moral, intelectual e social, mas também expressaram a divulgação e sustentação da presença da igreja católica no campo educacional brasileiro.

Sua crítica ao laicismo pedagógico ganhou visibilidade no item 2.1, visto que sob a acusação “a pedagogia laicista é dispersiva, fragmentária e estruturalmente desarticulada” (Franca, 1932/2019), o jesuíta considerou que o laicismo suprimia a dimensão espiritual da formação humana, transformando o ensino em mera transmissão de conteúdo, sem o cultivo da

moral. Logo, a concepção escolar laica interrompia a formação religiosa iniciada no lar, evidenciando o dualismo entre consciência religiosa e consciência social, deixando de proporcionar a integração entre a fé e a vida pública. A defesa do padre Franca da pedagogia católica ficou evidente em sua sustentação diante da visão de formação integral, pautada no corpo, no intelecto e na alma; na unidade entre religião, moral e prática social; na universalidade da pedagogia católica frente às correntes modernas e na concepção harmônica de ser humano, conforme alinhou a encíclica *Divini Illius Magistri* (Pio XI, 1929).

O contraponto ao pluralismo proposto pela Escola Nova surgiu por meio da defesa do universalismo católico. Assim, Franca sustentou que a igreja seria a responsável pela verdade moral e formadora da consciência nacional brasileira. Portanto, o que estava em disputa não dizia respeito apenas ao campo da educação e da pedagogia e educação social, mas a um projeto de sociedade. Observamos que a década de 1930 reforçava que o debate educacional não se tratava apenas de uma questão pedagógica, mas também política. Essa confrontação foi ilustrada a partir da criação da ABE, notadamente com o rompimento dos católicos que resultou na criação da CCBE como resposta da igreja à publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*. Nesse contexto, o papel do padre Franca como intelectual da igreja ganhou notoriedade, ao se posicionar com autoridade e como um dos representantes da instituição nos diferentes campos em que circulou (religioso, educacional, político).

Ao caracterizar o ensino laico como ameaça à família, à moral e à integridade do ser humano, Leonel Franca produziu uma argumentação de resistência diante das propostas da Escola Nova e, sobretudo, do Manifesto dos Pioneiros. Em suas exposições, eram recorrentes o uso de certas palavras de ordem, como “unidade” e “totalidade” em contraposição a “fragmentação” e “descontinuidade”, revelando o manejo de um vocabulário específico destinado a qualificar a pedagogia católica como superior e deslegitimar as alternativas não confessionais. Ao apresentar a pedagogia católica como instrumento de “felicidade completa” e “harmonia de todos” (Franca, 1932/2019), ele reiterava que a organização social deveria estar alicerçada nos valores cristãos.

A argumentação contrária ao laicismo pedagógico tomou uma abordagem mais precisa no item 2.2, sob a imputação de que a “pedagogia socialista [era] instrumento seguro de lenta descristianização do país” (Franca, 1933a/2019). Padre Leonel Franca combateu aquilo que considerava uma ameaça ao que a igreja católica defendia. Sua exposição construiu uma imagem de que a pedagogia socialista seria uma ameaça à ordem moral e, principalmente, ao catolicismo, apresentando-a como instrumento de “descristianização” do país. A conferência *Pedagogia Socialista* (Franca, 1933a/2019) articulou uma contraposição radical entre

pedagogia socialista e pedagogia católica, prefigurada na interpretação de que o socialismo seria um sistema que subordinava o indivíduo à sociedade.

Padre Franca mobilizou argumentos teológicos, éticos e políticos para afirmar que a pedagogia católica respeitava a dignidade humana e conduzia à verdadeira felicidade e ordem social. Em sua exposição, ele afirmava que o socialismo tinha como base o materialismo, o coletivismo, a sociologia como ciência, enquanto o catolicismo estava pautado na dignidade humana, na espiritualidade, na ordem natural e sobrenatural, e na hierarquia moral. Essa forma de organizar seu pensamento, visava legitimar a proposta católica como único caminho possível. Essa contraposição não ocorreu num vazio, pois padre Franca identificava os protagonistas associados à pedagogia socialista, como, por exemplo, Paul Natorp, Peter Bergmann, Georg Kerchensteiner, Émile Durkheim. Essa estratégia do padre Franca revelava seu objetivo de deslegitimar política e epistemologicamente a pedagogia moderna e justificar a relevância da pedagogia católica.

Entre esses autores, Natorp é apresentado como uma das principais expressões de uma pedagogia social alinhada à pedagogia socialista, em consequência, fortalecendo perspectivas antagônicas ao catolicismo no que dizia respeito à educação, à sociedade e ao indivíduo. Leonel Franca afirmava que o indivíduo era portador de uma dignidade ontológica e espiritual, o que antecedia qualquer relação social, portanto, nenhuma instituição, como Estado, sociedade e ciência, definiria o fim último da educação. No entanto, é importante dizer que Paul Natorp retratava que o indivíduo se realizaria na e pela comunidade, sinalizando o social como fundamento do processo educativo. A individualidade não era negada, mas compreendida como resultado da inserção de todos em práticas, valores e vínculos comunitários.

Leonel Franca reconhecia o Estado como certa ameaça, como sistema que assumiria o controle da formação humana, dissolvendo a família e a igreja. Para Natorp, o Estado teria o papel na educação de garantia das condições universais para o desenvolvimento humano, sem necessariamente eliminar o papel de outras instituições. No que tange à base antropológica, Franca concebia o ser humano como criatura de Deus, portador de alma e moral, com orientação a um fim sobrenatural. Natorp se fundamentava na filosofia neokantiana e na ética social, onde os seres humanos se desenvolveriam através da vida comunitária, com finalidade da educação na formação moral e intelectual. Enquanto Franca concebia a pedagogia católica como instrumento de formação integral orientada à vida espiritual, Natorp entendia a pedagogia social como ciência no processo de socialização, responsável por articular indivíduo e sociedade.

A leitura que Franca fazia de Natorp era mediada por sua própria matriz teológica e por sua preocupação com o avanço da escola laica e da pedagogia moderna. Ao interpretar

Natorp como ameaça à dignidade espiritual, Franca simplificou e, em alguns casos, distorceu elementos da pedagogia social, reforçando sua estratégia de combate às concepções que deslocavam a igreja do centro da formação humana. Assim, a contraposição entre ambos não se reduzia a diferenças de opinião. Ela expressava a disputa entre dois projetos epistemológicos, políticos e éticos que tiveram forte reverberação no campo educacional brasileiro da primeira metade do século XX.

A contraposição do Leonel Franca à pedagogia socialista também se expressava no combate à sociologia moderna, ao dizer que ela assumiu um papel indevido, passando a ameaçar os verdadeiros fins da educação, já que esses dependiam da filosofia cristã. Ele denunciava a inversão da ordem dos saberes promovida pela pedagogia socialista. Defendia, portanto, a primazia da igreja como ordem sobrenatural, a família como ordem natural e, por último, o Estado como ordem social. Não obstante, denunciava que, ao se retirar das famílias o direito primário de educar, materializava-se a “mutilação do ser humano” (Franca, 1933a/2019). Ao levar esse debate para o âmbito de uma conferência, a oposição entre pedagogia socialista e pedagogia católica assumia um caráter marcadamente político, isto é, ele convertia uma discussão filosófica ou teológica numa questão política ou social. O uso de figuras de linguagem, como crianças arrancadas de suas mães, Estado divinizado, descristianização lenta, transformação do país em “Babilônia”, reforçava o caráter pastoral e político de sua conferência. Portanto, a conferência *Pedagogia socialista* (Franca, 1933a/2019) foi compreendida como parte integrante do projeto de restauração católica no campo educacional brasileiro, o qual concebia a educação como campo decisivo de disputa “civilizatória”, fortalecendo a “santificação das almas” via seu grupo alvo de ouvintes: as docentes.

A ação intelectual do padre Leonel Franca ganhou contornos mais precisos na exposição do item 2.3, que, sob o slogan “*universalismo católico que não mutila o homem, mas o educa na sua totalidade*”, apresentou o “remédio” aos males do laicismo pedagógico. Com a conferência *O pensamento social*, Franca (1933b/2019) buscou sintetizar a antropologia católica, ao explicitar que projeto de educação católica estava ancorado na noção de pessoa. Essa centralidade da pessoa correspondia à refutação tanto do individualismo liberal quanto do socialismo coletivista. A noção de pessoa, composta por inteligência, vontade e abertura à transcendência, foi utilizada como fundamento ontológico para reorganizar toda a vida social. Essa formulação deslocava o debate educacional para a esfera moral e religiosa, reafirmando que a pedagogia somente podia ser plenamente compreendida dentro da teologia católica. Com sua crítica ao socialismo, o jesuíta o acusava de ignorar a psicologia humana, a moral e a transcendência espiritual, cujos elementos, segundo ele, definiam o ser humano.

Franca interpretava a crise moderna como essencialmente moral. Assim, a educação, especialmente nas mãos de professoras católicas, teria uma função redentora: formar consciências, promover virtudes, restaurar costumes e salvar almas. A educação social católica, nesse sentido, assumiria uma função teleológica, a saber, conduzir a sociedade à realização de seu destino espiritual.

As intervenções do padre Leonel Franca em defesa da concepção da pedagogia social católica se verticalizaram no terceiro capítulo desta tese. Sob o título *Padre Leonel Franca: crítica à pedagogia social laicista e afirmação da pedagogia social católica*, expusemos a argumentação central em favor do catolicismo no projeto de formação social do ser humano à medida que desenvolvemos e aprofundamos o entendimento acerca dos fundamentos e da organização de uma pedagogia e educação social católica. A forma de argumentação se constituiu pela crítica às propostas de pedagogia social oriundas do laicismo pedagógico e pela proposição da concepção católica como superação daquelas.

Esse modo expositivo foi identificado na conferência *Escola Nova e pedagogia social* (Franca, 1933c/2019). No item 3.1, sob a declaração de que a Escola Nova e sua proposta de pedagogia social seriam sinônimos de “*incertezas sobre os fins da educação*” (Franca, 1933c/2019), o jesuíta construiu seu argumento a partir de um eixo central: mediante a ausência dos fins da educação nessa proposta ligada ao laicismo pedagógico, cabia a ele reinseri-los no debate público a partir dos fundamentos filosóficos e teológicos cristãos. Para ele, os fins seriam a bússola moral que orientaria toda prática educativa, e, sem eles, qualquer pedagogia corria o risco de se desviar para propósitos ideológicos perigosos. A constatação central foi mostrar às professoras que a pedagogia social decorrente da Escola Nova incorria num erro de base, pois relativizava os fins da educação social. Sem fins, não haveria uma verdadeira educação social. Nesse sentido, sua primeira argumentação se constituiu em mostrar os limites da Escola Nova, apresentando-a como movimento impreciso, instável e filosoficamente superficial. Sua estratégia discursiva consistia em deslegitimar o adversário por meio da acusação de ausência de fundamentos morais e filosóficos.

A crítica era marcada pela exposição do que considerava um erro, mas também pela indicação dos principais agentes. Tratava-se de uma conferência, logo, possuía um sentido pedagógico e político, cuja expressão simbólica era um processo argumentativo de repetição. Nesta conferência, padre Leonel Franca retomou o que havia dito em outras proferidas anteriormente, pois associava mais uma vez as ideias da pedagogia moderna a autores como Dewey, Durkheim, Kerschensteiner e Natorp. Tratava-se tanto de um movimento lógico, de exposição das ideias da Escola Nova e de indicação dos seus representantes, quanto de uma

medida retórica, pois se buscava preparar e convencer pela repetição a existência de uma crise social e educacional e que a proposta católica representava a superação disso tudo. O uso do argumento de forma repetitiva buscava ligar a pedagogia moderna ao perigo ideológico da época, reforçando o sentimento de ameaça e convocando as professoras a uma “cruzada pedagógica”. Nisso se evidenciava o projeto político da igreja: disputar a educação como espaço privilegiado de formação moral e cultural da sociedade. Essa maneira de compreender esta e as demais conferências do Leonel Franca relativizou uma possível leitura de que suas exposições eram repetitivas e enfadonhas, uma vez que a repetição funcionava como uma estratégia de intervenção intelectual, à medida que se pretendia desqualificar proposições e agentes que estavam em posições diferentes ou opostas e legitimar a proposta católica.

A ideia de social e de pedagogia social estava em disputa, haja vista que tanto os autores da Escola Nova quanto Leonel Franca manejavam esses vocábulos, como ilustravam algumas palavras de ordem que constavam à súmula da conferência *Escola Nova e pedagogia social*: “incertezas sobre fins na Escola Nova”; “imprecisão do ideal social”; “perigos de equívocos”; “necessidade de estudar a questão para dissipá-los e para renovar a educação católica”; “voz das autoridades eclesiásticas, Cristo, solução do problema social”. Essa conferência mostrou como Franca utilizava palavras que poderiam confundi-lo com os agentes da Escola Nova, como é o caso de pedagogia social, para, em seguida, redefini-los segundo a perspectiva cristã. A palavra era a mesma, mas o conceito era outro. Assim, admitia que toda pedagogia era social, mas afirmava que o sentido católico do social diferia radicalmente do sentido moderno e socialista.

Se na crítica à Escola Nova, padre Leonel Franca a desautorizava porque inexistiam os fins da educação, na conferência seguinte ele privilegiou os fundamentos da pedagogia social católica. No item 3.2, sob a asserção *Pedagogia social I: “questões de princípios de um interesse transcendente”*, ele demarcou a posição católica. A conferência *Pedagogia social I* (Franca, 1933e/2019) buscou delimitar os princípios que fundamentam a pedagogia social católica, sem deixar de assinalar que o individualismo e o socialismo expressavam sistemas unilaterais, pois, de um lado, preconizava-se a educação como uma questão individual; de outro, educação como um problema social. Em contraposição ao que chamava de aparente antinomia, defendia que a educação era tanto uma questão individual quanto social. Nisso consistia sua intervenção, isto é, em mostrar que antes de discutir práticas, processos e normas escolares, era preciso fixar princípios de natureza transcendente, princípios esses que orientariam e legitimariam uma educação individual e social.

Padre Leonel Franca seguiu o mesmo método de discussão, apresentando os posicionamentos das pedagogias individualista e socialista, que, ao privilegiar unilateralmente um dos polos, perdiam de vista a totalidade da natureza humana. Novamente, ele mobilizou a crítica ao “individualismo” e ao “socialismo”. Franca recusava tanto o individualismo quanto o socialismo, porque, para ele, ambos reduziam a complexidade da vida humana. Na sequência de sua argumentação, apresentou a pedagogia social católica, ancorada nas noções de indivíduo, sujeito e pessoa, sendo esta última a expressão de um ser espiritual, livre, moralmente responsável e aberto à transcendência.

A noção de pessoa diferenciava a definição de pedagogia social católica, cujo fim seria a formação superior da personalidade por meio da realização dos valores eternos da Verdade, do Bem e do Belo. Para ele, a pessoa simbolizava um indivíduo de natureza espiritual. A pessoa expressava tanto o indivíduo quanto o sujeito. Uma educação que reconhecesse a dimensão individual implicava em reconhecer as singularidades. Igualmente uma educação que contemplasse a dimensão social consistia no reconhecimento de que o indivíduo existia para a sociedade. Ou seja, não era possível defender uma educação puramente individual ou puramente social, como desejavam as pedagogias criticadas por padre Leonel Franca. Na pedagogia católica, a ideia de pessoa conectava o indivíduo e o sujeito a Deus, mas também ligava o indivíduo à sociedade e a sociedade ao indivíduo.

Para Leonel Franca, a pedagogia social católica superava os erros do individualismo e do socialismo ao unificar a formação da personalidade, a moral cristã e a vida em sociedade. A educação, nesse sentido, era apresentada como processo de espiritualização, com objetivo de libertar o ser humano de seus impulsos inferiores, ordenar seus valores, promover sua autonomia moral e orientá-lo a serviço do próximo, sempre ancorado na fé católica. Portanto, os fins da educação social católica consistiriam em reconhecer a dimensão individual (indivíduo), a dimensão social (sujeito) e a dimensão espiritual (pessoa) do ser humano.

Após discutir os princípios de natureza transcendente que deveriam fundamentar a pedagogia social, Leonel Franca tratou de expor algumas práticas, alguns processos e algumas orientações a respeito da organização da educação social. Sob a designação de *Educação social: “o corpo da pedagogia social”*, o jesuíta buscava sistematizar uma prática da pedagogia social católica, articulando disciplinas, métodos e organização escolar a partir do núcleo: concepção cristã da vida. Na conferência *Educação social* (Franca, 1931e/2019), ele argumentou que a pedagogia social deveria harmonizar indivíduo e coletividade, superando tanto o individualismo quanto o coletivismo, mediante uma “síntese superior” que só o cristianismo

permitiria alcançar. Essa síntese, fundada em caridade, justiça, ordem e hierarquia, constituía a base ontológica da vida social, e, portanto, da educação social.

Para ele, a lógica interna da educação social católica compreendia duas dimensões: primeira, a formação espiritual, chamada de “alma” da educação social, na qual se formavam virtudes, caráter, disciplina interior, sentido de missão e identidade cristã; segunda, a formação prática e organizacional, chamada de “corpo”, composta por disciplinas, métodos, regras, vida colegial, organização do tempo e do espaço, experiências de convivência. Esses dois elementos fortaleciam o discurso pedagógico do padre Franca, construído para que se traduzisse em práticas escolares concretas, como a organização da aula, o uso disciplinar das ciências, a inserção da história da igreja no currículo, a disciplina socializada. Tratava-se de uma exposição da organização de uma educação social guiada pela pedagogia social católica.

Sua forma de argumentação se reportava aos modelos de pedagogia social criticados, como a situação em que mencionava Natorp, com intuito de situar suas divergências e sustentar perante as professoras o melhor caminho de organização de uma educação social de base católica. Ele destacava que cada disciplina deveria ser reinterpretada à luz da doutrina católica, servindo à restauração moral da sociedade. Em contraponto, a visão de Natorp seria a de um currículo que cultivasse o pensamento crítico, a consciência social e participação comunitária. Nessa disputa, notamos que Natorp via o conhecimento como possibilidade de emancipação; Franca subordinava o conhecimento a uma ordem moral estável, evitando que a crítica dissolvesse a autoridade religiosa. Aparecia ainda a questão da autonomia. O jesuíta reconhecia as práticas de autogoverno, mas sob restrição, pois temia o “otimismo” de Rousseau e a “mística libertária” da Escola Nova. A autonomia, para ele, devia ser cuidadosamente controlada para reforçar a disciplina interior e a adesão voluntária à autoridade, tendo como foco a formação moral diante da autonomia.

Esta conferência revelava que, ao apresentar sua concepção de educação social, Franca não apenas descrevia métodos, mas intervinha diretamente na disputa teórica e pedagógica, posicionando a igreja como fonte legítima da ordem social, autoridade moral superior às pedagogias modernas, além de guardião da relação entre indivíduo, família, pátria e igreja. Sua crítica à laicização dos currículos, à neutralidade pedagógica, ao individualismo e aos métodos ativos radicais situava a pedagogia católica como antagonista à tradição do que chamava Escola Nova. Assim, Franca formulou uma pedagogia social católica não apenas alternativa, mas concorrente, reivindicando para si a solução da crise moderna denunciada na década de 1930. Uma educação social não poderia atentar-se apenas ao indivíduo, como proclamava o individualismo pedagógico; ou somente à sociedade, tal como defendia uma pedagogia

socialista, mas deveria ser dirigida ao indivíduo, à sociedade e à espiritualidade. Portanto, a educação social, que acontecia tanto em espaço escolar (como abordado por ele na conferência *Educação social*) quanto em espaço não escolar (como mencionado por ele nesta conferência, ao fazer referência a obras periescolares), deveria se organizar a partir dos princípios da pedagogia social católica, cujo fim era cuidar da dimensão material (o corpo da pedagogia social) e da dimensão espiritual (a alma da pedagogia social) da vida humana.

A dimensão espiritual da pedagogia social foi objeto específico da conferência *Pedagogia social II: “a alma da pedagogia social”*. E disso se ocupou o último item do capítulo três, no qual se buscou mostrar que, para o padre Leonel Franca, a alma da pedagogia social seria a formação interior da personalidade, orientada pela religião católica e inscrita numa concepção em que a alma, iluminada pela graça, seria o eixo da vida moral e da sociabilidade. Essa dimensão diferenciava a pedagogia social católica em relação às pedagogias criticadas pelo conferencista, pois consistia na formação da pessoa, na qual estavam contidas tanto a dimensão individual quanto a dimensão social do ser humano.

Esse eixo construído como fundamento da educação social permitiu compreender o lugar estratégico dessa conferência, pois Franca se posicionou contra a Escola Nova, a pedagogia socialista e contra qualquer concepção educacional que não incluísse o catolicismo como centro da formação humana. Mais uma vez, o jesuíta utilizou da estratégia argumentativa da crítica ao adversário e da afirmação do projeto católico. Ele apontava que a Escola Nova e o socialismo erravam ao defender, ao propor a confiança nos meios exteriores, ao negligenciar a formação da alma, reduzindo a pedagogia ao fazer, à técnica e ao risco de “tirania do social” (Franca, 1933f/2019).

Franca defendia que a formação não possuía apenas o objetivo de transmitir conteúdos nas escolas, mas levar os sujeitos a uma compreensão viva, profunda e existencial das verdades espirituais e, sobretudo, morais. Para isso, enfatizava a necessidade de experimentar e viver essas verdades na prática. Desse modo, para ele, isso implicava uma vida de coerência, marcada pela caridade, pela justiça e principalmente pelo espírito cristão. A pedagogia social, seria, portanto, educação para uma vida social, educação que formaria almas para compreender e viver a verdade em plenitude, tendo a religião católica como única base para tal realização.

Franca produziu uma interpretação católica da categoria “pedagogia social” que lhe permitia rejeitar os fundamentos filosóficos modernos e reinscrever a educação social no campo teológico, subordinando corpo, escola e comunidade ao primado da alma. Ele propôs que a pedagogia social fosse um caminho de restauração da ordem cristã em meio à modernização. A pedagogia social, de acordo com os princípios destacados por Franca, exigia uma autoridade

legítima que orientasse a vida em sociedade. Essa autoridade encontrava seu fundamento na missão divina da igreja, dotada de meios eficazes para a transformação interior.

Franca radicalizava a tese central de sua pedagogia: sem a formação interior religiosa, toda pedagogia social é um corpo morto. Buscava consolidar a ideia de que a educação social católica articulava corpo e alma; que interioridade moral deveria ser a essência da vida em comum; a escola deveria ser instrumento de evangelização católica e que nenhuma pedagogia moderna, incluindo a de Natorp, conseguiria dar fundamentos sólidos à fraternidade humana. A pedagogia social católica seria a única capaz de produzir uma sociedade justa e fraterna, pois era a única fundada em um princípio absoluto: Deus como origem e destino da vida humana. Padre Leonel Franca estrategicamente argumentava que a igreja católica seria capaz de formar para além da religião. Para ele, a verdadeira pedagogia social era inseparável da pedagogia moral. A educação moral, inclusive, precederia a educação social. Primeiro, forma-se os seres humanos no seu interior, as virtudes, depois capacita-se para a vida em sociedade.

Ao propor que a educação social começava pela alma, não pelo corpo, que sem formação interior não haveria sociabilidade autêntica, que a convivência social podia gerar vaidade, imitação, modismos, egoísmo e que a solidariedade natural seria insuficiente sem a extensão da religião, padre Leonel Franca articulava uma crítica direta ao laicismo pedagógico simbolizado na Escola Nova e na pedagogia socialista, e defendia que a vida individual e social devia ser integrada à vida espiritual sob a mediação da religião católica. Portanto, ao retomar os limites internos desses modelos e ao afirmar o catolicismo como aquele que cuida da formação da personalidade, Franca concluía este ciclo de formação das professoras do *Sacré-Coeur*: inicialmente criticou a pedagogia laicista (*Escola Nova e pedagogia social*); em seguida, apresentou os princípios da pedagogia social católica (*Pedagogia social I*); após, expôs a dimensão material da pedagogia social católica (*Educação social*); e, por fim, a dimensão espiritual da pedagogia social católica (*Pedagogia social II*).

As conferências revelavam a atuação do padre Franca como um intelectual da igreja. Seu discurso teve ainda mais força porque foi proferido em um colégio católico, dirigido a educadoras, apoiado por sua autoridade eclesiástica e intelectual. Em diálogo com Bourdieu (2008), podemos dizer que a força de seu discurso estava ligada às condições sociais de sua enunciação, isto é, ao lugar simbólico que legitimava sua fala como discurso autorizado. O universalismo católico como alternativa superior tanto ao liberalismo quanto ao socialismo, fundamentado na concepção de pessoa e na hierarquia da tríade sobrenatural, natural e social, ou a pedagogia social católica como superação da pedagogia social da Escola Nova e da proposta socialista, são defendidos por um integrante do clero, com capital cultural e simbólico

reconhecido pela igreja católica e pelos fiéis católicos, notadamente pelas professoras que acompanhavam suas conferências. A sobreposição do pensamento social da igreja a outras concepções se assentava, sobretudo, naquilo que Bourdieu (2008, p. 87) designou de “linguagem autorizada”, pois “o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido”. É sob esta condição que Leonel Franca criticava o laicismo pedagógico e sua pedagogia social, operando como mecanismo de afirmação da autoridade moral da igreja e como justificativa para sua presença no campo educacional.

A força das palavras proclamadas por padre Leonel Franca foi compreendida a partir do que Bourdieu chamou de “as condições sociais da eficácia do discurso ritual” (Bourdieu, 2008). Assim funcionavam as estratégias das conferências, como ilustra a conferência *O pensamento social*, que culminou com uma convocação político-religiosa às professoras, atribuindo-lhes o papel de agentes privilegiadas da educação social católica ao posicioná-las como “luz do mundo” e “sal da terra”, isto é, como responsáveis para conduzir a sociedade ao ideal cristão de bem comum e salvação. Sua linguagem autorizada, portanto, foi compreendida como parte do projeto católico de disputa pelo domínio no campo educacional e social, num contexto de tentativa de modernização e de secularização, no Brasil dos anos 1930.

Para concluir, consideramos relevante dizer algo em relação aos desdobramentos contemporâneos do debate em torno da pedagogia social. Ao nos debruçarmos no estudo da questão da pedagogia social católica a partir das tomadas de posição do padre Leonel Franca, notamos que, para ele, o elemento religioso era intrinsecamente basilar para a formação e para pensar um projeto de educação no contexto brasileiro. No entanto, o não reconhecimento de outras matrizes religiosas revela uma condição do posicionamento da igreja católica daquele momento, aspecto relativizado a partir do Vaticano II (1962-1965), à medida que se reconheceu e se proclamou o ecumenismo e o diálogo interreligioso.

O confronto do Leonel Franca ao que denominava de laicismo pedagógico ainda tem reverberação no contexto mais recente, seja pela forte presença de instituições de caráter religioso à frente de entidades de educação social, simbolizadas naquelas instituições denominadas por ele de obras periescolares, seja nos embates em torno da organização do currículo escolar, notadamente sobre o modo de disposição da disciplina de ensino religioso (Cavanna, 2021). As experiências mais recentes indicam a permanência das ideias de uma pedagogia social de caráter religioso, mas igualmente o avanço de uma pedagogia social alicerçada nos conhecimentos científicos. Todavia, mesmo nos meios religiosos parece ter pouca pertinência atrelar exclusivamente pedagogia social à religião, como se fosse impossível

compreender a pedagogia e educação social sob um viés laicista. Ou seja, mesmo nos espaços de educação social ligados a entidades religiosas é possível pensarmos numa pedagogia social em diálogo com os debates científicos.

A defesa do Leonel Franca quanto ao dogma religioso na construção da pedagogia e educação social integra a historicidade dessas áreas, como se pode perceber em estudos acadêmicos (Ribas Machado, 2014; 2010; Azambuja, 2020). Pensar a pedagogia e a educação social sem o carisma católico ou qualquer outra marcação religiosa não significa negar seu papel histórico e sua contribuição, mas reconhecer outras possibilidades de pedagogia e educação social que ganharam espaço na segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Seria deslocar a ação educativa do eixo confessional para bases laicas, ético-políticas e sociais. Esse deslocamento do carisma (caridade, missão, vocação, cuidado do outro como expressão de fé) à ética pública (direitos humanos, justiça social, dignidade humana como princípio universal, responsabilidade coletiva e estatal) expressaria uma visão mais plural e atual de pedagogia e educação social. Pensar a pedagogia e educação social sem exclusividade de carisma religioso implica, portanto, numa ruptura epistemológica e ética: ela deixa de ser ação moral ou religiosa e passa a ser uma prática social estruturada, orientada por princípios públicos, científicos e universais. Esse deslocamento, inclusive, pode ocorrer em instituições de educação social vinculadas a entidades religiosas, pois os princípios de uma ética pública estão atrelados aos elementos que ligam os seres humanos sem distinção de credo religioso ou qualquer outro tipo de diferença social e cultural.

Enfim, esta tese procurou analisar a concepção de pedagogia e educação social católica desenvolvida nas ações do padre Leonel Franca, na década de 1930, compreendendo que as discussões sobre esta questão não se encerram aqui, restando a possibilidade de aprofundarmos o debate em torno de outros personagens envolvidos com esta temática, tal como Paul Natorp, assim como de outras frentes de ação do próprio padre Leonel Franca, como, por exemplo, suas intervenções realizadas no Instituto de Educação Familiar e Social, criado em 1937, no Rio de Janeiro. As conferências promovidas neste Instituto simbolizaram as obras periescolares, abordando temas diversos, como sexualidade, família, logo, estas ações integravam o projeto de pedagogia e educação social defendido por Leonel Franca. Isso revela uma das principais lacunas desta tese, pois, nas intervenções de padre Leonel Franca no Instituto de Educação Familiar e Social, vemos sua preocupação com uma preparação do educador social, dando origem ao curso de Serviço Social (Martins, 2021), área que tem forte ligação com a pedagogia e educação social. Se os debates não se fecham aqui, o estudo dos posicionamentos deste jesuíta

nos estimula a compreendermos e nos posicionarmos frente aos debates ainda frequentes em nosso país, tanto na área da educação quanto da pedagogia e educação social.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. **A Igreja na história**. São Paulo: Paulinas, 1999.
- ABREU, Malila da Graça Roxo. **O pensamento pedagógico socialista**: reflexões sobre a experiência educacional na Rússia pós-revolucionária e suas contribuições para o projeto educacional da sociedade contemporânea. 2011. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.
- AMARAL, Deivison. Corporativismo católico no Brasil: a leitura brasileira da doutrina social e o debate intelectual na Revista A Ordem. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges. (Orgs.). **Corporativismo**: ideias e práticas. IUC - Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023. p. 141-169.
- AZAMBUJA, Gládis Goetê. **Educadores Sociais nos municípios das Regiões Metropolitanas do Paraná**: um olhar sob a perspectiva da Pedagogia Social Comparada (2009-2019). 2020. 303 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.
- AZZI, Riolando. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.
- BALDIN, Marco. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 149 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014.
- BARROS, Epaminondas Xavier de. **Histórias dentro da história**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.
- BARROS, Epaminondas Xavier de. **Vinhas da caridade**: 50 abis da promoção humana e social no Instituto “Duque de Caxias” em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.
- BARROS, Raimundo Caramuru (*Servus Mariae*). **Para entender a Igreja no Brasil**: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968). Petrópolis: Vozes, 1994.
- BÍBLIA, tradução ecumênica: TEB. São Paulo: Loyola, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 59-73.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’água, 2003. p. 39-72.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Dispõe sobre a criação da Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ., 14 nov. 1930.

BRASIL. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ. 11 abr. 1931.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CAETANO, Maria Cristina. **O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas**. 2007. 386f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CAMPOS, Alexandra Resende. Família e Escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. **Vertentes**, São João Del Rei, v. 19, p. 61-71, 2011.

CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CAMPOS, Nívio de. Lugar da história da educação na formação do professor/pedagogo. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 95-104, jun. 2011.

CAMPOS, Nívio de. **A Igreja Católica no Paraná (1924-1973): cavaleiros de uma nova cruzada**. Cachoeirinha: Editora Fi, 2025.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação**. **Revista do Centro de Educação UFSM**, v. 30, n. 2, p. 87-104, 2005. Acesso em: 09 jan. 2025.

CARVALHO, Telmo José. **Colégio Sacré-Coeur de Jésus Alto da Boa Vista. Histórias e memórias**. Rio de Janeiro: Pirilampo, 2021.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAVANNA, Federico Alvez. O ensino religioso e a laicidade nas escolas públicas do Brasil nos debates do Supremo Tribunal Federal (2017-2018). In: CAMPOS, Nívio de; MONTANER, Gerardo Garay (Orgs.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos, fronteiras e disputas**. Porto Alegre: Editora Fi, 2001. p. 149-170.

CONCEIÇÃO, Fabiana Cristina da. **A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra Ensino Religioso e Ensino Leigo de Leonel Franca**. 2012. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORDEIRO, Leandro Luiz. **Alceu Amoroso Lima e as posturas políticas na Igreja Católica Brasileira (1930-1950)**. 2008. 223f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

CRUZ, Edmilson Pereira. **A repercussão da questão social nos documentos magistrais da Igreja Católica ao longo do século XX e os jesuítas**. 2019. 130f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

DI FIORE, André Gustavo; Souza, Ney de; FERREIRA, Reuberson (Orgs.). **Dicionário da história do catolicismo no Brasil**. São Paulo: Recriar, 2024.

DIAS, Romualdo. **“Cor unum et anima una”**: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935). 1993. 285f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FABRÍCIO, Edison Lucas. **A fé na educação: a trajetória, a obra e o “apostolado intelectual” do Pe. Leonel Franca (1893-1948)**. 2019. 427f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FABRICIO, Edison Lucas. Laicidade e educação: o Pe. Leonel Franca S.J. e o debate sobre o decreto do ensino religioso na escola pública brasileira (1931). **Projeto História**, São Paulo, v. 67, p. 143-176, jan./abr. 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

FONTANA, Patrícia, KUHN, Martin, ERMEL, Tatiane de Freitas. Formação professores e processo educativo: a Companhia de Jesus nos clássicos da educação brasileira. **Educação**, Santa Maria, v. 46, p. 1-22, jan./dez. 2021.

GRÜN, Roberto. Capital econômico. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autentica, 2017. p. 107-109.

GURGEL, Eduardo Amaral. **Imprensa e Igreja Católica no início do século XX**: convergências e divergências. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

IVERN, Francisco. Pe. Leonel Franca, S.J. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 20, n. 63, p. 583-587, 1993.

JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo; KLUCK, Claudia Regina. Ensino confessional: um modelo no cenário brasileiro. **Revista de Teologia e Ciência Religião**, Recife, v. 7, n. 2, p. 251-269, jul./dez., 2017.

KOURY, Lucia. **Colégio Sacré-Coeur de Jesus**: Morro da Graça, sua história, nossas memórias. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2023.

LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autentica, 2017. p. 101-103.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LIMA, Alceu Amoroso. Reinvidicações católicas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 67, p. 7-30, jan./jun. 1962. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20196&pesq=R>>

ei vindica%C3%A7%C3%B5es%20Cat%C3%B3licas&pagfis=31382>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República**: cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Paulinas, 1991.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; NEVES, Carla Villanova. Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” (1930-1950). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 7 n. 3, p. 99-115, 2008.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTIN, Monique de Saint. Capital social. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autentica, 2017. p. 113-117.

MARTINS, Ana Paula Vosne. As mulheres católicas e as origens do Serviço Social: o caso do Instituto Social do Rio de Janeiro (1937-1947). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 184-201, 2021.

MENDES, Candido. Leonel Franca, a disciplina da verdade. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 20, n. 61, p. 163-172, 1993.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **Religião, cultura e política**: o apostolado laico dos Jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação. 2011. 363f. Tese (Doutorado Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NATORP, Paul. **Pedagogía Social**: teoria de la educación de la voluntad. Madri: La Lectura, 1913.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188-204, ago. 2006.

OLIVEIRA, Gabriel Henrique Divardim. “**A nova sciencia política, a pedagogia social**”: representações na imprensa brasileira (1917-1940). 2023. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. **Trajetória intelectual do jesuíta Leonel Franca**: educação e catolicismo (1923-1948). 2018. 242f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. Trajetória intelectual do Padre Leonel Franca: catolicismo e ensino religioso no Brasil (1908-1948). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 21, p. 1-28, 2021.

OLIVEIRA, Natália Cristina; CAMPOS, Nívio de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. O Modelo Católico de Ensino Superior no Brasil: Padre Leonel Franca e a Criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 5, p. 1-26, 2019.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; CAMPOS, Nívio. Padre Leonel Franca: articulações religiosas no Centro Dom Vital e na Liga Eleitoral Católica. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 271-291, 2020.

OLIVEIRA, Sandra Maria de. **A presença católica na formação de professores no Brasil: os manuais das Madres Peeters e Cooman (1935-1971)**. 2017. 230f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

PRACHUM, Bianca Neves; Oriomar SKALINSKI JUNIOR. Apropriações católicas da Escola Nova a partir dos Manuais Pedagógicos de Everardo Backheuser (1933-1946). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-19, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/17453>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, nr.18, p.13-28, 2001.

RIBAS MACHADO, Érico. **A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira**. 2010. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RIBAS MACHADO, É. **O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: O estágio atual no Brasil e Espanha**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, SP, 2014.

RODRIGUES, Leandro Garcia. O Itinerário Espiritual de Alceu Amoroso Lima Deserto e Êxtase da Fé. **Teoliterária**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 124-147, 2011.

ROMANO, Roberto. **Brasil, Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SATÍRIO, Patrícia Borsato. **O ideário educacional católico do século XX na produção bibliográfica do Padre Teófanés (1930 -1960)**. 2009. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

SILVA, Aldemir Barbosa da. **Projetos em disputa: o manual Noções de História da Filosofia do Padre Leonel Franca (S.J.), nas décadas de 1910 a 1940**. 2020. 292f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira. **Serviço Social e a ação sócio-pastoral da Igreja Católica: Assistência, promoção humana e emancipação social**. 2010. 183f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular**. Curitiba: CRV, 2015.

SOUSA JUNIOR, Jose Pereira de. **Estado laico, igreja romanizada na Paraíba Republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930)**. 2015. 232f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUZA, Edilson Soares de. Dois teólogos debatem a influência da religião cristã no progresso social e no desenvolvimento humano (Brasil, 1896- 1934). **Revista Via Teológica**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 307-321, 2015a.

SOUZA, Edilson Soares de. Psicologia e religião: intelectuais cristãos escrevem sobre fé e ciência. **Revista Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 71-83, 2015b.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera de. **Anísio Teixeira e a educação brasileira**: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924-64. 2018. 598f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

STANG, Bernadete de Lourdes Streisky. **O saber e o credo**: os intelectuais católicos e a doutrina da Escola Nova (1924-1940). 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VAZ, Henrique C. Lima. Uma filosofia cristã da cultura: Leonel Franca. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 22, n. 71, p. 441-452, 1995.

VAZ, Henrique C. Lima. Leonel Franca e a cultura católica no Brasil. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 25, n. 82, p. 317-328, 1998.

VILHENA, Cyntia Pereira de Sousa. A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo. **Psicologia**, São Paulo, p. 45-57, 1992.

WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da história para a educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n. 47 p. 1-11, 1990.

APÊNDICE A – FONTES

- ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL, Anotações. Rio de Janeiro, consultas em jul. 2022.
- ASSOCIAÇÃO de professores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 out. 1933, p. 14. ed. 00242.
- D'ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira. (1953). **O padre Leonel Franca, S. J.** Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 1, v. 1.
- FRANCA, Leonel (1925). **O método pedagógico dos jesuítas**: Ratio Studiorum – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 4, v. 4.
- FRANCA, Leonel (1926). **Relíquias de uma polêmica**. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 5, v. 5. p. 143-430.
- FRANCA, Leonel. Educação. (1928). In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 23-34.
- FRANCA, Leonel. (1929a). Moral leiga I. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 413-426.
- FRANCA, Leonel. (1929b). Moral leiga I. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 445-459.
- FRANCA, Leonel. (1929c). Moral leiga II. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 429-442.
- FRANCA, Leonel (1930a). Liberdade. In: FRANCA, Leonel. **Liberdade e determinismo**. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 5, v. 5. p. 7-24.
- FRANCA, Leonel. (1930b). A esterilidade voluntária e a moral católica. In: FRANCA, Leonel. **Alocuções e artigos**. Campinas: Kirion, 2021. T 2, v. 2. p. 361-371.
- FRANCA, Leonel. (1931a). Ensino religioso e ensino leigo. In: FRANCA, Leonel. **Polêmicas**. 2. ed. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 3, v. 4. p. 107-120.
- FRANCA, Leonel. (1931b). Ensino religioso. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 335-346.
- FRANCA, Leonel. (1931c). Unidade da pedagogia católica. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 153-165.
- FRANCA, Leonel. (1931d). Renascimento da pedagogia católica. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 167-183.
- FRANCA, Leonel. (1931e). A responsabilidades do educador. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 185-190.
- FRANCA, Leonel (1931f). Em defesa da família. In: FRANCA, Leonel. **Alocuções e artigos**. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 2, v. 2. p. 229-245.
- FRANCA, Leonel (1931g). Alocução aos bacharelandos de Direito. In: FRANCA, Leonel. **Alocuções e artigos**. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 2, v. 1. p. 225-232.
- FRANCA, Leonel. (1932). Unidade e dispersão em pedagogia. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 67-70.
- FRANCA, Leonel. Pedagogia social. **Diário de São Paulo**. São Paulo, 29 ago. 1933.
- FRANCA, Leonel. (1933a). Pedagogia socialista. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 123-137.
- FRANCA, Leonel. (1933b). O pensamento social. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 139-151.
- FRANCA, Leonel. (1933c). Escola Nova e pedagogia social. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 79-90.
- FRANCA, Leonel. (1933d). Educação social. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 41-54.
- FRANCA, Leonel. (1933e). Pedagogia social I. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 93-104.

- FRANCA, Leonel. (1933f). *Pedagogia social II*. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2019. p. 107-120.
- FRANCA, Leonel (1938). **O Protestantismo no Brasil**. 5 ed. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 3, v. 3.
- FRANCA, Leonel. *Ascese*. ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL, Conferências pedagógicas. Rio de Janeiro. 1939a. Consultas em jul. 2022.
- FRANCA, Leonel. *Adolescência*. ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL, Conferências pedagógicas. Rio de Janeiro. 1939b. Consultas em jul. 2022.
- FRANCA, Leonel. *Conhecimento de si mesmo I*. ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL, Conferências pedagógicas. Rio de Janeiro. 1939c. Consultas em jul. 2022.
- FRANCA, Leonel (1948). **A Igreja, a Reforma e a Civilização**. 5 ed. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 3, v. 1. p. 361-371.
- FRANCA, Leonel. (1954). **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019.
- FRANCA, Leonel (1954). **Liberdade e determinismo**. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 5, v. 5. p. 361-371.
- FRANCA, Leonel (1955). **Noções de História da Filosofia**. 14. ed. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 5, v. 2.
- FRANCA, Leonel. (19–). *Escola única*. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 19-21.
- FRANCA, Leonel. (19–). *O direito de educar*. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 57-65.
- FRANCA, Leonel. (19–). *Sobre o manifesto educacional*. In: FRANCA, Leonel. **A formação da personalidade**. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019. p. 193-202.
- FRANCA, Leonel. **Polêmicas**: Ensino religioso e ensino leigo, Problemas de deontologia médica, Relíquias de uma polêmica. Rio Grande da Serra: Obras Católicas, 2021. T 3, v. 4. p. 7-24.
- LEÃO XIII. **Carta Encíclica *Rerum Novarum* – Sobre a condição dos operários**, 15 de maio de 1891. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 12 maio. 2022.
- PIO XI. **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* – Acerca da Educação Cristã da Juventude**, 31 de dezembro de 1929. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- PIO XI. **Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* – Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII *Rerum Novarum***, 15 de maio de 1931. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>. Acesso em: 12 maio. 2022.

APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES

1 – Leonel Franca: trajetória e obras				
Classificação	Área do conhecimento	Autor (a)	Ano	Título
Tese	Educação	Natália Cristina de Oliveira	2018	Trajetória intelectual do jesuíta Leonel Franca: educação e catolicismo (1923-1948)
Tese	História	Edison Lucas Fabrício	2019	A fé na educação: a trajetória, a obra e o “apostolado intelectual” do Pe. Leonel Franca (1893-1948)
Tese	Educação	Aldemir Barbosa da Silva	2020	Projetos em disputa: o manual Noções de História da Filosofia do Padre Leonel Franca (S.J.), nas décadas de 1910 a 1940
Dissertação	Ciências da Religião	Fabiana Cristina da Conceição	2012	A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra Ensino Religioso e Ensino Leigo de Leonel Franca
Artigo		Edison Lucas Fabrício	2020	Laicidade e educação: o Pe. Leonel Franca S.J. e o debate sobre o decreto do ensino religioso na escola pública brasileira (1931)
Artigo		Francisco Ivern	1993	Pe. Leonel Franca, S.J.
Artigo		Candido Mendes	1993	Leonel Franca, a disciplina da verdade
Artigo		Natália Cristina de Oliveira	2021	Trajetória intelectual do Padre Leonel Franca: catolicismo e ensino religioso no Brasil (1908-1948)
Artigo		Henrique C. Lima Vaz	1995	Uma filosofia cristã da cultura: Leonel Franca
Artigo		Henrique C. Lima Vaz	1998	Leonel Franca e a cultura católica no Brasil

2 – Igreja católica e formação de professores				
Classificação	Área do conhecimento	Autor	Ano	Título
Tese	Educação	Sandra Maria de Oliveira	2017	A presença católica na formação de professores no Brasil: os manuais das Madres Peeters e Cooman (1935-1971)
Dissertação	Educação	Maria Cristina Caetano	2007	O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas
Artigo		Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi e Carla Villanova Neves	2008	Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” (1930-1950)
Artigo		Alexandra Resende Campos	2011	Família e Escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro
Artigo		Patrícia Fontana, Martin Kuhn e Tatiane de Freitas Ermel	2021	Formação professores e processo educativo: a Companhia de Jesus nos clássicos da educação brasileira

3 – Igreja Católica e ação social				
Classificação	Área do conhecimento	Autor	Ano	Título
Dissertação	Serviço Social	Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva	2010	Serviço Social e a ação sócio-pastoral da Igreja Católica: Assistência, promoção humana e emancipação social
Dissertação	História	Edmilson Pereira Cruz	2019	A repercussão da questão social nos documentos magistrais da Igreja Católica ao longo do século XX e os jesuítas
Artigo		Edilson Soares de Souza	2015a	Dois teólogos debatem a influência da religião cristã no progresso social e no desenvolvimento humano (Brasil, 1896- 1934)
Artigo		Cyntia Pereira de Sousa Vilhena	1992	A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo

4 – Igreja Católica, intelectuais e política				
Classificação	Área do conhecimento	Autor	Ano	Título
Tese	Educação	Bernadete de Lourdes Streisky Stang	2008	O Saber e o Credo: Os Intelectuais Católicos e a Doutrina da Escola Nova (1924-1940)
Tese	Filosofia	Romualdo Dias	1993	“Cor unum et anima una”: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935)
Tese	Ciência Política	Lorena Madruga Monteiro	2011	Religião, cultura e política: o apostolado laico dos Jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação
Tese	História	Marco Baldin	2014	O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942).
Tese	História	Jose Pereira de Sousa Junior	2015	Estado laico, igreja romanizada na Paraíba Republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930)
Tese	Comunicação Social	Eduardo Amaral Gurgel	2017	Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: convergências e divergências
Dissertação	História	Leandro Luiz Cordeiro	2008	Alceu Amoroso Lima e as posturas políticas na Igreja Católica Brasileira (1930-1950)
Artigo		Natália Cristina de Oliveira e Nêvio de Campos	2020	Padre Leonel Franca: articulações religiosas no Centro Dom Vital e na Liga Eleitoral Católica
Artigo		Natália Cristina Oliveira, Nêvio de Campos e Oriomar Skalinski Júnior	2019	O Modelo Católico de Ensino Superior no Brasil: Padre Leonel Franca e a Criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC

5 – Formação intelectual e educação				
Classificação	Área do conhecimento	Autor	Ano	Título
Tese	Educação	Márcia Cristina Soares Cabrera de Souza	2018	Anísio Teixeira e a educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924–64
Dissertação	Educação Brasileira	Patrícia Borsato Satório	2009	O ideário educacional católico do século XX na produção bibliográfica do Padre Teófanés (1930 -1960)
Dissertação	Educação	Gabriel Henrique Divardim Oliveira	2023	“A nova sciencia politica, a pedagogia social”: representações na imprensa brasileira (1917-1940)
Artigo		Sergio Rogério Azevedo Junqueira e Claudia Regina Kluck	2017	Ensino confessional: um modelo no cenário brasileiro
Artigo		Edilson Soares de Souza	2015b	Psicologia e religião: intelectuais cristãos escrevem sobre fé e ciência
Artigo		Leandro Garcia Rodrigues	2011	O Itinerário Espiritual de Alceu Amoroso Lima Deserto e Êxtase da Fé
Artigo		Bianca Neves Prachum e Oriomar Skalinski Junior	2021	Apropriações católicas da Escola Nova a partir dos Manuais Pedagógicos de Everardo Backheuser (1933-1946)

APÊNDICE C – LEGADO DE LEONEL FRANCA

Aqui, listamos a produção intelectual que Leonel Franca produziu. Seguimos tal qual expôs Luiz Gonzaga da Silveira D’Elboux no livro sobre sua biografia. Essas informações estão disponíveis em sua obra já descrita nesse trabalho, no Apêndice III (D’Elboux, 1953/2021, p. 489-506).

Elenco dos escritos e alocações do Pe. Franca, organizados da seguinte maneira:

1 – LIVROS PUBLICADOS

2 – PREFÁCIOS DE VÁRIOS LIVROS

3 – ARTIGOS E RECENSÕES

3a – Artigos no “Verbum”

4 – SERMÕES, DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

5 – CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS

5a – Às Professoras públicas e normalistas do Colégio Sacré Coeur de Jésus

5b – Conferências Para O Centro D. Vital

5c – Instruções aos Congregados Marianos

5d – Conferências no Instituto de Formação Familiar e Social

5e – Conferências Repetidas

1 – LIVROS PUBLICADOS

- 1 - 1918 - Noções de História da Filosofia (13 edições).
- 2 - 1919 - Apontamentos de Química Geral (10 edições).
- 3 - 1923 - A Igreja, a Reforma e a Civilização (seis edições) - Traduzido em holandês (1936).
- 4 - 1926 - Relíquias de uma Polêmica.
- 5 - 1931 - Ensino Religioso e Ensino Leigo.
- 6 - 1931 - O Divórcio (sete edições).
- 7 - 1933 - Catolicismo e Protestantismo (três edições).
- 8 - 1933 - Lutero e o Sr. Frederico Hansen (opúsculo).
- 9 - 1934 - A Psicologia da Fé (seis edições no Brasil, e uma em Portugal) - Traduzido ao Espanhol (Argentina, 1944, Espanha, 1948).
- 10 - 1938 - O Protestantismo no Brasil.
- 11 - 1941 - A Crise do Mundo Moderno (três edições no Brasil, uma em Portugal) Traduzido em Espanhol (Argentina, 1944; Espanha, 1948).
- 12 - 1944 - Imitação de Cristo – Tradução (quatro edições).
- 13 - O Livro dos Salmos – Tradução.
- 14 - 1952 - O Método Pedagógico dos Jesuítas – Tradução e comentários.

2 – PREFÁCIOS DE VÁRIOS LIVROS

1927 - Uma alma infantil, GUY DE FONTGAILLAND - Tradução.

1930 - PE. PERROY - Subida do Calvário, trad. de LUÍS LEAL FERREIRA.

1934 -EVERARDO BACKHEUSER, Técnica da Pedagogia Moderna.

CÔNEGO SALIM, Ciência e Religião.

J. P. JUNGLAS, Luz e Vida - Tradução do Alemão.

S. TOMÁS D'AQUINO, Suma Teológica, trad. de ALEXANDRE CORREIA.

1935 - MARIE FARGUES, Deus e o nosso pequenino - Tradução de MARIA AUGUSTA DA COSTA RIBEIRO e LAURITA PESSOA RAJA GABAGLIA. (no 1º vol. A Verdade, Rio, 1935).

LAURA LACOMBE, Moral Cristã e Educação.

1937 - PAULO SETÚBAL, Confiteor.

1941 - WALTER MARIAUX S. J., O Drama da Humanidade.

1948 - ANGELO BRUCULERI S. J., A Família Cristã, trad. de LUÍS LEAL FERREIRA ("Seleção Servir").

1952 - MARIA PACHECO CHAVES, Minha Primeira Comunhão (Agir).

3 – ARTIGOS E RECENSÕES

1907 - Anoitecer - Aurora Colegial, jornalzinho do Colégio Anchieta, Nova Friburgo, 30 de agosto de 1907.

Le vicaire de Saint Sulpice - Ibidem, 10 de outubro.

1908 - Crônica Colegial - Ibidem, 14 de maio.

Sete de Setembro - Ibidem, 16 de setembro.

O Papa Pio X - Ibidem, 30 de setembro.

O Bom Samaritano e Divertimento e Festas Colegiais - Ibidem, 11 de outubro.

1918 - O Positivismo, Filosofia sem princípio - seminário paroquial da Matriz do Sagrado Coração de Jesus, Pão e Luz, 15 de setembro a 13 de outubro (em sete partes).

1922 - Jônatas Serrano - Filosofia do Direito (resenha), Gregorianum, an. III, 1922, Roma, págs. 131-133.

1926 - O Divórcio - Entrevista ao Correio da Manhã, 17 de outubro de 1926.

Retiros Fechados - Jornal do Comércio, 11 de dezembro de 1928 e Confederação Católica do Rio de Janeiro, 1926.

1927 - A História da Filosofia na Doutrina de S. Tomás - Revista de Cultura, 1927, t. I, págs. 217-226, e 308-321, e Estudo, Porto Alegre, julho-outubro de 1943, págs. 3-21.

1928- A Igreja e a Crise Social - Anais da Sociedade Jurídica S. Ivo, vol. I, págs. 58-84 e Jornal do Comércio, 14 de outubro de 1928 (conferência).

Jackson de Figueiredo – A Cruz, 11 de novembro de 1928.

1929 - Caráteres fundamentais do tomismo - A Ordem, setembro de 1929, págs. 24-48.

1930 - Ação católica no domínio do pensamento - Anais da Sociedade Jurídica S. J., vol. V, 1930, págs. 146-153 (conferência).

Notas de deontologia médica - O Aborto - A Ordem, abril de 1930, págs. 87-94.

1931 - Ensino Religioso e Ensino Leigo - Hierarquia, agosto de 1931, págs. 8-12.

A Família e o Divórcio – Hierarquia, outubro de 1931, págs. 117-123.

Divórcio e suicídio - A Ordem, junho de 1931, págs. 327-339.

Maria e alma católica - O Jornal, 14 de junho de 1931.

1932 - Progresso e tradição em Pedagogia - Boletim da Associação de Professores Católicos, junho de 1932, págs. 2-3.

O Divórcio, lição dos fatos - Reação, Manaus, 3 de julho de 1932.

Unidade e dispersão em Pedagogia - Boletim da Associação de Professores Católicos, setembro de 1932, págs. 17-18.

Os Católicos e o Voto - Jornal do Comércio, 2 de novembro de 1932 (conferência), e A Cruz, 2 de setembro de 1945.

Rui Barbosa e a Co-educação - Boletim da Associação de Professores Católicos, novembro de 1932, págs. 34-35.

Alguma Aspecto da Ação Católica no domínio do pensamento - Anais da Sociedade Jurídica S. Ivo, vol. I, 1927-1932, págs. 148-153.

Psicologia da Criança - Natal, dezembro de 1932, págs. 24-25.

1933 - Unidade Nacional e ensino religioso – Boletem da Associação de Professores Católicos, março de 1933, págs. 21-23

Pedagogia Social - Boletim da Associação de Professores Católicos, junho de 1933, págs. 53-55, e O Diário de S. Paulo, 29 de julho de 1933.

O Problema Brasileiro da Educação – Entrevista à Nação, 12 de fevereiro de 1933.

1934 - Sociologia e pedagogia - Revista Brasileira de Pedagogia, fevereiro de 1934, págs. 2-6.

O Ensino religioso na nova Constituição, 1ª Parte - Revista Brasileira de Pedagogia, vol, II, págs. 81-89 (agosto de 1934).

A alma cristã de Calógeras – Na coletânea Calógeras na opinião de seus contemporâneos e no Diário da Noite, S. Paulo, 24 de julho de 1934.

1935 - O Ensino religioso na nova Constituição - Revista Brasileira de Pedagogia, t. III, págs. 241-249.

1936 – Sturn e a pedagogia dos jesuítas - Revista Brasileira de Pedagogia, t. VI, págs. 1-7.

Exame pré-nupcial - A Ordem, setembro de 1936, págs. 151-165.

1937 - Ensino religioso - Boletim Catequético de Belo Horizonte, outubro de 1937, págs. 6-7.

1938 - Ação Católica - Ação Católica, órgão da Ação Católica Brasileira, setembro de 1938, págs. 5-7.

A Alma da Ação Católica - Boletim Oficial da Ação Católica Brasileira, novembro de 1938, págs. 69-72.

A Igreja e o Divórcio - A União, 20 de novembro de 1938.

1940 - A Conquista de Jesus - A Ordem, outubro de 1940, págs. 277-288.

Personalidade e disciplina na Companhia de Jesus - Estudos Brasileiros, julho-agosto de 1940, págs. 121-125.

A crise da família à luz das estatísticas - Revista Brasileira de Estatística, t. I, págs. 36-51.

A disciplina - Boletim da Associação de Professores Católicos, págs. 1-3, 17-19, 33-35 e 69-71.

1941 - O problema da cultura - Boletim da Associação de Professores Católicos, 1941, págs. 17-18.

As Faculdades Católicas - Entrevista ao Correio da Manhã, 1º de janeiro de 1941.

1942 - Reforma do ensino secundário - Jornal do Comércio, 26 de abril de 1942.

Formar o homem é prepará-lo para a vida – A Noite, 7 de julho de 1942.

Estatística e moral - Revista Brasileira de Estatística, ano III, julho-setembro de 1942, págs. 409-414.

Um livro oportuno - Jornal do Brasil, 21 de outubro de 1942.

O homem moderno - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano V, nº 2, págs. 17-18.

1943 - Constituição da Humanidade - Boletim da Associação de Professores Católicos, vol. VI, nº 1, págs. 1-3 e 14-16, e Jornal do Comércio, 18 de abril de 1943. Discurso na abertura dos cursos. Cfr. Anuário das Faculdades Católicas, de 1943.

A consagração suprema da liberdade humana - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano VI, nº 2, págs. 17-19.

Santo Inácio, homem de ideal - A Vitória, 31 de julho de 1943, pág. 1.

A educação no lar em face do divórcio - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano VI, nº 3, págs. 33-35. (excerto de O Divórcio).

1944 - A Universidade e o Patrimônio da nossa Civilização - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano VII, nº 2, págs. 17-19 e 29-31, e Jornal do Comércio, 26 de março de 1944. Discurso na abertura das aulas. Cfr. Anuário das Faculdades Católicas, de 1944.

Particularismos irredutíveis e Universalismo cristão - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano VII, nº 3, págs. 33-35.

1945 - O Papa, hoje e sempre - A Vitória (órgão dos alunos do Colégio Santo Inácio), V, nº 10, julho de 1945, pág. 1.

1948 - O Ensino no Brasil – “Servir”, relatório de 1948 da A.E.C., março de 1949, págs. 9-12.

? - Instrução e Educação - Resposta ao inquérito organizado pelo O Jornal (manuscrito).

3a – Artigos no “Verbum”

T. I (1944) - Verbum (apresentação), págs. 3-6.

Catolicismo e Totalitarismo, págs. 203-227. Publicado também em separata e transcrito pelo O Legionário, de S. Paulo, Revista Eclesiástica Brasileira, de Petrópolis, Boletim Mensal, órgão da Arquidiocese de Olinda-Recife, Instituto de Cultura Interligada, Rio.

JOHN LA FARGE S.J., The Race Question and the Negro (resenha), págs. 86-87.

THEODOR BRANER, Thomistic Principles in a Catholic School (resenha), pág. 88.

F. CHARMOT S.J., A Estrada real da inteligência (resenha), págs. 190-191.

T. II (1945) - Ateísmo militante, págs. 245-265.

PE. DR. M. TEIXEIRA-LEITE PENIDO, O Corpo místico (resenha), págs. 102-103.

FULTON J. SHEEN, Philosophies at War (resenha), pág. 104.

RICARDO PATTEE, El Catolicismo en Estados Unidos (resenha), págs. 443-445.

PAULO SWEK, A psicanálise (resenha), pág. 445.

T. III (1946) - VERNON J. BOURK, PH. D., Thomistic Bibliography (resenha), pág. 66.

T. IV (1947) - ANTÔNIO GOMES ROBLEDO, La Filosofía en el Brasil (resenha), págs. 57-77.

Preito de saudade (fasc. III, setembro), pág. 3.

T. V (1948) - Humanismo e Idade Moderna, págs. 347-357.

JULES LEBRETON S.J., Lumen Christi (resenha), pág. 72.

4 – SERMÕES, DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

- 1906 - 14-X – The Sparrow, alegoria (na festa do Reitor).¹
- 1907 - 15-V – La Marseillaise (nas 1ª dignidades escolares).¹
- 31-VIII - Discursinho na festa de Santo Inácio.¹
- 1908 - 21-VI - Discursinho na festa de S. Luís.¹
- 1910 - 28-VIII - Sermãozinho sobre Mater Pietatis.¹
- 1911 - ? - Sermãozinho sobre Santo Estanislau.²
- 1912 - 3-VII – Exortação sobre a modéstia (a congregados).²
- 20-VIII - Panegirico de Marter Pietatis.²
- 3-XIII - Panegirico de S. Francisco Xavier.²
- 1913 - 18IV - Sermão sobre as riquezas (composto em Roma).²
- 25-XII - Sermão de Natal (composto em Roma).¹
- ? Sermão sobre as tentações.²
- 1914 - 1-I – Exortação sobre o ideal da Companhia de Jesus (em italiano).²
- 23-IX – Conferência sobre o respeito humano (para estudantes).²
- 15-X - Dissertação La libertà e il moderno determinismo scientifico (em italiano).²
- 30-XII - Exortação sobre os benefícios da Encarnação.²
- 1915-1919 - Cinco discursinhos de casuística.²
- 1918 (pronunciada?) - O Positivismo - Filosofia sem princípio (conferência).³
- 1919 - Duas conferências sobre Liberdade e Determinismo: I - A vontade. II - A Liberdade.²
- 1920 - 15-XII – Discursinho de despedida dos Congregados. Cfr. pág. 469.
- 1921 – 6 - III - Prática sobre o apostolado da Juventude.²
- 1922 – 6 - I - Sermão Latino sobre o ideal do apóstolo.²
- Conferência sobre a Alma da Civilização brasileira (Roma, no Colégio Pio Latino-Americano).²
- - Conferência: La moralità dei popoli cattolici e protestanti.²
- 1923 - 27-VIII - Discurso na Ordenação Sacerdotal (em Italiano). Cfr. pág. 471.
- 1925 – 1 - XI - Sermão sobre a festividade de Todos os Santos.²
- X - II – Conferência sobre Ação Católica e Congregações Marianas (aos Congregados).² (Estrela do Mar, 3 de abril de 1926).
- 1926 – 2 - II – Discurso na festa de sua Profissão. Cfr. pág. 474.
- 12 – XI (?) Alocução aos antigos alunos (ou 16 de julho de 1937?) .²
- 1927 - 28-VI - Alocução numa entronização do Coração de Jesus - I.²
- 5-IX - Discurso na inauguração de uma Sede de Bandeirantes.²

- 30 - IX – Alocução matrimonial - I.²
- 6 - XI - Conferência sobre Ação Católica (aos Congregados).² (repetida no Sacré Cœur, 21 de abril de 1928).
- 1928 - 21 - XI - Conferência sobre a Vida Interior (Colégio Sacré Cœur).¹
- 1929 - 25 - III - Alocução matrimonial - II (repetida mais de três vezes).²
- 28 - VIII – Alocução numa entronização do Coração de Jesus - II.²
- 30 - X - Alocução matrimonial - III (repetida mais de três vezes).²
- 8-XII – Exortação: A Imaculada Conceição (no Sacré Cœur, às Filhas de Maria).²
- Homilia no III domingo da Quaresma, sobre a felicidade.³
- Discurso agradecendo uma manifestação. Cf. pág. 479.
- 1930 - 21- V - Alocução: A Ação Católica no domínio do pensamento (À Sociedade Jurídica S. Ivo) .² – Anais da Sociedade Jurídica Santo Ivo. – I (1927-1932), pág. 146.
- 11 – XII - Sermão na missa dos bacharelados de Direito (na Faculdade de São Paulo).²
- 1931 - 7- II - Conferência: A Caridade como fator da reforma social (em Lambari, Minas Gerais).²
- 7 - X - Sermão na missa dos bacharelados de Direito (na Candelária).²
- 9 - X - Conferência: O reinado de Cristo, na Família (na Igreja de S. Francisco de Paula).²
- 1932 - 15 - V - Conferência: Co-educação - aspecto psicológico (para a Associação de Professores Católicos).²
- 24 - V - Conferência: Universidade católica (no salão de Belas Artes).²
- 30 - X - Conferência: O voto e a consciência (à Confederação Católica).²
- 1933 - 26 III - locução matrimonial – IV (repetida mais de três vezes).
- 3 - IX - Discurso: A Trilogia Eucarística da Igreja, Pátria e Família (no 1.º Congresso Eucarístico Nacional da Bahia). - Anais do Congresso, 1936.
- 16 – X - Conferência: O catolicismo na Alemanha (no Teatro Municipal).²
- Conferência: Catolicidade e Integridade (não pronunciada).²
- 1934 – 16 - I - Alocução matrimonial - V (resumida noutra - VII).²
- 19 - III - Conferência sobre o centenário de Anchieta (no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).²
- 11 – VIII - Alocução matrimonial - VI (repetida outra vez).²
- 29 - IX – Alocução: Indissolubilidade do casamento (no Círculo Católico, à Sociedade Jurídica S. Ivo).²
- 1936 Alocução na missa das bodas de prata do casamento do Dr. Gouvêa.²

1939 - 2 - II - Prática sobre a Purificação N. Senhora e Apresentação do M. Jesus (no Instituto Social).²

1941 - 28 -VI – Três conferências: Cristo e o Indivíduo, Cristo e a Sociedade e a Eucaristia, Salvação do Indivíduo e da Sociedade, feitas para o Congresso Eucarístico de S. Paulo, mas não pronunciadas.³ - Mensageiro do Coração de Jesus, novembro-dezembro de 1951, janeiro de 1952.

10 - VII - O Problema da Família (no Círculo de Bandeirantes Casadas, Matriz de Santa Teresinha).²

29 - XI - Conferência: A Crise do Mundo Moderno (na casa da Dr. Paula Machado).²

1946 – 2 - VI – Sermão na Páscoa dos intelectuais (na Candelária).³

16 - IX - Alocução aos capelães militares (na 1.ª Semana Nacional do S.A.R.). - Boletim do S.A.R., dezembro de 1946.

XI - Conferência: Rumos da democracia (no Itamarati). - Jornal do Comércio.

1940-1948 - Umas 50 alocuções ou pequenos discursos de ocasião (como na abertura e encerramento de cursos, em visitas de personagens, etc).

¹ Não encontrado.

² Conservado inédito.

³ Já publicado.

5 – CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS²

5a – Às Professoras públicas e normalistas do Colégio *Sacré-Coeur de Jésus*

1928 – 21 - IV - A Ação católica.

17 - V - Educação (noções).

6 - VI - Da Escola Leiga - I. Impossível.

10 - VIII - Da Escola Leiga - II. Anti-social e moral.

20 - IX - Da Escola Leiga – III. Solução jurídica A.

10 - X - Da Escola Leiga – IV. Solução jurídica B.

1929 – 18 - V - Ação Católica no Campo Escolar.

23 - V Co-educação dos sexos – I. Aspecto psicológico.

20 - IV - Co-educação dos sexos – II. Higiênico e moral.

18 - VII - Co-educação dos sexos – III. Lições da Existência.

22 - VIII - Ensino do Catecismo.

19 - IX – Moral leiga - I (E os destinos do homem).

17 - X - Moral leiga - II (E o dever).

21 - XI - Moral leiga - III (E a sanção).

1930 - 10 - IV - A educação moderna.

8 - V - A vontade.

12 - VI - A liberdade.

10 - VII - Determinismo.

14 - VIII - Campo da liberdade.

18 - IX - Educação da vontade - I. Princípios diretores.

9 - X - Educação da vontade - II. Meditação.

20 - XI – Educação da vontade - III. Ideal.

1931 - 9 - IV Renascença da pedagogia católica.

14 - V - Ensino religioso.

11 - VI - Unidade da pedagogia católica.

9 - VII - O Divórcio.

? - VII - O Divórcio.

? - VII - O Divórcio (às do Centro D. Vital).

14 - X - A missão do Professor (alocução à Associação de Professores Católicos no Círculo Católico).

1932 – 14 - IV - A família na educação.

12 - V - Escola ativa - I. Conceitos.

- 9 -VI - Escola ativa – II. Instituição e trabalho manual.
- 14 - VII - Escola ativa - III. Educação da inteligência.
- 11 - VIII - Escola ativa - IV. Disciplina.
- 8 - IX - Escola ativa - V. Sanções na educação.
- 13 - X - Escola ativa - VI. Autoridade e liberdade.
- 10 - XI - Escola ativa - VII. Natureza da criança - pecado original.
- 1933 – 20 - IV - Ação Católica e educação.
- 11 -V - Escola Nova e Pedagogia Social.
- 8 - VI – Pedagogia Social
- 13 - VII - Pedagogia Socialista.
- 10 - VIII - O Pensamento Social (síntese tomada na ideia de pessoa).
- 12 - X - Educação Social - I. Nas disciplinas e no regulamento.
- 9 - XI - Educação Social - II. A dama da pedagogia social.
- Exposição de motivos para excluir dos programas escolares a educação sexual coletiva.
- Memorial sobre os bailes de formatura (22 de junho de 1944).

5b – Conferências Para O Centro D. Vital²

1929 - 3 -V - Ação Católica.

31-V - A Fé (noção e natureza).

28 -VI - A Fé na divindade de Cristo.

26 -VII - Divindade da Igreja.

29 - VIII - Objeto de Fé - Mistério.

27 - V – Necessidade moral de revelação.

25 - X – Ciência e Fé - I. Sábios e crentes.

29 - XI – Ciência e Fé - II. Parte teórica (repetida na Bahia).

1930 – 28 -V - A vontade e a Fé (aspecto moral do problema religioso).

25 - VI - Obstáculos morais à Fé - I. O orgulho.

25 - VII - Obstáculos morais à Fé - II. A sensualidade.

29 - VIII - Obstáculos intelectuais - I. A ignorância religiosa.

26 - IX - Obstáculos intelectuais - II. O preconceito, o racionalismo.

31 - X - Perda da Fé (estudo psicológico de apostasia).

28 - XI - O divórcio e a Fé (psicologia da conversão).

1931 – 29 - V - A família (constituição e finalidade).

27 - IV - O divórcio (aspecto jurídico-social) (três vezes repetido).

24 -VII - O divórcio e a prole.

28 - VIII – O divórcio e a fidelidade conjugal.

25 - IX - O neo-maltusianismo - I. Aspecto moral.

30 - X - O neo-maltusianismo - II. Consequências higiênicas psicológicas e sociais.

27 - VI - Defesa da família contra o individualismo.

1932 – 27 - V - Deus - a questão fundamental.

24 - VI - A negação materialista.

29 - VII – O agnosticismo positivista (Comte).

26 - VIII - O agnosticismo empirista (Hume).

30 - IX - O agnosticismo de Kant.

28 - X - Princípio de causalidade.

25 - XI - O ateísmo.

1933 – 26 - V - Anti-intelectualismo moderno e existência de Deus.

30 - VI - Demonstração da existência de Deus pelo movimento.

28 - VII - Argumento da contingência.

25 - VIII - Teleologia cósmica - I. Argumento clássico da finalidade.

29 - IX - Prova teleológica - II. Explicação do fato da ordem.

27 - X - Desordens cósmicas.

24 - XI - O problema do mal

. - Argumento deontológico (não foi pronunciada?).

² Conservado inédito.

5c – Instruções aos Congregados Marianos¹

1929 – 19 - IV - O que é a Congregação Mariana.

3 - V - Congratulação aos dignitários novos.

4 - VI - Oração diária.

11 - VI - Missa.

2 - VII - Missa.

9 - VII - Fim e vantagens da Congregação.

16 - VII - Vocação e escolha de estado.

6 - VIII - Más companhias.

20 - VIII - Autoridades e obediência.

27 - VIII - Más leituras.

10 - IX - Boas leituras.

17 - IX - O trabalho.

24 - IX - O estudo.

1 - X - Devoção a Maria.

22 - X - Formação do caráter.

29 - X - Missões e espírito missionário.

5 - XI - As férias.

12 - XII - Fidelidade ao dever.

1931 – 10 - IV - Fim e razão de ser das Congregações.

20 - IV - Deus no Colégio cristão.

27 - IV - Devoção a Maria. Mês de maio. Luta contra as más conversas.

8 - V - A autoridade no colégio.

13 - VIII - Respeito e obediência à autoridade.

¹ Não encontrado.

5d – Conferências no Instituto de Formação Familiar e Social

1937 - X - Leituras (regras de consciência).

11 - XI - Leitura de romances.

1938 – 5 - IV - Formação.

19 - IV - O ideal (repetida duas vezes).

4 - V - Escolha do ideal (repetida mais de três vezes).

25 - V - Meditação.

1 - VI - Boas leituras - I.

4 - VII - Boas leituras – II.

19 - VII - A vontade.

2 - VIII - Livre arbítrio - 1ª prova (teste de consciência).

25 - VIII - Livre arbítrio - 2ª prova.

13 - IX - Determinismo (causas e formas várias).

27 - IX - Determinismo psicológico e teológico.

3 - X - Determinismo filosófico.

25 - X - Campo da liberdade - I. Condições gerais do exercício.

21 - XI - Campo da liberdade - II. Influência na inteligência.

28 - XI - Campo da liberdade - III. Influência sobre as paixões.

1939 – 18 - V - Adolescência.

9 - V - Noção de pessoa.

23 - V - Grandeza espiritual.

6 - VI - Liberdade de espírito.

25 - VII - Conhecimento de si mesmo - I.

8 - VIII - Conhecimento de si mesmo - II.

22 - VIII Asceses.

5 - IX - Hábito - I.

19 - IX - Hábito - II.

3 - X - Hábito - III.

25 - X - Educação da personalidade e família.

7 - XI - Família - Constituição natural.

21 - XI - Divórcio (repetida várias vezes).

1940 – 16 - IV - O problema da vida.

30 - IV - A Igreja - O fato de sua existência.

11 - V - A Igreja e a Civilização - I. (só em esboço, com muitas referências).

- 28 - V - A Igreja e a Civilização – II. (idem).
- 11 - VI - A Igreja - Sua origem (idem).
- 9 - VII - Poderes da Igreja - I. Poderes de jurisdição (idem).
- ?..... .. - Poderes da Igreja - II. Poderes de magistério (idem).
- ?..... .. - Divindade da Igreja (a mesma do Centro D. Vital, 1929).
- 18 - VIII - Espiritismo - Os fatos.
- ?..... .. - Espiritismo - Explicação naturalística (esquemático).
- ?..... .. - Espiritismo - Explicação espírita (idem).
- 30 – X - Espiritismo e Cristianismo (idem).
- 27 - XI ? – Espiritismo no Brasil (idem).
- 1941 – 15 - VII - Leitura - I. Regras de consciência. O índice dos livros proibidos (repetida de 1937).
- 22 - VII – Leitura - II. Romances (repetida de 1937).

5e – Conferências Repetidas²

A vontade:

8-V-1930 - No Colégio Sacré Coeur.

19-VII-1938 - No Instituto Social.

Ciência e fé (doutrina):

29-XI-1929 - Ao Centro D. Vital.

8-XI-1933 - Na Bahia.

O divórcio (aspecto jurídico social):

27-VI-1931 - Ao Centro D. Vital.

9-VII-1931 - No Colégio Sacré Coeur.

21-XI-1939 - No Instituto Social.

16-I-1940 - À Liga das Senhoras Católicas.

Co-educação (aspecto psicológico):

23-V-1929 - No Colégio Sacré Coeur.

15-VI-1932 - À Associação de Professores Católicos.

O ideal (educação da vontade):

Conservadas inéditas.

20-XI-1930 - No Colégio Sacré Coeur.

19-VI-1938 - No Instituto Social.

31-V-1939 - No Instituto Santa Úrsula.

Escolha do ideal:

4-VI-1938 - No Instituto Social.

28-IX-1939 - No Instituto Santa Úrsula.

6-XII-1939 - No Colégio Sacré Coeur de Jésus.

12-XII-1939 - No Colégio Sacré Coeur de Marie.

O divórcio e a prole:

24-VII-1931 - Ao Centro D. Vital.

VIII-1931 - No Colégio Sacré Coeur.

O divórcio e a felicidade conjugal:

28-VII-1931 - Ao Centro D. Vital.

IX-1931 - No Colégio Sacré Coeur.

Meditação (para educação da vontade):

9-X-1930 - No Colégio Sacré Coeur.

25-V-1938 - No Instituto Social.

Divindade da Igreja:

26-VII-1929 - Ao Centro D. Vital.

VII-1940 - No Instituto Social.

Ação católica:

6-XI-1927 - Aos Congregados de N. S. da Vitória.

21-IV-1928 - No Colégio Sacré Coeur.

3-V-1929 - Ao Centro D. Vital.

² Conservado inédito

ANEXO A – JORNAIS

PEDAGOGIA SOCIAL

Diário de São Paulo, 29-8-1933 Padre Leonel FRANCA, S. J.

A PAGINA DE EDUCAÇÃO publica hoje excelente estudo do padre Leonel Franca, S. J., sobre a "Pedagogia social". Este estudo é transcripto do Boletim da Associação de Professores Católicos (n. 5, ano II, julho-agosto de 1933), que se publica no Rio e em cujas páginas mais de um notável educador tem escripto trabalhos de valor, na apologia da philosophia catholica da educação e dos métodos e processos educativos acordes com a pedagogia catholica.

O padre Leonel Franca, suble jesuita cujo nome já se impõe á admiração dos meios cultos do país, por seus notáveis trabalhos, entre os quaes se destacam "Erisimo religioso e ensino laico", "Catholicismo e protestantismo", "Noções de historia da philosophia" e "O divorcio", aborda neste artigo, com grande superioridade e grande segurança, o aspecto social da educação, numa synthese feita do que é a pedagogia social.

O estudo da pedagogia social, antes de se concretizar em normas praticas e processos didacticos, envolve questões de principios de um interesse transcendente. A natureza e a finalidade do individuo, a razão de ser e os destinos da sociedade, as relações complexas dahi decorrentes entre os dois termos — individuo e sociedade — são, naturalmente, outras tantas questões preliminares em cuja solução não poderá deixar de inspirar-se qualquer pedagogia social. Haverá, portanto, tantas formas ou orientações social-pedagogicas quantas as maneiras de formular e resolver estes problemas de caracter geral e de repercussões ilimitadas.

Logo no limiar, põe-se-nos a questão quasi sob a forma de uma antinomia, ou de uma coexistência de dois termos antagónicos, entre os quaes não parece possível uma conciliação perfeita.

Por um lado, a pedagogia é essencialmente individual. A criança, objecto de suas actividades, é um individuo, com a sua intelligencia e a sua vontade, a sua índole e a sua idiosyncrasy, as suas acções e reacções proprias. Adaptar os processos pedagogicos — instrução, educação — ás capacidades individuais de cada educando, deve ser a preocupação primordial do mestre. Obter o desenvolvimento integral de todas as virtualidades do alumno, conseguir que encontre, no curso de sua formação, a possibilidade de levar á plenitude da sua evolução os germens latentes nos thesouros de sua natureza individual — eis o ideal da educação.

Por outro lado, porém, a educação não pôde deixar de ser social. O homem não vive isolado na face do planeta. Nasce no seio de uma sociedade já constituída, della e por ella recebe todos os meios que lhe asseguram a possibilidade da vida e do progresso. A cultura e a civilização, — e com estes nomes entendemos aqui todo o patrimonio de valores physicos e intellectuales, moraes e religiosos necessários á vida humana — a cultura e a civilização, são uma herança social, que se vai transmitindo de geração em geração. Sem ella, o individuo ficaria reduzido á impotência dos proprios recursos atrophados e á esterilidade do isolamento. (Cf. B. KIDD, Social evolution).

Da sua natureza, pois, a educação apresenta-se com o aspecto de uma transmissão de um patrimonio social por uma geração que se vai a uma geração que se vem.

Mais. Nascendo no seio de uma sociedade já formada, e della recebendo como de matriz inexaurivelmente fecunda todos os bens indispensaveis ao pleno desabrochar de sua individualidade, o homem

necessariamente terá que conviver, isto é, ao lado dos seus semelhantes. A educação é tambem uma adaptação social.

Mas, adaptação social praticamente traduz-se numa limitação de liberdade, num constrangimento á livre expansão individual.

Viver em sociedade significa respeitar os direitos alheios e cercar o proprio egoismo na medida indispensavel, exigida pelo attrito dos egosmos de outrem. Dedicção, esquecimento de si, caridade, serviço mutuo, todo este cortejo de virtudes que tornam agradável e possível a vida em commun, impõem em outras tantas restricções á espontaneidade dos movimentos individuais. São sacrificios ao eu e não, do bem estar de cada um ao bem estar de todos.

E ahí se vão desenhando a antinomia a que ha pouco alludimos. Necessaria uma pedagogia individual, imprescindivel uma pedagogia social. Uma não se pôde livremente desenvolver sem encontrar os limites inevitaveis impostos pelo desenvolvimento da outra. Qual dellas deverá prevalecer? Qual eclipsar-se, em beneficio da outra? Ou, como conciliá-las no contraste aparentemente irreductivel de suas exigências contradictorias?

Nos problemas delicados e complexos da determinação exacta da relação entre dois termos não é raro encontrar o radicalismo de soluções unilateraes que, em vez de conciliá-las acaba sacrificando um em proveito de outro, rompendo assim a harmonia necessaria ao equilibrio da vida. Foi o que succedeu no caso presente.

O individualismo deixou-se impressionar pelo que ha de verdade no valor inegavel do individuo e exaltou-o desmesuradamente em detrimento do bem social, e, em ultima analyse, do proprio individuo. E' a orientação pedagogica de Locke, Rousseau, Kant, Herbart, Nietzsche, etc. O seu fructo amargo foi a irritação crescente do egoismo intrinseco.

O socialismo foi ao excessivo oposto: não viu senão a sociedade, fonte exclusiva de todos os bens, arvorou-a num verdadeiro absoluto, ao que se devem sacrificar como simples meios todos os seus membros.

Visão parcial das cousas e por isso superficial e irreal. O homem é, ao mesmo tempo, individuo e pessoa.

Como individuo, o homem é para a sociedade, como uma parte para o todo, um membro para o organismo. A sociedade pode exigir-lhe todos os sacrificios individuais, inclusive o da vida, como o todo e o organismo reclamam para a sua conservação a immolação de uma parte ou de um membro. O individuo como tal é uma parte da especie, um seu representante singular, submettido aos interesses superiores do bem especifico, do bem colectivo concretizado nas exigências da vida social.

Como pessoa, porém, o homem já não é uma parte, mas um todo, não se acha subordinado a uma especie mas lhe transcende os limites. Seus destinos não os encerra o tempo e o espaço, estendem-se na vida immortel dos espiritos. Porque intelligencia e vontade a pessoa achase em face de valores mais altos, cuja realização lhe condicionam o desenvolvimento e a perfeição propria. A pessoa é, por isso, realizadora de valores moraes, é titular de direitos intangiveis; na sua autonomia não depende nem pôde depender de nenhuma creatura nem pôde em caso algum ser rebaixada á simples condição do meio ou á categoria de coisa a serviço total de um fim. Sob este aspecto, o homem não é para a sociedade, mas a sociedade para o homem. A magnifica estrutura da vida social, com a estabilidade de sua ordem juridica, com a riqueza do seu patrimonio cultural, com a complexidade de suas relações in-

ter-individuais, constitue apenas o grande quadro favoravel ao desenvolvimento da personalidade, a atmosfera em que as almas podem desabrochar para a perfeição de sua immortalidade. Os quadros e as estruturas sociais, uns após outros, varre-os o tempo na sua missão inexoravel de devorar tudo o que á caducidade as almas desprezem-se de seus involucros materiaes para se fixarem, bellas da belleza attingida pela sua vida moral, nos espedimentos indefectiveis da eternidade. E uma civilização terá realizado tanto mais perfeitamente o ideal de sua felicidade quanto mais facil e abundante houver offerecido aos seus beneficiarios a oportunidade de desenvolverem os valores eternos depositados nas suas almas immortaes.

E eis as razões dos contrastes que assignalavamos a principio. O homem é complexo; individuo e pessoa; immerso na natureza sensivel e a ella transcendente; unidade de uma especie que passa e depositario autonomo de valores eternos; vivendo no espaço e no tempo mas emergindo pela sua vida superior, destoa e transcende os limites dos ares materiaes; preso como malha na trama complicada e limitadora das relações sociais, precarias e ephemeras, e livre peregrino em demanda de uma patria que será a sua morada definitiva. Ahí está o grande enigma da vida humana, a ultima raiz de tantas divergências e conflitos. Individuos, temos deveres sociais ineluctaveis; pessoas, temos direitos humanos imprescritiveis. E o systema planetario das nossas organizações politicas, solicitadas continuamente pela atracção poderosa destes dois pontos opostos, oscilla entre as imposições da vida colectiva e as reivindicações das liberdades pessoais.

Já se delinha, á luz destes principios, a solução do problema da pedagogia social.

O desenvolvimento dos instinctos e das tendências individuais não deve ser anarchoico mas subordinado á formação de que no homem é especificamente humano: a cultura da personalidade. O individuo é a realização singular de uma perfeição especifica. Tudo o que pôde ameaçar a "hierarchia essencial dos valores" de que depende esta perfeição da especie, não constitue um bem a conquistar mas um perigo a fugir; não é uma ascensão, é uma decadência; não representa a riqueza de uma plenitude, mas o empecilho de uma diminuição.

Ora, pela sua personalidade, propria, o homem entra em contacto com valores mais altos — a Verdade, a Belleza e o Bem — cuja realização constitue o seu ideal. Raguam-se assim novas e amplas perspectivas á tarefa educativa: põe-se um termo á anarchia do individualismo, á cultura do eu acanhado que não conhece outra lei senão o desejo movido e o grito immediato do capricho e substitue-se-lhe pela emancipação progressiva da personalidade.

Resolve-se assim, ao mesmo tempo, sem os excessos do socialismo, o problema da pedagogia social. Dando ao homem o maximo de seu valor pessoal, assegura-se-lhe ao mesmo tempo o maximo de sua eficiencia social. O maior obstaculo ás collaborações e aos sacrificios da vida em commun, é o egoismo, fonte de todas as discordias, de todas as lutas, de todas as ambigües anti-sociaes. Cultivar no homem os valores espirituaes é emancipá-lo do jugo das paixões e da volubildade dos caprichos. Quem assim espiritualiza, universaliza e humaniza a natureza, nem se dá conta da elevação e intensificação na proporção da grandeza moral dos seus membros. Nas mais intimas profundezas da nossa alma religiosa, brotam as fontes inexauriveis das energias sociaes.

As antinomias eram, pois, apparentes. Uma visão mais profunda

revela a synthese de aspectos que pareçam inconciliaveis.

Que a educação trabalhe em desprendendo o homem do que nelle é inferior, em libertá-lo do seu egoismo, em firmar-lhe a liberdade dos movimentos nas suas acções interiores, e elle se encaminhará seguro, por esta conquista progressiva de si mesmo, para o conseguimento da sua perfeição — que é o fim da vida; e elle se sentirá capaz de agir sobre os seus irmãos, de dar-lhes alguma coisa, de elevar-se, e tudo de propria alma, para a salvação melhor da si mesmo, que é o fim do individuo, membro da grande familia humana.

ANEXO B – MANUSCRITOS

Conferências pedagógicas - 1933

Conferências pedagógicas 1933Escolas católicas e educaçãoEscola nova e pedagogia socialPedagogia social - Indivíduo e sociedade (antimoral)Pedagogia socialistaO pensamento social - Síntese em termos da
ética da pessoaEducação social - meios própriosEducação social - Aluno da pedagogia social

Pedagogia socialista

Pedagogia socialista

Yndividualism - 1

Reaccos & socialismos - 4.

ensapens socialistes de - 4

Ensinamentos pedagógicos - 6

Fine de educacao - 7.

Escislopi - sciencia rectiva - 8

Momoplio educacioe & Estado - 10 (8. unicos)

socializacoes de escola - 11

Condicoes - 12

Critics -

desembocamento de dignidade de pessoas humanas - 13

Escislopi mas pode ser sciencia rectiva de parte - 15.

Momoplio educacioe & Estado - 20

Metodologias de sciencia humana & de sciencia
moral de sciencia psicologica - 23

As prof. de sciencia. Coens - 13-VII-833

O pensamento social

o Programa de social

(Pyrothone haemata maculosa L. f. var.?)

Enn. A socialis n. - / -

concepção de uma família baseada:

ne rescas de pascua, 2.

no. 10/11/12 per 1000. 6

Quintus A. Nitidus -

canonica d'ingravia 9

in collection of 11

cr. 4 - 16

manuscript. 12

nota en familia 13

red, brown - 16.

during early -

de instrução para os alunos.

just to say a casual study. 66

2 midribs pass over - row 1 - 22

cons. • *Amphibia* me insect; e

Aug 26. 28

Si può trovare a Lucca. Cens.

10-KM-733

Pedagogia social

<u>Pedagogia social.</u>	
Introducere	1
1. Definiție	2
2. Scopuri	3
3. Metode	4
4. Rolul profesorului	5
5. Rolul părinților	6
6. Rolul societății	14
7. Rolul mass-media	16
8. Rolul culturii	18
9. Rolul economiei	18
10. Rolul politicii	21
11. Rolul dreptului	24
A.M.S.	
ai profesorului A. Iacobi. 5.11.1938	

Educação social

Educational Social

Sulcus est distinctus de post. p. p. ad ant. 1

majoritatea de stud. social - romani, germani, etc.

Chronic practitioners in 1840-5

I see more in the rippling of the water - and in the

occasional 6

microfilm

Johnston

Munichia 9

to buy rice	10
-------------	----

mirafic 10

ki cūc' a cūc' a cūc' a. //

II. Na njanjagawalan-

2) antigone prosa le quinto - 15

Service social ne se rejoignent de la 2^e fois. 18

Quartier de ^{la} ville de Paris le 20

Van Kämpen Januari 21

can. cat. per Ricis - 23

overclass.

Stucco and shell - all kinds seen here. Dr. James C. May 25

Una pintura de personalidad de marzo 26

A.M. 81.

di propria di L. C. C.

12-X-533

Pedagogia social II

Pedagogia socialII
o aluno de pedagogia social

- I Informaçoção de iniciação social - 1.
 Principios de organização política, jurídica, económica
 e social - 5.
 Necessidade de formação técnica e profissional - 8.
 Pedagogia social (Lopes) - pedagogia social (Lopes) - 11.

II meio social

- Os meios sociais e culturais e as suas relações,
 jurídica e económica - 14.
 Compreensão e formação social e cultural de
 grupos e instituições e suas relações sociais.
 e jurídicas - 19.
 Principios de organização social e jurídica.
 Formação jurídica de alunos e suas relações sociais
 e jurídicas - 21.
 Vida social e cultural e suas relações sociais e jurídicas.

As leis da vida - 9-XI-1932